UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERUNIDADES EM MUSEOLOGIA

Alexandre Klemenc

Expografia em palácios de governo:
um estudo sobre o Acervo Artístico-Cultural dos
Palácios do Governo do Estado de São Paulo

São Paulo
2016

Alexandre Klemenc

Expografia em palácios de governo:
um estudo sobre o Acervo Artístico-Cultural dos
Palácios do Governo do Estado de São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação Interunidades em
Museologia da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Mestre em
Museologia

Área de Concentração: Museologia

Orientadora: Profa. Dra. Marília Xavier Cury

Linha de Pesquisa: Teoria e método da
gestão patrimonial e dos processos
museológicos

Versão revisada. A versão original
encontra-se na biblioteca do MAE.

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada à fonte.

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Serviço de Biblioteca e Documentação do
Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

K64 Klemenc, Alexandre.
Expografia em palácios de governo: um estudo sobre o
Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado
de São Paulo / Alexandre Klemenc; orientadora Marília Xavier
Cury. -- São Paulo, 2016.
220 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo,
Museu de Arqueologia e Etnologia, Programa de Pós-
Graduação Interunidades em Museologia, 2016.

1. Palácios de governo. 2. Acervo. 3. Expografia.
4. Plano museológico. 5. Política de acervo.
I. Cury, Marília Xavier. II. Universidade de São Paulo.
Museu de Arqueologia e Etnologia. Programa de Pós-
Graduação Interunidades em Museologia. III. Título.

KLEMENC, Alexandre.

Expografia em palácios de governo: um estudo sobre o Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo.

2016. 220 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo.

Aprovado em 09 de setembro de 2016.

Banca examinadora:

Nome: Dra. Renata Vieira da Motta

Instituição: Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico

Julgamento:

Assinatura:

Nome: Profa. Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno

Instituição: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

Julgamento:

Assinatura:

Nome: Profa. Dra. Marília Xavier Cury

Instituição: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

Julgamento:

Assinatura:

Aos meus pais, Antonio e Carmen.

Agradecimentos

Agradeço à Curadoria do Acervo dos Palácios, que há bastante tempo me acolheu em sua jornada, pela possibilidade de aprendizado e convívio dinâmico. Aos tantos colegas que caminham, e batalham, rumo às possibilidades invisíveis da arte e do patrimônio, especialmente à Ana Cristina Carvalho, pelo incentivo dado à pesquisa; aos membros do setor de curadoria, produção, montagem e manuseio de obras nos palácios, Alessandra Godano, também por todo apoio e informações disponibilizadas, Luciano Corta Ruas e Rafael Celidônio; e a Gabriela Saraiva Malheiros, pela ajuda especializada dada ao texto.

Também à Marilena Paiva Yokoyama (*in memoriam*), funcionária que mais tempo atuou junto ao Acervo dos Palácios, atravessando todas as suas gestões.

Aos diversos entrevistados que compartilharam suas memórias junto ao Acervo dos Palácios, em especial à Celso Esótico, e possibilitaram a coleta de preciosas informações para a construção de uma história das suas gestões.

Agradeço à Marília Xavier Cury, à sua postura e princípios, que me indicam possibilidades de conduta ética e crítica para com a Museologia, à sua acolhida, incentivo e preciosa orientação, que me possibilitaram consolidar esta pesquisa de maneira relativamente tranquila, compreendendo melhor minha prática profissional.

Aos professores e colegas do Programa Interunidades em Museologia da USP, pelo aprendizado e troca de experiências, e também de angústias, fundamentais para o aprimoramento de minha visão museológica, que me permite enxergar em uma perspectiva bem especial.

À Maria Cristina Oliveira Bruno e à Renata Vieira da Motta, pelas críticas e encaminhamentos dados à esta pesquisa.

Agradeço ao meu pai, Antonio Klemenc (*in memoriam*), e à minha mãe, Carmen Galhardi Klemenc, em nome de todos os meus ancestrais, e aos meus filhos, João Maia Klemenc e Maria Tereza Maia Klemenc, que ampliam o meu amor e direcionam a minha intenção de consolidar um futuro melhor.

Ao M.R.I.S..

Resumo

Esta pesquisa aborda a Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, responsável pela zeladoria de um acervo público intimamente ligado às estruturas administrativas do Estado de São Paulo, suas funções e atividades. Apresenta um histórico da formação e consolidação do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, relacionando-o aos diversos palácios já ocupados pelo Governo do Estado, e dos setores responsáveis por seu gerenciamento, a Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, o seu Conselho de Orientação e o seu Conselho Consultivo. O processo curatorial desenvolvido ao longo do tempo, e aprimorado pela gestão atual, que teve início em 2007, é analisado, dando-se ênfase à metodologia utilizada para a elaboração, produção e montagem de exposições, seu principal procedimento de comunicação. A partir dos dados apresentados, visando estruturar mecanismos de proteção aos acervos de palácios de governo, formula a hipótese de implementar documentos para uma mais adequada gestão, o Plano Museológico e a Política de Gestão de Acervo.

Palavras-chave: Palácios de Governo; Acervo; Expografia; Plano Museológico; Política de Acervo.

Abstract

This research addresses the Curatorship of the Artistic-Cultural Collection of the Governmental Palaces of the State of São Paulo, responsible for the safeguard of a public collection closely connected to the administrative structures of the State of São Paulo, its functions and activities. It presents the historical development of the formation and consolidation of the Artistic-Cultural Collection of the Governmental Palaces of the State of São Paulo, relating it to the several palaces once occupied by the State Government, and the departments responsible for its management, the Curatorship of the Artistic-Cultural Collection the Governmental Palaces, its Guidance Council and its Advisory Council. The curatorial process developed throughout the time, and improved by the current management, which began in 2007, is analyzed, emphasizing the methodology used for the elaboration, production and setting up of exhibitions, its main communication procedure. From the presented data, aiming to structure protection mechanisms for collections of governmental palaces, it formulates the hypothesis of implementing documents for better management, the Museological Plan and the Collection Management Policy.

Keywords: Governmental Palaces; Collection; Expography; Museological plan; Collection Policy.

Lista de siglas

ABCA - Associação Brasileira de Críticos de Arte
ACAM PORTINARI - Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari
CDAA - Grupo de Catalogação e Divulgação do Acervo Artístico da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo
DEMA - Departamento de Museus e Arquivos
DEMAPAG - Departamento de Manutenção dos Palácios do Governo
DEMIST - Comitê Internacional para os Museus de Casas Históricas
DIE - Departamento de Infraestrutura dos Palácios do Governo
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FUNAP - Fundação Professor Manoel Pedro Pimentel
FUSESP - Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo
Geapac - Grupo Executivo de Aproveitamento do Palácio do Governo de Campos do Jordão
GEOA - Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte
GEPRE - Gerenciamento Eletrônico do Patrimônio em Rede
Ibram - Instituto Brasileiro de Museus
ICOFOM - Comitê Internacional de Museologia do ICOM
ICOM - Conselho Internacional de Museus
ICOMOS - International Council of Monuments and Sites/Brasil
MAE - Museu de Arqueologia e Etnologia da USP
MAS - Museu de Arte Sacra de São Paulo
MCB - Museu da Casa Brasileira
MDF - Medium-density fiberboard
MEPE - Museu do Estado de Pernambuco
MIS - Museu da Imagem e do Som
PB - Palácio dos Bandeirantes
PBV - Palácio Boa Vista
PCE - Palácio dos Campos Elíseos
PH - Palácio do Horto
POIESIS - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura
PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo
SISEM-SP - Sistema Estadual de Museus
UPPM - Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico
USP - Universidade de São Paulo

Lista de figuras

Figura 1. Palácio do Pateo do Collegio.	27
Figuras 2 e 3. Palácio dos Campos Elíseos.	29
Figuras 4 e 5. Palácio Boa Vista.	30
Figuras 6 e 7. Palácio do Horto.	32
Figuras 8 e 9. Palácio dos Bandeirantes.	33
Figura 10. Hall Central do Palácio dos Bandeirantes com o painel <i>São Paulo – Brasil: Criação, Expansão e Desenvolvimento.</i>	35
Figura 11. Palácio Guanabara.	39
Figura 12. Palácio Laranjeiras.	40
Figura 13. Palácio da Liberdade.	42
Figura 14. Palácio Anchieta.	43
Figura 15. Vista aérea da região do Palácio Boa Vista.	95
Figura 16. Vista aérea do entorno do Palácio Boa Vista.	95
Figura 17. Planta do primeiro andar do Palácio Boa Vista.	97
Figura 18. Planta do pavimento térreo do Palácio Boa Vista.	97
Figura 19. Projeto expográfico da exposição <i>Narrativa do tempo – O móvel no acervo dos Palácios.</i>	100
Figura 20. Projeto expográfico do Acolhimento.	101
Figuras 21 e 22. Acolhimento.	102
Figura 23. Projeto expográfico do Núcleo 1, vestíbulo.	103
Figuras 24, 25, 26 e 27. Núcleo 1, vestíbulo.	103
Figura 28. Projeto expográfico do Núcleo 2, sala da casa civil.	104
Figuras 29 e 30. Núcleo 2, sala da casa civil.	105
Figura 31. Projeto expográfico do Núcleo 2, corredor.	105
Figuras 32 e 33. Núcleo 2, corredor.	105
Figura 34. Projeto expográfico do Núcleo 3, saguão do gabinete.	107
Figuras 35 e 36. Núcleo 3, saguão do gabinete do governador.	107
Figuras 37 e 38. Percurso, corredor 18.	108
Figura 39. Percurso, sala de estar 17.	108
Figura 40. Percurso, sala do piano 20.	108
Figura 41. Percurso, sala de estar 35b.	108
Figura 42. Percurso, quarto 35c.	108
Figura 43. Guia para instalação da comunicação visual, painéis A e D.	114
Figura 44. Guia para instalação da comunicação visual, painéis B e C.	115

Figuras 45 e 46. Legendas peças em destaque.	115
Figuras 47 e 48. Guarda das obras na sala da casa civil.	120
Figuras 49 e 50. Instalação de algumas obras pelo percurso.	120
Figuras 51 e 52. Gabinete e antessala arrumados para a visitação.	121
Figura 53. Reinstalação dos painéis de parede.	121
Figura 54. Pintura da cenografia.	121
Figura 55. Pintura da cenografia.	122
Figura 56. Limpeza do espaço expositivo.	122
Figuras 57 e 58. Cenografia guardada nas salas 4 e 7.	123
Figuras 59 e 60. Curadora e equipe arrumando as peças na exposição.	128
Figura 61. Instalação da comunicação visual.	129
Figura 62. Finalização da montagem.	129

Lista de tabelas

Tabela 1. Quantidade de visitantes por ano em cada Palácio.	78
Tabela 2. Atendimentos do Setor de curadoria, produção, montagem e manuseio de obras no Palácio dos Bandeirantes no ano 2015.	85

Sumário

Introdução	13
Justificativa	16
Objetivos específicos	20
Metodologia	20
Sobre os conceitos de curadoria	22
Capítulo 1 - Uma perspectiva histórica da formação do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo	25
1.1 Os governantes	26
1.2 Palácios do Governo do Estado de São Paulo	27
1.3 A formação do Acervo dos Palácios do Governo	34
1.4 Outros palácios de governo da região sudeste do Brasil	38
1.5 Considerações sobre os palácios de governo da região sudeste	44
1.6 O Acervo dos Palácios do Governo e as identidades paulistas	46
Capítulo 2 - As gestões do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo	54
2.1 De 1970 a 1984	54
2.2 De 1985 a 2002	57
2.3 De 2003 a 2006	68
2.4 De 2007 a 2015	72
Capítulo 3 - O Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo e suas exposições temporárias	87
3.1 Histórico das exposições produzidas de 2007 a 2015	88
3.2 O Palácio Boa Vista e seu entorno	94
3.3 O Palácio Boa Vista e seu ambiente expositivo	96
3.4 A exposição <i>Narrativa do Tempo – O Móvel no Acervo dos Palácios</i>	98
3.5 Elaboração, produção e montagem da exposição	109
3.5.1 Produção da exposição	110
3.5.2 Montagem da exposição	116
3.6 Roteiro de procedimentos	130

Capítulo 4 - Para comunicar e decorar	134
4.1 Sobre a comunicação	135
4.2 Sobre a decoração	137
4.3 Sobre os museus-casa	139
4.4 Para uma política de gestão de acervo	142
Considerações finais	147
Referências	150
Anexo 1 - Levantamento das exposições produzidas de 2007 a 2015	154
Anexo 2 - Cronograma de produção e montagem	167
Anexo 3 - Listas de obras	170
Anexo 4 - Laudo técnico das peças restauradas	208
Anexo 5 - Projeto expográfico	209
Anexo 6 - Guia para a instalação da comunicação visual	215
Anexo 7 - Legendas peças em destaque	218

Introdução

O Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo tem sua origem com a decoração da primeira sede administrativa do Governo do Estado de São Paulo, o Palácio do Pateo do Collegio, ainda no período monárquico. Em 1911, já no período republicano, com a compra do Palacete Elias Chaves – depois designado Palácio dos Campos Elíseos – o estado adquiriu as obras de arte, tapeçarias e mobiliários que já decoravam o imóvel e, com o passar do tempo, foi adquirindo outros exemplares. As peças remanescentes de um grande incêndio, que destruiu parte dessa edificação em 1967, foram transferidas no mesmo ano para os Palácios dos Bandeirantes e Boa Vista.

No entanto, é em 1969, na ditadura militar, que foi adquirida a grande maioria de suas peças, quando o então Secretário da Fazenda, Luís Arrobas Martins, forma o Grupo Executivo de Aproveitamento do Palácio do Governo de Campos do Jordão (Geapac), constituído por críticos de arte e especialistas em artes plásticas e mobiliário brasileiro antigo. Esse grupo foi responsável, de 1969 a 1970, pela aquisição de móveis, pinturas, esculturas, tapetes, cortinas e objetos de arte para o Palácio Boa Vista. Essa coleção, comprada de particulares, antiquários e galerias de arte, traduzia um espírito de caráter nacionalista e identificava-se com o momento cultural da época.

Para o Palácio dos Bandeirantes, sede do poder executivo do estado de São Paulo e residência de seu governador desde 1965, edifício de áreas amplas, ocorreram algumas aquisições de obras de grandes dimensões. Para a compra dessas obras o Governo contava com o auxílio de comissões externas, como no caso da aquisição de oito grandes painéis da empresa Eletrolândia Ltda., de autoria de Mario Zanini, Alfredo Volpi, Clóvis Graciano, Marcelo Grassmann, Aldemir Martins, Di Prete, Tomie Ohtake e Manabu Mabe. A compra desse lote, também em 1969, foi analisada por uma comissão da Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Assim, constituído como mobiliário utilitário ou objetos de decoração dos Palácios do Governo, a criação de um patrimônio histórico e artístico dessa instância do poder adquiriu contornos museológicos advindos do ato de colecionar, nesse caso, uma coleção feita a várias mãos, todas inseridas no percurso histórico do poder republicano no Brasil, e no Estado de São Paulo.

O acolhimento de visitantes no Palácio Boa Vista inicia-se em 1970, e no Palácio dos Bandeirantes em 1977. Apesar do caráter público dado aos Palácios do Governo – desde então palácios-museus –, com a elaboração de visitas guiadas, em 1985, logo após a redemocratização do Brasil, quando foi criado o Conselho Curador

do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo com o objetivo de elaborar políticas de ação patrimonial, cerca de 90% do seu total de obras já haviam sido adquiridos. Nesse momento, também, surge um departamento específico para gerenciar o acervo e executar ações de preservação, catalogação, pesquisa e comunicação do patrimônio artístico e histórico dos Palácios do Governo, o Grupo Técnico de Preservação e Controle do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo. O Conselho e o Grupo Técnico passam, então, a zelar por um importante acervo público pertencente ao Governo do Estado de São Paulo e alocado em seus Palácios, que, em 1985, eram três: O Palácio dos Bandeirantes e do Horto, em São Paulo, e o Palácio Boa Vista, em Campos do Jordão.

A primeira gestão do Grupo Técnico, coordenado por Radha Abramo, iniciou o processo de catalogação e pesquisa das obras, elaborando publicações e produzindo algumas exposições. O acervo mantinha seu uso prioritário destinado à decoração dos diversos setores dos Palácios, incluído gabinetes e residência oficial do Governador. Em 2003, após 18 anos de funcionamento, o Conselho e o Grupo Técnico foram extintos pelo Governador Geraldo Alckmin e o gerenciamento do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios passou a ser responsabilidade da Secretaria da Cultura do Estado.

Em 2006, o Vice-Governador Claudio Lembo assumiu o governo do Estado quando Alckmin se lançou candidato à presidência da república e, movido por outro interesse sobre as obras de arte do Acervo dos Palácios, reintegrou os mesmos setores, Conselho e Grupo de Preservação (anteriormente designado Grupo Técnico de Preservação e Controle), à estrutura da Casa Civil. As atribuições dos departamentos continuaram as mesmas anteriormente definidas, sofrendo apenas pequenas alterações genéricas.

Em 2007, o Governador eleito José Serra reelaborou a estrutura de funcionamento da Casa Civil e estipulou as novas atribuições do Conselho e do Grupo de Preservação, que passou a se chamar Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo. A gestão da Curadoria procurou atualizar a museologia praticada dentro dos Palácios: consolidou um corpo profissional técnico e especializado, adequou a reserva técnica e o laboratório de restauração, ambos no Palácio dos Bandeirantes, ampliou o inventário de suas peças por meio de um banco de dados informatizado, dinamizou as pesquisas realizadas, organizou muitas publicações temáticas e, principalmente, produziu uma longa lista de exposições temporárias, com o intuito de criar uma relação mais próxima com os seus possíveis públicos. De 2007 a 2015, a Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo elaborou mais de setenta exposições.

Com exceção do Palácio Boa Vista, que desde sua abertura possui grande fluxo de visitantes – mais por ser um dos principais pontos turísticos da cidade de Campos do Jordão do que por sua política de exposições –, observamos que o Palácio dos Bandeirantes não atingiu amplitude de público, permanecendo mais restrito a seus usos políticos e administrativos, e o Palácio do Horto perdeu sua função expositiva.

O Palácio do Horto, que tinha seu uso restrito ao governador e sua família desde 1949, foi aberto para visitação em 2008. Em 2012, após sediar treze exposições, esta edificação foi transferida da Casa Civil do Governo do Estado para a Secretaria do Meio Ambiente, passando a ter outros tipos de uso.

Diante desse cenário, a política de exposições foi revista. O Palácio dos Bandeirantes passou a abrigar uma grande exposição de longa duração e o Palácio Boa Vista continuou a sediar algumas exposições temporárias somente em uma pequena parte de seu percurso expositivo.

Também é importante considerar que os Palácios do Governo não constituem um museu convencional e a Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo é somente uma parte de uma grande estrutura administrativa pública. Os Palácios possuem usos múltiplos – residência, gabinetes de trabalho, espaço para eventos e museu público –, mas a Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo cumpre o ciclo completo de atividades relativas ao acervo – a curadoria –, selecionando, preservando, pesquisando e comunicando as coleções sob sua responsabilidade.

Assim, estabelecido a partir das especificidades apontadas, mesmo com a modernização de sua política patrimonial e de seus parâmetros museológicos, o Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo continua procurando e definindo seu espaço perante seu público. Esta pesquisa de mestrado, por meio da identificação de seu percurso histórico, que intenciona delinear as especificidades do setor Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, e de um recorte, o mapeamento do processo instituído internamente para a elaboração, produção e montagem de exposições, pretende refletir sobre suas dinâmicas operacionais e delinear novas perspectivas para sua interação com o público. O recorte dará enfoque nos procedimentos expográficos instituídos desde 2007, observando suas potencialidades e fragilidades, por meio da identificação de seus parâmetros e abrangência.

Justificativa

A Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo gerencia um importante patrimônio artístico e histórico público, que reflete os gostos e aspirações do poder executivo do Estado, implantado em importantes edificações – os Palácios do Governo. Esses Palácios situam-se em contextos urbanos distintos, adquirem significação variável ao longo do tempo – devido às flutuações de representatividade que o governo tem perante a população – e apresentam questões museológicas particulares, resultado de uma configuração de usuários, funções e formas bem específicos.

Observamos que o maior obstáculo para a salvaguarda deste acervo encontra-se dentro de sua área de projeção, a Casa Civil do Governo do Estado e seus funcionários, que muitas vezes não reconhecem a relevância patrimonial de suas peças, tratando-as como objetos funcionais. Por esse motivo, um dos objetivos do departamento também é conscientizar estes funcionários sobre a relevância desse acervo.

Como os espaços do Palácio dos Bandeirantes são bastantes mutáveis devido às variações de departamentos e profissionais em suas salas de trabalho, o mobiliário histórico e as obras de artes plásticas dispostas nestes locais são constantemente alterados, pois dependem do gosto de seus ocupantes. Isso ocorre em todas as suas áreas, incluindo residência oficial, gabinetes e secretarias.

Ocorrem, também, reparos e pinturas na edificação como um todo, além de mudanças no layout das salas de trabalho. Tentando evitar riscos desnecessários ao bem patrimonial, as peças dispostas nesses locais são transportadas para algum local de guarda durante a intervenção, só retornando a seu lugar de origem após a conclusão dos serviços.

Dentro das funções destinadas a este Palácio, estão os grandes eventos públicos governamentais, como a assinatura de convênios com prefeituras, a divulgação de planos e ações para a imprensa, a posse de governadores e secretários de estado, velórios de personagens significativos, além de eventos particulares, quando o espaço do Palácio é alugado para a iniciativa privada. Esses eventos, em grande parte, põem em risco as obras e moveis históricos do local, pois tendem a não levar em consideração as especificidades necessárias para sua conservação.

A adaptação de um antigo depósito, que se tornou Reserva Técnica para a guarda do Acervo, resolveu em parte a demanda de acondicionamento das peças, pois, embora seja adequado aos padrões de conservação, possui pequena área útil. Além

desse espaço, o Palácio também dispõe de um pequeno depósito para a guarda das peças de maiores dimensões, a Reserva Técnica de Mobiliário.

Assim, a maior parte de suas obras permanece exposta, decorando seus diversos locais de trabalho, segundo os gostos e predileções dos funcionários que deles fazem uso, e ambientando seus espaços comuns, corredores e saguões. Muitas peças acabam expostas pela inexistência de locais mais adequados para a sua guarda. Durante as montagens e desmontagens das exposições temporárias, ou para atender a demanda de alguma grande reforma, sempre são solicitados espaços temporários para o acondicionamento das peças em trânsito.

Nesse cenário, o serviço da equipe da Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo também compreende uma gestão de risco, ocasionado no dia a dia de um palácio de múltiplas funções, e como metodologia de ação tenta ampliar a percepção de seus funcionários e usuários sobre as demandas e especificidades no trato dos objetos definidos como patrimoniais.

Cabe ressaltar que o espaço destinado à montagem das exposições temporárias no Palácio dos Bandeirantes, o Mezanino, que abrigou quase trinta exposições de 2007 a 2013, foi transformado em espaço para outros tipos de eventos. As exposições temporárias passaram, então, a ser realizadas nos espaços de circulação, que se mostraram inadequados para tal objetivo. Enfim, no ano de 2014, foi idealizada uma exposição de longa duração, trazendo um olhar mais amplo sobre as obras do Acervo dos Palácios, bem como sua inserção no contexto nacional.

O Palácio Boa Vista tem seu uso prioritário destinado ao descanso do governador em exercício, sua família e convidados, e é considerado, desde 1970, Monumento Público do Estado de São Paulo. Seu uso residencial depende muito da família do governante em exercício, que pode solicitá-lo com maior ou menor regularidade, mas, sendo considerado um dos principais pontos turísticos da cidade de Campos do Jordão, possui visita regular e constante, aumentando sensivelmente no inverno e durante o Festival Internacional de Música de Campos do Jordão¹.

Este Palácio tem a capacidade de hospedar um grande contingente de pessoas com todas as pompas de um requintado palacete, incluindo significativas obras de arte. As obras mais importantes do Acervo dos Palácios, adquiridas pelo Geapac, que já tinha a intenção de selecionar bens representativos das artes plásticas e do mobiliário artístico brasileiro para a apresentação pública, ficam alocadas em seus ambientes.

¹ Com origem no Palácio Boa Vista, em 1970, este festival de inverno que acontece em Campos do Jordão se consolidou como o maior e mais importante festival de música clássica da América Latina.

A decoração da área íntima do Palácio – que não é aberta ao público em geral – segue determinações da família do governador, normalmente representado pela primeira-dama. As áreas abertas ao público são ambientadas pela equipe da Curadoria do Acervo dos Palácios, em concordância com as diretrizes estabelecidas pela família do governador. Do percurso aberto ao público, uma pequena parte destina-se a exposições temporárias, que são planejadas e executadas pela equipe da Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, sempre respeitando as características da edificação, que é tratada como um museu-casa.

Salientamos que para António Ponte, em *Casas-Museu em Portugal: Teoria e Prática* (2007),

A realidade dos palácios reais, de soberania, pode levantar questões quanto ao seu enquadramento nos conceitos de casa histórica e casa-museu. Considera-se que, eventualmente, todos os palácios serão casas históricas pela importância que assumem na História de um povo, de uma nacionalidade, mas nem todos são considerados casas-museu, uma vez que ainda não sofreram a transformação necessária para assumir essa designação. (p. 5)

O local não dispõe de reserva técnica e são utilizados espaços diversos para a guarda temporária das peças em trânsito, como um ambulatório desativado ou a antiga sala da diretoria, e, como no Palácio dos Bandeirantes, a maior parte de suas obras ficam expostas. Para guardá-las adequadamente, as peças precisam ser transferidas para a Reserva Técnica do Palácio dos Bandeirantes, que, conforme já mencionamos, possui pequena área útil.

Assim, dentro das especificidades apontadas para o Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, atualmente gerenciado pela equipe da Curadoria do Acervo dos Palácios, faz-se necessária a criação de políticas de gestão e planejamento específicas, que deem conta de sua utilização decorativa e implementem abordagens para sua maior, e mais qualificada, comunicação pública.

Outro aspecto de extrema relevância, mas de sutil apreciação, é o fato de que os governantes, nesse caso do sistema político que se inicia com a Proclamação da República, com todas as suas variações sofridas ao longo de mais de cem anos, utilizaram-se de artifícios diversos para construir uma imagem pública. Constituíram, inclusive, um acervo artístico e cultural. E, como as estruturas de poder normalmente apresentam-se sobre sua melhor perspectiva, não demonstram seu lado fraco ou desvirtuado, podemos questionar se esse Acervo teria condições de apresentar-se de forma isenta para a população. Assim, será que existe a possibilidade de expor esse Acervo sem curvá-lo diante das barreiras impostas pela própria estrutura do poder? Sem subjugá-lo a imagem que o poder pretende fazer de si?

No ensaio *Só sei que nada sei: única forma de encontro entre a arte e a educação* (2011), de Julia Buenaventura, observamos uma interpretação do pensamento de Luis Camnitzer sobre a relação entre arte e educação crítica.

Uma educação no seu sentido pleno, longe de ser um treinamento, o que consiste em ensinar alguém como repetir o estabelecido, encontra-se no cultivo de um pensamento crítico. A crítica se baseia em refletir, além das coisas, na sua relação, nas formas em que estas coisas estão ordenadas e, daí, sobre o que determina esta ordem. Desde o exposto por Camnitzer, a arte e a educação seriam irmãos. Uma arte que, desligada do artifício, seja campo do questionamento, da imaginação e da especulação sobre assuntos impossíveis.

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, em seu texto *Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico* (2005), reforça o papel das exposições no desenvolvimento crítico.

Se for possível resumir num foco único o nervo de todas as reflexões até aqui acumuladas, diria que o fio condutor é a dimensão crítica da exposição. "Crítica" no sentido etimológico, que implica competência de distinguir, filtrar, separar, portanto, possibilidade de opção, escolha. Se o museu tem responsabilidades na transformação da sociedade (e a exposição, para tanto, é recurso fecundo), isto se fará não com procedimentos de exclusão elitista, ou catequese populista, mas na medida em que contribuir para capacitar nas escolhas todos aqueles com quem puder se envolver. Se o museu se eximir da obrigação de aguçar a consciência crítica e de criar condições para seu exercício estará apenas praticando uma forma mascarada do autoritarismo que os museólogos tanto têm exposto à execração. (p. 20)

Dessa forma, podemos questionar, também, se o poder político prestar-se-ia a elaborar uma apreciação crítica de sua estrutura profunda, sem redundar na apresentação de sua superficialidade, de sua aparência externa, que mascarando o autoritarismo permanece dentro do senso comum.

Tendo isto posto, um estudo abrangente da Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, zeladora de uma imagem-patrimônio do Governo do Estado, dentro de seu contexto de ação, a Casa Civil do Governo do Estado e seus diversos departamentos, atrelado a questões atuais do campo de pesquisa da museologia, pretende problematizar o setor, aprimorando seu uso decorativo e ampliando sua relação com seus possíveis públicos.

Objetivos específicos

A partir do apresentado, o presente trabalho tem como objetivo:

1 - Examinar o processo curatorial que vem orientando as ações entorno do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, principalmente a metodologia utilizada para a elaboração, produção e montagem de exposições;

2 - Refletir sobre a prática do fazer expositivo em palácios museus-casas de governo.

Para se atingir essas duas metas, faz-se necessário traçar um balanço histórico da formação do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo e dos setores criados para o seu gerenciamento.

Como resultado, esta pesquisa de mestrado tem a intensão de auxiliar a formular políticas específicas para o tratamento desse Acervo, que deem conta de seu uso decorativo e ampliem a perspectiva dada a sua comunicação pública.

Metodologia

Traçaremos uma perspectiva histórica da formação do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, sistematizando informações já delineadas em diversas publicações produzidas, ao longo do tempo, pelas equipes de pesquisa ligadas ao gerenciamento deste Acervo.

Apreciaremos, também, o histórico da abertura dos Palácios para a visitação pública, da criação do Grupo Técnico de Preservação e Controle e do Conselho de Orientação em 1985, da extinção desses setores em 2003, de seus reagrupamentos em 2006, da estrutura de suas funções reeditadas em 2007, e da elaboração de seu Conselho Consultivo em 2008. Para isso, faremos uma síntese dos decretos estaduais relacionados ao Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo.

Observaremos as diferentes políticas de gestão empreendidas em suas diversas fases, examinando o processo curatorial que vem orientando as ações em torno deste patrimônio, por meio de seus programas, publicações, exposições e eventos, e de dados coletados em entrevistas realizadas com alguns profissionais que atuaram, ou ainda atuam, junto ao Acervo, e em relatórios de gestão.

Assim, seguindo as premissas delineadas por Maria Cristina Oliveira Bruno na disciplina *Planejamento Museológico: da Museologia Tradicional à Sociomuseologia*², e por Manuelina Maria Duarte Candido no livro *Gestão de Museus: Diagnóstico Museológico e Planejamento, um desafio contemporâneo* (2013), a primeira parte desta pesquisa procurará realizar um “diagnóstico” institucional, delineando aspectos do fato museal e do fenômeno museológico atrelados ao universo do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, para entender as circunstâncias das quais o Acervo faz parte, em uma tentativa de chegar ao seu “estado da arte”. A intenção será utilizar a perspectiva do planejamento museológico para aprofundar o olhar sobre uma área do processo museológico, a política de comunicação instituída pela Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo desde 2007, suas reciprocidades e encaminhamentos.

Com fundamentos de análise consistentes, pretendemos abrir caminho para o detalhamento do sistema de comunicação mais utilizado desde então, as exposições temporárias. Assim, após levantar todo o histórico de exposições elaboradas de 2007 a 2015, descreveremos o processo de concepção, produção e montagem da exposição *Narrativa do Tempo – O Móvel no Acervo dos Palácios*, aberta de 15 de novembro de 2013 a 6 de abril de 2014 no Palácio Boa Vista. Essa exposição, que se insere no final de um período de ampla produção expositiva, contempla todas as fases normalmente empreendidas pela Curadoria do Acervo dos Palácios para a elaboração, produção e montagem de exposições.

Na etapa de concepção da exposição, será importante entender quem elabora o conceito, a partir de quais premissas e com quais objetivos, verificando-se as metodologias e a tomada de decisão. O mapeamento do processo de materialização da exposição será feito pela apreciação de seu cronograma de produção e de seu diário de montagem, feitos em colaboração com os profissionais envolvidos, uma vez que serão registradas as rotinas dos processos, ponderando as participações, ora coletivas, ora individuais. Estes documentos foram utilizados para o registro da rotina da equipe, as bases para sistematizar as diversas fases desse procedimento interdisciplinar e suas metodologias específicas, estabelecendo suas conexões, pontos fortes e ruídos. Também será levantado todo o material produzido pela equipe para a elaboração das exposições, listas de obras e transporte, laudo de peças restauradas, guia de comunicação visual e projeto cenográfico, percebendo os profissionais envolvidos nas etapas delineadas e as intenções que definiram o trabalho.

² Disciplina oferecida pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da USP.

Sobre os conceitos de curadoria

Hans Ulrich Obrist observa que a arte do fim do século XIX e do século XX está profundamente ligada à história das exposições e, à medida que avançamos no tempo, a história das exposições parece inseparável da formação das grandes coleções da modernidade. Mesmo assim, o papel do curador – aqui entendido como o profissional que define o conceito da exposição e, a partir disso, seleciona as obras a serem expostas –, figura central desse contexto, ainda permanece, em grande medida, indefinido. Aparece embutido em profissões preexistentes relacionadas à arte, tais como diretor de museu ou centro cultural, negociante ou crítico de arte. (OBRIST, 2010, p. 14 e 15)

Olu Oguibe, em seu ensaio *O Fardo da Curadoria* (2004), comenta sobre o assunto:

Na segunda metade do século XX surgiu uma nova figura, na posição de agente cultural influente, que acabaria por roubar de modo eficaz a posição suprema da crítica e do historiador da arte no discurso da arte contemporânea. A figura era a do curador, diretor ou comissário de exposições. Entre os anos 70 e 90, à medida que os acadêmicos e críticos se tornaram menos influentes nas decisões sobre o destino da carreira do artista – especialmente na cultura metropolitana –, o curador começou cada vez mais a definir a natureza e a direção do gosto na arte contemporânea – tanto assim que, na virada para o século XXI, o curador passa então a representar a figura mais temida e talvez a mais odiada da arte contemporânea. (p. 7)

Dentro da classificação elaborada nesse ensaio, o *curador facilitador* é apresentado, dentro de quatro formatos delineados, como o único benigno. Mais próximo de sua origem modesta, no papel de zelador, o objetivo primordial desse curador seria defender obra e artista, sem armações mercantis ou egocêntricas.

Ao trabalhar com os artistas como um colaborador cujas contribuições permitem a realização e a efetivação do processo criativo – um defensor cujo apoio é conduzido não por armações mercantis ou egocêntricas, mas por um vínculo genuíno com a obra e com o artista por de trás do trabalho –, que o curador chega mais próximo de seus objetivos. Como já argumentei, as origens da profissão de curador não estão nos espaços glamorosos do mercantilismo cultural que associamos com a curadoria hoje em dia, mas certamente em uma ocupação mais modesta, a curadoria religiosa ou monástica, cuja responsabilidade é vigiar os objetos icônicos, imagens e registros. A vocação de curar remonta a uma profissão ainda mais modesta e zelosa, a de zelador ou enfermeiro, cuja dedicação é motivada pelo cuidado e amor pelo objeto sob sua responsabilidade. Em outras palavras, o papel ideal do curador é o de um vigia do processo artístico, objeto ou situação. Nesse papel, o curador é igualmente um defensor, como em todos os outros papéis, mas um defensor cujo impulso primordial é a empolgação e a satisfação de ser parte do processo mágico de transição de um trabalho de arte desde a ideia à ocupação do espaço público. (p. 7)

O termo curador, aquele que faz a curadoria, que, na arte contemporânea, é normalmente utilizado para definir esse especialista em coleções – aquele que detém o conhecimento –, vem passando por uma revisão. Nessa fase, o conceito de curadoria se amplia e passa a se referir a um campo do conhecimento, levando em conta novos tipos de processos museológicos.

No artigo *Museologia, novas tendências* (2009), Marília Xavier Cury, afirma que:

(...) curadoria ou processo curatorial é uma das formas de se entender o trabalho do museu, agora a partir da cadeia operatória em torno do objeto. A partir desta concepção o papel do curador se amplia, ou seja, são curadores todos aqueles que participam do processo curatorial. (...) As ações do processo curatorial são: formação de acervo, pesquisa, salvaguarda (conservação e documentação museológica), comunicação (exposição e educação). (p. 32 e 33)

Essa formulação parte do pensamento de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, citado no mesmo artigo:

(...) curadoria é o ciclo completo de atividades relativas ao acervo, compreendendo a execução e/ou orientação científica das seguintes tarefas: formação e desenvolvimento de coleções, conservação física das coleções, o que implica soluções pertinentes de armazenamento e eventuais medidas de manutenção e restauração, estudo científico e documentação, comunicação e informação, que deve abranger de forma mais aberta possível, todos os tipos de acesso, apresentação e circulação do patrimônio constituído e dos conhecimentos produzidos, para fins científicos, de formação profissional ou de caráter educacional genérico e cultural (exposições permanentes e temporárias, reproduções, experiências pedagógicas, etc.). (apud CURY, 2009, p. 32)

Dessa forma, os termos acima delimitados servem de base para as reflexões sobre o papel do setor Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo e de seu coordenador geral, intitulado *curador*. Evidenciamos que este projeto não tem a intenção de discutir os conceitos de curador e curadoria, mas a relação de trabalho estabelecida sobre esses conceitos, e, a partir de discussões metodológicas específicas sobre os elementos fundamentais para a elaboração dos processos de concepção e montagem de exposições, e de reflexões sobre as formas de organização e de participação dos integrantes da equipe, abordados também por Cury, em seu livro *Exposição – concepção, montagem e avaliação* (2005), sob três diferentes aspectos, o administrativo, o técnico e o político, refletir e sistematizar os processos de trabalho desenvolvidos nas experiências analisadas.

Abordando o tema da metaqualidade (qualidade com qualidade e qualidade de vida no trabalho), Cury comenta:

Essa abordagem tem como uma de suas finalidades equilibrar a nossa visão entre público interno e externo, entre os profissionais de museu e seu público, valorizando a participação dos funcionários, uma vez que a tendência é a supervalorização do público externo do museu em detrimento do interno. Espero ter conseguido argumentar no sentido de demonstrar que processos são produtos e não somente meios para se atingir fins desejados. Os trabalhadores de museus (e do sistema de comunicação museológica) devem ser alvo do mesmo respeito que deposita no público destas mesmas instituições. A eficácia do produto exposição não pode ser alcançada sem a eficácia do produto processo de comunicação museológica. Qualidade obtida com qualidade. (2005, p. 95 e 96)

Assim, o objetivo deste trabalho também é refletir sobre a prática do fazer expositivo, proporcionando um olhar mais crítico para os profissionais envolvidos, com a intenção de facilitar e refinar o processo de criação, produção e montagem de exposições, como metodologia para aprimorar a comunicação com o seu público externo, ou público visitante. A cultura da avaliação promove a análise da gestão de processos museográficos – complexos e desenvolvidos em equipe – para ajudar a situar o sujeito em seu trabalho, estabelecendo um maior domínio de seu ofício. Para tanto, a avaliação técnica realizada se debruça sobre uma experiência específica para o exercício da teorização sobre processos.

Propomos que o fazer museográfico se torne cada vez mais consciente na prática desse profissional de museu, transitando criticamente pelas áreas do sentir e do pensar museológicos, e acreditamos que as análises de situações específicas podem servir para esse objetivo, ajudando a experimentar e a edificar novas práticas e, conseqüentemente, novas maneiras de se fazer o museu.

Capítulo 1

Uma perspectiva histórica da formação do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo

Uma especificidade desta pesquisa é o fato de que seu objeto de estudo não está relacionado a uma instituição museológica convencional. Sendo os Palácios do Governo local de moradia, descanso e trabalho do governador do Estado de São Paulo – o Palácio dos Bandeirantes, núcleo de secretarias de Governo, também conta com grande aparato administrativo –, o setor da Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo – que passaremos a designar por Curadoria do Acervo dos Palácios – gerencia somente uma de suas áreas de trabalho, zelando pela preservação e divulgação de um patrimônio artístico e histórico público adquirido pelo governo do estado.

Segundo Maria Cristina Bruno:

Com uma história longa, permeada pela preservação das expressões culturais e das ações de colecionadores, as instituições museológicas têm um singular comprometimento com a reflexibilidade dos olhares que têm enquadrado e selecionado aspectos da realidade, gerando acervos de bens patrimoniais que sustentam a nossa herança cultural. A historicidade dessa longa caminhada é de interesse de diversas áreas do conhecimento, mas para a Museologia tem uma importância estruturadora, no que tange a organização disciplinar e a hierarquia das expressões do pensamento acadêmico. A bibliografia referente à Museologia, enquanto área do conhecimento, só muito recentemente tem sido sistematizada e incorporada às discussões que estabelecem os principais quadros referenciais dos limites e reciprocidades entre os campos de conhecimento. (2006, p. 10)

Dessa forma, esta perspectiva pretende delinear as especificidades do empreendimento museológico iniciado com a constituição de coleções pelos governantes em exercício, e suas reciprocidades com o público com quem almeja dialogar.

A maior parte das informações pontuadas neste capítulo partem de pesquisas já realizadas pela Curadoria do Acervo dos Palácios, disponíveis em publicações produzidas como complemento das exposições elaboradas e em catálogos de apresentação da *Galeria de Retratos dos Governantes de São Paulo*. Para a construção dessa retrospectiva, foram sintetizados textos dos *Catálogos da Galeria de Retratos dos Governantes do Estado de São Paulo*, edições de 2006 e 2013; do catálogo e do folder da exposição *Panorama das Coleções*, de 2010 e 2011, respectivamente; e do catálogo da exposição *Casas de Poder*, de 2014.

1.1 Os governantes

O Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo – que passaremos a designar por Acervo dos Palácios – teve sua origem vinculada à história política do Estado e é patrimônio representativo das diversas instâncias de poder que habitaram e trabalharam nos Palácios do Governo.

Ao longo da história política de São Paulo, os títulos dos governantes foram modificados várias vezes, de acordo com as variações sofridas pelo sistema político vigente no Brasil. Seus mandatários já foram designados donatários, capitães-mores, capitães-generais, presidentes de província, presidentes de Estado, interventores e governadores.

Com o fim do Império e a Proclamação da República, em 1889, o chefe do Governo Provisório da Primeira República, Marechal Deodoro da Fonseca, constituiu uma junta governativa para São Paulo, formada por Prudente José de Moraes Barros, Francisco Rangel Pestana e Joaquim de Sousa Mursa, intitulada triunvirato. Prudente de Moraes assumiu como governador logo em seguida, sendo sucedido por outros dois governadores, também nomeados por Deodoro da Fonseca.

É a partir desse marco, a Proclamação da República, que os mandatários do Estado começaram a ser representados em pinturas oficiais. Atualmente, essa coleção é denominada *Galeria de Retratos dos Governantes do Estado de São Paulo* e é constituída por 30 governantes retratados (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013), sendo Prudente de Moraes o primeiro deles. Registro artístico da sucessão desses personagens ao longo do tempo, essa coleção ajuda a elaborar uma linguagem para a afirmação política do período republicano.

Com a promulgação da Constituição Estadual, em 1891, a província de São Paulo recebeu a denominação de estado, e seus governantes, presidentes estaduais. Tal designação deixou de existir a partir da Revolução de 1930, quando a junta provisória, que respondia pelo Governo Federal, nomeou governadores militares, delegados militares e interventores federais. Em 1935, o governador foi eleito de forma indireta pelo parlamento paulista. De 1937 a 1945, o Estado de São Paulo foi governado por interventores federais designados pelo presidente da República.

Com a promulgação da Carta Política de 1946, teve início o segundo período constitucional, e o governante do Estado de São Paulo passou a receber novamente o título de governador, que perdurou também durante a ditadura militar, de 1964 a 1985, e permanece até os dias de hoje. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2006 e 2013)

1.2 Palácios do Governo do Estado de São Paulo

As edificações utilizadas pelos chefes de estado possuem status ampliado e tendem a demonstrar força e poder através de alguns recursos comuns. Possuem grandes dimensões e terrenos com jardins exuberantes, que propiciam destaque na paisagem urbana, arquitetura que reflete os padrões estéticos da elite econômica, em seu tempo histórico, e decoração sofisticada, com obras de arte.

As edificações que trataremos, devido à opulência e, principalmente, à simbologia atrelada às moradias e locais de trabalho dos governantes de modo geral, que passam a ser também espaço de representação política, são todas designadas *palácios*.

Palácio do Pateo do Collegio

O Pateo do Collegio recebeu a sede do governo paulista em 1765, após o fechamento do Colégio de São Paulo de Piratininga, que, desde 1554, antes da fundação da cidade, ocupava o edifício. Considerado o núcleo de origem da cidade, o local é marco representativo da história de São Paulo e, ao longo dos séculos, passou por diversas transformações, entre demolições e reformas.

Figura 1. Palácio do Pateo do Collegio. Foto: Guilherme Gaensly, início do séc. XX. Fonte: Sampa Histórica <<https://sambahistorica.wordpress.com/2014/05/28/jardim-do-palacio/>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

De edificação de pau a pique, em 1553, até a reforma mais recente, em 2002, as técnicas construtivas variaram das indígenas às vernaculares, da taipa de pilão ao concreto. A função residencial sempre esteve presente, associada à sua ocupação pelos poderes eclesiástico e laico, em épocas distintas.

Para abrigar o Palácio dos Capitães-Generais Governadores de São Paulo, o português Morgado de Mateus, capitão-general, adaptou a edificação às necessidades de sede administrativa, concluindo sua reforma em 1769. Em 1881, sob as ordens de

Florêncio de Abreu, então presidente da província, houve uma reforma radical no palácio, que inseriu jardim e fachada neoclássica, com colunas jônicas, das quais restam hoje apenas os capitéis. Em 1886, foi construída uma fonte afrancesada, conhecida como Cascata do Palácio. Em 1908, a área residencial foi demolida; porém o prédio ainda continuou como Palácio do Governo até 1932, quando passou a abrigar a secretaria da Educação.

Os governadores do período republicano continuaram utilizando a sede herdada de seus antecessores, mas, em 1911, o Estado compra o Palacete Elias Chaves, no bairro dos Campos Elíseos, com a intenção de para lá transferir a sede do poder administrativo. Em 1932, o processo de mudança é definitivamente concluído, não havendo documentação precisa do acervo de peças e mobiliário que foi transferido para o novo Palácio dos Campos Elíseos.

Nas décadas de 1940 e 1950, discussões a respeito da preservação do patrimônio e do resgate da história colonial brasileira culminaram com a reurbanização do espaço e a demolição do antigo Palácio do Governo, em 1953. Em 1954, o Pateo do Collegio foi reintegrado à Companhia de Jesus, seguindo-se a construção de uma réplica da antiga edificação, finalizada nos anos 1970. O local passou a funcionar como complexo cultural em 1979, chegando aos nossos dias como um lugar dedicado à memória. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011 e 2014)

Palácio dos Campos Elíseos

O Palacete Elias Chaves foi originalmente construído para o político e exportador de café Elias Antônio Pacheco e Chaves, projetado pelo arquiteto Matheus Heüssler e ambientado pelo cenógrafo e decorador italiano Cláudio Rossi.

Inspirado no Castelo de Écouen, na França, o edifício teve, além de materiais e elementos importados da Europa e dos Estados Unidos, grande parte de sua marcenaria e serralheria produzida pelo Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, que assimilou muitas técnicas europeias. Os revestimentos de madeira em carvalho francês e o telhado de pinho de riga foram executados pelo mestre carpinteiro alemão João Grundt. O edifício também recebeu objetos trazidos da Itália pelo arquiteto, que reuniu, dentre outros, espelhos de cristal de Veneza, lustres de cristal de Baccarat e maçarotas de porcelanas de Sèvres.

Figura 2. Palácio dos Campos Elíseos. Foto: Marcos Victorino. Fonte: Pitoresco - A Arte dos Grandes Mestres <<http://pit935.blogspot.com.br/2012/11/fundos-do-palacio-dos-campos-eliseos.html>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

Figura 3. Palácio dos Campos Elíseos. Fonte: Portal do Governo do Estado de São Paulo <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=76416&c=6#2>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

Em 1911, quando o palacete foi adquirido pelo Governo do Estado para ser residência oficial de seu presidente, passou a ser chamado de Palácio dos Campos Elíseos (PCE). O edifício foi comprado com parte das peças que já o ambientavam, destacando-se, além de pinturas e esculturas, suas coleções de artes decorativas europeias, especialmente móveis franceses em estilo característicos dos períodos dos reis Louis XV e Louis XVI.

Entre 1921 e 1965, foi sede do poder administrativo, passando a ser, além de residência oficial de diversos governantes, espaço para os despachos. Recebeu, para essas funções, reformas e alterações arquitetônicas, sendo a mais significativa a de 1935, que, apesar de conservar a maior parte da decoração original, substituiu as escadas de madeira feitas pelo mestre Grundt por outras de alvenaria cobertas de mármore.

Os registros fotográficos da decoração do palácio mostram claramente uma ambientação típica do espírito “europeizado” do período, evidenciando uma estética eclética – rococó e neoclássica.

Em 1967, devido a um incêndio que destruiu o edifício – que passava por obras de restauro já havia nove meses – tanto a sede do governo como a residência do governador foram transferidas definitivamente para o Palácio dos Bandeirantes, juntamente com seu acervo móvel e artístico e os bens pessoais do governador Roberto Costa de Abreu Sodré e sua família³.

Hoje, parte dessas peças integram o Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, entre elas, tapeçarias Aubusson e tapetes persas, vasos de porcelana de Sèvres, esculturas de mármore e bronze – de estética e gosto franceses –, consoles,

³ Segundo reportagem do Jornal *O Estado de S. Paulo* de 18 de outubro de 1967.

mesas e cadeiras em madeira escura entalhadas ou douradas e uma rara coleção de imagens sacras. A última leva de obras transferidas em 2006 soma aproximadamente cem objetos, que foram distribuídos entre os Palácios dos Bandeirantes e Boa Vista.

O Palácio dos Campos Elíseos, atualmente em processo de restauro para ser utilizado como museu, é uma das raras construções da época que ainda podem testemunhar influências estéticas e arquitetônicas do fim do século XIX e início do XX. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011 e 2014)

Palácio Boa Vista

A pedido do interventor federal Adhemar Pereira de Barros, em sua primeira gestão (1938-1941), no início da década de 1940, o arquiteto polonês George Przirembel elaborou o projeto original do Palácio Boa Vista (PBV), que seria construído em Campos do Jordão, no interior do estado, como residência para descanso dos governantes. Inicialmente com características neocoloniais, o desenho foi modificado nos anos seguintes e acabou por configurar um castelo com influência historicista, com várias referências a estilos do passado, inclusive o gótico.

Figura 4. Palácio Boa Vista. Fonte: emcamposdojordao.com.br
<<http://www.emcamposdojordao.com.br/noticia/palacio-da-boja-vista-comemora-50-anos-com-exposicao-ata-2015>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

Figura 5. Palácio Boa Vista. Fonte: emcamposdojordao.com.br
<<http://www.emcamposdojordao.com.br/noticia/castelo-em-campos-do-jordao>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

Por razões políticas e administrativas, inclusive o questionamento público sobre a construção de um palácio governamental naquele local, a obra foi interrompida de 1952 a 1963. Somente quando Adhemar de Barros voltou a comandar o estado, em sua terceira gestão (1963-1966), foi determinada a conclusão da edificação, inaugurada em julho de 1964.

A partir do governo de Abreu Sodré (1967-1971), o prédio passou a receber obras de arte para a decoração. A aquisição da coleção, a partir de 1969, foi comandada pelo Secretário da Fazenda Luis Arrobas Martins, que integrou o Grupo Executivo de Aproveitamento do Palácio do Governo de Campos do Jordão (Geapac), junto com Paulo Mendes de Almeida, Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro Neto, Oswaldo de Andrade Filho, Silvia Sodré Assumpção e Marcelo Ciampolini. Esse grupo escolheu, já com o objetivo de construir uma coleção que pudesse ser apreciada por visitantes, um acervo eclético, tanto do ponto de vista da diversidade de tipologias como de escolas artísticas. Os estilos representavam os períodos barroco, rococó, neoclássico, *art nouveau* e moderno, com destaque para as pinturas e esculturas do Modernismo brasileiro.

Em abril de 1970, o palácio passou a ser considerado “Monumento Público do Estado de São Paulo”. Em julho do mesmo ano foi organizado o primeiro Concerto de Inverno, embrião do Festival Internacional de Música de Campos do Jordão, e, posteriormente, foram definidas as regras para a visitação pública do agora palácio-museu.

Em 1989, na gestão do governador Orestes Quécia (1987-1991), foi inaugurada uma capela ecumênica, projetada pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha, em cimento armado aparente e vidro, configurando um estilo bem contrastante ao do palácio.

Atualmente, cerca de mil e seiscentas peças de distintos materiais e procedências convivem em seus diversos ambientes. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011 e 2014)

Palácio do Horto

O Parque Estadual da Cantareira começou a ser formado em 1890, com a desapropriação de fazendas existentes na Serra da Cantareira pelo governo paulista para recuperar a mata atlântica e conservar seus mananciais. Essa desapropriação aconteceu na gestão de Bernardino de Campos (1902-1904), embasada por relatório do Secretário da Agricultura, após pesquisa de uma comissão formada pelo engenheiro Ramos de Azevedo e pelo botânico Alberto Löfgren.

Na década de 1930, uma casa de paredes brancas e janelas verdes, com fachada que mistura o estilo neocolonial com uma arquitetura rural, ambientada com mobiliário e louçaria típicos de uma casa de campo, foi construída para ser residência do administrador do Serviço Florestal, futuro Instituto Florestal.

Figura 6. Palácio do Horto. Fonte: Portal do Governo do Estado de São Paulo
<<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=214205#0>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

Figura 7. Palácio do Horto. Fonte: A Gazeta da Zona Norte
<<http://www.gazetazn.com.br/index1.asp?bm=m&ed=54&s=71&ma=235&c=0&m=0>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

O clima, a topografia, a fauna e a flora diversificadas, além de sua localização privilegiada – no coração de uma das maiores florestas nativas do mundo –, levaram o governador eleito Adhemar de Barros – em sua segunda gestão (1947-1951) – a transferir essa residência da Secretaria da Agricultura para a Secretaria de Governo, no ano de 1949, e lá instalar outra residência para uso social do governante, o Palácio do Horto (PH). No decorrer dos anos, o palácio sofreu várias reformas e recebeu visitas de diversas autoridades brasileiras e estrangeiras.

Em 2007, o edifício passou a sediar um espaço museológico, abrigando diversas exposições produzidas pela equipe da Curadoria do Acervo dos Palácios. Ambientado como um museu-casa, as pinturas, os desenhos e as gravuras nas paredes apresentavam, especialmente, temas ligados ao meio ambiente, como paisagem e botânica. Do mobiliário em madeira, podia-se destacar a coleção de camas dos séculos XVIII e XIX, contadores portugueses e barguenhos espanhóis produzidos no século XVII, além da grande mesa na sala de jantar, montada com o serviço de louça europeia.

Em 2012, o imóvel deixou de ser um Palácio do Governo, disposto como museu-casa, e foi transferido para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Todas as peças do Acervo que lá se encontravam foram deslocadas para o Palácio dos Bandeirantes. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011 e 2014)

Palácio dos Bandeirantes

A primeira concepção arquitetônica do Palácio dos Bandeirantes (PB) é de 1938. Projetado pelo arquiteto italiano Marcello Piacentini, a pedido do conde Francisco Matarazzo Sobrinho, para ser uma universidade, o desenho apresentava linhas retas, colunas, muros lisos e ampla fachada. Após várias modificações no

projeto, na década de 1950, o engenheiro Francisco da Nova Monteiro assumiu a direção da construção e alterou sua concepção para um estilo italiano, de linhas mais neoclássicas. Grande, opulento e austero, o edifício foi construído no topo de uma colina no bairro do Morumbi, região que, na época, ainda apresentava resquícios de antigas fazendas, e estava sendo urbanizada por empresas particulares, que cativavam um público de alto poder aquisitivo.

Figura 8. Palácio dos Bandeirantes. Fonte: Biblioteca da Casa Civil
<<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

Figura 9. Palácio dos Bandeirantes. Fonte: Portal do Governo do Estado de São Paulo
<http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/turismo_pontos-turisticos_palacio-dos-bandeirantes>. Acesso em: 28 mar. 2015.

A obra teve início em 1954 e se arrastou pelos anos seguintes devido a dificuldades financeiras do Grupo Matarazzo. Durante o governo de Adhemar de Barros, em sua terceira gestão (1963-1966), foram iniciadas negociações para a desapropriação do imóvel como pagamento das dívidas fiscais, legalizadas por meio de decreto estadual em abril de 1964.

Em 1965, a sede administrativa foi transferida para o Palácio dos Bandeirantes. O acervo proveniente do Palácio dos Campos Elíseos foi complementado com pinturas, esculturas, desenhos, gravuras, móveis, louças, objetos em prata e tapeçarias, que representam períodos históricos e artísticos desde o século XVII até o século XX.

Nas artes plásticas, as aquisições privilegiaram, ao longo do tempo, algumas séries de gravuras dos séculos XIX e XX, grandes painéis, pinturas de paisagens e temas históricos do século XIX e obras produzidas por artistas que participaram dos Salões Paulistas de Belas-Artes entre as décadas de 1930 e 1970. Da coleção de artes decorativas, destacam-se os grandes arcazes dos séculos XVII e XVIII, as mesas em madeira entalhada, os lustres de cristal e a grande coleção de louça europeia e da Companhia das Índias. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011 e 2014)

1.3. Formação do Acervo dos Palácios do Governo

O Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo teve sua origem com a decoração da primeira sede administrativa estadual, o Palácio do Pateo do Collegio. Contudo, há poucas informações a respeito das aquisições naquele período, tornando difícil a sistematização dessa parte da coleção.

Com a compra do Palácio dos Campos Elíseos, em 1911, o Estado adquiriu as obras de arte, tapeçarias e mobiliários do palacete, em sua maioria em estilo marcadamente franceses, como o rococó e o neoclássico. As peças remanescentes ao grande incêndio foram transferidas, em 1967, para os Palácios dos Bandeirantes e Boa Vista. Aproximadamente cem peças, referentes à última leva transferida, em 2006, estão inventariadas, passaram por restaurações e aguardam a finalização do restauro da edificação para retornarem a seu local de origem, com a criação de um novo museu⁴.

No entanto, é em 1969 que foi adquirida a grande maioria de suas peças, quando o então Secretário da Fazenda, Luís Arrobas Martins, forma o Geapac. Segundo Ana Cristina Carvalho:

O Geapac foi constituído por críticos de arte e especialistas em artes plásticas e mobiliário brasileiro antigo, os quais, sempre sob a direção e orientação de Arrobas Martins, foram responsáveis, de 1969 a 1970, pela aquisição de móveis, pinturas, esculturas, tapetes, cortinas e objetos de arte que fazem parte do acervo atual. Participaram desse grupo o crítico de arte Paulo de Tarso Mendes de Almeida, o especialista em arte colonial brasileira Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro Neto, a decoradora Sílvia Sodré Assunção, Oswald de Andrade Filho e Marcelo Ciampolini. A escolha das obras de arte que privilegiou o modernismo deve muito à participação de Oswald de Andrade Filho e Paulo Mendes de Almeida. (2003, p. 18)

Reunindo pinturas, esculturas, gravuras e desenhos dos principais artistas do Modernismo brasileiro, ao lado de mobiliário artístico colonial brasileiro, imagens sacras do século XVIII e pinturas cusquenhas, esse grupo compôs uma coleção que traduzia um espírito de caráter nacionalista e identificava o momento cultural da época⁵. Essas peças, que representam o mais importante núcleo do Acervo dos Palácios do Governo, foram adquiridas de coleções particulares, antiquários e galerias de arte, e por meio de leilões, para o Palácio Boa Vista.

⁴ O projeto museológico desse museu, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, ainda está em elaboração e vem sendo amplamente discutido pela equipe da Curadoria do Acervo dos Palácios. A proposta inicial é que o Palácio dos Campos Elíseos funcione como um museu-casa.

⁵ O processo de preservação do patrimônio nacional foi iniciado, poucos dias após o golpe que instituiu o Estado Novo, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O SPHAN caracterizou-se pelo tombamento de prédios que obedeciam à estética modernista e de edificações do período colonial, “que foram elevados a símbolos da autenticidade da nação, fortalecendo a mítica do Estado forte e unificado” (SANTOS, 2011, p. 190).

Em 1969, também ocorreu a aquisição de oito grandes painéis da empresa Eletrolândia Ltda. para o Palácio dos Bandeirantes. De autoria de Mario Zanini, Alfredo Volpi, Clóvis Graciano, Marcelo Grassmann, Aldemir Martins, Di Prete, Tomie Ohtake e Manabu Mabe, os painéis representam uma época importante das artes plásticas no Brasil, quando artistas discutiam questões estéticas por meio das linguagens figurativa e abstrata. A compra desse lote foi analisada por uma comissão da Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Em 1985, quando foi criado o Conselho Curador do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, com o objetivo de elaborar políticas de ação para o acervo, cerca de 90% de seu total de obras já haviam sido adquiridos. É nesse momento, também, que surge um departamento específico para gerenciar o acervo e executar ações de preservação, catalogação, pesquisa e comunicação do patrimônio artístico e histórico dos Palácios do Governo, o Grupo Técnico de Preservação e Controle do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, coordenado por Radha Abramo. Porém, a partir de então, a política de aquisição passa a se estruturar por meio de concurso, comodato e doações, diminuindo consideravelmente.

A forma de aquisição por meio de concurso foi criada por um decreto de 1988, que constituiu uma comissão de críticos e historiadores de arte, responsável por selecionar uma obra para compor a parede principal do Hall Nobre do Palácio dos Bandeirantes, em substituição ao painel *Tiradentes*, de Candido Portinari, que seria transferido para o Memorial da América Latina. Participaram do concurso os artistas Antonio Henrique Amaral, Sergio Ferro, Claudio Tozzi, Emanuel Araújo, José Roberto Aguiar e Valdir Sarubbi, que apresentaram projetos, de acordo com critérios pré-estabelecidos, dando visibilidade ao que propunham alegoricamente. Todas as propostas foram adquiridas, e a obra escolhida, *São Paulo – Brasil: Criação, Expansão e Desenvolvimento*, de Antonio Henrique Amaral, passou a ocupar um local central do palácio.

Figura 10. Hall Central do Palácio dos Bandeirantes com o painel *São Paulo – Brasil: Criação, Expansão e Desenvolvimento*. Foto: Luciano Corta Ruas.

Na década de 1990, a forma mais usual para aquisição foi a doação. Assim, foram formadas as séries de gravuras que compõem algumas das galerias do PB, como *Cinquenta Anos de Hiroshima*; *Declaração dos Diretos das Futuras Gerações*; *Estrelas das Cinzas*, com litografias de cenas da II Guerra Mundial, e *Cruzada das Crianças*, que ilustra poema de Bertold Brecht, ambas de Gerson Knispel. Além dessas, as coleções de gravuras de Rubem Valentim e Lívio Abramo também foram originadas por meio de doações. As únicas obras compradas nesse período foram os retratos oficiais para compor a Galeria dos Governantes do Estado de São Paulo, também no PB.

Um caso isolado foi a troca da obra *A Floresta*, de Portinari, transferida para a Pinacoteca do Estado de São Paulo, em sistema de comodato, pela obra *Semeadura*, de Clóvis Graciano, que veio para o PB, de acordo com o Conselho de Orientação do Acervo, em 2004.

Na atual gestão da Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, que teve início em 2006, sob a coordenação de Ana Cristina Carvalho, foram adotadas duas formas de aquisição, a doação e a compra direta com os artistas. No primeiro caso, destacam-se as obras de Lasar Segal, Alex Fleming, Caciporé Torres, Yukio Suzuqui, Dorian Gray Caldas, Cesar Romero e Maria Bonomi. Das compras recentes, destaca-se a série de fotografias de árvores do estado de São Paulo, do artista Valdir Cruz⁶.

Assim, os modelos de política de aquisição praticados ao longo da formação das coleções desse acervo refletem as ideias correntes em seus momentos históricos e culturais, de acordo com as gestões de patrimônio instituídas, com destaque para o modelo instituído pelo Geapac, que, além de decorar os ambientes, já tinha a intenção de formar coleções baseadas no percurso da história da arte brasileira, que pudessem ser apreciadas pelo público.

Constituído, inicialmente, como mobiliário utilitário ou objetos de decoração dos Palácios do Governo, a criação de um patrimônio histórico e artístico ligado ao poder executivo do Estado de São Paulo adquiriu contornos museológicos advindos do ato de colecionar, nesse caso, uma coleção feita a várias mãos, todas elas inseridas no percurso histórico do poder republicano no Brasil, e seus reflexos no Estado de São Paulo.

⁶ Para a construção dessa retrospectiva histórica, foram sintetizados textos dos *Catálogos da Galeria de Retratos dos Governantes do Estado de São Paulo*, edições de 2006 e 2013; do catálogo e do folder da exposição *Panorama das Coleções*, de 2010 e 2011, respectivamente; e do catálogo da exposição *Casas de Poder*, de 2014.

Com a compra do Palácio dos Campos Elíseos, os governantes já demonstravam uma clara intenção de criar um novo perfil para a sede do poder do estado, ainda designada de *palácio*. A coleção de obras também condizia com o novo perfil dos governantes estatais e consolidava uma forma de apresentarem-se para o outro, com uma estética própria da época. Dentro deste princípio, é na figura de Adhemar de Barros que surge o ímpeto necessário para dar início ao projeto do Palácio Boa Vista (em seu primeiro mandato, 1938-1941), para institucionalizar o Palácio do Horto (em seu segundo mandato, 1947-1951), para finalizar a construção do Palácio Boa Vista e desapropriar o edifício onde seria implantado o Palácio dos Bandeirantes (em seu terceiro mandato, 1963-1966).

A partir da criação do Geapac, em 1969, no mandato de Roberto Costa de Abreu Sodré (1967-1971), pelo seu Secretário da Fazenda, Luís Gonzaga Bandeira de Mello Arrobas Martins, o acervo passa a ser adquirido, também, com a intenção de formar uma coleção que pudesse ser apreciada pelo público em geral. Pretendendo abrir um universo ainda restrito aos grandes políticos e seus pares, para os visitantes, constitui o embrião de uma ideia que gerou um novo formato para esses palácios: agora *palácios-museus*. O início do acolhimento de visitantes no Palácio Boa Vista aconteceu já em 1970, no Palácio dos Bandeirantes em 1977.

Luís Arrobas Martins, junto à Secretaria da Fazenda, ajudou a implementar uma reforma administrativa no âmbito da cultura estadual e também participou da criação de algumas importantes instituições museológicas da cidade de São Paulo, conforme constatado por José Wilton Guerra.

Na capital, sob a supervisão de Arrobas Martins e com o apoio de uma equipe técnica que tinha entre seus principais membros, Waldisa Rússio (responsável pelos projetos técnico-administrativos dos museus) – que poucos anos mais tarde viria se tornar uma das mais importantes e consagradas museólogas brasileira –, foram criados e implantados três museus temáticos ou “monográficos”, os únicos gestados dentro da reforma administrativa do Estado: o *Museu de Arte Sacra* (MAS) em 1969, o *Museu da Imagem e do Som* (MIS) e o *Museu do Mobiliário Artístico e Histórico Brasileiro* em 1970, posteriormente denominado *Museu da Casa Brasileira* (MCB) em 1971. (2015, p. 37)

Importante mencionar que os acervos pertencentes ao Museu de Arte Sacra e ao Museu da Casa Brasileira possuem características semelhantes às coleções de arte sacra e de arte decorativa pertencentes ao Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo.

Apesar do caráter público dado aos Palácios do Governo, pela elaboração de visitas guiadas, somente em 1985, quando foi criado o Conselho Curador do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, surge um departamento específico para gerenciar as coleções e elaborar políticas de preservação, catalogação, pesquisa e comunicação desse patrimônio artístico e histórico: o Grupo Técnico de Preservação e Controle do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo. Essa política ainda foi revista em 2003, quando os cuidados relativos às obras foram transferidos para a Secretaria de Estado da Cultura.

Desde 2007, com a criação da Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, sua curadora Ana Cristina Carvalho, que é membro do Conselho do Comitê Internacional para os Museus de Casas Históricas (DEMHIST), consolidou os Palácios do Governo sob a perspectiva dos museus-casas, equalizando as funções de residência e gabinete do governador, e secretarias estaduais, à de museu aberto ao público. Liderando uma rede de museus brasileiros, principalmente paulistas, dessa mesma categoria, uma de suas iniciativas é a criação dos Encontros Brasileiros de Palácios, Museus-Casas e Casas Históricas, que, em 2014, teve sua oitava edição.

Para Ana Cristina Carvalho,

O museu-casa conecta o espaço físico, o acervo de bens originais da edificação ou representativo do período e as relações de vida humana nesses ambientes. É o museu que evidencia uma forma especial de percepção e compreensão do patrimônio sob a perspectiva da experiência no sentido humano do espaço da casa, cuja imagem vem inspirando escritores e poetas desde a antiguidade na análise da interpretação da intimidade humana dentro de seu abrigo, por meio de histórias e lendas. (2013, p. 8)

1.4 Outros palácios de governo da região sudeste do Brasil

Para ampliarmos essa discussão, apresentaremos algumas informações sobre outros palácios de governos estaduais, todos localizados em estados da Região Sudeste do Brasil. Assim, com a intenção de mapearmos algumas características comuns, abordaremos o histórico de mais quatro palácios: o Palácio Guanabara e o Palácio Laranjeiras, no Rio de Janeiro; o Palácio da Liberdade, em Minas Gerais; e o Palácio Anchieta, no Espírito Santo.

Palácio Guanabara - RJ

No Rio de Janeiro, o Palácio Guanabara começou a ser construído em 1853 pelo comerciante José Machado Coelho, numa propriedade conhecida por Chácara do Roço, e foi residência particular até 1860. Em 1865, o Governo Imperial adquiriu o palacete, de Estilo Néo-Clássico, para ser a residência da Princesa Isabel e do Conde D'Eu, recém-casados. O palacete sofreu uma reforma feita pelo arquiteto José Maria Jacinto Rebelo e passou a chamar-se Paço Isabel ou Palácio Isabel. Pertenceu aos príncipes até a proclamação da República em 1889, quando foi confiscado pelo governo militar e transferido ao patrimônio da União e, em 1908, passou por outra reforma que lhe deu algumas características ecléticas.

Figura 11. Palácio Guanabara. Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro
<<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=2312580>> Acesso em: 28 mar. 2015.

Em 1922, hospedou o Rei Alberto da Bélgica, de 1937 a 1945, foi utilizado pelo presidente Getúlio Vargas como residência oficial durante o Estado Novo. Em 1946 passou a sediar a Prefeitura do Distrito Federal e, a partir de 1960, ano da criação do Estado da Guanabara, tornou-se sede do Governo do Estado do Rio de Janeiro, estando ainda hoje em funcionamento. Em 1968, ganhou um prédio anexo, com seis pavimentos, onde estão as subsecretarias da Casa Civil e de Governo, e o gabinete do vice-governador.

Deixou de ser a residência oficial quando esta retornou para o Palácio do Catete e foi, mais tarde, transferida para o Palácio Laranjeiras, a dois quarteirões de distância. Depois de uma restauração que durou dois anos, seis espaços do Palácio foram abertos à visitação pública em janeiro de 2015. Até hoje a Família Imperial tenta retomar sua posse, sendo um dos processos jurídicos mais antigos do país⁷.

⁷ <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2015-01/governo-fluminense-abre-palacio-guanabara-visitacao-publica>> e <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/01/palacio-guanabara-abre-para-turismo-e-exibe-sala-com-piso-do-seculo-17.html>>. Acesso em: 03 nov. 2015.

Palácio Laranjeiras - RJ

Também no Rio de Janeiro, o Palácio Laranjeiras, antiga residência da Família Guinle, foi construído entre 1910 e 1914. Além do arquiteto Armando Carlos da Silva Telles, participaram da construção do palacete vários artistas, muitos deles europeus, como os escultores Georges Gardet e Émile Guillaume, os pintores Nardac e Georges Picard e os decoradores e arquitetos da Maison Bettenfeld, uma firma francesa de decoração e fabricação de móveis finos.

Composto por três alas (social, residencial e serviços), a residência Guinle dominava, do alto de uma colina, um vasto parque de aproximadamente 430 mil metros quadrados. [...] Além da casa, outras construções foram erguidas para atender às inúmeras funções de serviço, como edículas para os empregados, casa de máquinas, casa do jardineiro, lavanderia e estufa. Como uma casa posicionada em centro de terreno, rodeada por extensos jardins, ela pode ser pensada como uma *villa* burguesa. Pelo seu tamanho e rigor estilístico, se aproxima dos *hôtels privés*. O jogo de cúpulas assimétricas do telhado de ardósia impressiona, proporcionando a sensação de estarmos diante de um palácio renascentista – evidentemente em escala menor – do Vale do Loire. Os interiores da ala social, a área “pública” da casa por excelência, [...] destinada ao contato com o mundo exterior, são os mais ricamente decorados. O requinte destes salões não é gratuito: como espaço destinado ao convívio social público, da aparência da ala social dependia a posição da família do proprietário no *grand monde*. Com dois andares interligados por uma majestosa escadaria, e dividida em sete salões, todos com suas funções específicas, a “zona de representação” do Palacete Eduardo Guinle era sem dúvida uma das mais ricas da elite carioca da Primeira República. Em sua decoração há uma profusão de materiais nobres, como mármore, granitos, ônix, ébano, lambris de carvalho, porcelanas, espelhos, cristais e bronze. Mais do que qualquer outro espaço da casa, esta ala simbolizava não apenas o poderio econômico de Eduardo Guinle, mas também o seu desejo de afirmar-se socialmente entre seus pares. (CARMO, 2011, p. 5)

Figura 12. Palácio Laranjeiras. Fonte: O Globo <<http://oglobo.globo.com/rio/rio-450/mobiliario-historico-acervo-de-obras-de-arte-do-palacio-das-laranjeiras-serao-recuperados-14065506>> Acesso em: 28 mar. 2015.

Após a morte de Eduardo Guinle em 1941, a família começou a negociar a propriedade com o governo da União e, em 1947, o Presidente Dutra concluiu as negociações adquirindo o palacete para destiná-lo a hospedar visitantes ilustres e chefes de estado em visita ao Brasil. Foi utilizado como residência oficial da presidência por Juscelino Kubitschek (1956-1961), que não quis permanecer no Palácio do Catete após o suicídio de Getúlio Vargas (1954), até à conclusão do Palácio da Alvorada, inaugurado em 1958 em Brasília. Com a inauguração daquela capital em 1960, o Palácio Laranjeiras passou para a administração estadual, tornando-se residência do governador do estado da Guanabara até 1975, quando ocorreu a fusão deste com o estado do Rio de Janeiro.

Embora diversos governadores fluminenses tenham preferido utilizar a residência da Gávea Pequena, o Palácio Laranjeiras ainda é moradia oficial do governo do Estado do Rio de Janeiro. Foi aberto em 2001 para a visitação pública, após uma reforma de dez meses, e, desde 2007 está, novamente, fechado ao público. O imóvel encontra-se tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁸.

Palácio da Liberdade - MG

Sede do governo de Minas Gerais, o Palácio da Liberdade foi inaugurado em 1898 como principal edifício público da cidade, que acabara de se tornar capital de Minas Gerais. O projeto é do engenheiro-arquiteto pernambucano José de Magalhães, membro da Comissão Construtora da Nova Capital, que refletiu na concepção da obra a influência do estilo francês. Grande parte dos materiais utilizados na construção do palácio e da ornamentação foi importada da Europa. Para a pintura e a decoração do edifício, o artista Frederico Antônio Steckel veio do Rio de Janeiro com uma equipe de decoradores nacionais e estrangeiros. Eles realizaram trabalhos nos tetos, paredes e cimalhas, além de ornamentos, com grande aplicação de enfeites em papier mâché pintado.

No Salão do Banquete, sobressaem na decoração os quatro painéis do teto: Spes, Fortuna, Labor e Salve, e o lustre de cristal baccarat. O Salão Nobre apresenta móveis no estilo Luís XVI, em madeira dourada, vasos da antiguidade chinesa e cristais na decoração das três portas de acesso ao ambiente. Em 1925, o artista Antônio Parreiras pintou, no teto, painéis com imagens das musas da literatura, pintura, escultura e música. Ao centro, está Apolo, cercado por 12 musas e cavalos brancos. Os jardins reúnem cinco esculturas de mármore, um lago, uma capela e um quiosque. Deles se pode acessar o Palácio dos Despachos, um anexo lateral construído para dar suporte administrativo às atividades do governo estadual.

⁸ <<https://vanesalopez.wordpress.com/pesquisas/palacio-guanabara-e-palacio-laranjeiras/>>. Acesso em: 03 nov. 2015.

Figura 13. Palácio da Liberdade. Fonte: Praça da Liberdade - Circuito Cultural, Arte e Conhecimento
<http://en.circuitoculturalliberdade.com.br/plus/modulos/listas/?tac=espaco&id=12#/informacao>
 Acesso em: 28 mar. 2015.

Em 1968, para dar mais segurança ao Palácio da Liberdade, instalaram-se grades na frente e laterais da edificação. Em 2004, um programa de restauração começou a ser executado, o primeiro global desde sua construção, sob a supervisão do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Até 2010, o gabinete do Governador de Minas Gerais funcionou no Palácio da Liberdade, que só deixou de despachar no prédio com a inauguração da Cidade Administrativa Tancredo Neves⁹. O Governador ainda utiliza o local para eventos especiais.

O Palácio já era aberto a visitas no período em que o Governador de Minas Gerais e equipe lá trabalhavam, mas eram realizadas em um número bem reduzido. Agora está inserido no Circuito Cultural da Praça da Liberdade, um projeto implantado pela Secretaria de Estado da Cultura, que inclui também o Espaço TIM UFMG do Conhecimento, Museu das Minas e do Metal EBX, Memorial de Minas Gerais, Centro de Arte Popular Cemig, Centro Cultural Banco do Brasil, Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, Museu Mineiro, Arquivo Público Mineiro e Centro de Apoio Turístico Tancredo Neves¹⁰.

⁹ A Cidade Administrativa foi projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer e inaugurada em março de 2010. Com capacidade para reunir cerca de 16 mil servidores, a nova sede do governo mineiro abriga o Palácio Tiradentes, dois prédios de secretarias de estado, os edifícios Minas e Gerais, Centro de Convivência e Auditório Presidente Juscelino Kubitschek, além de unidades de apoio para equipamentos, estacionamentos e dois lagos.

¹⁰ <<http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/atrativos/turismo/roteiros/passado-e-presente/um-palacio-na-pra-da-liberdade>> e <<https://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca-minas/turismo/pontos-turisticos/10174-praca-da-liberdade/53446-palacio-da-liberdade/5146/5044>> e <<http://en.circuitoculturalliberdade.com.br/plus/modulos/listas/?tac=espaco&id=12#/informacao>>. Acesso em: 03 nov. 2015.

Palácio Anchieta - ES

Até 1759, o Palácio Anchieta abrigava o Colégio de São Tiago, conjunto que começou a ser erguido em 1570, a partir da construção de uma nova sede para a igreja de mesmo nome, que havia incendiado. A primeira ala do colégio foi concluída em 1587 pelo Padre José de Anchieta, que morreu dez anos mais tarde, sendo enterrado junto ao altar-mor da Igreja de São Tiago. A segunda ala do colégio só foi construída 120 anos depois, de frente para a Baía de Vitória, e é parte do quadrilátero que acabou por ser erguido em 1747 e existe até hoje.

Figura 14. Palácio Anchieta. Fonte: Portal do Governo do Espírito Santo
<http://www.es.gov.br/Governo/paginas/Palacio_Anchieta.aspx>. Acesso em: 28 mar. 2015.

Em 1798, recuperado de um incêndio ocorrido dois anos antes, o prédio é denominado Palácio do Governo. No ano de 1945, no aniversário da morte do padre José de Anchieta, o então governador, Jones dos Santos Neves, publica decreto nomeando a sede do Governo Estadual como Palácio Anchieta – que guarda o túmulo simbólico do padre desde 1922.

Enfrentando três grandes incêndios e várias reconstruções ao longo de sua história, o edifício foi tombado pelo Conselho Estadual de Cultura em 1983 e, em 2004, a primeira obra de restauro é iniciada. Dois anos depois, com a primeira etapa finalizada, o Palácio Anchieta passa a abrigar apenas os setores ligados ao Gabinete do Governador. A restauração completa do Palácio Anchieta, que possui obras de arte com valores inestimáveis, foi concluída em 2009. Sendo uma das mais antigas sedes de Governo do País, o Palácio Anchieta foi aberto ao público após sua última restauração, mas, atualmente, encontra-se fechado à visitação¹¹.

¹¹ <http://www.es.gov.br/Governo/paginas/Palacio_Anchieta.aspx>. Acesso em: 03 nov. 2015.

1.5 Considerações sobre os palácios de governo da região sudeste

A partir do exposto, observamos que dentre os palácios de governo tratados, os mais antigos são o Palácio do Pateo do Collegio, que recebeu a sede do governo paulista em 1765, e o Palácio Anchieta, que recebeu a sede do governo capixaba em 1798. Ambas as edificações surgem de ocupações jesuítas e passaram de igreja a colégio antes de serem ocupadas pelos governos estaduais.

Se o Palácio do Pateo do Collegio deixou de ser sede do governo paulista em 1932, quando passou a abrigar a Secretaria da Educação, foi reintegrado à Companhia de Jesus em 1953, e funciona como complexo cultural desde 1979, o Palácio Anchieta ainda abriga setores vinculados ao Gabinete do Governo do Espírito Santo, sendo uma das sedes de estado mais antigas do Brasil.

Verificamos que o Palácio Guanabara e o Palácio Laranjeiras, assim como o Palácio dos Campos Elíseos, foram residências particulares de famílias abastadas, que através da magnitude de suas habitações também buscavam se afirmar socialmente. Diferentemente do Palácio Guanabara, que começou a ser construído em 1853, foi adquirido pelo Governo Imperial em 1865 e confiscado após a Proclamação da República, os Palácios Laranjeiras e dos Campos Elíseos foram adquiridos pelos governos republicanos após tratativas com os proprietários.

Construído no final do século XIX, o Palácio dos Campos Elíseos foi originalmente projetado pelo arquiteto Matheus Heüssler e ambientado pelo cenógrafo e decorador italiano Cláudio Rossi. Inspirado no Castelo de Écouen, na França, o edifício teve materiais e elementos importados da Europa e dos Estados Unidos. O Palácio da Liberdade, que foi inaugurado em 1898, tem influência do estilo francês e grande parte dos materiais utilizados em sua construção e ornamentação também foi importada da Europa. Na construção do Palácio Laranjeiras, entre 1910 e 1914, participaram vários artistas e decoradores europeus.

Dessa forma, salientamos que, a partir da instauração de um novo modelo político, o republicano, o novo perfil dos governantes procurou outra forma de se apresentar, um novo padrão estético que permitisse diferenciar-se da imagem consolidada pelo Império, mais ainda era pautada por ela. Os perfis escolhidos continuavam a ser importados da Europa, ao gosto de uma elite branca¹².

¹² Com o fim da escravidão, em 1888, e do Império, em 1889, o país viveu um ambiente conturbado. Com essas mudanças, iniciou-se, também, o debate sobre os critérios de cidadania e acerca da introdução da imensa mão de obra, oficialmente livre, no mercado de trabalho. No I Congresso Internacional das Raças, realizado em 1911, Batista Lacerda afirmava que “o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução” (apud SCHWARCZ, 2005, p. 127). Sintetizava, dessa maneira, o pensamento científico corrente no Brasil do período.

O Palácio dos Bandeirantes também tem sua origem vinculada a um grupo da elite paulistana, para quitação de suas dívidas públicas, mas tinha como destinação inicial ser um centro universitário. Concluídas as negociações com o Grupo Matarazzo, em 1964, o prédio foi batizado de Palácio dos Bandeirantes, corroborando com a implementação de uma mítica paulista que designou a figura do bandeirante como o grande desbravador paulista, responsável pela ampliação do território brasileiro.

Todas as edificações adquiridas de particulares sofreram reformas para receberem seus novos usuários, atualizando seus espaços e elementos simbólicos.

O Palácio da Liberdade e o Palácio Boa Vista, construídos para serem os principais edifícios públicos de suas cidades, refletiam estilos europeus e buscavam marcar a configuração urbana, promovendo sua modernização. No caso de Belo Horizonte, como a nova capital do estado de Minas Gerais, no caso de Campos de Jordão, como um novo polo turístico do interior de São Paulo, alterando sua vocação inicial que era ligada aos cuidados da saúde¹³.

Todos os palácios descritos, depois do uso funcional vinculado aos seus governos estaduais, ainda possuindo ou não sua função política embrionária, passaram a perseguir uma vocação museológica, constituindo um patrimônio estadual, e acabaram por configurarem-se museograficamente para receber seus cidadãos, agora visitantes. Alguns deles foram, inclusive, tombados pelos órgãos competentes.

O antigo Palácio do Patteo do Colégio passou a funcionar como complexo cultural em 1979, função desempenhada até hoje; o Palácio dos Campos Elíseos está em processo de restauro e será utilizado como museu; o Palácio Boa Vista passou a ser considerado Monumento Público do Estado de São Paulo em 1970 e, desde então, é aberto ao público; o Palácio dos Bandeirantes foi aberto à visitação pública em 1977; o Palácio Guanabara foi aberto em janeiro de 2015; e o Palácio da Liberdade, atualmente, está inserido em um circuito cultural da cidade de Belo Horizonte.

Dos palácios tratados, apenas o Palácios Laranjeiras, o Palácio Anchieta e o Palácio do Horto não estão abertos à visitação, mas todos já foram acessíveis. O Palácio Laranjeiras, que foi aberto para a visitação pública em 2001, está fechado ao público desde 2007, o Palácio Anchieta, que foi aberto após a sua restauração em 2009, atualmente, encontra-se fechado à visitação, e o Palácio do Horto, que foi aberto em 2007, foi transferido para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente em 2012, deixando de ter uso cultural.

¹³ A partir do final do século XIX, devido a seu clima, Campos do Jordão passou a ser indicada para o tratamento de doenças pulmonares e, nas décadas de 1920 e 1930, começaram a ser construídos os primeiros sanatórios. A partir da década de 1950, quando o avanço da medicina fez com que a tuberculose deixasse de ser uma doença tão perigosa, a cidade passou a se desenvolver em torno do turismo.

Dentro do panorama traçado, podemos dizer que os palácios de governo possuem uma evidente vocação museológica? Quais características desses palácios seriam necessárias para se alcançar a função de um museu-casa? Até que ponto os governantes propõe uma consolidação identitária de seus estados por intermédio de recursos culturais e artísticos implantados em suas sedes administrativas?

Thais Fernanda Alves Avelar, em *Espaços Museológicos: A Questão do Acesso pela ótica das Identidades Culturais – Um estudo de caso na Pinacoteca do Estado de São Paulo* (2014), aponta para a relação entre o Estado e a cultura:

É necessário enfrentar o problema da relação que o Estado estabelece com a cultura, uma vez que o primeiro adquiriu uma postura de provedor em detrimento da de fomentador. Paralelamente há que se discutir a relação entre cultura e mercado, na qual a primeira é tratada como produto a ser comercializado, moldada e estandardizada com o fim de responder ao imaginário construído. Também é preciso estabelecer um questionamento da relação entre cultura e criadores, visando rediscutir o processo de produção, as ideologias envolvidas, os meios de difusão e fruição. (2014. p. 77)

A autora prossegue.

Delinear uma política institucional que traga à tona os conflitos inerentes à sociedade e se proponha a dialogar com a diversidade de repertórios colocando em xeque premissas hegemônicas significa delinear outra cartografia museológica, uma cartografia sociomuseológica. Nesse sentido, o espaço museológico deve ser entendido como cenário de disputa acerca de qual representação de grupos e valores socioculturais será assumida, justificando desse modo, o refletir sobre esse espaço na perspectiva proposta pela cartografia social. Debruçando-nos sobre a forma como as relações se constituem e vislumbrando-as como construções mediadas por interesses e ideologias. (2014. p. 83)

Dessa forma, o que se coloca em questão são as políticas concernentes aos acervos estaduais vinculados aos Palácios de Governo do Estado de São Paulo.

1.6 O Acervo dos Palácios do Governo e as identidades paulistas

O Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo não é patrimônio gerenciado por um museu convencional, mas, a Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, um pequeno setor de uma grande estrutura administrativa pública, localizado nos Palácios do Governo, é responsável por sua gestão e desenvolve suas ações de forma a completar o ciclo de atividades relativas ao acervo.

No livro *Conceitos-chave de Museologia* (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013), que apresenta as principais definições que orientam esse campo de atuação, resultado de “pesquisa, interrogação, análise, revisão e debate realizados pelo Comitê Internacional de Museologia do ICOM (ICOFOM)” (p. 11), encontramos que:

A definição profissional de museu mais conhecida atualmente continua sendo a que se encontra nos estatutos do Conselho Internacional de Museus (ICOM), de 2007: “o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite”. (p. 64)

Nesse livro, discute-se as limitações institucionais impostas por essa definição, analisada como “fortemente marcada por sua época e seu contexto ocidental, mas também como uma definição muito normativa, visto que seu fim é essencialmente corporativo” (ibidem, p. 65). Procurando estimular o debate, apresenta alguns postulados de seus principais teóricos:

É possível, assim, definir o museu, de maneira ampla e mais objetiva, como “uma instituição museal permanente, que preserva as coleções de ‘documentos físicos’ e produz conhecimento a partir deles” (van Mensch, 1992). Schärer, por sua vez, define o museu como “um lugar em que as coisas e os valores que se ligam a elas são salvaguardados e estudados, bem como comunicados enquanto signos para interpretar fatos ausentes” (Schärer, 2007) ou, de maneira à primeira vista tautológica, o lugar onde se realiza a musealização. De modo mais amplo ainda, o museu pode ser apreendido como um “lugar de memória” (Nora, 1984-1987; Pinna, 2003), um “fenômeno” (Scheiner, 2007), englobando as instituições, os lugares diversos ou os territórios, as experiências, ou mesmo os espaços imateriais. (p. 65)

Sob essa perspectiva, ultrapassando um conceito ainda muito limitado como o definido para um museu tradicional pelo ICOM, interessa-nos pensar o museu como Judith Spielbauer, um instrumento que pode favorecer “a percepção da interdependência do Homem com os mundos natural, social e estético, oferecendo-lhe informação e experiência, e facilitando a compreensão de si mesmo em um contexto mais amplo” (apud DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 66), ou como Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, que vislumbra o museu como um cenário que torna possível o estudo da relação entre o homem e o objeto (GUARNIERI, 2010, p. 242). Para Waldisa os museus têm participação ativa na criação e consolidação das identidades culturais, entendendo que “os museus são filhos da sociedade que as engendra, (...), e, como todos os filhos, servem para ajudar os pais no seu processo de atualização, de reciclagem do mundo” (GUARNIERI, 1980, p. 240).

Essas últimas definições remetem a múltiplas possibilidades de museus, tanto os museus convencionais quanto aqueles ligados a questões mais contemporâneas, como os chamados museus virtuais¹⁴ e os ecomuseus¹⁵. Elas ainda abrem espaço para caracterizarmos os Palácios do Governo do Estado de São Paulo como espaços políticos e também museológicos, pois são lugares de memória, e a Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo preserva coleções de documentos físicos e produz conhecimento a partir deles.

Outro aspecto relevante para essa abordagem é o fato da Curadoria do Acervo dos Palácios cumprir o ciclo completo de atividades relativas ao acervo – curadoria –, que segundo Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, compreende a “formação e desenvolvimento de coleções, conservação física das coleções, [...], estudo científico e documentação, comunicação e informação” (apud CURY, 2009, p. 32).

O Acervo dos Palácios do Governo é constituído por mais de três mil e quinhentas peças¹⁶ adquiridas ao longo dos mais de cem anos de governos republicanos no estado. Em 1985, quando foi criado o Conselho Curador do Acervo Artístico-Cultural, a política de aquisição diminuiu consideravelmente, e cerca de 90% de seu total de obras já haviam sido adquiridos. Constituído por vários atores em diversos momentos políticos e para múltiplas funções, como decoração ou apreciação pública (como já intencionava o Geapac em 1969), o Acervo dos Palácios do Governo reflete diversos momentos culturais da nação, reforçados pelo Governo do Estado de São Paulo, que corroborou com a consolidação de uma identidade brasileira cunhada na visão do período Vargas, pelo SPHAN, quando as estéticas modernistas e coloniais foram elevadas a símbolos da nação.

Em 1985 também é criado um departamento específico para gerenciar o acervo e executar ações de preservação, catalogação, pesquisa e comunicação do patrimônio artístico e histórico dos Palácios do Governo, o Grupo Técnico de Preservação e Controle do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, depois nomeado Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, e a zeladoria do acervo, que era uma das atribuições do Departamento de Infraestrutura dos Palácios, passou a ser de sua responsabilidade. A partir desse momento, as políticas de conservação, restauração, catalogação e comunicação passaram a ter diretrizes

¹⁴ Aqueles que se apresentam em suporte de papel, CD-ROM e internet.

¹⁵ Instituições que associam ao desenvolvimento de uma comunidade a conservação, a apresentação e a explicação de um patrimônio natural e cultural pertencente a esta mesma comunidade, representativo de um modo de vida e de trabalho, sobre um dado território, bem como a pesquisa que lhe é associada.

¹⁶ CURADORIA DO ACERVO ARTÍSTICO-CULTURAL DOS PALÁCIOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2009.

diferenciadas, submetidas as especificidades que o tratamento de bens patrimoniais exige. As diferentes gestões do departamento, ao longo do tempo, foram atualizando essas políticas patrimoniais e hoje podemos considerar que o setor conta com profissionais técnicos especializados nas áreas de conservação, montagem, restauração, catalogação e educação. As pesquisas também foram aprimoradas e, atualmente, o acervo conta com um grande número de publicações específicas, sobre os mais diversos temas, que dizem respeito as suas variadas tipologias de coleções.

Em abril de 1970, o Palácio Boa Vista passou a ser considerado Monumento Público do Estado de São Paulo e, em novembro do mesmo ano, foi aberto à visitação pública. O Palácio dos Bandeirantes também foi aberto à visitação pública em 1977. A configuração estética desses Palácios, feita com as obras de arte e os móveis históricos do acervo, que era responsabilidade do Departamento de Infraestrutura, em 1985, passou a ser uma atribuição do Grupo Técnico de Preservação e Controle, que também atuou na elaboração de algumas exposições temporárias.

A política de comunicação da última gestão da Curadoria do Acervo Artístico-Cultural buscou ampliar a visibilidade desse acervo e aumentou consideravelmente o número de exposições temporárias realizadas nos Palácios, publicou diversos folders e catálogos, e consolidou os Palácios do Governo sob a perspectiva dos museus-casas, equalizando suas diversas funções à de museu aberto ao público.

Partindo dessas premissas, aproximaremos nossas reflexões às delineadas por Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes para os museus históricos, em *Do teatro da memória ao laboratório da História* (2005), considerando que “todos os museus são históricos” (p. 14), pois trabalham as dimensões de espaço e de tempo, e que “museu histórico seria aquele que opera ‘objetos históricos’” (p. 16). Além disso, essa categoria de museus, desde o século XIX, está associada ao surgimento das identidades nacionais, e o acervo em questão está intimamente relacionado a formação e consolidação de uma identidade paulista. Menezes afirma que, mesmo tratando de objetos históricos, “seus compromissos são essencialmente com o presente, pois é no presente que eles são produzidos ou reproduzidos como categoria de objeto e é às necessidades do presente que eles respondem”, e que essa categoria de objeto, por sua própria natureza e funções, “privilegia as classes dominantes, tornando-se evidente que o objeto histórico é de ordem ideológica e não cognitiva” (MENESES, 2005, p. 20)¹⁷.

¹⁷ Sobre a criação de narrativas históricas, o professor Paulo Garcez Marins, em aula do dia 25/03/2015 da disciplina *História dos Processos Museológicos, Coleções e Acervos*, abordando o tema dos diálogos historiográficos em museus históricos, pontuou que o processo de seleção ou exclusão de perspectivas históricas é orientado por relações de poder.

Segundo a tipologia museológica acima discutida, concebe-se corretamente o museu histórico como aquele que opera com objetos históricos. Se, contudo, é a dimensão do conhecimento que sobe à tona, é preciso retificar e dizer, como vimos, que o museu histórico deve operar com problemas históricos, isto é, problemas que dizem respeito à dinâmica na vida das sociedades. (Ibidem, p. 20)

Algumas sugestões pontuadas para se operar problemas históricos podem ser deslocadas para o contexto da Curadoria do Acervo dos Palácios. Inicialmente, consideraremos o apresentado sobre o processo de fetichização dos objetos, tendência identificada nos museus históricos.

Inserida numa dimensão de fenômenos históricos ou sociais, a fetichização tem que ser entendida como deslocamento de atributos do nível das relações entre os homens, apresentando-os como derivados dos objetos, autonomamente, portanto 'naturalmente'. [...] Em outras palavras: sentidos e valores (cognitivos, afetivos, estéticos e pragmáticos) não são sentidos e valores das coisas, mas da sociedade que os produz, armazena, faz circular e consumir, recicla e descarta, mobilizando tal ou qual atributo físico (naturalmente, segundo padrões históricos, sujeitos a permanente transformação). (Ibidem, p. 27)

Uma hipótese para se tratar o assunto seria a de explicar a fetichização, estudar e dar a conhecer o objeto-fetice, inserindo o objeto histórico no seu quadro de análise e operações, procurando desvendar sua construção, transformações, usos e funções. Para isso, o museu deveria trilhar o caminho inverso da fetichização, partindo do objeto para a sociedade. “Ao invés de fazer história das armas, por exemplo, dar a ver a história nas armas” (ibidem, p.27). Seguindo essa ideia, Meneses considera:

Não sendo a História um conjunto *a priori* de noções, afirmações e informações – mas uma leitura em que ela mesma institui, em última instância, aquilo que pretende tornar legível – ensinar História só pode ser, obrigatoriamente, ensinar a fazer História (e aprender História, aprender a fazer História). Por isso, a diretriz (obviamente não exclusiva, mas necessariamente presente) de um museu histórico seria transformar-se num recurso para fazer História *com objetos* e ensinar como se faz História *com os objetos*. [...] Reitere-se o que já se afirmou, ao museu não compete produzir e cultivar memórias, mas analisá-las, pois elas são componente fundamental da vida social. [...] O objetivo não seria relativizar o conhecimento histórico, mas demonstrar quais são os seus ingredientes e processos construtivos e, portanto, medir seu alcance. (Ibidem, p. 40)

Para justificarmos essa hipótese junto aos Palácios do Governo e seu Acervo, achamos apropriado levantar algumas reflexões sobre a identidade cultural nos museus através de críticas também elaboradas por Meneses, em *A problemática da identidade cultural nos museus* (1993), considerando que “identidade e poder não se dissociam” (p. 209) e que “os museus dispõem de um referencial sensorial importantíssimo, constituindo, por isso mesmo, terreno fértil para a manipulação das identidades” (p. 211). Assim, realizando uma operação que não é neutra, o museu, a fim de alimentar a imagem da nação,

Alimenta também suas reivindicações – melhor dizendo, menos as reivindicações da sociedade, que as do estado e seus suportes. Essa operação impõe que se eliminem as diversidades e tensões e que se reduza toda uma realidade complexa e dinâmica a um referencial fixo, simples, dotado da capacidade de captar algo como uma substância permanente [...]. Daí a reificação dos objetos, sua coisificação, fetichização. (Ibidem, p. 212)

Meneses conclui que os museus têm a obrigatoriedade de manter uma postura crítica em relação à problemática da identidade e que não cabe a eles serem depositários dos símbolos desse ou daquele grupo, induzindo à aceitação social dos valores implicados.

Cabe, isso sim – já que ele é o espaço ideal para tanto –, criar condições para o conhecimento e entendimento do que seja identidade, de como, por que e para que ela se compartimenta e suas compartimentações se articulam e confrontam, quais os mecanismos e direções das mudanças e de que maneira todos esses fenômenos se expressam por intermédio das coisas materiais. (Ibidem, p. 214)

Com a intensão de trazer nossas reflexões para o momento presente, com as suas especificidades, apontaremos algumas considerações sobre história, memória e identidade elaboradas por Pierre Nora, no artigo *Memória: da liberdade à tirania* (2009).

Em todo o mundo, estamos experimentando a emergência da memória. O fato é agora bem conhecido. Durante os últimos vinte e cinco anos, todos os países, todos os grupos sociais e étnicos, passaram por uma profunda mudança, mesmo uma revolução, no relacionamento tradicional que têm mantido com seu passado. Essa mudança tem adotado múltiplas e diferentes formas, dependendo de cada caso individual: uma crítica das versões oficiais da História; a recuperação dos traços de um passado que foi obliterado ou confiscado; o culto às “raízes”, ondas comemorativas de sentimento; conflito envolvendo lugares ou monumento simbólicos; uma proliferação de museus; aumento da sensibilidade relativa à restrição de acesso ou à exploração de arquivos; uma renovação do apego àquilo que em inglês é chamado de *heritage* e em francês de *patrimoine*; a regulamentação judicial do passado. Qualquer que seja a combinação desses elementos, é como uma onda de recordação que se espalhou através do mundo e que, em toda parte, liga firmemente a lealdade ao passado – real ou imaginário – e a sensação de pertencimento, consciência coletiva e autoconsciência. Memória e identidade. (p. 6)

Para Nora, essa emergência da memória é fruto da absoluta incerteza que pesa hoje sobre o futuro, exigindo que passemos a acumular todos os traços visíveis e todos os sinais materiais que constituem evidência do que uma nação, um grupo, uma família é ou terá sido. Mesmo com esse acúmulo, também sendo decorrência dele, nesse “momento da memória” – no nosso tempo atual –, “não importa o quão veemente se afirme a identidade e a determinação de lembrar, ele sugere uma profunda incerteza com relação à natureza dessa identidade e à veracidade de tal memória” (2009, p. 8).

Outro fator está relacionado “a rápida emergência de todas as formas de memória no caso de minorias, para as quais a recuperação de seu passado é parte integral da afirmação de sua identidade” (ibidem)¹⁸. Assim:

A força explosiva gerada pelas memórias dessas minorias tem tido efeito de modificar consideravelmente o respectivo status e também a relação recíproca entre História e recordação. Para ser mais exato, ela validou a própria noção de memória coletiva. [...] Comparada a História, que esteve sempre nas mãos dos poderosos, as autoridades intelectuais ou profissionais, a memória anda de mãos dadas com as prerrogativas das formas populares de protesto. Parecia ser a vingança dos pobres, dos oprimidos, dos desafortunados, a História daqueles que não tinham nenhum direito à História. (Ibidem)

Para o autor, a “noção de identidade”, que tradicionalmente referia-se à própria singularidade do indivíduo, está sofrendo uma metamorfose e passando a designar uma categoria de grupo – de noção individual está se transformando em coletiva –, e a formulação dessas identidades, criadas pela auto-afirmação, gera uma espécie de dever. “Sou ordenado a me tornar o que sou: um *corso*, um *judeu*, um *trabalhador*, um *argelino*, um *negro*” (ibidem, p. 9).

Dentro do contexto atual, com toda a incerteza gerada pela crítica as versões oficiais da História e a emergência de grupos heterogêneos, a Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, amparada por preceitos do campo da museologia, poderia criar hipóteses para alterar a relação estabelecida entre poder e identidade? Propondo-se a trabalhar com problemas históricos, teria condições de transformar a mentalidade que alimenta mais as reivindicações do estado do que as da sociedade?

Tentando estabelecer novas formas de interação entre a sociedade e seus bens patrimoniais, não pela negação da História instituída, mas pelo entendimento de como os saberes históricos são construídos, as estruturas museológicas poderiam atuar em direção a uma aceitação da diversidade, valorizando múltiplas identidades e abrindo espaço para o debate sobre as várias memórias, ajudando o ser humano a enxergar em profundidade e trazendo luz as dimensões da vida nem sempre percebidas ou imaginadas.

¹⁸ Maria Cristina Oliveira Bruno, em aula do dia 11/03/2015 da *disciplina História dos Processos Museológicos, Coleções e Acervos*, abordando a musealização da arqueologia no Brasil, relacionou a história da cultura brasileira com o que considera uma “estratigrafia do abandono”, tratando a recuperação do passado confiscado das minorias, nesse caso dos grupos indígenas, como uma reivindicação de “memórias exiladas”.

Concluimos com uma consideração de Meneses muito pertinente ao contexto da Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo: “A lição é que o projeto político precisa ser essencialmente um projeto de sociedade em que os cidadãos, como sujeitos, tenham direito e as condições de formular seus próprios projetos políticos” (2005, p. 41).

Assim, uma revisão dos procedimentos estabelecidos pela Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, pautada por um aprofundamento crítico da leitura de seu Acervo, poderia criar condições para que o cidadão comum alterasse seu posicionamento perante as estruturas de poder? Essa revisão, derivada de conceitos da Museologia, poderia alterar a interação entre governantes, que detêm o poder, e governados, que sofrem a ação do poder, para uma relação de afinidade mais participativa?

Observamos que a revisão desses procedimentos depende da vontade dos profissionais envolvidos e de um espaço político favorável para que isso aconteça.

Capítulo 2

As gestões do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo

Para a elaboração do percurso histórico das gestões que organizaram o Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo ao longo do tempo, foram apreciados os diversos decretos que, desde 1970 e 1977, respectivamente, abriram os Palácios Boa Vista e dos Bandeirantes para visitação pública, em virtude, principalmente, das obras de arte que neles estavam abrigadas. Também foram realizadas entrevistas com alguns profissionais que participaram das diversas fases mapeadas.

Alguns documentos foram utilizados para uma melhor compreensão das atividades realizadas em torno desse Acervo, dentre eles, os catálogos do *Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo* (1992) e da exposição *Gershon Knispel – Vestígios*, São Paulo e Brasília (1996); os folders das exposições *Passaporte para o Ano 2000*, Brasília e Santos (1996), e *De Gutenberg a Bill Gattes*, Santos (1996); e a revista da 3ª *Mostra de Arquitetos e Decoradores em Campos do Jordão* (1996); além do *Relatório do Grupo de Preservação e Controle do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo para o ano de 2014*, e do *Organograma* do setor em 2014.

2.1 De 1970 a 1984

Na gestão do governador Abreu Sodré, por meio do Decreto nº 52.560, de 12 de novembro de 1970, ficaram estabelecidas as regras para a visitação pública ao Palácio Boa Vista.

Considerando que o “Palácio Boa Vista”, em Campos do Jordão, requer maiores cuidados de preservação e manutenção depois de terem sido feitas as obras de acabamento que faltavam, e após ter sido guarnecido com objetos de arte e peças de valor histórico, que exigem serviços especiais de vigilância, conservação e restauração;

Considerando que o número de visitantes, já grande anteriormente, se multiplicou após 12 de abril de 1970, quando aquele prédio foi declarado “Monumento Público do Estado de São Paulo”;

Considerando que as visitas frequentes, em número elevado, acarretam substancial aumento das despesas de manutenção, de preservação e de vigilância;

Considerando que é de praxe a estabelecimentos similares, não só com o intuito de dar aos visitantes mais elevado senso de responsabilidade, mas também com o propósito de obter compensação parcial pelo acréscimo de despesas resultantes da visitação;

Decreta:

Artigo 1º - Para as visitas ao “Palácio Boa Vista”, em Campos de Jordão, declarado “Monumento Público do Estado de São Paulo”, cobrar-se-ão ingressos individuais, de valor periodicamente fixado pelo Conselho Estadual de Cultura, mas não superior a 2% nem inferior a 0,75% do salário mínimo vigente no Município de São Paulo.

Esse decreto estipulava que os recursos obtidos com a visitação pública constituíssem receita do palácio e que seu administrador deveria prestar contas, mensalmente, de seu emprego a órgão próprio da Secretaria da Casa Civil. Estabelecia três dias de abertura para a visitação por semana – sem definir quais –, nos períodos das 10 às 12 e das 14 às 17 horas, desde que não houvesse hóspedes oficiais ou chuva. Menores de 10 anos só poderiam entrar acompanhados por responsáveis, e as pessoas que se comportassem inadequadamente poderiam ser impedidas de iniciar ou continuar a visita, fiscalizada pelo contingente da Polícia Militar, que deveria trajar seu uniforme de gala especial.

Dessa forma, os cuidados para com o Palácio Boa Vista e seu acervo ficavam sob a responsabilidade do administrador geral, a quem cabia cuidar da gestão e manutenção predial, do acolhimento dos hóspedes oficiais, da apresentação pública do palácio e da conservação das obras de arte, além de supervisionar a equipe que prestava atendimento ao público.

Na gestão do governador Paulo Egydio Martins, o Palácio dos Bandeirantes também foi aberto à visitação pública, conforme disposto no Decreto nº 10.620, de 25 de outubro de 1977.

Considerando que está o Palácio dos Bandeirantes guarnecido com inúmeras obras de arte, como pinturas, esculturas, móveis, pratarias e trabalhos de ourivesaria, representativas das diversas fases históricas do Brasil;

Considerando que essas obras de arte, reunidas no Palácio dos Bandeirantes, representam diversos períodos da arte nacional, bem como a posição de famosos artistas brasileiros;

Considerando o grande interesse manifestado por várias camadas da população em visitar o Palácio dos Bandeirantes, não só por ser sede do Governo de São Paulo, como também por abrigar conhecidas obras de arte, como o *Tiradentes*, de Portinari;

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto à visitação pública o Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo do Estado de São Paulo.

Esse decreto estipulava que as visitas fossem realizadas aos sábados, domingos e feriados, das 13 às 17 horas, mas que poderiam ser suspensas na presença de hóspedes oficiais, e que menores de 14 anos só poderiam entrar acompanhados pelos responsáveis. Instituiu que seriam cobrados ingressos e que poderiam ser colocados à venda álbuns com fotografias e pequeno histórico das obras de arte existentes na sede do Governo. Nos artigos finais, dispõe:

Artigo 4º – O produto da venda de ingressos e álbuns constituirá receita do Fundo de Despesa do Departamento de Manutenção dos Palácios do Governo, a que se refere o Decreto nº 9.605, de 24 de março de 1977.

Artigo 5º – A receita referida no artigo anterior destinar-se-á ao custeio de despesas de manutenção, conservação, preservação e restauração do Palácio dos Bandeirantes, dos móveis, alfaías e objetos de arte ou de simples decoração que o guarnecem, da renovação destes e bem assim ao pagamento da retribuição pecuniária ao pessoal diretamente participante do serviço de visitação pública e aquisição de seus uniformes.

Assim, a renda obtida pelo serviço realizado em torno desses patrimônios imóvel – palácio – e móvel – acervo – era destinada a um departamento geral de manutenção dos Palácios do Governo. Misturava-se a manutenção predial e a manutenção de simples decorações, com a conservação, preservação e restauração de obras de arte. A equipe de atendimento à visitação, que também seria custeada por esse fundo, não recebeu diretrizes de ação e ficou subordinada ao Departamento de Manutenção dos Palácios do Governo (DEMAPAG).

Conforme relatado por Sergio Bispo¹⁹, atualmente funcionário do Grupo Tecnologia da Informação da Secretaria de Governo, que no começo dos anos de 1980 trabalhava na Seção de Cadastro Patrimonial com o registro e o controle dos bens dos palácios, todos os bens adquiridos eram catalogados e tratados da mesma maneira, independentemente de suas particularidades.

Existiam duas listas de patrimônio, uma de veículos e outra de objetos. Na de objetos constavam os materiais de trabalho permanentes, os móveis, os diversos objetos de decoração e as obras de arte, que eram numerados com uma chapa de identificação ao mesmo tempo em que eram criadas as suas fichas de entrada. As fichas catalográficas contavam com o número de registro da peça e o seu descritivo, sendo que o código inicial da numeração distinguia a que do tipo de bem cada peça pertencia.

No que tange a preservação desses bens, se os cuidados para com o Palácio Boa Vista e seu acervo ficavam sob a responsabilidade de seu administrador geral, ao Departamento de Manutenção dos Palácios do Governo (DEMAPAG) cabia gerenciar o Palácio dos Bandeirantes, cuidando da ampliação e manutenção do edifício, das adequações na residência, gabinetes oficiais e em suas diversas salas de trabalho, da manutenção do mobiliário e equipamentos e trabalho, e também da montagem e da conservação das obras de arte.

Com relação às demandas de conservação das obras, nenhuma adequação foi estipulada, embora já era constatado, desde o Decreto nº 52.560, de 12 de novembro de 1970, que os objetos de arte e peças de valor histórico “exigem serviços especiais de vigilância, conservação e restauração”. Importante considerar que mais de 90% do

¹⁹ Em entrevista realizada por telefone no dia 01/12/2015.

total de obras do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo foi adquirida antes de 1985.

Todos os empregados do DEMAPAG eram funcionários públicos e possuíam vínculo empregatício com o Governo do Estado, com exceção da equipe de atendimento à visitação, que permanecia sem diretrizes de ação e sem um vínculo claro, procurando-se formas para custeá-la. Mesmo com a criação de uma receita justificada por uma demanda diretamente ligada a esse patrimônio artístico e cultural, como o Decreto nº 52.560 deixa evidenciado, os mecanismos criados para gerar esse fundo, além de não o direcionarem a esse patrimônio, também propunham que esse novo núcleo de funcionários fosse pago por ele.

2.2 De 1985 a 2002

Na gestão do governador Franco Montoro (1983-1987), por meio do Decreto nº 23.722, de 30 de julho de 1985, foram criados o Conselho Curador do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo e o Grupo Técnico de Preservação e Controle do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, este último diretamente subordinado ao secretário executivo do Conselho Curador.

Faziam parte desse conselho: a primeira-dama do Estado; o secretário do Governo; o diretor do Departamento de Museus e Arquivos (DEMA), da Secretaria da Cultura; o secretário executivo do Conselho Curador; e mais três profissionais de reconhecida competência na área específica de atuação do conselho, estes últimos e o secretário executivo seriam designados pelo secretário do Governo. O conselho teria as seguintes atribuições:

- I – Fixar as normas gerais que orientarão as atividades relacionadas com o acervo artístico-cultural dos Palácios do Governo;
- II – Manifestar-se a respeito de assuntos relacionados com o acervo artístico-cultural dos Palácios do Governo, em especial sobre:
 - a) a aceitação de doações e a aquisição de bens;
 - b) o empréstimo de peças do acervo;
 - c) as medidas relativas à conservação e restauração de peças do acervo, inclusive as de contratação de serviços para esse fim;
- III – promover a adoção de medidas necessárias à defesa do acervo artístico-cultural dos Palácios do Governo.

O secretário executivo do Conselho Curador, por meio do Grupo Técnico de Preservação e Controle do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, teria as seguintes atribuições:

- I – Organizar e manter cadastro das peças do acervo artístico-cultural dos Palácios do Governo;
- II – Planejar e supervisionar a execução de atividades de conservação e restauração das peças do acervo;
- III – Elaborar a previsão de recursos orçamentários necessários ao atendimento de despesas do acervo;
- IV – Acompanhar a execução dos serviços contratados;
- V – Prestar orientação técnica ao pessoal diretamente participante dos serviços de atendimento à visitação pública aos Palácios do Governo;
- VI – Supervisionar a elaboração de álbuns e catálogos de que trata o artigo 145 do Decreto nº 21.984, de 2 de março de 1984;
- VII – Verificar, periodicamente, o estado dos bens que integram o acervo artístico-cultural dos Palácios do Governo;
- VIII – Promover e supervisionar a execução das demais medidas necessárias à adequada conservação e restauração, bem como ao controle do acervo artístico-cultural dos Palácios do Governo.

Ao secretário executivo do Conselho, também, cabia assistir o Conselho Curador no desempenho de suas funções e supervisionar os trabalhos do Grupo Técnico, além de propor a contratação de especialistas em restauração.

Em seu último artigo, modificou a relação do DEMAPAG com o Acervo dos Palácios:

Artigo 6º - O secretário executivo do Conselho e o Grupo Técnico de Preservação e Controle do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo funcionarão em integração com o Departamento de Manutenção dos Palácios do Governo, que lhes prestará o necessário suporte administrativo, sem prejuízo da colaboração dos demais órgãos da secretaria do Governo.

Algumas pequenas modificações nessas disposições foram realizadas pelo Decreto nº 26.903, de 13 de março de 1987, último ano do governo Montoro, que esclareceu, logo em seu primeiro artigo, as finalidades do Conselho Curador e do Grupo Técnico de Preservação e Controle como sendo a “preservação, desenvolvimento e gestão do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo”.

Esse decreto modificou, ainda, a denominação de *secretário executivo* do Conselho Curador do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo para *curador* do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo. Incluiu no conselho os diretores dos Departamentos de Manutenção dos Palácios e de Administração da Secretaria do Governo, além de um representante da secretaria da Cultura, que substituiu o diretor do Departamento de Museus e Arquivos.

Às atribuições do curador, somaram-se:

- IX – Exercer permanente supervisão do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo,
- X – Desenvolver cooperação e intercâmbio com órgãos públicos e privados nacionais e internacionais cujas atividades sejam correlatas às finalidades do Grupo.

Sobre o Grupo Técnico, complementou:

Parágrafo único – O Grupo Técnico de Preservação e Controle do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, unidade de natureza interdisciplinar, é composto de pessoal técnico especializado de comprovada qualificação profissional para o desempenho de suas atribuições previstas neste artigo.

Desse modo, o patrimônio artístico e cultural dos Palácios do Governo passou a ser supervisionado, também, “por profissionais de reconhecida competência na sua área específica de atuação”, por meio de seu Conselho Curador, e operado por profissionais técnicos especializados de “comprovada qualificação profissional para o desempenho de suas atribuições”, que passaram a integrar o Grupo Técnico de Preservação e Controle do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo. Reconhecendo que algumas peças possuíam características artísticas e históricas que as diferenciavam dos demais conjuntos operacionais dos palácios, e exigiam atenção específica, o Grupo Técnico de Preservação e Controle passou a ser responsável por elas, funcionando em integração com o DEMAPAG.

Ao Conselho Curador ficou a responsabilidade de fixar as normas gerais que passariam a orientar as atividades relacionadas ao Acervo dos Palácios, em especial a aceitação de doações e a aquisição de bens, o empréstimo de peças e a definição de medidas relativas à conservação, preservação e restauração desse Acervo.

O secretário executivo do Conselho, depois curador, por meio do Grupo Técnico de Preservação e Controle do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, deveria gerir o acervo e, de 1985 a 1998, coube a Radha Abramo essa função. Em sua gestão pôde ser constituída uma equipe técnica mais qualificada para trabalhar questões patrimoniais e museológicas, dando início ao inventário e à pesquisa das coleções. Nesse período, a figura de Radha Abramo alavanca o Acervo dos Palácios do Governo ao mesmo tempo em que se mistura a ele.

No Brasil e na França, Radha Abramo estudou artes plásticas, filosofia, antropologia e semiologia. Como jornalista e crítica de arte, escreveu sobre a obra de artistas com os quais conviveu, dentre eles: Tarsila do Amaral, Candido Portinari, Cícero Dias, Geraldo de Barros, Alfredo Volpi, Francisco Brennand e Renina Katz. Foi membro da Comissão Teotônio Vilela, da Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA), do Internacional Council of Monuments and Sites/Brasil (ICOMOS), e do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo²⁰. Dentre suas atividades como curadora

²⁰ <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/07/radha-abramo-morre-aos-85-anos-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

e museóloga, constam seu trabalho como assistente cultural e artística da Fundação Bienal de São Paulo, a implantação do projeto Arte no Metrô, no qual foi responsável pelo convite aos artistas, e a curadoria da representação brasileira da Bienal de Veneza de 1986²¹, além do gerenciamento do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo. Foi casada com o jornalista Claudio Abramo, que era seu primo, e teve importante papel político na resistência contra a ditadura militar brasileira.

Possuindo conhecimento ímpar no que tange as características deste Acervo do Governo do Estado, Radha Abramo também era figura política alinhada ao governante em exercício no período. Salientamos que Franco Montoro participou da organização do primeiro grande comício da campanha por eleições diretas para presidente em 25 de janeiro de 1984, data comemorativa do aniversário da cidade de São Paulo.

Conforme relatado pelo arquiteto Ângelo Ponzoni Neto²², atualmente funcionário do Departamento de Infraestrutura dos Palácios do Governo (DIE), que trabalhava para o DEMAPAG desde o começo dos anos de 1990 e, posteriormente, passou a trabalhar para o Grupo Técnico de Preservação e Controle e, como veremos mais adiante, chegou a chefiar o que restou do setor a partir de 2003, Radha Abramo foi convidada para modelar o gerenciamento do Acervo desde antes de assumir o cargo de secretária executiva do Conselho Curador, e ajudou a formular o decreto que criava o Conselho Curador do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo e o Grupo Técnico de Preservação e Controle do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo.

Segundo seu relato, algumas manobras políticas foram utilizadas para que o Grupo Técnico de Preservação e Controle do Acervo Artístico-Cultural pudesse obter força frente ao Departamento de Manutenção dos Palácios do Governo, que até então era responsável pelas obras do acervo. Dentre elas estariam a participação da primeira-dama do estado e do secretário de Governo, que não necessitariam ter “reconhecida competência na sua área específica de atuação”, no Conselho Curador, mas eram figuras importantes dentro da hierarquia política dos Palácios. Notamos que o Decreto nº 26.903, de 13 de março de 1987, incluiu no conselho o próprio diretor do DEMAPAG, além do diretor de Administração da Secretaria do Governo.

²¹ <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/07/1315937-morre-aos-85-anos-em-sao-paulo-a-critica-e-historiadora-da-arte-radha-abramo.shtml>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

²² Em entrevistas realizadas nos dias 02 e 03/12/2015 no Palácio dos Bandeirantes.

Como política museológica instituída para o gerenciamento do Acervo nesse período podemos observar as ações direcionadas ao Grupo Técnico pelo Decreto nº 23.722, de 30 de julho de 1985. Eram elas: organizar e manter cadastro das peças do acervo artístico-cultural dos Palácios do Governo; planejar e supervisionar a execução de atividades de conservação e restauração de suas peças; elaborar previsão de recursos; acompanhar a execução dos serviços contratados; prestar orientação técnica ao pessoal diretamente participante dos serviços de atendimento à visitação pública; supervisionar a elaboração de álbuns e catálogos; verificar o estado dos bens; promover e supervisionar a execução das demais medidas necessárias à adequada conservação e restauração, bem como o controle do acervo artístico-cultural dos Palácios do Governo.

Posteriormente, em 1987, somou-se as atribuições do curador: desenvolver cooperação e intercâmbio com órgãos públicos e privados, nacionais e internacionais, cujas atividades sejam correlatas às finalidades do Grupo. Notamos que a apresentação pública dessas peças ainda não havia sido delineada por esses planos de ação.

Radha Abramo, além de absorver alguns funcionários já pertencentes à Secretaria da Casa Civil, passou a constituir uma equipe de profissionais especializados para dar conta das atividades inerentes ao departamento, e a orientar o pessoal do serviço de atendimento à visitação pública, mas, como veremos mais adiante, a forma de contratação de sua equipe possuía critérios diferentes das demais equipes de profissionais dos Palácios do Governo, e sofreu uma grande ruptura.

Como os bens do acervo eram catalogados e tratados como todos os demais bens adquiridos para os Palácios do Governo, a primeira atividade do Grupo Técnico, definida pelo decreto, era organizar o cadastro de suas peças. Estabelecer critérios para definir o que é um bem artístico e/ou cultural não é tarefa simples, e, para isso, o Grupo Técnico deveria contar com o suporte de seu Conselho Curador.

Conforme relatado por Lia de Oliveira Ravaglia Strine²³, atualmente funcionária do Museu de Arte Sacra de São Paulo (MAS), que trabalhou de 1985 a 1989 no Grupo Técnico sob a orientação de Maria Olímpia Mendes Dutzmann, a principal tarefa do departamento, que chegou a contar com até dez funcionários, era a realização do inventário. Para cada peça identificada era preenchida uma ficha catalográfica de papel, onde constavam a numeração e a descrição de suas características físicas.

Verificar o estado desses bens, agora em processo de catalogação, e planejar a execução de atividades de conservação e restauração eram outras atividades desempenhadas pelo Grupo Técnico. Reconhecendo suas características específicas, esses

²³ Em entrevista realizada por telefone no dia 04/04/2016.

bens patrimoniais deveriam contar com serviços de conservação e restauração diferenciados dos outros objetos operacionais.

A seleção e a exposição das obras de arte nos Palácios do Governo passaram a contar com uma articulação curatorial orientada por Radha Abramo, mas, para as montagens das obras, ainda era utilizada a mão de obra da equipe do DEMAPAG. O arranjo das peças nos espaços públicos dos Palácios sofria poucas alterações e, quando esses locais eram modificados, eram idealizados de forma a perdurarem por um longo período.

Nessa época, a principal forma de apresentação pública das obras do Acervo dos Palácios era por meio dos empréstimos concedidos a outras instituições para a realização de exposições temporárias.

As primeiras pesquisas realizadas sobre o Acervo foram abrangentes e pretendiam inserir suas peças em um panorama mais amplo, dentro da história da arte internacional. Na publicação *Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo* (1992), a então curadora comentou:

As monografias até aqui apresentadas visam estimular a iniciação dos objetos culturais, pertencentes ao Acervo dos Palácios.

Partindo do princípio de que, para atingir a conquista do saber, é preciso o ensaio do primeiro passo, acreditamos que os estudos monográficos possam oferecer ao público, e principalmente aos estudantes, o estímulo necessário para o desenvolvimento de suas potencialidades culturais.

Os autores, especialistas das matérias sobre o eclético acervo, têm filosofia e métodos de abordagens diversos.

Garante-se, assim, a pluralidade de visões e a exposição de universos culturais também diferentes.

O conhecimento faz do homem o agente de sua própria história.

Os ensaios dessa publicação foram divididos, de acordo com as especificidades das peças, em: Contemporâneo, Modernismo, Pintura, Imaginária, Mobiliário, Tapeçaria, Prataria e Louçaria.

Com relação a equipe de trabalho, segundo Ângelo Ponzoni Neto, no momento de sua transferência para o quadro do Grupo Técnico, ainda no começo dos anos de 1990, a equipe contava com aproximadamente cinco funcionários, sendo duas especialistas em educação e duas em artes plásticas.

Em 1995, Mário Covas assumiu o Governo do Estado de São Paulo que contava com inúmeras dívidas. O Banespa, principal banco estadual do país, estava sob intervenção do Banco Central por má gestão e, dentre outras ações, Covas demitiu 4.000 empregados do Baneser, banco vinculado ao Banespa, que fazia o pagamento de algumas categorias de servidores estaduais. Entre os demitidos, encontravam-se guardas escolares, funcionários do Fundo Social de Solidariedade

e os funcionários do Grupo Técnico. Parte da equipe que trabalhava no atendimento à visitação pública do Palácio dos Bandeirantes foi deslocada para o recém-criado Poupatempo²⁴.

Conforme relatado por Celso Esótico²⁵, atualmente funcionário do Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSESP), que já trabalhava no Palácio dos Bandeirantes quando foi recrutado por Radha Abramo, em 1995, nessa época permaneceram no Grupo Técnico apenas Dona Marilena de Paiva Yokoima e Ângelo Ponzoni Neto – que retornaria ao DEMAPAG logo em 1996 –, funcionários contratados diretamente pela Secretaria da Casa Civil. Celso Esótico já possuía conhecimentos em artes plásticas e foi treinado pela própria Radha Abramo, passando a desempenhar várias funções, como a limpeza, a conservação e a montagem das obras.

Uma de suas primeiras atividades foi a elaboração de um inventário das peças, segundo ele um pedido direto do Governador ao departamento. Aqui cabe levantar apontamento feito por Sergio Bispo, que trabalhava na catalogação geral dos bens antes que o Grupo Técnico assumisse essa responsabilidade para com as obras de arte, e que chegou a ser convocado para averiguar o desaparecimento de grande parte do banco de dados do Acervo, que nessa época já possuía seu embrião digital.

Dentre as dificuldades relatadas por Celso Esótico para a conclusão desse novo inventário estão a impossibilidade de manipular todas as peças sozinho e a falta de padrão na aplicação dos números de registros, sendo que muitas peças ainda estavam sem numeração. Esse trabalho, que deveria apresentar a exata localização de todas as peças, não chegou a ser concluído plenamente.

Em 1996, Celso Esótico passa a atender, também, a visitação pública, que havia sido encerrada com a saída da equipe de atendimento. Seu conhecimento sobre as peças foi sendo adquirido na medida em que realizava a limpeza e a catalogação das obras, agregando as informações que eram disponibilizadas pelas legendas. As visitas eram poucas e deveriam ser agendadas previamente com o Departamento de Manutenção dos Palácios do Governo.

Nesse período, Radha Abramo produziu algumas exposições temporárias fora dos Palácios, divulgando artistas e algumas coleções do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo.

²⁴ O Poupatempo é um projeto criado pelo Governo do Estado de São Paulo, em 1996, que oferece ao cidadão, em um mesmo local, diversos serviços de natureza pública, como a emissão de cédula de identidade, de atestado de antecedentes criminais e de carteira profissional.

²⁵ Em entrevista realizada no Palácio dos Bandeirantes nos dias 03 e 18/12/2015.

Gershon Knispel – Vestígios, que aconteceu de 20 de novembro a 16 de dezembro de 1995 no Paço da Artes, foi realizada em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, com o apoio dos Ministérios das Relações Exteriores e das Artes e Ciências de Israel. Foi realizada, também, na Fundação Cultural do Distrito Federal, de 18 de abril a 05 de maio de 1996, em parceria com a Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal.

No catálogo da exposição, dentre outros trabalhos, são citados a série de gravuras para a *Cruzada das Crianças*, de Bertold Brecht, que havia sido publicado em 1962 com as suas ilustrações e recebeu o Prêmio de Artes Gráficas da Bienal Internacional de São Paulo em 1963, e a série de gravuras *Estrelas das Cinzas*. O Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo possui uma tiragem de cada uma dessas séries de gravuras, adquiridas por doação do artista em 2002.

Nos créditos constam Radha Abramo, como curadora, Cildo Oliveira, como assistente da curadora, Walter Siqueira Lazzarine, nos programas especiais, Ângelo Ponzoni Neto, na produção e montagem, e Celso Esótico, como auxiliar de produção, todos apresentados como membros da equipe do Acervo Artístico Cultural dos Palácios do Governo (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1995).

De Gutenberg a Bill Gates, que aconteceu de 9 de maio a 9 de junho de 1996 no Centro de Cultura Patrícia Galvão, foi realizada em parceria com a Secretaria da Cultura do município de Santos, e, conforme enaltecido pelo Secretário da Cultura Marco Antônio Rodrigues no folder de divulgação da exposição, “poucas iniciativas conjuntas, que reúnem governos tão díspares em suas políticas como o Estadual de São Paulo e o Municipal de Santos, foram realizados com tanta agilidade e paixão” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1996b). O Secretário ainda cita, “exceção à regra, sabe que o bem cultural deve ser socializado, que a arte maior deve romper o confinamento dos palácios, ganhando as ruas, admiradores e adeptos” (ibidem).

Radha Abramo comenta no folder:

A Mostra de “Gutenberg a Bill Gates” compõe-se de: Infoarte, um trabalho de pesquisa no computador, um Workshop de Gravura/Metal e apresenta uma série preciosa de gravadores que deixaram o registro de sua potencialidade artística impressos, definitivamente, nas obras que fizeram. (Ibidem)

Está presente no folder a relação dos artistas selecionados dentre as Coleções de Gravuras do Acervo dos Palácios do Governo. São eles: Carla Petrini, Cildo Oliveira, Darel Valença Lins, Eduardo Iglesias, Emiliano Di Cavalcanti, Ermelindo Nardim, Fernando Lemos, Hermelindo Fiaminghi, Jacqueline Aronis, João Barbosa Rodriguez, João Rossi, Johann Moritz Rugendas, Lívio Abramo, Luise Weiss, Marcelo Grassmann, Maciej Antoni Babinsk, Maria Bonomi, Milton da Costa, Norberto Stori, Odetto Guersoni,

Oswaldo Goeldi, Renina Katz, Rubem Valentim, Sara Goldman Belz, Tarsila do Amaral, Tomás de Santa Rosa e Tomie Ohtake.

Na ficha técnica podemos ver, em destaque, os membros do Conselho Curador do Acervo Artístico dos Palácios do Governo: Antonio Angarita, Secretário do Governo e Gestão Estratégica e presidente do Conselho; Maria Helena Berlinck Martins, Chefe de Gabinete e vice-presidente do Conselho; José Eduardo de Barros Poyares, Assessor Chefe da Assessoria de Governo; Radha Abramo, Curadora do Acervo Artístico; Antônio Carlos José, chefe do Departamento de Manutenção; Walter Lazzarini, da Secretaria de Estado da Cultura; Miriam Eloisa Coimbra Jaudy; Ana Lúcia Gomes de Souza Ayres e Marcelo Nitsche. Na equipe técnica constam, Celso Esótico, como auxiliar de conservação; Zilda Faccioli, na organização de textos; Berenice Abramo, na produção gráfica; Cezar Robreto Olandim, na coordenação do workshop; e Marilena Paiva Yokoyama, como secretária (ibidem).

A Grande Viagem, Passaporte para o Ano 2000, que aconteceu de 11 a 18 de abril de 1996, na “Vitrine dos Estados”, Senado Federal, em articulação com a Fundação Cultural de Brasília, da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo do Distrito Federal, foi realizada, também, no Centro de Cultura Patrícia Galvão, a partir de 26 de junho de 1996, em nova parceria com a Secretaria da Cultura do município de Santos.

No texto de apresentação dos folders distribuídos em Brasília e Santos, Radha Abramo comenta que o tema da mostra:

Tem a função de articular uma linguagem comum entre os artistas participantes do projeto, expondo a diversidade, particularidades e especificidades dos seus universos culturais em um espaço, também, comum, ou seja, dentro de uma mala. [...] A escolha da mala, cuja função é de abrigar o universo cultural do artista, deve-se ao significado que ela contém porque, fechada, carrega objetos pessoais e absolutamente necessários para qualquer tipo de viagem. E o título VIAGEM, indutor, propõe, singelamente, que o artista faça uma viagem, deixando-se levar pela fantasia, móvel esse de descontração, facilitador para a expressão artística. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1996c)

Os artistas convidados para a mostra foram: Adir Mendes de Souza, Aldemir Martins, Antonio Carlos Elias, Benê Fontelles, Cildo Oliveira, Claudio Tozzi, Cleber Machado, Domênico Calabrone, Eduardo Iglesias, Elizabeth Turkieniez, Elvio Becheroni, Emanuel Araújo, Ermelindo Nardin, Fernando Madeira, Francisco Galano, Guyer Salles, Ivald Granato, Jaime Prades, João Rossi, José Zaragoza, Lilian Amaral, Lucia Py, Lygia Reinach, Marcelo Nitsche, Maria Bonomi, Maurício Noguera Lima, Nelson Lerner, Roberto Micoli, Samuel Szpigel, Sara Goldman-Belz, Siron Franco, Sônia Von Brusky, Sophia Tassinari, T.T. Catalão, Tereza Costa Rêgo, Valdir Sarubi, Wagner Barja e Zélio Alves Pinto (ibidem). Todos tinham proximidade com Radha

Abramo e muitos deles já haviam sido selecionados para contribuir na elaboração da série de gravuras dos *Direitos Humanos*, em 1991²⁶, além de participado da exposição *De Gutenberg a Bill Gates*. Observamos que as malas produzidas para a exposição não foram anexadas ao Acervo dos Palácios após a finalização das exposições.

Nos créditos do folder da mostra de Brasília constam: Wagner Barja, como Curador/Brasília e Celso Esótico como courier e auxiliar gráfico. Ao Acervo Artístico Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo coube o “Projeto e Articulação” (ibidem).

Nos créditos do folder da mostra de Santos constam: Radha Abramo, como Curadora; Celso Esótico e Cildo Oliveira, como montadores; Daniel Felipe Granjeiro, como produtor; Gilson de Melo Barros, como coordenador; e Jeanine Alves Coelho, como organizadora; dentre outros. (Ibidem)

Nos Palácios foram organizadas poucas exposições, com destaque para *Um século de arte na III Mostra de Arquitetos e Decoradores – III MOAD*, também no ano de 1996, quando alguns desses profissionais ajudaram a reestruturar a ambientação dos diversos espaços do Palácio Boa Vista utilizando obras de seu acervo. Segundo Ângelo Ponzoni Neto e Celso Esótico, essa mostra também foi uma forma de recuperar o Palácio Boa Vista, já bastante desgastado, contando com a parceria da iniciativa privada – das empresas que patrocinavam a Mostra de Arquitetos e Decoradores.

Segundo Radha Abramo:

III MOAD no Palácio Boa Vista. Arquitetos e decoradores criam espaços, constroem um lugar, com objetos diversos, de formas e cromatismo variados. Pintam, na verdade, um quadro tridimensional. Melhor pensando, criam INSTALAÇÕES, espaços penetráveis, de vivência cotidiana, cuja duração poderá ser eterna, tanto quanto a pintura OPERÁRIOS, de Tarsila. Artistas, esses profissionais reorganizam espaços para a conquista de uma melhor visibilidade das obras de arte.

Um Século de Arte na III MOAD. Uniram-se as obras do Acervo Artístico dos Palácios do Governo e os Arquitetos e Decoradores, combinando-se, interagindo-se, com o objetivo de oferecer uma guarida agradável ao público visitante do Palácio Boa Vista. Obras de inúmeros artistas, de tendências variadas estão dispostas em novos espaços, construídos por diversos profissionais. Aqui está dito um não à homogeneização da cultura. Privilegia-se, portanto, a diversidade cultural, o pluralismo artístico como único modo de pensar e de fazer as coisas, neste final de século. As garras se afiam frente à globalização rasgando frestas, permitindo a inserção do criador brasileiro no seu pedaço de chão. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1996a, p. 9)

²⁶ Série de gravuras que ilustram os trinta artigos da Declaração dos Direitos Humanos.

Cabe ressaltar que a atual curadora do Acervo dos Palácios do Governo, Ana Cristina Carvalho, participou da referida mostra como decoradora do *Aposento, Quarto de Vestir e Banho do Governador*. Mais tarde, em 2003, elaborou dissertação de mestrado, pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), com o título *O Palácio Boa Vista como patrimônio cultural*.

Com o licenciamento compulsório de Radha Abramo, que em 1998 completava 70 anos, o Grupo Técnico ainda passou pela supervisão de Walter Roberto de Siqueira Lazzarine, funcionário da Secretaria de Estado da Cultura, que já havia participado das exposições *Gershon Knispel – Vestígios* e *De Gutenberg a Bill Gates*.

Celso Esótico foi conduzido ao setor de Recepção, Portaria e Monitoria, em 2000, passando a coordená-lo, além de atender as visitas públicas ao Palácio dos Bandeirantes. Aos poucos foi treinando uma nova funcionária para auxiliá-lo com as visitas, que continuavam sendo agendadas pelo Departamento de Manutenção. Permaneceu no setor apenas Dona Marilena Paiva Yokoyama.

Conforme os depoimentos de Ângelo Ponzoni Neto e Celso Esótico, desde o final da gestão de Radha Abramo e a durante a gestão Walter Lazzarine eram constates os deslocamentos de peças do Acervo sem o conhecimento da equipe, que contava com um corpo profissional bem reduzido.

Dessa forma, podemos considerar que o trabalho desempenhado pelo Grupo Técnico ao longo de todo esse período constituiu apenas um embrião museológico para a gestão desse acervo público e não solidificou mecanismos para uma continuidade de seus serviços. O registro e a localização de suas peças ainda permaneciam um campo indefinido.

O Decreto nº 44.723, de 23 de fevereiro de 2000, que reorganizou a Secretaria do Governo e Gestão Estratégica, definiu as mesmas unidades – Conselho Curador e Grupo Técnico de Preservação e Controle do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo – para preservar, desenvolver e gerir esse acervo e não modificou as atribuições estipuladas pelo Decreto nº 26.903, de 13 de março de 1987.

Interessante a constatação de que o Decreto nº 45.528, de 13 de dezembro de 2000, que alterou o Decreto 44.723, postulava, além de algumas modificações de redação, o seguinte termo:

Parágrafo único – Poderão, ainda, ser colocados à venda, no Palácio dos Bandeirantes e/ou no Palácio Boa Vista, outros objetos pertinentes à cultura dos Palácios do Governo, desde que contem com prévia avaliação e manifestação do Conselho Curador do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo e autorização de Secretário do Governo e Gestão Estratégica.

2.3 De 2003 a 2006

Em 2003, na segunda gestão do governador Geraldo Alckmin (2003 - 2006), que, como vice-governador já havia assumido o cargo em 2001 com a saída de Mario Covas, o Conselho Curador e o Grupo Técnico de Preservação foram extintos após 18 anos de atividades, passando a ser de responsabilidade da Secretaria da Cultura, por meio do Departamento de Museus e Arquivos (DEMA)²⁷, o gerenciamento do Acervo dos Palácios do Governo. Assim, o Decreto nº 47.983, de 24 de julho de 2003, estipulava:

Artigo 1º – A preservação, o desenvolvimento e a gestão do acervo artístico-cultural dos Palácios do Governo passam a ser de responsabilidade da Secretaria da Cultura, por meio do Departamento de Museus e Arquivos.

Artigo 2º - O acervo artístico-cultural dos Palácios do Governo fica mantido no patrimônio da Casa Civil.

Artigo 3º - Fica criado na Secretaria da Cultura, junto ao Gabinete do Secretário, o Grupo de Orientação do acervo artístico-cultural dos Palácios do Governo, com a seguinte composição:

I – Primeira Dama do Estado, que exercerá a presidência do grupo;

II – O Secretário da Cultura;

III – O Chefe de Gabinete da Casa Civil;

IV – O Diretor do Departamento de Museus e Arquivos.

Artigo 5º – Ficam extintas as seguintes unidades da Casa Civil:

I – O Conselho Curador do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo;

II – O Grupo Técnico de Preservação e Controle do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo.

O Grupo de Orientação passou a direcionar o Departamento de Museus e Arquivos no cumprimento de suas responsabilidades perante o Acervo e a autorizar o deslocamento de peças para lugares diversos dos Palácios.

Ao chefe de gabinete da Casa Civil também coube designar servidor para exercer as seguintes atribuições:

IV – Acompanhar os trabalhos do Departamento de Museus Arquivos, da Secretaria da Cultura, relacionados com o acervo artístico-cultural dos Palácios do Governo;

V – Zelar pelo adequado estado dos bens que integram o acervo artístico-cultural dos Palácios do Governo, bem como seu controle, promovendo, junto ao Departamento de Museus Arquivos, a adoção de providências que para esse fim se fizerem necessárias.

Para facilitar o acesso às informações, que passariam a ser compartilhadas pelas Secretarias da Casa Civil e da Cultura, pretendia-se informatizar o controle dos bens que integravam o acervo.

²⁷ Este departamento, vinculado à Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo, foi substituído pela Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), que, atualmente, presta suporte técnico e operacional para o desenvolvimento da política cultural dos museus e arquivos no âmbito do Governo do Estado.

Artigo 7º – O Grupo de Coordenação do Sistema Estratégico de Informações, da Casa Civil, promoverá o desenvolvimento e implantação de aplicativo que permita o adequado controle dos bens que integram o acervo artístico-cultural dos Palácios do Governo, de maneira a facilitar o acesso às informações, a ele pertinentes, pela Casa Civil e pela Secretaria da Cultura.

Dessa forma, a equipe instituída dentro da Casa Civil para controle do Acervo foi delimitada, e o arquiteto Ângelo Ponzoni Neto convidado para a zeladoria interna de suas peças, que agora seriam geridas pelo Departamento de Museus e Arquivos da Secretaria da Cultura.

Segundo depoimento do próprio Ângelo Ponzoni Neto, nesse momento, a situação da infraestrutura do departamento era muito ruim. O edifício anexo, que era utilizado como reserva técnica e sala de apoio aos serviços do Acervo, havia sido destinado ao Departamento de Transportes dos Palácios, passando a ser espaço para a convivência dos motoristas. Um segundo edifício anexo foi destinado a abrigar as obras de arte e a equipe técnica, que também perdera sua sala de trabalho dentro do Palácio e era constituída somente por Dona Marilena Paiva Yokoyama, Adriana Pires e Tatiana Hermann, essas duas últimas contratadas como restauradoras durante a gestão de Walter Lazzarine.

Aos poucos novos funcionários foram sendo contratados, dentre eles Pedro Cavallero, detetive com especialização em perícia artística, e Ana Cristina Carvalho, ambos em 2006. Celso Esótico passou a dirigir o Centro de Monitoria, que contava com estagiários da Fundação Professor Manoel Pedro Pimentel (FUNAP)²⁸.

Segundo os depoimentos de Ângelo Ponzoni Neto e Silvia Antibas²⁹, coordenadora da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), a qual o Departamento de Museus e Arquivos era subordinado, a mudança de estatuto estipulada pelo Decreto nº 47.983, de 24 de julho de 2003, não gerou uma alteração prática na lógica de funcionamento do setor, que ainda conduzia as atividades em torno do Acervo dos Palácios, mas contava com uma espécie de consultoria realizada pelo Departamento de Museus e Arquivos em casos pontuais.

Para detalharmos as ações do setor nesse período, utilizaremos o *Relatório de Gestão do Grupo de Preservação e Controle do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo dos anos 2002/2006*, que foi dividido em duas partes, *Salvaguarda e Comunicação*. Dentro da área de Salvaguarda estão as ações de *Preservação Histórica e Controle Patrimonial*, que por sua vez determinou as ações do *Inventário* e do *Sistema de Controle de Patrimônio*.

²⁸ A FUNAP, vinculada à Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, tem por missão contribuir para a inclusão social de presos e egressos, desenvolvendo seus potenciais como indivíduos, cidadão e profissionais.

²⁹ Em entrevista realizada por telefone no dia 23/11/2015.

Sobre o Inventário podemos ler:

Entende-se por inventário, a busca e confirmação de todos os dados das obras e peças de arte catalogadas ou não no Acervo. Tal Procedimento tem como objetivos:

- Levantar e registrar a localização de todas as obras e peças de arte que compõe os espaços dos palácios bem como a unidade de restauro e reserva técnica,
- Confirmar e atualizar todos os dados referentes as obras e peças,
- Confirmar o número de peças pertencentes ao Acervo,
- Levantar e tomar providencias sobre obras e peças que não pertencem ao Acervo e /ou que não são peças do Acervo,
- Levantar e tomar providencias quanto as peças e obras que necessitem de higienização e restauro,
- Fotografar todas as obras e peças de arte para nomeação correta segundo linguagem museológica.

O último inventário elaborado pela equipe teve seu início em novembro de 2005. A partir das fichas catalográficas das obras e peças do acervo, organizadas por localização, o processo para conferência e coleta de dados foi dividido em quatro módulos. Módulo 1 – Residência Oficial do Governador, módulo 2 – Palácio dos Bandeirantes, módulo 3 – Palácio Boa Vista, e módulo 4 – Palácio do Horto.

Realizado o inventário em 2006 determinou-se pontos a serem considerados:

- Relação de obras e peças não patrimonizadas,
- Relação de obras e peças não encontradas,
- Relação de documentos a serem solicitados aos artistas e/ou guardiões,
- Obras e peças necessitando de higienização e/ou restauro,
- Dados a serem pesquisados. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2006a)

Sobre o Sistema de Controle de Patrimônio temos:

O Sistema de Controle de Patrimônio, implantado na Casa Civil, atende às necessidades estruturais do controle patrimonial de obras e peças de artes.

A equipe do Acervo, acompanhada pela PRODESP, foi treinada para o uso do equipamento que cadastra e controla o bem patrimonial, através da utilização de etiquetas com códigos de barras que permitam sua captura pelo coletor a laser.

A primeira etapa do processo, o inventário inicial, cujo objetivo é cadastrar e etiquetar as obras e peças de arte, iniciou-se em setembro. Devido a contratempos com o equipamento, o processo ainda está em fase inicial. Estava previsto um equipamento completo à disposição do Acervo. Tal não aconteceu, o que limitou a ação da equipe e estendeu o prazo de conclusão do inventário inicial.

Até a presente data temos etiquetados 30% das obras e peças de artes do Palácio dos Bandeirantes. Estima-se que o inventário inicial estará concluído até o mês de agosto de 2007. (ibidem)

Nessa parte do documento ainda constam informações genéricas sobre a *Catálogo* e sobre as *Fichas Catalográficas Expositivas*, que, “armazenadas no banco de dados do Controle Administrativo do Acervo, acessado pela internet, contém dados biográficos, históricos, técnicos, documentais, além de localização, empréstimos e imagem” (ibidem).

Sobre o Controle Administrativo encontramos:

O Controle Administrativo implantado nos últimos meses de 2005 teve seu projeto, estudo e desenvolvimento de acordo com a linguagem museológica, tendo como objetivo o gerenciamento informatizado do Acervo. Desenvolvido pela equipe da PRODESP em colaboração com a equipe do Acervo, o Controle Administrativo detém o banco de dados onde, além da ficha catalográfica, encontra-se o cadastro atualizado dos artistas com foto, biografia, banco de

imagens, controle das obras a disposição da web, controle da reserva técnica e dos agendamentos via site.
O Acevo termina o ano de 2006 com 80% de obras/peças de arte cadastradas no Controle Administrativo. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2006a)

Ainda vemos informações sobre as *Fichas Técnicas* e o *Banco de Imagens*, que já teria 80% do Acervo registrado em imagens digitalizadas.

Até essa parte, o Relatório de Gestão não expõe números absolutos em suas quantificações, apresentando apenas porcentagens. Com relação ao Inventário, ainda eram considerados os seguintes pontos de atenção: relação de obras e peças não patrimoniadas, relação de obras e peças não encontradas, relação de documentos a serem solicitados aos artistas e/ou guardiões, e novos dados a serem pesquisados, problemática semelhante à relatada por Celso Esótico quando, em 1995, iniciou processo de catalogação das obras do Acervo.

Sobre o Sistema de Controle de Patrimônio e a marcação de todas as peças do Acervo com etiquetas contendo código de barras, salientamos que até hoje algumas peças ainda possuem essa etiqueta, colada sem um critério de posicionamento definido, contendo a inscrição *Acervo, 2005*. A leitura desse código de barras, que revelaria algumas informações sobre a peça, aparentemente nunca aconteceu. Esse inventário, também, não chegou a ser concluído.

Na parte relativa aos procedimentos de *Conservação, Restauração e Higienização* realizados durante esse período, verificamos que as ações quantificadas têm relação direta com os empréstimos de obras realizados. Segundo depoimento de Ângelo Ponzoni Neto, o acompanhamento das obras emprestadas – o serviço de courier – era realizado diretamente por ele.

Nesta gestão foram realizados os seguintes procedimentos.
Restauração e conservação com documentação fotográfica e laudos técnicos de obras sobre papel, sobre tela, imaginárias e mobiliários e acompanhamento das obras emprestadas para as exposições.
Ano de 2002
Procedimentos Técnicos em 42 obras.
Acompanhamento de 5 obras.
Ano de 2003
Procedimentos Técnicos em 39 obras.
Acompanhamento de 1 obras.
Ano de 2004
Procedimentos Técnicos em 43 obras.
Acompanhamento de 18 obras.
Ano de 2005
Procedimentos Técnicos em 43 obras.
Acompanhamento de 18 obras.
Ano de 2006
Procedimentos Técnicos em 33 obras.
Acompanhamento de 3 obras. (ibidem)

Dentro da área de *Comunicação*, o Relatório de Gestão apresenta o *Centro de Monitoria*, que, “por meio de técnicos, monitores e estagiários, oferece ao público informações que abrangem arquitetura, dados históricos, história do Brasil, arte, além de conceitos de preservação e cidadania” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2006a); os *Empréstimos de Obras de Arte*, que, de 2002 a 2006, totalizaram 78 conceções, sendo seis para exposições internacionais e 67 para exposições nacionais; a *Reprodução de Imagens* de obras do acervo; a *Expografia* e as *Publicações*.

Com relação a Expografia verificamos a realização de poucas ações específicas.

Entende-se por expografia, as diretrizes para exposição das obras e peças do Acervo. Nesta gestão foram desenvolvidos os seguintes projetos na área.

- Renovação da composição expositória da louçaria artística no salão dos pratos,
- Renovação do espaço expositivo das galerias das Gravuras, dos Direitos Humanos e dos Direitos das Futuras Gerações,
- Criação do espaço expositivo da Galeria Rubem Valentim,
- Renovação da vitrine das louças pertencentes aos serviços dos governadores,
- Remodelação do espaço expositivo da arte sacra, no mezanino, com a junção das peças de nosso acervo com as recém-chegadas peças do acervo dos Palácios dos Campos Elíseos,
- Renovação do espaço expositivo da Galeria das gravuras de Rugendas, Grassmann e Darel. (ibidem)

Dentre as publicações realizadas, citadas por esse documento, estão o *Catálogo do Acervo Artístico-Cultural*, que em novembro de 2004 foi lançado pela Imprensa Oficial contemplando 99 obras da coleção, o *Catálogo da Galeria dos Governantes*, lançado em 2003 e atualizado em 2006, o *Catálogo da Galeria das Presidentes do Fundo Social e de Solidariedade*, também lançado em 2003 e atualizado em 2006, e os folders dos Palácios dos Bandeirantes e Boa Vista, que passaram a ser distribuídos a partir de 2005.

2.4 De 2007 a 2015

Claudio Lembo, vice-governador empossado com a saída de Geraldo Alckmin para concorrer à presidência do Brasil, alterou essa situação por meio do Decreto nº 51.001, de 26 de julho de 2006, e instituiu:

Artigo 1º – A preservação, o desenvolvimento e a gestão do acervo artístico-cultural dos Palácios do Governo passam a ser de responsabilidade da Casa Civil, por meio das seguintes unidades:

- I – Conselho de Orientação do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo;
- II – Grupo de Preservação e Controle do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo.

As atribuições dessas unidades foram descritas de forma muito semelhante às estabelecidas pelos decretos anteriores. O governador José Serra, eleito após o mandato de Claudio Lembo, manteve essa estrutura e estabeleceu as responsabilidades do Conselho de Orientação e do antigo Grupo de Preservação e Controle, que passou a se chamar Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo. Com o Decreto nº 51.991, de 18 de julho de 2007, Serra reorganizou a Casa Civil, apresentando seus departamentos, e estipulou as atribuições do Conselho e da Curadoria, que passou a ser chefiada por Ana Cristina Carvalho. Desse modo:

Artigo 6º – A Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo é integrada por:

I – Curador;

II – Centro Técnico de Preservação e Controle do Acervo Artístico-Cultural;

III – Centro de Monitoria;

IV – Centro de Suporte às Atividades da Curadoria;

V – Núcleo de Apoio Administrativo;

Parágrafo único – A unidade prevista no inciso II deste artigo conta com corpo técnico composto de pessoal técnico especializado, de comprovada qualificação profissional para o desempenho das atribuições do centro.

A Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo passou a ter as atribuições de planejar, gerenciar, coordenar e executar atividades inerentes à sua área de atuação; prestar orientação técnica ao pessoal participante dos serviços de atendimento à visitação pública dos Palácios; supervisionar a elaboração de catálogos e de outros objetos a serem colocados à venda; desenvolver cooperação e intercâmbio com órgãos e entidades públicos e privados, nacionais e internacionais, com atividades correlatas às da curadoria; além de desenvolver atividades necessárias ao adequado tratamento técnico de documentos e honrarias do governador.

Ao Centro Técnico de Preservação e Controle do Acervo Artístico-Cultural ficaram as responsabilidades específicas de organizar e manter cadastro das peças do Acervo dos Palácios do Governo; planejar e supervisionar a execução de atividades de conservação e restauração das peças; elaborar previsão de recursos orçamentários necessários ao atendimento de despesas com o Acervo; acompanhar a execução de serviços contratados; e verificar, periodicamente, o estado dos bens que integram o Acervo.

O Centro de Monitoria deveria prestar serviços de monitoramento às pessoas em visitação pública ao Palácio dos Bandeirantes; contribuir para a preservação do Acervo pela observação contínua do estado de suas peças em exposição; providenciar a elaboração de materiais de apoio à monitoria e de natureza educativa, relacionados com as exposições; organizar e manter informações relativas às visitas públicas no

Palácio dos Bandeirantes; além de apoiar o desenvolvimento dos trabalhos pertinentes à visitação pública no Palácio Boa Vista.

O Centro de Suporte às Atividades da Curadoria deveria participar dos trabalhos relativos as exposições temporárias e da conservação e movimentação das peças do acervo.

Artigo 115 – O Conselho de Orientação do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo é composto dos seguintes membros:

I – Da Casa Civil:

- a) o Secretário-Chefe da Casa Civil, que é seu presidente;
- b) o Chefe de Gabinete, que é seu Vice-Presidente;
- c) o Assessor Chefe da Assessoria Técnica do Governo;
- d) o Curador do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo;
- e) o Diretor do Departamento de Infra-Estrutura.

II – 1 (um) representante da Secretaria da Cultura.

Ao Conselho de Orientação do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo foram atribuídas as funções de fixar as normas gerais que orientariam as atividades relacionadas com o Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, bem como de medidas relativas à conservação e à restauração de suas peças, inclusive a contratação de serviços para esse fim. Também deveria atuar em defesa do Acervo, manifestando-se a respeito de doações e aquisição de bens, empréstimos, ou qualquer deslocamento para lugares diversos dos Palácios do Governo.

Este decreto definiu, também, que para as visitas ao Palácio Boa Vista seriam cobrados ingressos individuais, que poderiam ser colocados à venda álbuns com fotografias, pequeno histórico das obras de arte e catálogos, além de outros objetos pertinentes à cultura dos Palácios do Governo, desde que com prévia autorização do Secretário-Chefe da Casa Civil. Constituindo o Fundo Especial de Despesas, instituído junto à Unidade de Despesa do Departamento de Infraestrutura, essa receita seria destinada ao custeio de despesas de manutenção, conservação, preservação e restauração dos Palácios do Governo, dos móveis, alfaia e objetos de arte ou de simples decoração que os guarnecem, bem como da renovação destes; à aquisição de uniformes e ao pagamento de retribuição pecuniária ao pessoal diretamente participante do serviço de atendimento à visitação pública; à aquisição de produtos e objetos para comercialização no Palácio dos Bandeirantes e no Palácio Boa Vista.

Nesse momento existiu uma divisão da equipe que originalmente trabalhava sob a orientação de Ângelo Ponzoni Neto. Ana Cristina Carvalho passou a ser a nova curadora do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, englobando parte da equipe formada por Ângelo, e Pedro Cavallero passou a coordenar o Grupo de Catalogação e Divulgação do Acervo Artístico da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo (CDAA), englobando outra parte dessa equipe. Como veremos

posteriormente, o CDAA foi o embrião do Programa Patrimônio em Rede que, em 2009, também passou a ser uma responsabilidade da Curadoria do Acervo dos Palácios. Ângelo Ponzoni Neto foi direcionado para o Departamento de Infraestrutura (DIE), nova denominação do antigo Departamento de Manutenção dos Palácios do Governo.

Conforme relatado por Ana Cristina Carvalho³⁰, que assumiu a curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo em 2007, as atribuições relativas ao Acervo, delineadas pelo Decreto nº 51.991, de 18 de julho de 2007, contaram com sua orientação. Essa constatação reforça o pontado por Ângelo Ponzoni Neto no que diz respeito a participação de Radha Abramo na elaboração do Decreto nº 23.722, de 30 de julho de 1985.

Afirmou, também, que parte da documentação do Acervo dos Palácios do Governo, as anteriormente citadas *Fichas Catalográficas*, que continham as informações de origem das peças, foi perdida na transição para a sua gestão, e que existe uma problemática no setor gerada pela interrupção de suas ações nesses momentos de mudança.

A reincidência desse grave problema, a perda das informações sobre as peças ao longo do tempo – seus documentos de origem, os vários inventários realizados, suas fichas catalográficas e as pesquisas efetuadas – nos apresenta a hipótese de que o trabalho dessas administrações não foi construído de forma a consolidar caminhos para as próximas e que as divergências políticas prejudicaram o amadurecimento do setor.

Transcorridos nove anos de seu trabalho como curadora do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, Ana Cristina Carvalho relatou que os planos para sua gestão partiram da reflexão sobre as múltiplas funções que surgem no contexto desse Acervo, compreendendo seus usos administrativos e residencial – e das restrições que isso produz –, e sobre a formação de suas coleções.

Partindo dos apontamentos de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, delineados no já citado texto *Do teatro da memória ao laboratório da História*, que, em uma de suas partes, compara um museu sem acervo a uma mula sem cabeça (2005, p.12), Ana Cristina Carvalho diz que o Acervo dos Palácios do Governo é “uma cabeça sem mula”, reforçando a ideia de que essas coleções não possuem um espaço apropriado para sua apreciação, e salienta que ainda devem ser criados mecanismos de proteção ao Acervo, que distanciem sua valoração das convicções pessoais dos governantes em exercício.

³⁰ Em entrevista realizada no Palácio dos Bandeirantes no dia 02/12/2015.

Na procura por uma identidade, aproximou a Curadoria do Acervo dos Palácios ao universo dos museus-casa. Ana Cristina Carvalho, que é membro do Conselho do Comitê Internacional para os Museus de Casas Históricas (DEM HIST), coordena uma série de ações em torno do tema. Uma de suas iniciativas foi a criação do *Encontro Brasileiro de Palácios, Museus-Casas e Casas Históricas*, que, em 2015, teve sua nona edição. Também realizou, em 2015, o primeiro *Curso de Formação para Profissionais de Museus de Casas Históricas* – uma parceria da Curadoria do Acervo dos Palácios com o DEM HIST –, onde diversos especialistas brasileiros e estrangeiros ministraram aulas e oficinas direcionadas a esse formato de museu. Devido a sua participação nesse conselho, a curadora criou uma série de relações com profissionais de diversos palácios do Brasil e do exterior.

Para consolidar a Curadoria do Acervo dos Palácios dentro de parâmetros museológicos, buscou construir um Plano Estratégico que fortalecesse as atividades específicas desse grupo, modernizou a reserva técnica e o laboratório de restauração, e ampliou a sua equipe de trabalho, que passou de 6 para, em alguns momentos, mais de 35 funcionários. Para divulgar e valorizar o Acervo dos Palácios, elaborou muitas exposições temporárias e organizou diversas publicações. Para a escolha do tema das exposições, procurou apresentar as suas diversas coleções, inserindo-as no panorama de formação do Acervo.

Assim, ao longo desse período, algumas importantes conquistas foram atingidas, além das citadas, verificamos que houve uma consolidação do inventário de suas peças por meio de um banco de dados informatizado, que é constantemente atualizado, e das pesquisas sobre as coleções, muitas delas publicadas em catálogos.

Tendo em vista que o Conselho de Orientação, criado em 2007, por meio do Decreto nº 51.991, e reformulado em 2011, pelo Decreto nº 56.903, é composto pelo Curador do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo; pelo Secretário-Chefe da Casa Civil, que é seu Presidente; pelo Chefe de Gabinete, que é seu Vice-Presidente; pelo Assessor Chefe da Assessoria Técnica do Governo; e pelo Diretor do Departamento de Infraestrutura – figuras com força política dentro dos Palácios, mas com pouco conhecimento nas questões técnicas relativas ao departamento –, em 2008, Ana Cristina Carvalho formulou o Conselho Consultivo do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo.

Criado em 18 de setembro de 2008, pelo Decreto nº 53.447, o Conselho Consultivo é composto por 13 representantes da sociedade civil, especialistas na área cultural, que prestam suporte as atividades desenvolvidas pela Curadoria do

Acervo dos Palácios. O mandato dos conselheiros é de dois anos, exercido de forma voluntária, sem nenhum tipo de remuneração.

Outro ponto relevante para a Curadoria do Acervo dos Palácios foi a ampliação de suas responsabilidades, a partir do Decreto 54.876, de 6 de outubro de 2009, quando passou a gerenciar, além do Acervo dos Palácios do Governo, o acervo artístico da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado de São Paulo, através do programa Patrimônio em Rede, um desdobramento do programa inicialmente coordenado por Pedro Cavallero no CDAA. O Programa Patrimônio em Rede foi instituído pelo Decreto nº 58.007/2012 para a identificação e inventário desse patrimônio artístico-cultural, contando com a participação de funcionários públicos localizados em unidades das 15 Regiões Administrativas do Estado.

Apreciaremos, agora, algumas considerações sobre o *Plano Estratégico da Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo para o ano de 2014*, que visava diagnosticar o período de 2007 a 2013 para estruturar as suas próximas ações. Esse Plano foi disponibilizado, em conjunto com o Plano Estratégico para o ano de 2011 e o Organograma do departamento em 2014, pelo responsável do Setor de orçamento, finanças, recursos humanos, material e patrimônio, Francisco de Sá Neto, para esta pesquisa. É importante salientar que esses documentos que orientam a gestão, os Planos Estratégico, não foram construídos de forma participativa e não são disponibilizados para a equipe do departamento, constituindo uma espécie de relatório de atividades para os seus órgãos superiores.

A missão da Curadoria Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo é apresentada da seguinte maneira:

Preservar, desenvolver e gerir o Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo e a catalogação e divulgação do Acervo Artístico-Cultural da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Poder Executivo do Estado de São Paulo.

O Acervo trabalha com o conceito museológico de palácio-museu, categoria preconizada no Comitê para os Museus-Casas Históricas do Conselho Internacional de Museus - DEMHIST/ICOM, ampliando e fazendo cumprir de forma integral a relação com a comunidade, assim contribuindo para a formação do cidadão, mais consciente de sua história e de seu patrimônio.

Considerando que os palácios guardam uma memória vital para entender nosso passado – que está sempre presente e que constituirá parte do nosso futuro –, conhecê-los por meio da arquitetura e do acervo artístico-cultural presente neles possibilita compreender as contradições da história e ter a oportunidade de relacioná-las e estudá-las, buscando sua superação. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014b)

Os objetivos gerais da Curadoria do Acervo dos Palácios estão estruturados em “preservação, desenvolvimento e gestão dos bens patrimoniais sob sua guarda e do Programa Patrimônio em Rede”. Seus objetivos específicos são “catalogar, preservar,

documentar e conservar o acervo de obras de arte e sua história, [...]; realizar pesquisas, proporcionando uma melhor compreensão do acervo, [...]; e divulgar o Acervo dos Palácios [...]" (ibidem).

Os objetivos específicos do Programa Patrimônio em Rede são "identificação, estudo, catalogação e divulgação do Acervo Artístico da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Poder Executivo" (ibidem). Sua preservação física, porém, fica a cargo das instituições detentoras dos bens.

No diagnóstico dos anos de 2007 a 2013 encontramos as seguintes considerações sobre o orçamento do setor:

Conforme demonstrado [...], verificou-se um aumento expressivo de recursos por conta de uma programação de eventos mais intensa com ações paralelas de cunho social e do Programa Patrimônio em Rede. (Ibidem)

Anualmente, a verba destinada às *Exposições, Eventos e Ações Paralelas*, só é superada pela destinada ao *Programa Patrimônio em Rede*. Essa situação só se inverte no ano de 2013. Na *Preservação e Restauração* das obras está o terceiro maior montante de verbas gastas quando verificado todo o período analisado, mas, observarmos que só foram adquiridas obras nos anos de 2009, 2010 e 2011, enquanto as ações de preservação e restauro aconteceram ininterruptamente. Na aquisição de equipamentos e materiais operacionais foram destinadas as menores quantias do orçamento.

Em relação à *Ação Educativa*, priorizaram-se as atividades culturais, educacionais e científicas para a comunidade, sendo as atividades educativas mediadas por monitores culturais, "grupo qualificado para transmitir ao público conteúdos que remetem à valorização do patrimônio arquitetônico, histórico e cultural" (ibidem).

A quantificação dos visitantes é apresentada da seguinte maneira:

Palácio /Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Bandeirantes	15.680	16.414	16.313	16.070	19.876	17.300	9.195	110.848
Horto	—	7.888	9.888	10.371	8.769	3.892	—	40.808
Boa Vista	37.294	44.825	32.782	40.578	59.207	77.835	73.571	366.092
Total	52.974	69.127	58.983	67.019	87.852	99.027	82.766	517.748

Tabela 1. Quantidade de visitantes por ano em cada Palácio. Fonte: Plano Estratégico da Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo para o ano de 2014.

A visitação no Palácio dos Bandeirantes se manteve constante até o ano de 2012. A diminuição de público ocorrida no ano de 2013 aconteceu devido às manifestações populares que se iniciaram em junho deste ano. Essas manifestações, que contestavam a representatividade dos governantes em exercício, forçaram que as visitas públicas fossem interrompidas nesse Palácio. Curioso é que o número de visitantes do Palácio Boa Vista teve somente um decréscimo nesse ano em relação ao anterior, mas manteve-se alto. O número de visitantes total do período analisado é mais de três vezes superior ao do Palácio dos Bandeirantes. Também é importante considerar que o Palácio Boa Vista, a partir da mudança de sua coordenação, em 2012, passou a ter entrada gratuita e, com isso, um aumento significativo de seu número de visitantes. O Palácio do Horto iniciou suas atividades no ano de 2008, encerrando-as em 2012.

Na *Conservação e na Preservação*, consideradas pilares das atividades da Curadoria do Acervo dos Palácios, foram destacadas as ações de investimento em infraestrutura para ampliação e melhoramento das atividades de conservação, restauração, pesquisa e educação patrimonial, principalmente a adequação da Reserva Técnica e do Laboratório de Restauro, e “o estímulo à preservação dos bens patrimoniais e do acervo existente nos palácios do governo, por meio de medidas preventivas que evitem a deterioração das obras” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014b).

Sobre o seu banco de dados, o Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte (GEOA), encontramos as seguintes informações relativas ao inventário.

O banco de dados Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte – GEOA reúne informação documental desde 2005, contando com a migração de dados do software anterior para o atual em 2006, realizada pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP. Esses dados contêm acertos e inconsistências (como duplicidade de ficha, inscrição de obra sem informação, etc), em constante adequação. Das 3.500 obras previstas, 3.179 encontram-se cadastradas e atualizadas conforme a localização, denominação, autoria/produção e fotografia, compondo o inventário – coleta básica de dados. Foram identificadas 151 peças que ainda não estão inseridas no banco de dados, apesar de sua administração pela Curadoria do Acervo dos Palácios; estas, após pesquisa documental em processos, fichas antigas e outras fontes, devem ser inseridas no GEOA ainda em 2014.

Em paralelo a esse trabalho, encontra-se em andamento.

- Pesquisa de 408 fichas documentais anteriores a 2005 (número atualizado em 13/01/2014), cujas obras ainda não foram identificadas.
- Gestão documental das peças que estão sob a guarda temporária da Curadoria do Acervo dos Palácios, a exemplo dos empréstimos para exposições temporárias e os comodatos.
- Revisão das 3179 peças cadastradas no GEOA; elaboração e inserção de novas fichas, a partir da identificação de peças sem catalogação.
- Descrição e pesquisa das peças das coleções. (Ibidem)

Sobre as *Exposições, Eventos, Ações Paralelas e Divulgação*, apresentou que, entre 2007 e 2013, foram produzidas 60 exposições temporárias, abrangendo os três Palácios, acompanhadas por publicações, folders e catálogos, e foram realizados sete Encontros Brasileiros de Palácios, Museus-Casas e Casas Históricas, “reunindo profissionais brasileiros e estrangeiros para discussão de questões específicas dessas tipologias de museus” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014b).

O Programa Patrimônio em Rede foi configurado de forma a catalogar e divulgar o Acervo Artístico-Cultural da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Poder Executivo do Estado de São Paulo, capacitando funcionários públicos nas 15 Regiões Administrativas do Estado para a identificação e inventário desse patrimônio artístico e cultural.

A implantação do programa iniciou-se em 2011. Até o final de 2013, foram capacitados 870 servidores públicos e cadastrados 905 bens patrimoniais no Gerenciamento Eletrônico do Patrimônio em Rede – GEPRE. Em 2013, o Programa Patrimônio em Rede celebrou um Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado da Educação, com o objetivo de criar ações conjuntas na preservação, divulgação e pesquisa do patrimônio artístico-cultural desta secretaria. (Ibidem)

Foi destacado o estímulo às parcerias com instituições culturais do setor privado e organizações sociais.

Diversas ações foram realizadas em parcerias tanto com instituições públicas quanto privadas, tais como: Secretarias da Educação (Estado e Município), Secretarias de Estado da Cultura, da Saúde, de Saneamento e Energia, de Relações Institucionais, e do Meio Ambiente, Museu da Escultura, Pinacoteca do Estado, Museu Paulista, Museu de Arqueologia e Etnologia, Museu de Arte Contemporânea, Universidade de São Paulo, Arquivo do Estado, Museu Afro-Brasil, Memorial da América Latina, Instituto de Estudos Brasileiros, Parque Albert Loefgreen, Parque Ecológico do Tietê, Instituto Manabu Mabe, Itaú Cultural, Centro Cultural Banco do Brasil, Museu Lasar Segall, Museu Oscar Niemeyer, Palácio das Artes (MG), SESC, Museu Histórico Nacional, Casa de Rui Barbosa, Fundação Anchieta, Fundação Eva Klabin (RJ), Fundação Ema Gordon Klabin, Conselho Internacional de Museus (ICOM), Associação Internacional dos Críticos de Arte (AICA), instituições espanholas e argentinas, Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA), Governos dos Estados de Alagoas, do Rio Grande do Norte, e do Rio de Janeiro, embaixadas e consulados do Peru, Japão, Tailândia, entre outros. (Ibidem)

Com relação à programação para o ano de 2014, foram previstas algumas exposições e atividades complementares para os Palácios dos Bandeirantes e Boa Vista. No Palácio dos Bandeirantes foram efetivamente realizados apenas o projeto para a exposição de longa duração e o seminário em comemoração aos 100 anos de Mario

Schenberg³¹. No Palácio Boa Vista nenhuma das ações previstas foi concretizada. O projeto itinerante de exposições do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo em museus estaduais no interior de São Paulo também não foi realizado.

Das publicações previstas – 3º volume da série “Cadernos de Pesquisa”, Livro comemorativo dos 50 anos da inauguração do Palácio Boa Vista, Roteiro de Visitas dos Palácios, Material das exposições e atividades complementares, Anais do VII Encontro Brasileiro de Palácios, Museus-Casas e Casas Históricas –, somente o material de apoio às exposições foi concluído.

Das atividades voltadas para conservação e restauro, foram programadas ações genéricas de preservação e restauro das obras dos Palácios, aquisição de material permanente – sem especificações – para o Laboratório de Restauro, além de ações de treinamento voltadas aos funcionários dos palácios. Estas últimas ações, embora planejadas e incentivadas por parte da equipe como forma de ampliar a perspectiva sobre a conservação dos bens patrimoniais, também não aconteceram.

As ações do Programa Patrimônio em Rede foram direcionadas a consolidar as atividades já desenvolvidas pelo setor.

O organograma do departamento, em 2014, estava configurado da seguinte forma:

1 Assistência a Curadoria

– 2 funcionários

2 Divisão de Gestão Administrativa, Planejamento e Finanças

2.1 Setor de orçamento, finanças, recursos humanos, material e patrimônio

– 2 funcionários

3 Divisão de Coleções

3.1 Setor de curadoria, produção, montagem e manuseio de obras nos palácios

– 5 funcionários

3.2 Setor de tradução e revisão de texto

– 1 funcionário

3.3 Setor de gestão documental

– 4 funcionários

3.4 Setor de conservação e restauro

– 4 funcionários

3.5 Setor de pesquisa

– 7 funcionários (comitê formado por profissionais de diversos setores)

³¹ Considerado um dos maiores físicos teóricos do Brasil, teve ativa participação política, sendo eleito duas vezes deputado estadual de São Paulo. Tinha grande interesse nas artes plásticas, conviveu com artistas brasileiros e estrangeiros e atuou como crítico de arte. Foi cassado e preso na ditadura militar brasileira.

4 Divisão de Programas

4.1 Setor educativo

– 1 funcionário responsável

4.1.1 Palácio dos Bandeirantes

– 5 funcionários

4.1.1.1 Recepcionistas – equipe terceirizada pela Casa Civil

– 4 funcionários

4.1.2 Palácio Boa Vista

– 5 funcionários

4.2 Setor de comunicação

– 1 funcionário responsável

4.2.1 Comunicação Visual

– 2 funcionários

4.2.2 Difusão, eventos e atividades paralelas

– 2 funcionários

4.2.3 Assessoria de imprensa

– 1 funcionário

5 Programa Patrimônio em Rede

– 3 funcionários

Considerando que a curadora encontra-se fora desse organograma, que o funcionário responsável pelo Setor de orçamento, finanças, recursos humanos, material e patrimônio é também responsável pelo Programa Patrimônio em Rede, que os sete funcionários do Setor de pesquisa são profissionais convocados de outros setores, e que a equipe de recepcionistas, que trabalha exclusivamente para a Curadoria do Acervo dos Palácios é de empresa terceirizada, podemos considerar que a Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo possuía um corpo de 38 colaboradores contratados pela Casa Civil do Governo do Estado.

Os responsáveis pelos setores de orçamento, finanças, recursos humanos, material e patrimônio; de curadoria, produção, montagem e manuseio de obras; de gestão documental; de conservação e restauro; educativo; e de comunicação seriam os funcionários encarregados pelo andamento das atividades dos núcleos, agregando as informações e os conhecimentos dos diversos funcionários. Esses responsáveis, segundo a própria Ana Cristina Carvalho³², não deveriam se portar como chefes hierárquicos, mas como coordenadores e articuladores de suas equipes. Tendo em vista

³² Em reunião realizada no dia 08/10/2013.

que os diversos setores desenvolvem muitos projetos em conjunto, o trânsito de informações entre eles é fundamental para o bom andamento das atividades.

Em relação à Divisão de Programas, em seus setores educativos, destacamos que, embora o número de visitantes do Palácio Boa Vista seja três vezes superior ao do Palácio dos Bandeirantes, o número de funcionários que atendem as visitas é o mesmo nos dois Palácios. Considerando que o Palácio dos Bandeirantes ainda contava com quatro recepcionistas de equipe terceirizada, que prestam suporte aos educadores, o atendimento público no Palácio Boa Vista encontrava-se desvalorizado e carente de suporte para dar conta de toda a sua demanda.

Dentro desse panorama, alguns apontamentos podem ser levantados por Alexandre Klemenc, funcionário da Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, atualmente dentro da Divisão de Coleções, em seu setor de curadoria, produção, montagem e manuseio de obras, contratado desde o início do ano de 2008 para exercer a coordenação das atividades relacionadas ao manuseio e à montagem das obras, e também o responsável por esta pesquisa.

Com a intenção de implementar uma nova agenda de exposições temporárias, o técnico foi contratado para a montagem das mesmas, além de todas as montagens das obras do Acervo nos diversos ambientes dos Palácios do Governo, que nesse momento ainda eram três. Como parte dessas atividades, também constavam o controle da Reserva Técnica do Acervo, que nesse momento era uma sala, sem nenhuma adequação, em um edifício anexo, onde ficavam agrupados inúmeros objetos. Nesse momento, ainda eram constantes as buscas por obras não localizadas.

Uma das primeiras atividades desenvolvidas foi a elaboração de um novo inventário de peças. Reunindo alguns profissionais do departamento, foram catalogados todos os itens encontrados, especificando suas características básicas e localização. Essas informações, reunidas em fichas de papel, foram passadas para o banco de dados digital que era operado na época. Ao longo dos anos, muitas peças foram sendo encontradas, nos mais diversos locais e nos mais variados estados de conservação.

Com a ampliação do quadro de funcionários da Curadoria do Acervo dos Palácios, o inventário passou a ser uma responsabilidade do Setor de gestão documental, contando com profissionais treinados para essa atividade. O banco de dados operado também passou por uma atualização, transformando-se no atual GEOA, que foi construído com o apoio da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP) em conformidade com as demandas

elaboradas pela Curadoria³³, e passou a ser constantemente alimentado com novas informações, além de atualizado. Mesmo com a sua constante atualização, que já passou por várias metodologias operacionais, verificou-se grande dificuldade na plena confiabilidade do registro da localização, devido, principalmente, à constante movimentação de peças.

Aos poucos, mais informações foram sendo coletadas devido às necessidades que as exposições temporárias, idealizadas pela curadora, geravam, e assim, muitos registros foram sendo conferidos e atualizados, em especial os campos referentes à dimensão, nomenclatura e características. Porém, ações efetivas ao registro, ou não, das peças encontradas no inventário geral, e a colocação do número de patrimônio em muitas daquelas que ainda não o possuem, não aconteceram.

Assim, embora as atualizações do banco de dados estejam sendo realizadas de forma satisfatória, é importante considerar que aquelas primeiras deficiências, já citadas por Celso Esótico para a realização do inventário no ano de 1995, como a falta de padrão na aplicação dos números de patrimônio e a inexistência dessa numeração em muitas peças, ainda permanecem.

As pesquisas também foram sendo ampliadas na medida em que as exposições foram sendo elaboradas e, para isso, foi constituído um comitê de pesquisa, formado por profissionais dos diversos setores, responsável pelo levantamento das informações solicitadas pela curadora. Essas pesquisas foram sendo sintetizadas e publicadas em inúmeros catálogos e folders.

Dessa forma, se a execução de uma grande quantidade de exposições temporárias possibilitou ao Acervo um maior conhecimento sobre si mesmo, e uma ampliação de sua divulgação, também exigiu com que suas peças fossem manuseadas em excesso. Se nas gestões anteriores os espaços comuns dos palácios eram pensados de forma a perdurarem, nessa gestão, que priorizou a formulação de exposições temporárias, eles foram bastante alterados.

Constituiu-se, também, um serviço de atendimento aos vários departamentos que trabalham no Palácio dos Bandeirantes, e, além da residência oficial e gabinetes de trabalho do Governador e Primeira-Dama, que sempre tiveram a escolha de suas obras segundo as diretrizes estipuladas pelos próprios governantes, todos os departamentos que atuam nesse Palácio passaram a contar com o apoio da

³³ Sobre o Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte (GEOA), ver pesquisa desenvolvida por Juliana Rodrigues Alves, *Patrimônio: Gestão e Sistema de Informação* (2012).

Curadoria do Acervo dos Palácios para a decoração de suas salas de trabalho. Como essa decoração depende do gosto de seus ocupantes, e ocorrem muitas trocas de profissionais nas salas de trabalho, o mobiliário histórico e as obras de artes plásticas nelas dispostas são constantemente modificados.

Além disso, ocorrem reparos e pinturas na edificação como um todo, além de mudanças no layout das salas de trabalho. Tentando evitar riscos, as peças dispostas nesses locais são transportadas para algum local de guarda durante a intervenção, só retornando ao seu lugar de origem após a conclusão dos serviços. No *Relatório de atividades de dezembro de 2015*, da Divisão de coleções, Setor de curadoria, produção, montagem de exposições e manuseio de obras nos palácios, podemos observar o total de movimentações de obras de arte realizadas mensalmente no ano de 2015, conforme tabela 2.

	Salas atendidas	Residência	Movimentações
Janeiro	35	3	24
Fevereiro	19	0	74
Março	26	1	145
Abril	26	0	74
Mai	27	1	109
Junho	30	0	131
Julho	42	3	226
Agosto	11	0	57
Setembro	20	1	112
Outubro	11	0	107
Novembro	9	0	84
Dezembro	6	0	14
Total	262	9	1157

Tabela 2. Atendimentos do Setor de curadoria, produção, montagem e manuseio de obras no Palácio dos Bandeirantes no ano 2015. Fonte: Relatório de atividades mensal, dezembro/2015. Divisão de coleções, Setor de curadoria, produção, montagem de exposições e manuseio de obras nos palácios.

A tabela mostra que, ao longo do ano de 2015, foram realizadas mais de 1.160 movimentações de peças, somente no Palácio dos Bandeirantes, sem contar os deslocamentos de obras feitos para as montagens das exposições temporárias. Considerando que seu último inventário contabilizou um total de 3.179 peças, o número de movimentações pode ser considerado bem grande.

Apesar disso, os espaços comuns dos Palácios, principalmente seus corredores, foram alvo de pouca atenção e, além de uma disposição de obras, muitas vezes, sem relação, passaram a constituir uma espécie de reserva, armazenando obras e móveis que não possuem um destino mais adequado.

O conjunto de informações apresentados, além de demonstrar a evolução do “estado da arte” do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, também nos ajuda a entender a complexidade de atuação dos departamentos responsáveis por sua gestão. Nessa linha, passamos a mapear as várias exposições realizadas pela Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo de 2007 a 2015, tendo como base documento elaborado pelo setor de curadoria, produção, montagem e manuseio de obras nos palácios no ano de 2014.

Capítulo 3

O Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo e suas exposições temporárias

A partir do cenário anteriormente delineado para o Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, gerenciado pela equipe da Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, com o suporte de seus Conselhos de Orientação e Consultivo, pretendemos mapear a metodologia utilizada pelo setor para a elaboração, produção e montagem de exposições, seu principal procedimento de comunicação desde o ano de 2007.

Para isso, primeiramente, analisaremos todo o histórico de exposições elaboradas de 2007 a 2015, nos Palácios dos Bandeirantes, do Horto e Boa Vista, bem como as exposições montadas pela Curadoria do Acervo dos Palácios em instituições parceiras. A intenção será identificar seus parâmetros e abrangência.

Descreveremos, então, os procedimentos de elaboração, produção e montagem da exposição *Narrativa do Tempo – O Móvel no Acervo dos Palácios*, aberta de 15 de novembro de 2013 a 6 de abril de 2014 no Palácio Boa Vista. Para uma melhor apreensão do Palácio Boa Vista e da expografia da mostra em questão, utilizaremos o *Roteiro de observação para visita a museus e exposições*³⁴.

Será levantado todo o material produzido pela equipe para a elaboração da exposição – listas de obras e transporte, laudo das peças restauradas, projeto expográfico, guia de comunicação visual, legendas explicativas e textos de parede –, percebendo os profissionais envolvidos nas diversas etapas e as intenções que pautaram o trabalho.

O mapeamento do processo de materialização da exposição apresentará dados retirados do cronograma de produção e do diário de montagem dessa mostra, feitos com a colaboração dos profissionais envolvidos, e apresentará as rotinas dos processos, ponderando as participações, ora coletivas, ora individuais. Esses documentos foram as ferramentas utilizadas para registrar a rotina da equipe e sistematizar as diversas fases desse procedimento interdisciplinar e suas metodologias específicas. Para abordar questões relativas a montagem, utilizaremos etapas delineadas por Juan Carlos Rico (2010).

Para finalizar, a partir das cinco fases do procedimento de design de exposições apresentadas por Marília Xavier Cury (2005), traçaremos um roteiro para a elaboração, produção e montagem de exposições na Curadoria do Acervo dos Palácios.

³⁴ Roteiro elaborado por Marília Xavier Cury e apreciado na disciplina *Comunicação e Expografia*, dentro Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da USP.

Assim, esta pesquisa, por meio de um estudo de caso, o mapeamento dos procedimentos instituídos internamente para a elaboração, produção e montagem de exposições, pretende refletir sobre a prática do fazer expositivo, ajudar a atualizar as suas dinâmicas operacionais e delinear novas perspectivas para a interação com o seu público externo, auxiliando a formular políticas específicas para o tratamento do Acervo dos Palácios do Governo que deem conta de seu uso decorativo e ampliem a perspectiva dada a sua comunicação pública, principalmente no âmbito das exposições museológicas.

3.1 Histórico das exposições produzidas de 2007 a 2015

Tendo como base documento elaborado pela Divisão de coleções, Setor de curadoria, produção, montagem e manuseio de obras no ano de 2014, que pontuou as exposições produzidas pelo departamento ao longo desta última gestão³⁵, verificaremos a quantidade de exposições montadas nos diversos Palácios e em instituições parceiras, as exposições elaboradas com o propósito de itinerância, as temáticas recorrentes e os profissionais convidados a atuarem como curadores parceiros.

O grande fluxo de exposições temporárias ocorreu de 2007 a 2013, devido, principalmente, ao apoio dado à Curadoria do Acervo dos Palácios pelo então Governador José Serra (2007-2010), e perdurou durante o mandato de Alberto Goldman (2010), vice-governador empossado com a saída de José Serra – que se candidatou para a presidência da república nas eleições de 2010 –, e durante o início do terceiro mandato de Geraldo Alckimin (2011-2014). Começou a perder força a partir de 2013, obrigando o departamento a rever sua política de exposições temporárias para o ano de 2014, como veremos posteriormente.

De 2007 a 2013, foram montadas 65 exposições nos Palácios do Governo, sendo 32 no Palácio dos Bandeirantes, 20 no Palácio Boa Vista e 13 no Palácio do Horto (que funcionou como palácio-museu de 2008 a 2011). Dessa forma, observamos que o Palácio dos Bandeirantes contabilizou quase o mesmo número de exposições que os outros dois Palácios juntos.

Também foram montadas duas exposições externas, *Modernistas Revisitam a Capela*, em cartaz de 08/11/2009 a 20/12/2009, com curadoria de Ana Cristina Carvalho e Gilmar Viana, que reuniu trinta obras da coleção de Arte Moderna Brasileira dos Palácios do Governo na Capela de São Miguel – capela situada no extremo leste da cidade de São Paulo que havia sido recém restaurada –; e *Árvores de São Paulo*:

³⁵ O levantamento completo das exposições encontra-se no anexo 1.

Retratos da Natureza, em cartaz de 27/03/2010 a 02/05/2010 na Pinacoteca do Estado de São Paulo, com curadoria de Ana Cristina Carvalho, que apresentou trinta fotografias de Valdir Cruz – série que mapeou e registrou a variedade de espécies de árvores encontradas no território paulista e havia sido recém adquirida pelo Governo do Estado de São Paulo para integrar o Acervo dos Palácios.

A única exposição que teve o propósito de itinerância foi montada no Palácio dos Bandeirantes em 2010, mas não teve seguimento em outros locais. *O Nome do Brasil*, que teve curadoria de Percival Tirapeli, foi produzida pela Curadoria do Acervo dos Palácios em parceria com o Sistema Estadual de Museus (SISEM-SP) e com o Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura (POIESIS). Foi baseada em mapas e gravuras francesas dos tempos do descobrimento até a expulsão dos franceses das terras do Maranhão, no ano de 1615, e destacou os diversos nomes que o Brasil já recebeu.

Tendo em vista que os Palácios e o seu Acervo são pouco conhecidos pela população em geral, uma temática recorrente nessas exposições temporárias foi o contexto do próprio Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, buscando apresentá-lo para a população. Dessa forma, foram elaboradas sete exposições com esse propósito, sendo que uma delas, *O Panorama das Coleções*, foi realizada simultaneamente nos três Palácios do Governo, de 24/11/2010 a 10/07/2011. Essa exposição teve a intenção de propor leituras históricas e estéticas das obras do Acervo, contextualizando os espaços que abrigaram essas coleções, desde o primeiro palácio sede do governo, o Palácio do Pátio do Colégio, até o Palácio Campos Elíseos, dos Bandeirantes, do Horto e Boa Vista. Permeando a memória deste Acervo, também foram elaboradas: *Horto: Sala Especial Memória do Lugar; Aquisição, Conservação, Exposição; A arte como narrativa: um concurso, uma história; Memória do Lugar: Palácio Boa Vista; Palácio, casa, museu; e Casas de Poder*.

Outro tema muito visitado foi o Modernismo Brasileiro – movimento artístico privilegiado pelo Acervo dos Palácios –, que esteve presente em oito exposições: *Caminhos do Modernismo no Acervo dos Palácios; Modernismo: lutas e sonhos – 1930-1945; Pessoas Modernas; Paisagem Moderna e o Diálogo Intercultural; Tarsila em Família; Modernistas Revisitam a Capela; Um Torneio Plástico: Modernistas e Vicente do Rego Monteiro; 90 Anos depois: A Semana de Arte Moderna*. Duas destas exposições foram elaboradas em torno de dois artistas específicos: Tarsila do Amaral – de quem o Acervo abriga 16 obras, dentre elas *Operários*, *Calmaria II*, *Estratosfera*, *Auto-retrato I*, *Santa Irapitinga do Segredo* e *Religião brasileira I* – e Vicente do Rego Monteiro – de quem o Acervo abriga quatro obras.

Também foi abordada a história brasileira, fundamentalmente a história paulista, contada por meio das obras do Acervo em sete exposições: *Retratos e Personagens de um Brasil Paulista*; *A revolução esquecida*; *Olhar da crítica*; *O nome do Brasil*; *Viagem a Campos: O MAM-SP Visita o Palácio Boa Vista*; *Salões paulistas de belas artes*; e *Arte nos tempos do café*.

Ainda foram abordadas: a Arte Sacra, em cinco exposições³⁶; os presépios, em cinco exposições³⁷; a paisagem, em cinco exposições³⁸; e a arte cusquenha, em quatro exposições³⁹. Todas essas estéticas foram apreciadas, principalmente, devido à grande relevância que possuem para o Acervo dos Palácios do Governo.

A Arqueologia e a Etnologia foram abordadas em duas exposições feitas em parceria com o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE)⁴⁰; também por meio de fotografias de Valdir Cruz⁴¹, que pontuou a paisagem e a figura humana do povo indígena Yanomami; e por uma mostra do acervo etnológico da colecionadora Tereza Collor⁴².

Também foram feitas mostras sobre: a cerâmica e a porcelana, em quatro exposições⁴³; o contexto da cidade de Campos do Jordão, em duas exposições⁴⁴, e da região do Vale do Paraíba, em duas exposições⁴⁵; e a pintura de retratos, em duas exposições⁴⁶.

A relação entre ciência e arte (*Ampliação do Olhar*), a escultura (*A Natureza pela Janela da Alma – Esculturas de Felícia Leirner*), a pintura produzida pelos pacientes do Hospital Psiquiátrico do Juquery (*Zonas de Contato*), a arte colonial (*Rosa dos Ventos*

³⁶ *Arte Sacra: Gênese da Fé no Novo Mundo; De Cusco a São Paulo – Pontes da Arte Colonial no Acervo dos Palácios; Oratórios – Arte e Devoção; Anjos e Santos: arte sacra nas coleções dos palácios; Arte Sacra nos Palácios do Governo – Aquisição, Conservação, Exposição.*

³⁷ *Natal no Horto (2009); A Tradição do Presépio em seus Diferentes Contextos (2011); A Tradição do Presépio em seus Diferentes Contextos (2012, no Palácio do Horto); A Tradição do Presépio em seus Diferentes Contextos (2012, no Palácio Boa Vista); Presépios – Arte Sacra Brasileira: Entre o Popular e o Erudito (2013).*

³⁸ *Pontos de Luz na Paisagem; Paisagem Moderna e o Diálogo Intercultural; Gregório Gruber – Florestais; Viagem a Campos – O MAM-SP Visita o Palácio Boa Vista; Paisagens de São Paulo.*

³⁹ *De Cusco a São Paulo – Pontes da Arte Colonial no Acervo dos Palácios; Qhapac Ñan - O grande caminho Inca; Cusquenhos nas Coleções de arte dos Palácios – Reflexões sobre o gosto nos anos 1960/1970 (2012, no Palácio dos Bandeirantes); Cusquenhos nas Coleções de arte dos Palácios – Reflexões sobre o gosto nos anos 1960/1970 (2013, no Palácio Boa Vista).*

⁴⁰ *A Arte da Cerâmica – Aqui e Lá e A Vida após a Vida: testemunhos de passagem.*

⁴¹ *Valdir Cruz – Fotografias: sinfonia de um viajante.*

⁴² *Colecionar: um modo de guardar o mundo – As Coleções dos Palácios e um Recorte do Acervo Etnográfico de Thereza Collor.*

⁴³ *Herança Japonesa na Cerâmica Brasileira; A Arte da Cerâmica – Aqui e Lá; A Rota da Porcelana nos Palácios do Governo de São Paulo; Pioneiros da Cerâmica em Terras de Cunha: caminhos e fronteiras.*

⁴⁴ *Pontos de Luz na Paisagem e Viagem a Campos – O MAM-SP Visita o Palácio Boa Vista.*

⁴⁵ *Campos do Lobato e Arte e Cultura no Vale do Paraíba.*

⁴⁶ *Pessoas Modernas e Retratos e Personagens de um Brasil Paulista.*

– *Arte Colonial no Acervo dos Palácios*), e o mobiliário artístico (*Narrativa do Tempo – O Móvel no Acervo dos Palácios*), também foram abordados.

Dessa forma, como comentado por Ana Cristina Carvalho, para a escolha das temáticas expositivas houve a prioridade de apreciar as diversas tipologias de coleções que fazem parte do Acervo dos Palácios, inserindo-as em seu panorama de formação. Optou-se, também, em relacionar as peças do Acervo com outras, emprestadas, de instituições parceiras.

Importante salientar que, para a análise da temática das exposições produzidas, optamos, nos casos pertinentes, em dividir o tema principal em dois ou mais focos, como, por exemplo, a exposição *Pontos de Luz na Paisagem*, que reuniu obras do gênero paisagem, permitindo refletir, também, sobre a região de Campos do Jordão. Assim, além de ser contabilizada dentro da temática da paisagem, também foi considerada dentro do contexto de apresentação da cidade de Campos do Jordão.

Incentivando a interação do Governo Paulista com outros estados e nações, foram criadas algumas parcerias com a intenção de produzir exposições sediadas nos Palácios. Assim, foram elaboradas exposições de temática japonesa, em sete exposições⁴⁷, francesa, em duas exposições⁴⁸, nordestina (*A Arte que Banha o Nordeste*), peruana (*Qhapac Ñan - O grande caminho Inca*), tailandesa (*Tailândia – A Função Social da Arte*) e italiana (*Arte e Meio Ambiente: rompendo fronteiras*).

A Curadoria do Acervo dos Palácios também produziu algumas exposições de artistas específicos. O fotógrafo Valdir Cruz teve duas exposições individuais, uma no Palácio dos Bandeirantes (*Valdir Cruz – Fotografias: sinfonia de um viajante*) e outra na Pinacoteca do Estado (*Árvores de São Paulo: Retratos da Natureza*). Também foi apresentada individualmente a obra de Gregório Gruber (*Gregório Gruber – Florestais*), Tarsila do Amaral (*Tarsila em Família*), Monteiro Lobato (*Campos do Lobato*), Clementina Duarte (*Diálogo de Formas – Clementina Duarte e o Acervo Artístico dos Palácios*), Felícia Lerner (*A Natureza pela Janela da Alma – Esculturas de Felícia Leirner*), Paulo Bonfim (*Paulo Bonfim – O Universo do Poeta*) e Gustavo Rosa (*Personagens – Gustavo Rosa e o Acervo Artístico-Cultural dos Palácios*).

⁴⁷ *Templos e Palácios japoneses: Caminho do Olhar (no Palácio dos Bandeirantes); Templos e Palácios Japoneses: Caminho do Olhar (no Palácio do Horto); Presença Japonesa na Arte Brasileira – da figura à abstração; Herança Japonesa na Cerâmica Brasileira; Pioneiros da Cerâmica em Terras de Cunha: caminhos e fronteiras; Renascimento do Japão: um ano após a tragédia; e A Arte dos Quimonos e as Gravuras Japonesas do Acervo Artístico dos Palácios.*

⁴⁸ *O Nome do Brasil e Arte Francesa na História dos Palácios.*

A partir de 2013, o espaço destinado à montagem das exposições temporárias no Palácio dos Bandeirantes, o *Mezanino*, que abrigou quase trinta exposições de 2007 a 2013, passou a servir de espaço para eventos. A exposição *Casas de Poder*, que aconteceu de 10/08/2013 a 30/03/2014, foi, então, idealizada para acontecer nos espaços de circulação do Palácio, que se mostraram inadequados para tal objetivo. Além desse fator, as verbas destinadas à Curadoria do Acervo dos Palácios do Governo diminuíram consideravelmente, obrigando o setor a rever sua articulação em torno das exposições temporárias. Enfim, no ano de 2014, foi idealizada uma exposição de longa duração para o Palácio dos Bandeirantes.

O *Novo Percurso do Palácio dos Bandeirantes* foi aberto em 12/05/2014 e perdurou até o início de 2016. Teve como intenção reunir e interpretar as obras do Acervo nos espaços de acesso livre aos visitantes, verificando suas funções e usos ao longo do tempo, através de uma seleção de pinturas, fotografias, gravuras, esculturas, imagens sacras e mobiliário. As únicas exposições temporárias que ocorreram nos anos de 2014 e 2015 foram as exposições de presépios, que vem acontecendo ininterruptamente desde 2009, celebrando o período do Natal.

Para o Palácio Boa Vista, depois da exposição *Narrativa do tempo – O móvel no acervo dos Palácios* – exposição que será analisada na próxima parte deste capítulo –, que encerrava essa fase próspera da política de exposições temporárias, foi criada a exposição *Um Palácio, Muitas Histórias*, que ficou em cartaz de 11/06/2014 a 18/01/2015, com a intenção de destacar a passagem do tempo no Palácio Boa Vista, os fatos e os personagens por ele acolhidos, celebrando os 50 anos de história deste local. Enfim, no ano de 2015, foi elaborado o *Novo percurso do Palácio Boa Vista*, já contando com diretrizes estipuladas pela primeira-dama, que ficou em cartaz de 25/01/2015 até o início de 2016.

Também foi elaborada, em parceria com o Museu de Arte Sacra de São Paulo (MAS), a exposição *Rememoração: arte religiosa como documento histórico – Coleções do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios e do Museu de Arte Sacra de São Paulo*, que aconteceu no MAS de 02/09/2015 a 04/01/2016, com a curadoria de Ana Cristina Carvalho e Maria Inês Lopes Coutinho.

Essa exposição marcou a abertura do *IX Encontro Brasileiro de Palácios, Museus-Casas e Casas Históricas*, que aconteceu no dia 31/08/2015, concomitantemente ao *Curso de Formação Profissional para Museus-Casas no Brasil*, realizado pela Curadoria dos Palácios do Governo e pelo Comitê Internacional para Museus-Casas Históricas (DEMHIST) do International Council of Museums (ICOM). Nessa exposição foram expostas lado a lado, pela primeira vez, as coleções do Acervo

dos Palácios do Governo e do MAS, que têm muitos aspectos em comum do ponto de vista dos critérios de aquisição, características tipológicas, estilísticas, de procedência e de origem. Como já foi comentado, o conjunto adquirido para o Palácio Boa Vista, de 1969 a 1970, foi selecionado por especialistas coordenados por Luís Arrobas Martins, então secretário de Estado da Fazenda, figura fundamental para a criação, também, do MAS.

A curadoria das exposições – aqui citada como o processo de seleção das obras e de criação do discurso expositivo – foi realizada, na grande maioria das vezes, por Ana Cristina Carvalho, a curadora do Acervo dos Palácios do Governo. Das 73 exposições listadas, somente 21 não contaram com a sua participação.

Tiveram grande atuação como curadores associados: Percival Tirapeli – Professor Titular no Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Mestre e Doutor pela Escola de Comunicações e Artes da USP, bacharel e licenciado em Desenho e Plástica e Educação Artística pela Faculdade de Belas Artes de São Paulo⁴⁹ –, em sete exposições; e Elza Ajzenberg – Professora Titular da Escola de Comunicações e Artes da USP, docente de Estética e História da Arte e coordenadora do Centro Mario Schenberg de Documentação da Pesquisa em Artes⁵⁰ –, em cinco exposições.

Também participaram como curadores a equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE), Lisbeth Rebolo Gonçalves, Vladimir Sacchetta, Elvira Vernaschi, Tarsila do Amaral (sobrinha da artista), Yugo Mabe, Kátia Canton, Heloisa Barbuy, Felipe Chaimovich, Gilmar Viana, Enok Sacramento, Cândida Arruda Botelho, Ana Maria Martins, Maria Alice Milliet, Dalton Sala, Laura Carneiro, Daisy Peccinini, Carlos Soulié Franco do Amaral, Denise Mattar e Maria Inês Lopes Coutinho.

A partir do delineado, seguindo o *Roteiro de observação para visita a museus e exposições*, passaremos a abordar o cenário configurado pelo Palácio Boa Vista para, então, mapear os procedimentos de elaboração, produção e montagem da exposição *Narrativa do Tempo – O Móvel no Acervo dos Palácios*, que se insere no contexto de revisão da política de ampla produção expositiva, precedendo a exposição *Um Palácio, Muitas Histórias*. Esses procedimentos apresentarão a metodologia utilizada pela Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo para configuração da grande maioria de suas exposições.

⁴⁹ Informações retiradas de seu currículo lattes <<http://lattes.cnpq.br/1423636463797795>>. Acesso em 19 fev. 2016.

⁵⁰ Informações retiradas de seu currículo lattes <<http://lattes.cnpq.br/6532105962294248>>. Acesso em 19 fev. 2016.

3.2 O Palácio Boa Vista e seu entorno

O Palácio Boa Vista (PBV) é considerado o “palácio de inverno” do Governo do Estado de São Paulo. É utilizado pelo governador em exercício, sua família e convidados, como residência em períodos de descanso, e também é instituição museológica, aberta ao público. Possui visitação constante desde o início de sua construção, na década de 1940, e foi declarado Monumento Público do Estado de São Paulo em 1970. Importante considerar que esse Palácio ajudou a transformar a paisagem cultural da cidade, contribuindo para consolidá-la como polo turístico de famílias de alto poder aquisitivo.

Como se localiza em uma cidade que recebe forte fluxo turístico, e o Palácio é uma das principais atrações do circuito municipal, possui ampla visitação durante o ano todo, principalmente no período das férias de inverno, quando acontece o Festival Internacional de Música de Campos do Jordão, que neste Palácio teve origem. Apesar de ser reconhecido como um ícone da cidade, tem pouca articulação com os seus moradores, que raramente o visitam, sendo seu público constituído basicamente de turistas e de grupos escolares.

Situado no Alto da Boa Vista, na Avenida Adhemar Pereira de Barros, 3001 – avenida pavimentada para dar acesso ao Palácio, batizada com o nome do governador que atuou mais impetuosamente para a sua construção –, tem fácil acesso mesmo localizando-se no cume de uma colina da região mais alta do perímetro urbano da cidade. Pode ser visualizado desde seu entorno, do portal da cidade até regiões mais afastadas. Dele se tem visão privilegiada da área urbana e periférica da cidade, sendo rodeado por uma linda paisagem natural, com muitas colinas – incluindo a Pedra do Baú, marco visual e ponto turístico regional –, e vegetação nativa.

Em seu entorno próximo podemos encontrar um edifício da Cavalaria da Polícia Militar, algumas habitações do Governo do Estado de São Paulo, que são utilizadas por seus funcionários, e, um pouco mais distantes, casas particulares de alto padrão.

Possui um estacionamento amplo para visitantes, situado ente o Palácio e a Polícia Militar, e um menor, logo à frente do Palácio, próximo ao café e a loja. O estacionamento é equipamento fundamental para os visitantes, já que quase todos chegam de carro ou ônibus de turismo. O acesso por caminhada é difícil, tendo em vista a longa distância, em uma subida íngreme, do centro da cidade. O acesso também é possível via ônibus de linha, que é muito pouco utilizado por seu público. O café e a loja são administrados por empresas terceirizadas, que alugam espaços cedidos pelo Governo do Estado na área externa, e ficam próximos a entrada do Palácio, logo à beira de uma colina, o que proporciona uma linda vista da cidade com sua cadeia de montanhas.

O Palácio Boa Vista permanece aberto para visitação pública de quarta-feira a domingo, das 10 às 12 horas e das 14 às 17 horas, desde que não haja hóspedes oficiais, e, em 2012, passou a ter acesso gratuito.

Depois de passar por uma portaria supervisionada pela Polícia Militar, o visitante tem acesso ao terreno que circunda a edificação e a Capela de São Pedro Apóstolo. É, então, recebido por um educador que organiza os grupos, e, em dias de grande movimento, recebe uma senha. Enquanto aguarda o momento da entrada do grupo, pode circular pelo jardim e pela capela.

O visitante só entra na edificação acompanhado pelo educador, que é assessorado por um policial militar. Esse fato direciona a organização do espaço expositivo e restringe muito as suas possibilidades, como será comentado posteriormente. Antes de adentrar, ainda precisa deixar objetos grandes e malas nos guarda-volumes e aguardar a formação do grupo com o educador que irá acompanhá-lo. Não é permitido tirar fotografias dos espaços internos, mas, após a visita, o grupo é direcionado para o pátio interno do Palácio, onde as fotos são permitidas.

Figura 15. Vista aérea da região do Palácio Boa Vista.
Fonte: Google Maps. Acesso em: 28 mar. 2015.

Figura 16. Vista aérea do entorno do Palácio Boa Vista.
Fonte: Google Maps. Acesso em: 28 mar. 2015.

3.3 O Palácio Boa Vista e seu ambiente expositivo

Esse Palácio tem a capacidade de hospedar um grande contingente de pessoas com as pompas de um requintado palacete, incluindo significativas obras de arte, mas, seu uso residencial depende da família do governante em exercício, que pode solicitá-lo com maior ou menor regularidade. As obras mais importantes do Acervo dos Palácios do Governo, adquiridas pelo Geapac, que já tinha a intenção de adquirir bens representativos das artes plásticas e do mobiliário artístico brasileiro para a apresentação pública, ficam alocadas em seus ambientes. Mesmo assim, o seu uso prioritário é destinado ao descanso do governador, sua família e convidados, podendo, inclusive, ser parcialmente ou totalmente fechado para visitação pública enquanto recebe hóspedes oficiais.

O público que chega ao Palácio, na maioria das vezes, pretende observar a relação que seus governantes estabelecem com seus ambientes de uso, visualizar a aparência e configuração interna, a suntuosidade que um Palácio governamental imprime no imaginário popular. Assim, o seu caráter público está relacionado aos seus usuários e direciona o seu gerenciamento museológico: o Palácio Boa Vista é tratado como um museu-casa pela equipe da Curadoria do Acervo dos Palácios.

A partir de seus usos diferenciados, residência e museu público, o Palácio Boa Vista pode ser dividido em duas partes, a área íntima e a área aberta ao público. A área íntima compreende a parte destinada exclusivamente a seus hóspedes, com uso estritamente residencial. É o espaço da casa vivida, onde encontramos uma multiplicidade de móveis, peças decorativas e obras de arte, utilizados para configurar seus diversos ambientes: a sala de visita, a sala de jantar, o quarto, o corredor, o banheiro, a cozinha.

A área pública, o espaço aberto para a visitação, por sua vez, pode ser dividida em duas partes. A primeira compreende o espaço da casa que pode ser utilizado por seus hóspedes, mas, quando não há estadia, também pode ser apreciado pelo público. Apresenta os ambientes de uso residencial, que seguem as diretrizes decorativas estabelecidas pela família do governador, normalmente representado pela primeira-dama. Esse espaço corresponde as salas 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, do pavimento térreo, e 33, 34, 35 e 36, do primeiro andar. A segunda parte diz respeito a uma pequena área destinada exclusivamente as exposições temporárias, planejadas e executadas pela equipe da Curadoria do Acervo dos Palácios. Esse espaço corresponde as salas 4, 5, 7, 8 e 10 do térreo.

Para diferenciar essas áreas em nossa apreciação, chamaremos a primeira de *área íntima restrita*, a segunda de *percurso público da área íntima*, e a terceira de *área das exposições temporárias*.

Área das exposições temporárias

3.4 A exposição *Narrativa do Tempo – O Móvel no Acervo dos Palácios*

A exposição *Narrativa do tempo – O móvel no acervo dos Palácios* foi elaborada para apresentar de forma sistemática, no PBV, a coleção de artes decorativas gerenciada pela Curadoria do Acervo dos Palácios. Foi a primeira exposição que se focou em seu mobiliário histórico, uma parte importantíssima da coleção. O recorte escolhido elegeu as peças coloniais e neocoloniais, produzidas até o início do século XX, que seriam utilizadas para contar hábitos e costumes dos períodos tratados. Essa base conceitual foi estipulada pela curadora Ana Cristina Carvalho, como usualmente acontece nas exposições produzidas pelo departamento.

Criada em parceria com o Museu do Estado de Pernambuco (MEPE)⁵¹, essa exposição tinha a intenção de estabelecer um intercâmbio entre as duas instituições. Seria, também, uma oportunidade para oferecer, em suas ações paralelas, oficinas e workshops sobre as técnicas utilizadas para a confecção desse mobiliário, promovendo práticas que vêm se perdendo ao longo do tempo. O intercâmbio não aconteceu, mas as oficinas foram bem-sucedidas.

Essas ações foram elaboradas com o intuito de aproximar a comunidade local do PBV, tendo em vista que as exposições temporárias não vinham conseguindo estabelecer um contato mais efetivo com os moradores do município. Foram oferecidas as oficinas de *Técnica de Marchetaria*, realizada em 15/01/2014; *Técnica de Douramento*, em 22/01/2014; *Técnica de Orientações ao Restauro de Mobiliário*, em 29/01/2014; *Técnica de Lavradura em Couro*, em 05/02/2014; e *Técnica de Trançado em Palhinha*, em 12/02/2014.

Ana Cristina Carvalho comenta no texto de apresentação da exposição:

Narrativa do tempo – O móvel no acervo dos Palácios

O Palácio Boa Vista apresenta ao público esta exposição que propõe destacar a coleção de mobiliário artístico dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, especialmente o brasileiro, desde os tempos coloniais até o início do século XX. A mostra relaciona essas peças ao espaço das memórias individual e coletiva e é um convite para refletir sobre o universo de cotidianos vividos.

O acervo de móveis dos palácios Boa Vista, em Campos do Jordão, e dos Bandeirantes, em São Paulo, abrigado nessas edificações desde a década de 1960, além de estar em uso nos espaços doméstico e administrativo, é também estudado e conservado por meio de tratamento museológico. Nesse sentido, o palácio-museu “engoma e arruma o tempo, procurando guardar não só os objetos, mas a sua história e a de seus personagens⁵²”.

⁵¹ O MEPE foi inaugurado em 1930 no Palácio da Justiça, em Recife. Em 1940, o Museu passou a funcionar em um palacete típico da arquitetura aristocrática pernambucana do século XIX que pertencera a Augusto Frederico de Oliveira, filho do Barão de Beberibe.

⁵² Termo usado por Mia Couto em palestra proferida na 23ª Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus – ICOM, no Rio de Janeiro, em agosto de 2013.

Cerca de 100 obras estão selecionadas para evidenciar os usos, costumes, estilos, técnicas e materiais empregados na produção de mobiliário, destacadas em três núcleos expositivos, nas primeiras salas, e complementadas pelo percurso de visita aos ambientes privados. O próprio roteiro revela a intimidade que contrasta com a formalidade das sedes do Poder Executivo, apresentando o móvel no recinto da casa. Assim, o arranjo das peças considera as ideias de palácio, museu, coleções e personagens refletindo o papel social do espaço doméstico.

Móveis de guardar, descansar, trabalhar e repousar foram adquiridos nas décadas de 1960/70 pelo governo paulista para decorar os palácios, mas com a importante missão de também servirem como exemplares de excelência para a constituição de um museu de mobiliário artístico brasileiro na época. Formada uma comissão de especialistas para a escolha das peças, foram privilegiadas obras em estilo colonial brasileiro e móveis de origem e influência estrangeiras, importados de Portugal, Inglaterra, França e Itália, de forma que representassem a tradição artístico-artesanal ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Narrativa do tempo tem, portanto, a intenção não só de mostrar ao público um preciosíssimo acervo de cadeiras, bancos, mesas, baús, arcas, camas, espelhos e outros objetos, mas também de chamar a atenção para a importância da preservação do patrimônio móvel e da conservação e resgate das técnicas tradicionais cuja mão de obra é escassa hoje em dia. Esperamos que esse potencial reflexivo da exposição – complementado pelas oficinas de técnicas artesanais de artes decorativas oferecidas gratuitamente pelo Governo do Estado durante o período da mostra – possa estimular cada visitante a conhecer as coleções dos palácios e a contribuir para a preservação da herança artística individual. Quem de nós não tem em casa um pequeno objeto ou um móvel capaz de contar a nossa própria história?

Importante considerar que, a partir do conceito inicial, o trabalho de elaboração das exposições feito pela Curadoria do Acervo dos Palácios é desenvolvido de forma coletiva. O setor de pesquisa desenvolve suas atividades de forma a fundamentar as reflexões que serão apresentadas, amparado por propostas do setor educativo, o setor de gestão documental faz o levantamento de todas as obras que se enquadram no recorte temático estipulado, o setor de conservação e restauro verifica o estado das obras selecionadas e intervém nas que necessitam, o setor de curadoria, produção, montagem e manuseio de obras configura a expografia, amparado, também, por percepções do setor educativo, o setor de comunicação cria os recursos gráficos e o material de apoio à exposição, e o setor de difusão, eventos e atividades paralelas desenvolve a sua programação. Para manter a uniformidade das hipóteses criadas pelos vários setores, são, constantemente, realizadas reuniões entre os diversos profissionais envolvidos e a curadora, que, a partir das propostas apresentadas, define os rumos a serem seguidos.

O expografia de *Narrativa do tempo – O móvel no acervo dos Palácios* procurou estabelecer um contraste entre o formato da *área das exposições temporárias* e do *percurso público da área íntima*, apresentando o primeiro como um espaço marcadamente museológico, e o segundo como um espaço configurado pelo uso doméstico.

O percurso da *área das exposições temporárias* foi dividido em três núcleos conceituais, que apresentaram, ao todo, 91 peças. Os móveis dispostos nesses núcleos foram colocados sobre bases de madeira MDF⁵³, pintadas na cor azul, com o propósito de

⁵³ Placa de fibra de madeira de média densidade.

lhes dar um tratamento museográfico. Esse recurso, utilizado para ressaltar as características patrimoniais do Acervo dos Palácios, teve a intenção de mostrar essas peças como em um museu convencional. Com esse objetivo, também foi construído um painel com prateleiras e foram penduradas cinco cadeiras e uma cama em paredes.

A ideia que permeava a construção dos diversos módulos era evidenciada por seus textos introdutórios, sendo que para todos os textos e fotos empregados foi utilizado o *vinil de recorte*, adesivado em painéis de madeira MDF que tinham as partes superior e inferior pintadas do mesmo azul que as bases. Esses painéis, além de contribuírem para a configuração espacial dos ambientes, evidenciando seus textos e formando uma unidade expositiva, evitaram que o vinil de recorte fosse aplicado diretamente sobre as paredes desse edifício histórico.

Figura 19. Projeto expográfico da exposição *Narrativa do tempo – O móvel no acervo dos Palácios*.

O primeiro espaço do PBV em que o visitante tem acesso é o chamado *acolhimento*, sala 4, onde além do título e do texto de apresentação da exposição, já citado anteriormente, encontravam-se o painel *Panorama de estilos de mobiliário no Acervo dos Palácios*, a *Ficha técnica da exposição*, e quatro móveis do Acervo, entre bancos e mesas. Além de fazerem parte da exposição, os bancos podiam ser utilizados pelos visitantes enquanto aguardavam a formação do grupo de visitação. Esse espaço de espera também possibilitava ao visitante um período maior para leitura dos textos, que continham informações prévias pertinentes a visita que se iniciaria.

O painel *Panorama de estilos de mobiliário no Acervo dos Palácios* apresentava uma linha do tempo com alguns estilos de mobiliário, *Manuelino*, *Indo-português*, *Colonial Brasileiro*, *Dom João V*, *Dom João VI*, *Dona Maria I*, *Dom José I*, *Ecletismo* e *Art Nouveau*, e suas características.

Na *Ficha técnica* constavam: Governo do Estado de São Paulo – Geraldo Alckmin, *Governador*; Guilherme Afif Domingos, *Vice-Governador*; Edson Aparecido, *Secretário-Chefe da Casa Civil*; José do Carmo Mendes Junior, *Secretário Adjunto da Casa Civil*; João Germano Böttcher Filho, *Chefe de Gabinete da Casa Civil*; Ana Cristina Carvalho, *Curadora do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo* –; exposição produzida pela equipe da Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo; Maquetes de Releitura das Ambientações Brasileiras, Secretaria de Estado da Cultura – A Casa Museu de Artes e Artefatos Brasileiros – Acervo Museu da Casa Brasileira; Humberto Jará, arte Maquetes; e agradecimentos ao Museu da Casa Brasileira, Arte Miniaturas – Humberto Valentin Jará Arrua e Izabel G. Morata Tapias –, Renata de Castro Pante e Wilton Guerra.

Figura 20. Projeto expográfico do acolhimento.

Figuras 21 e 22. Acolhimento. Fotos: Alexandre Klemenc.

O primeiro núcleo, localizado no *vestíbulo*, sala 5, destacou as *origens, usos e costumes* através de algumas peças que buscavam representar hábitos dos períodos colonial e imperial. Em seu texto de parede, instalado ao lado da porta da sala da casa civil, constava:

Os interiores das casas nos séculos XVII e XVIII diferem muito dos das residências a partir do século XIX, quando o móvel passa a ser utilizado em todos os espaços, e com funções específicas, criando ambientes com conjuntos de mobília, e não somente móveis individuais, e inúmeros objetos. Desse modo, pode-se observar claramente os estilos de um conjunto de mobília, cujo objetivo, além da utilidade, era o de ostentação de riqueza. [...]

Outro hábito presente nas moradias mais ricas era o de importar, via Portugal, a maioria dos objetos, especialmente os de manufatura inglesa, como relógios de parede, espelhos, castiçais e mangas de vidro para cobrir os santos. Mais tarde, são importados também lustres de cristal Baccarat. O uso e a função social dos móveis têm aspectos que, seguindo a tradição portuguesa, estão ligados a questões hierárquicas das classes sociais, a exemplo das cadeiras de braços e encosto alto, usadas pelas pessoas mais graduadas e importantes, e dos assentos domésticos, utilizados, em muitos lugares na época colonial, pelos brancos, destinando-se aos escravos esteiras no chão.

Foram expostas 39 peças nesse núcleo, dentre arcas, baús, cadeira de balanço, donzelas, espelho, mesas, oratório, preguiceiro – colocados sobre as suas respectivas bases de madeira e dispostos próximos as paredes, formando pequenos grupos –, relógio, desenhos e gravuras – pendurados nas paredes – do Acervo dos Palácios, além de quatro maquetes emprestadas do Museu da Casa Brasileira (MCB), todas dispostas sobre a mesa que ocupou o centro da sala.

As maquetes apresentavam as mudanças dos espaços domésticos brasileiros ao longo tempo e continham móveis e objetos construídos em escala. Foram as únicas peças emprestadas de outra instituição para essa exposição.

Figura 23. Projeto expográfico do Núcleo 1, vestibulo.

Figuras 24, 25, 26 e 27. Núcleo 1, vestibulo. Fotos: Alexandre Klemenc.

Até o fim do século XVIII, a produção artística seguia uma forma de padronização de modelos e tendências e de disciplina imposta pelas corporações de ofícios, que recebiam encomendas da aristocracia, do mecenato real e do clero. O cliente determinava o gosto, marcado pelas transformações sociais, políticas e econômicas. O móvel desse período é, pois, pleno de significações, rituais e símbolos. São chamados móveis de estilo por apresentarem uniformidade formal e decorativa própria.

A vinda da Coroa portuguesa para o Brasil, em 1808, e a Missão Artística Francesa, em 1821, trouxeram os avanços das artes europeias ocorridas depois da Revolução Francesa e da extinção das corporações de ofícios, que dá origem ao produto industrializado. Trouxeram também modas que foram imitadas em todo o período imperial e século XX, influenciando os estilos, técnicas e denominação de algumas peças, como *toilette*, *bidet* e *étagère*, utilizadas até hoje.

Salvador, sendo capital administrativa do Brasil até 1763, detinha, nos séculos XVIII e XIX, os principais centros de produção de mobiliário do país, ao lado de Recife – também uma importante cidade naquela época –, diferentemente de São Paulo, ainda pobre e sem recursos.

Apesar de ligadas aos ciclos econômicos da cana-de-açúcar e do ouro, as residências nas regiões de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco no século XVIII, de um modo geral, também não possuíam muita mobília, ao contrário das casas de engenho e dos sobrados urbanos.

[illegible]

Figura 28. Projeto expográfico do Núcleo 2, sala da casa civil.

Figuras 29 e 30. Núcleo 2, sala da casa civil. Fotos: Alexandre Klemenc.

Foram expostas dezenove peças no *corredor*, entre arcas, canastras, tocheiros, espelhos, credências – dispostos em uma das suas paredes laterais sobre bases de madeira ou no painel com prateleiras – e cadeiras – penduradas na sua outra parede lateral.

Figura 31. Projeto expográfico do Núcleo 2, corredor.

Figura 32 e 33. Núcleo 2, corredor. Fotos: Alexandre Klemenc.

A *sala da casa militar*, sala 10, que normalmente faz parte da *área das exposições temporárias*, com acesso pelo *corredor*, sala 8, não foi utilizada nesta exposição, permanecendo fechada.

O terceiro núcleo foi montado em um espaço que atualmente faz parte do *percurso público da área íntima*, o *saguão do gabinete do governador*, sala 11, e destacou, através de seu texto de parede – instalado entre a porta que dá acesso ao local e a porta do *gabinete do governador* – a utilização do móvel no espaço íntimo da casa em três situações: nas refeições, na devoção e no descanso.

As refeições

No Brasil colonial, o comportamento durante as refeições diferia em cada região, e nem em todos os lugares a mesa estava presente. Em alguns casos, comia-se no chão, sobre uma esteira forrada com toalha. Indígenas, colonos e escravos comiam com a mão, como em muitos lugares na Europa; nas casas senhoriais, era costume o uso de talher de prata inglesa importado. Nos banquetes, os senhores de engenho bebiam vinho português, e eram frequentes os concertos em família, as reuniões para jogos de cartas e bailes.[...]

A devoção

O oratório é um dos móveis mais presentes nas casas nos séculos XVIII e XIX, sejam elas ricas ou pobres. Abrigavam os santos de devoção em marfim, madeira ou barro. As imagens mais frequentes eram de Cristo crucificado, Nossa Senhora da Conceição, Santana e São Francisco. Os oratórios maiores, e mesmo os grandes de parede, chamados *ermidas*, usados para rezar missa nas residências, eram muito valiosos, independentemente de seu estilo, que podia variar com as transformações de ornamentos decorativos e formas de entalhe barrocos, rococós ou neoclássicos.

O descanso

Os móveis de descanso eram denominados *camas* ou *catres*. Os leitos, maiores, possuíam cabeceiras e pés com balaústres e cortinados, geralmente produzidos em jacarandá e entalhados; já nos *lastros*, eram utilizadas madeiras de qualidade inferior, mas resistentes para evitar a grande quantidade de insetos. Com o desuso dos cortinados, os balaústres que os apoiavam diminuíram. O uso genérico da palavra “*cama*” deu-se a partir da segunda metade do século XVIII.

Armários e guarda-roupas não eram comuns até o século XIX. As roupas eram guardadas em arcas, baús e caixas. Os *toucadores* – que deram origem às *toilettes* – eram móveis pequenos usados, em cima de uma mesa ou *cômoda*, para guardar produtos de higiene.

Foram expostas 18 peças no terceiro módulo, dentre arca, armário, cama, *cômoda*, máquina de costura, oratórios e ucha, também colocados sobre as suas respectivas bases de madeira e dispostos próximos as paredes, formando pequenos grupos de objetos.

Figura 34. Projeto expográfico do Núcleo 3, saguão do gabinete.

Figura 35 e 36. Núcleo 3, saguão do gabinete do governador. Fotos: Alexandre Klemenc.

Dessa forma, nos três núcleos expositivos, o discurso criado em torno das obras era definido pelos textos de parede, cabendo também ao educador que acompanhava os grupos criar as conexões entre as peças apresentadas.

No final da *área das exposições temporárias*, no *saguão* do gabinete do governador, sala 11, ao lado da escada, ficava um pequeno texto que pontuava ao visitante a sua entrada no espaço de uso doméstico do Palácio Boa Vista, evidenciando a divisão do percurso em duas seções.

Aqui terminam os espaços especialmente preparados para a exposição das peças no contexto de museu. Nos próximos ambientes, o visitante poderá perceber o móvel em seu uso no cotidiano do palácio. Estão destacadas algumas obras que fazem parte da mostra, mas que continuam em seu percurso no espaço íntimo da casa. Preservadas por uma equipe de especialistas, elas podem ser apreciadas e estudadas.

Assim, a exposição continuava pelo *percurso público da área íntima*, sendo que as peças que participavam diretamente da exposição continuavam dentro de sua ambientação, compondo os espaços da casa – o quarto, a sala, o banheiro, o corredor –, mas eram evidenciadas pelas legendas *peças em destaque neste ambiente*, acomodadas em totens de metal especialmente desenhados. Das 89 peças que faziam parte da exposição e estavam localizadas no *percurso público da área íntima*, 32 foram salientadas por informações disponibilizadas nessas legendas.

Figura 37 e 38. Percurso, corredor 18, com os totens de metal. Fotos: Alexandre Klemenc.

Figura 39 e 40. Percurso, sala de estar 17 e sala do piano 20. Fotos: Alexandre Klemenc.

Figura 41 e 42. Percurso, sala de estar 35b e quarto 35c. Fotos: Alexandre Klemenc.

3.5 Elaboração, produção e montagem da exposição

Para se atingir o objetivo proposto, a materialização da exposição idealizada, conforme apresentado anteriormente, foram necessárias várias ações interdependentes, nesse caso desenvolvidas por diferentes equipes que, elaborando, produzindo e executando – ou se valendo de outras equipes para a execução do serviço –, caminharam lado a lado edificando algo em conjunto.

Com a ideia inicial definida pela curadora, então, através de discussões coletivas, foi feito um cronograma de produção inicial, um levantamento de todas as peças que se enquadravam no recorte estipulado e definiram-se as prioridades da pesquisa que seria realizada.

O cronograma de produção e montagem de uma exposição é peça fundamental de seu processo de execução. Como deve lidar com diversas demandas, múltiplos profissionais e etapas que se articulam ao longo do tempo, o cronograma impõe datas limites para que as atividades sejam concluídas e amarra as partes – o planejamento, o desenho, a elaboração técnica, as montagens grossa e fina – para a composição de uma unidade, em uma ação integrada. Para essa exposição, o cronograma precisou ser revisto e alterado algumas vezes.

Até a conclusão das listas de obras, uma série de listas foram realizadas para se facilitar a observação das diversas peças, suas localizações e estados de conservação. Algumas peças foram separadas para limpeza, reforço ou restauro, e outras indicadas a não participarem da exibição. Assim, foram necessárias uma série de ações até a seleção final das obras que participariam da exposição.

A elaboração da expografia dependeu da seleção das peças, levou em conta características estéticas e de execução, e princípios efetivos da conservação do patrimônio exposto, para a configuração da mensagem de fundo. O projeto, para ser elaborado, demandou debates coletivos e foi apresentado em desenhos técnicos – plantas e elevações – das salas de exposição e das várias peças confeccionadas – bases e painel com prateleiras.

As listas de transporte foram os documentos utilizados para a contratação do transporte das peças que precisaram ser deslocadas entre as cidades de São Paulo e Campos do Jordão, facilitaram a coleta – nos Palácios as obras podem estar em locais muito distantes – e a embalagem das mesmas.

A pesquisa realizada gerou, além de informações importantes para a atualização do banco de dados (GEOA), recursos para apresentar a ideia pretendida, principalmente para a elaboração dos textos que acompanharam a exposição, incluindo suas legendas.

3.5.1 Produção da exposição

Apreciaremos, agora, os materiais elaborados pela equipe da Curadoria do Acervo dos Palácios na produção da exposição *Narrativa do Tempo – O Móvel no Acervo dos Palácios*, que foram sintetizados com a intenção de contemplar seus objetivos específicos e verificar os profissionais que neles trabalharam.

Cronograma

O cronograma de produção e montagem da exposição *Narrativa do tempo – O móvel no acervo dos Palácios*⁵⁴, foi articulado e atualizado pela coordenadora do Setor de curadoria, produção, montagem e manuseio de obras, Alessandra Godano, com o suporte de sua equipe. O atraso na conclusão de algumas tarefas, a inclusão de novos dados, a alteração de conteúdos e as transformações que a construção da expografia sofreu, fizeram com que o cronograma inicial fosse alterado algumas vezes. Essa flexibilidade deve ser levada em conta, pois, já que lida com o fluxo de tempo, este documento precisa ser maleável ao mesmo tempo em que impõe restrições.

No caso dessa exposição, a maior dificuldade imposta foi o curto período de tempo que houve entre o momento em que a curadora apresentou a sua ideia inicial, 11/09/2013, e a data proposta para abri-la ao público, 15/11/2013. Levando em conta que o núcleo responsável pela elaboração, produção e montagem das exposições (Setor de curadoria, produção, montagem e manuseio de obras) é composto por cinco pessoas que também possuem outras atribuições dentro da rotina da Curadoria do Acervo dos Palácios, mesmo contando com o apoio dos outros setores que participaram ativamente nessa elaboração interdisciplinar, o prazo foi bem limitado. Fato que contribuiu na instauração de um sentimento de pressa em toda a equipe e trouxe insegurança na realização de algumas tarefas, pois, além de aumentar os riscos para com o patrimônio envolvido, poderia prejudicar a qualidade do produto final.

Salientamos que, nesse mesmo período, também aconteceram o trabalho de pesquisa e o restauro de várias peças selecionadas⁵⁵.

⁵⁴ O cronograma completo encontra-se no anexo 2.

⁵⁵ Conforme anexo 4.

Processo de seleção e listas de obras

Para a seleção das obras que participaram da exposição foram feitas uma série de listas prévias que tinham por objetivo facilitar a visualização das peças, verificar suas localizações e estados de conservação.

São sete as listas finais de obras da exposição⁵⁶ e foram organizadas pela coordenadora do Setor de gestão documental e do Setor de conservação e restauro, Maria Augusta Barradas Barata. Estão divididas segundo a sequência do discurso expositivo, assim, o módulo do acolhimento precede o módulo 1, que precede o módulo 2, que precede o módulo 3. Dentro da lista do módulo 1 estão as maquetes emprestadas pelo Museu da Casa Brasileira. A exposição contempla 91 peças dentro da área das exposições temporárias e mais 89 peças distribuídas ao longo do percurso público da área íntima, que compreende alguns quartos, salas e corredores do edifício. Do total de 180 peças, a lista das peças em destaque relaciona 32 que a exposição buscou dar maior relevância. São estas as listas finais:

- Lista acolhimento

04 peças. Bancos e mesas.

- Lista módulo 1

39 peças. Arcas, baús, cadeira, donzelas, espelho, mesas, oratório, preguiceiro, relógio, desenho, gravuras e as maquetes do MCB.

- Lista módulo 2 primeira sala

09 peças. Banquetas, mesas e tamboretes.

- Lista módulo 2 corredor

19 peças. Arcas, cadeiras, canastras, tocheiros, espelhos e credência.

- Lista módulo 3

18 peças. Arca, armário, cama, cômoda, máquina de costura, oratórios, ucha.

- Lista percurso

89 peças. Arcas, armários, bancos, barguenhos, baús, cadeiras, camas, cômodas, criados-mudos, cristaleiras, dunquerque, espelhos, genuflexório, guarda-roupas, mesas, oratórios e poltronas.

- Lista peças em destaque

32 peças.

Arcas, bancos, barguenhos, baús, cômodas, dunquerque, espelhos, guarda-roupas, gravuras, mesas e oratórios.

⁵⁶ As sete listas finais de obras encontram-se no anexo 3.

Listas de transporte

São duas as listas de transporte da exposição⁵⁷. Foram organizadas pela coordenadora do Setor de gestão documental e do Setor de conservação e restauro, Maria Augusta Barradas Barata. Estão divididas segundo o traslado necessário, do Palácio dos Bandeirantes e Museu da Casa Brasileira (ambos localizados em São Paulo) para o Palácio Boa Vista (em Campos do Jordão), e do Palácio Boa Vista para o Palácio dos Bandeirantes.

Essas listas são enviadas para algumas empresas especializadas em embalagem e transporte de obras de arte, que enviam seus orçamentos para avaliação. Também servem como um guia para os profissionais que acompanham o serviço contratado, facilitando o acesso e a embalagem das peças.

São elas:

- Transporte PB e MCB para PBV

A empresa especializada *Arte 3* efetuou a embalagem e o transporte das peças que estavam no Palácio dos Bandeirantes e das maquetes emprestadas pelo Museu da Casa Brasileira até o Palácio Boa Vista. Maria Augusta e Luciano Corta Ruas acompanharam a embalagem das peças no PB, e Adriana Pires fez os laudos e acompanhou a embalagem no MCB. Ao todo foram enviadas 52 peças para a exposição.

- Transporte PBV para PB

Para liberar a área das exposições temporárias para a nova exposição foi necessário, além da retirada de algumas obras para envio para São Paulo, a relocação de outras em ambientes diversos do PBV. Foram enviados para São Paulo: um teto de igreja, composto de 15 tábuas de madeira policromada, uma coleção de 30 gravuras japonesas e um oratório. A empresa especializada *Alves Tegam* realizou a embalagem e o transporte dessas peças, acompanhada por Rafael Celidônio e Glaucia Santiago. Alexandre Klemenc fez a montagem das obras.

⁵⁷ Como a lista de transporte PB para PBV é uma variação das listas finais de obras e a lista de transporte PBV para PB já está descrita, optou-se por não as inserir em anexo.

Laudo técnico das peças restauradas

Durante o planejamento das exposições temporárias, algumas obras do Acervo dos Palácios são observadas com maior atenção. As decisões relativas à conservação são estruturadoras, pois definem, muitas vezes, o que poderá ser exposto. Dentre as obras selecionadas pela curadora, algumas precisaram ser retiradas da exposição, devido ao mau estado de conservação, e outras precisaram passar por tratamentos de restauro. No caso dessa exposição, dezoito peças passaram por limpeza, reconstituição de partes ou reforço de estrutura, servindo também para a manutenção e preservação das mesmas.

Como a lista de obras foi alterada ao longo do tempo, algumas peças que passaram por restauro acabaram saindo dos módulos expositivos, mas foram mantidas no percurso público da área íntima. Todo o serviço foi realizado pela equipe interna do Setor de conservação e restauro – Adriana Pires, Tatiana Herrmann e Gilberto Liberato – e consta no laudo técnico das peças restauradas⁵⁸.

Projeto expográfico

O projeto expográfico da exposição⁵⁹, anteriormente apresentado, foi desenvolvido pelos profissionais do Setor de curadoria, produção, montagem e manuseio de obras – Alessandra Godano (coordenadora), Alexandre Klemenc, Luciano Corta Ruas, Rafael Celidônio e Gláucia Santiago – seguindo as diretrizes da curadora, após a conclusão da seleção das obras que participariam da exposição.

Para todos os móveis apresentados dentro da área das exposições temporárias foram construídas bases de madeira MDF, pintadas na cor azul, com o propósito de lhes dar um tratamento diferenciado, um recurso museográfico para ressaltar as suas características patrimoniais. Com essa mesma função, foi construído um painel com prateleiras, também pintado de azul, e foram penduradas cinco cadeiras e uma cama em paredes.

Fora desse espaço, no percurso público da área íntima, as peças abordadas pela exposição continuaram dentro de sua ambientação, compondo os espaços da casa – o quarto, a sala, o banheiro, o corredor – mas foram salientadas pelas legendas *peças em destaque neste ambiente*, acomodadas em totens de ferro especialmente desenhados.

⁵⁸ O laudo técnico das peças restauradas encontra-se no anexo 4.

⁵⁹ O projeto expográfico completo da exposição encontra-se no anexo 5.

Assim, o projeto expográfico final apresenta o detalhamento da disposição de todas as peças na área das exposições temporárias e de todas as suas bases de madeira MDF, produzidas sobre medida para cada uma das peças. Durante a execução da montagem, algumas peças foram relocadas segundo critérios da curadora, respeitando a mensagem inicial, mas afinando características estéticas e de composição ao espaço.

Textos de parede

Esses textos⁶⁰, anteriormente apresentados, proporcionam o desvendar do discurso curatorial abordado na exposição e trazem informações relativas ao contexto de criação das peças expostas e da formação das coleções dos Palácios, além de apresentar o trabalho desenvolvido pela Curadoria do Acervo dos Palácios. Partindo do trabalho realizadas pelo Setor de pesquisa – comitê formado por profissionais de diversos setores –, foram sintetizados pela curadora, Ana Cristina Carvalho, e sua assistente, Karin Boanavita.

Comunicação visual

A comunicação visual da exposição foi elaborada pela equipe do Setor de comunicação visual, seguindo as diretrizes da curadora. O guia para a sua instalação⁶¹ foi organizado por Gustavo Brognara, que além de ser o responsável pelo setor também é assistente da curadora. Gustavo acompanhou o serviço de impressão e a instalação efetuada por empresa terceirizada.

Figura 43. Guia para instalação da comunicação visual, painéis A e D.

⁶⁰ Todos os textos de parede utilizados pela exposição já foram apreciados.

⁶¹ O guia de instalação encontra-se no anexo 6.

Figura 44. Guia para instalação da comunicação visual, painéis B e C.

Legendas peças em destaque

Como material de apoio à exposição, as legendas peças em destaque⁶² trazem informações sobre as peças selecionadas e seus usos ao longo do tempo. Foram elaboradas por Karin Boanavita, tendo como referência as pesquisas realizadas pelo setor de pesquisa, e diagramadas pela equipe do Setor de comunicação visual, supervisionada por Gustavo Brognara.

Figura 45 e 46. Legendas peças em destaque.

⁶² As legendas peças em destaque encontram-se no anexo 7.

3.5.2 Montagem da exposição

Como roteiro de análise da montagem da exposição *Narrativa do Tempo – O móvel no Acervo dos Palácios*, utilizaremos alguns conceitos delineados por Juan Carlos Rico, expostos em seu livro *Dossier Metodológico, Montaje de Exposiciones* (2010).

O autor define a montagem de exposições na seguinte ótica:

Pensemos que una exposición es la colocación de una serie de objetos en un determinado entorno espacial, bien cerrado o abierto, y que constituye el único lenguaje de comunicación que nos permite estar y ver la obra directamente, físicamente a través de nuestra mirada sin ningún filtro o barrera intermedia: La obra, el entorno y nosotros.

Pero ello conlleva inevitablemente una serie de problemas profesionales que hemos de analizar, reflexionar y dar una respuesta de acuerdo con nuestra preparación e ideas personales, ya que ese triángulo (obra, espacio, espectador) tiene innumerables formas de relacionarse; según varíemos cada uno de los parámetros la percepción de la obra será diferente; he aquí la enorme grandeza y atractivo de este trabajo. [...]

Tenemos una serie de piezas con sus correspondientes condicionantes técnicos intrínsecos para una óptima visión, en un espacio cerrado, una calle o plaza, un paisaje donde situarla; también con sus atractivas e ilimitadas posibilidades junto a todo tipo de servidumbres y por último una persona individual, diferente a todas las demás, que la percibirá de una manera única e irrepetible. ¿Cómo organizar este complejo diálogo a tres? Este es precisamente el trabajo del montaje de una exposición, jugar con todos los parámetros teóricos, técnicos y creativos y dar una solución. (p. 19 e 20)

Observando individualmente cada um dos elementos em interação – a obra, que o autor passa a referir-se, de maneira mais genérica, por “el contenido”, e que neste trabalho também pode ser designada por peça, objeto, quadro, móvel...; o entorno espacial, referido por “el contenedor”, que designaremos por prédio, edifício, edificação, sala, corredor, ambiente, paisagem, cenário...; e o público, nomeado como “el espectador”, que designaremos por ser-humano, homem, mulher, visitante, população, habitante..., considerando o seu papel ativo na leitura expositiva –, são elencados alguns pontos de apreensão. (Ibidem, p.23)

Sobre as obras, necessitar-se-iam ser levantados todos os dados referentes às suas características intrínsecas, que podem ser agrupados em duas abordagens principais: a manipulação e a conservação. Para a manipulação deve-se conhecer tudo o que tem relação com a correta movimentação da peça, ou seja, as características que dizem respeito a sua embalagem, transporte e armazenamento. Para a conservação deve-se conhecer tudo o que tem relação com a sua adequada manutenção, evitando qualquer alteração ou dano. (Ibidem, p. 23 e 24)

Assim, para a manipulação das obras seria necessário conhecer suas dimensões, peso, material constitutivo e fragilidades, além de suas localizações iniciais e finais, a fim de definir o percurso mais adequado para o traslado exigido. O autor

ainda salienta que as peças não devem ser transferidas para o espaço de exposição antes que este esteja pronto para recebê-las. Para a conservação de cada peça seria fundamental conhecer detalhes pertinentes a sua adequada iluminação, climatização e proteção. (Ibidem, p.24 e 25)

Como já comentado, a seleção de obras para a exposição *Narrativa do Tempo – O móvel no Acervo dos Palácios* partiu de seu recorte primário, que tem ligação direta com as intenções estipuladas pela curadora: peças de mobiliário, coloniais e neocoloniais, produzidas até o início do século XX, que seriam utilizadas para contar hábitos e costumes do período. A partir desse recorte, todos os móveis com essas características foram levantados através do banco de dados do Gerenciamento Eletrônico do Acervo (GEOA), e uma lista geral foi criada. Essa lista contém foto, número de identificação, características físicas e localização das peças. Com essa lista inicial em mãos, a curadora selecionou ou descartou algumas obras, outras foram analisadas pela equipe, que averiguou suas condições gerais e relevância. Podem ser excluídas peças por diversos motivos: por estarem em local de difícil acesso, como a residência do governador ou seu gabinete, por existir exemplar parecido em melhores condições, ou por estarem demasiadamente fragilizadas.

Após a análise criteriosa das condições gerais das peças pré-selecionadas, o setor de restauro precisou intervir em dezoito. Como a lista de obras pré-selecionadas continuou a ser alterada, algumas delas acabaram saindo do percurso das exposições temporárias por motivos diversos, mas foram mantidas dentro do percurso público da área íntima. Todo o serviço de avaliação e restauro das obras para essa exposição foi realizado pela equipe do setor de conservação e restauro da Curadoria do Acervo dos Palácios.

As listas finais da exposição, com todas as obras que foram selecionadas, contêm as suas características primárias e localizações, e são documentos essenciais para a ordenação da montagem. Foram divididas por módulos, seguindo a sequência do discurso expositivo.

Uma variação das listas finais de obras, são as listas de transporte, elaboradas para verificar todos os deslocamentos que deverão ser realizados. Através dessas listas foram elaborados os orçamentos de transporte pelas empresas especializadas contatadas, seguindo as diretrizes e o cronograma estipulados pela Curadoria do Acervo dos Palácios. Dos três orçamentos exigidos, sempre é contratada a empresa que estipula o menor valor para o serviço. Essas listas também agilizam o serviço de embalagem e transporte, que pode ser ordenado de forma mais coerente, evitando situações de risco e garantindo que todas as obras sejam realmente transportadas.

Das 180 peças que compuseram a exposição, 91 dentro da área das exposições temporárias e 89 distribuídas ao longo do percurso público da área íntima, 128 já se encontravam no Palácio Boa Vista. Nessa perspectiva, a empresa especializada *Arte 3* foi selecionada e efetuou a embalagem e o transporte das 52 peças que estavam no Palácio dos Bandeirantes, e também das maquetes emprestadas pelo Museu da Casa Brasileira, até o PBV. Maria Augusta e Luciano acompanharam a embalagem das peças no PB, e Adriana fez os laudos e acompanhou a embalagem no MAS.

Em relação aos detalhes pertinentes à correta iluminação e climatização das peças, é importante considerar que o PBV não possui sistemas específicos para essa demanda. A iluminação artificial é adequada ao seu uso habitacional, bem como seu sistema de aquecimento, que é constituído por lareiras e pelo aquecimento do piso por onde passam tubulações de água quente. Como as visitas acontecem somente durante o dia, a iluminação natural é bastante aproveitada, mas, em alguns locais, torna-se inadequada, incidindo sobre as peças.

A proteção das obras é feita por recursos diversos que restringem o contato do visitante. Neste caso, como comentado, foram utilizadas bases de madeira, além de *pitons* (pequenos postes com cordas), que delimitavam a circulação. Em alguns casos são instaladas placas de acrílico transparente em frente às obras de parede mais importantes ou situadas em espaços críticos. O educador e o policial militar que o acompanha também zelam pelas peças.

Segundo Juan Carlo Rico, para um levantamento técnico do espaço expositivo, seria fundamental observar a sua relação com o entorno, e tudo o que diz respeito à chegada da obra até a edificação em que será exibida, e sua organização interna, com as suas exigências específicas, verificando como funciona a área de recepção das peças, de que maneira elas deverão ser manipuladas, se há necessidade de um espaço de armazenamento temporário – no caso dos trabalhos não seguirem diretamente para a sala de exposição – e de equipamentos para o traslado. (RICO, 2010, p. 28 e 29)

O acesso a edificação fica depois de sua portaria principal, vigiada por policiais militares, assegurando que o descarregamento das obras seja feito sem grandes perigos, e normalmente é realizado as segundas ou terças-feiras, dias em que o Palácio fica fechado para a visitação pública. Outro ponto que deve ser levado em consideração é a sua utilização por hóspedes oficiais, sendo descartada qualquer grande intervenção, desde a chegada das peças até a montagem da exposição, durante esses períodos.

Para uma melhor compreensão das demandas necessárias a uma adequada intervenção nos espaços expositivos, evitando riscos para as peças que serão expostas, e evidenciando as particularidades exigidas pelo PBV, optamos por descrever todas as atividades envolvidas de uma maneira cronológica, seguindo as observações encontradas no diário de montagem⁶³.

Para as atividades iniciais, que compreenderam a desmontagem da exposição anterior, a preparação e a pintura do espaço expositivo, o recebimento e a pintura da cenografia utilizada, a embalagem e o transporte das obras que estavam em São Paulo, seu recebimento e desembalagem, a embalagem e o transporte de algumas peças que seguiram para São Paulo, seu recebimento, e a remontagem de espaços diversos do PBV, foram necessários cinco dias de trabalho.

Importante considerar que a equipe de produção e montagem de exposições tem como local de trabalho o PB, em São Paulo, e deve seguir e permanecer em Campos do Jordão sempre que são realizadas intervenções no PBV. São fornecidos o transporte – em carros oficiais –, remuneração extra – como ajuda de custo –, alojamento e refeições para os funcionários deslocados.

Assim, nessa montagem, para o primeiro dia de atividades no local, uma segunda-feira, estavam presentes Alexandre, Rafael e Glaucia, que chegaram cedo de São Paulo para receber o material cenográfico – bases e painéis de madeira confeccionados por empresa especializada de São Paulo. Esse material seguiu para Campos do Jordão em um caminhão do Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSSESP), e, feito em parceria com a Curadoria do Acervo dos Palácios, não teve custo adicional.

Esse material foi, inicialmente, alojado em local coberto próximo a entrada do espaço expositivo, terraço 5a, e para a sua conferência foi utilizado o projeto expográfico. Para facilitar a movimentação durante a montagem, todas as bases foram marcadas segundo a peça que iria abrigar, sendo, em seguida, posicionadas na sala do acolhimento, sala 4.

Para desobstruir a área das exposições temporárias, todas as obras de parede que estavam neste local foram posicionadas na sala da casa militar, sala 10. Este local é normalmente utilizado para armazenar obras de arte em trânsito neste Palácio. Algumas dessas obras, posteriormente, seguiriam para São Paulo, segundo lista de transporte do PBV para PB, outras seriam reinstaladas em outros ambientes do PBV. Após essa tarefa, foram retiradas todas as escámulas e legendas das paredes.

⁶³ O diário de montagem dessa exposição teve como objetivo mapear todos os seus procedimentos, levantando as facilidades e dificuldades que se apresentaram, e observar de que forma o cronograma de produção foi aplicado.

Figura 47 e 48. Guarda das obras na sala da casa civil. Fotos: Alexandre Klemenc.

Alguns ajustes no cronograma tiveram de ser realizados no final do dia, pois, a curadora não viria mais nesta semana, conforme havia sido combinado, e a equipe, em São Paulo, percebeu que não havia sido marcada escolta para acompanhar o caminhão que iria transportar as obras de São Paulo para Campos do Jordão no dia seguinte. A escolta da polícia militar é normalmente utilizada para garantir uma maior segurança as peças durante os translados realizados e não acarreta custos diretos para a Curadoria do Acervo dos Palácios.

No segundo dia, dando seguimento a preparação do ambiente expositivo, a equipe que estava no local se divide e, enquanto Alexandre inicia a instalação de algumas obras que estavam na sala da casa militar em diversos locais do PBV, Rafael, acompanhado por Gláucia, coordena a equipe de pintura – três a cinco profissionais da empresa terceirizada 2N, responsável pelo serviço de manutenção dos Palácios do Governo. As paredes do espaço expositivo foram regularizadas com massa corrida e pitadas de branco. A cenografia também foi regularizada e pintada de branco, preparando-a para receber a tinta azul.

Figura 49 e 50. Instalação de algumas obras pelo percurso. Fotos: Alexandre Klemenc.

No final do dia chegaram os dois caminhões que transportavam as obras de São Paulo, acompanhados pela escolta policial. Um caminhão foi descarregado e as suas peças alocadas na sala do gabinete do governador, sala 12.

No terceiro dia, quarta-feira, o segundo caminhão foi descarregado. A desembalagem das obras foi realizada no gabinete do governador, sala 12, e em sua antessala, sala 11.

Figura 51 e 52. Gabinete e antessala já arrumados para a visitação. Fotos: Alexandre Klemenc.

O PBV foi aberto para visitação com percurso reduzido. Foram liberados os corredores 42 e 18, com acesso aos quartos 39 e 40, e as salas 17, 20, 21 e 41, espaços que já haviam sido reorganizados no dia anterior.

Os serviços continuaram nos espaços das exposições temporárias, sendo realizada a reinstalação dos painéis de parede, pela equipe terceirizada de marcenaria – dois profissionais vieram de São Paulo. A pintura da cenografia na cor azul – todas as bases de madeira e as partes inferiores e superiores dos painéis de parede –, conforme guia de comunicação visual, foi realizada pela equipe da empresa 2N.

Figura 53 e 54. Reinstalação dos painéis de parede e pintura da cenografia. Fotos: Alexandre Klemenc

Alessandra e Luciano chegaram de São Paulo, no final da manhã, e checaram as peças que seriam evidenciadas pelas legendas peças em destaque. Duas dificuldades foram encontradas: duas camas se encontravam na ala íntima restrita e parte do percurso público da área íntima estava desmontado para a manutenção do piso de madeira do quarto 37c.

No quarto dia, quinta feira, foi efetuada a pintura das bases de madeira e painéis de parede nas cores branca e azul, e os leitores que seriam utilizados, que estavam guardados em um depósito próximo aos alojamentos, foram trazidos de trator até próximo do espaço expositivo.

A empresa especializada *Alves Tegam* iniciou a embalagem das obras que seriam enviadas para São Paulo – um teto de igreja, composto de 15 tábuas de madeira policromada, uma coleção de 30 gravuras japonesas e um oratório –, acompanhada por Rafael e Gláucia. O transporte destas peças aconteceu sem a escolta da polícia militar.

Alessandra, Rafael e Gláucia voltaram para São Paulo. O caminhão chegou ao PB no final do dia e foi recebido pela Maria Augusta, que descarregou as obras na Reserva Técnica. As peças não foram desembaladas.

No quinto dia, sexta-feira, o calor permitiu que a pintura da cenografia e dos leitores fosse realizada em um espaço aberto, sendo alocados, posteriormente, nas salas 4 e 7. Após a limpeza do espaço expositivo, as peças que participariam da exposição foram posicionadas nas salas em que seriam expostas para facilitar a montagem que se iniciaria na próxima segunda-feira. Alexandre e Luciano retornaram para São Paulo no final do dia.

Figura 55 e 56. Pintura da cenografia e limpeza do espaço expositivo. Fotos: Alexandre Klemenc.

Figura 57 e 58. Cenografia guardada nas salas 4 e 7. Fotos: Alexandre Klemenc.

Esta descrição detalhada do processo de desmontagem para a preparação dos espaços para uma nova mostra, apresenta a rotina das condutas aplicadas pela Curadoria do Acervo dos Palácios nessas situações, os seus procedimentos básicos, que podem variar dependendo das necessidades e particularidades de cada exposição.

Assim, as obras que fazem parte da exposição que se encerra são retiradas e dispostas em espaços para a sua guarda temporária. Posteriormente essas obras são remontadas em outros locais do próprio palácio, ficam armazenadas nas salas 6, 8a e 13a, que são utilizadas para esse fim, embora não sejam adequadas, ou seguem para São Paulo. Depois da retirada das obras, as paredes das salas são regularizadas com massa corrida e pintadas, no caso do emprego de cenografia, esta também é regularizada, pintada e instalada. Finalizando as etapas da montagem grossa, segue a limpeza do espaço expositivo que, então, recebe as obras que participarão da nova exposição. A montagem fina começa com a disposição das peças conforme o projeto expográfico, mas as obras de parede não são penduradas. Aguarda-se avaliação da curadora, que, normalmente, muda algumas peças de local e faz ajustes, conforme a rotina que será detalhada a seguir. É somente a partir dessa avaliação final que são executados todos os procedimentos para a finalização da montagem das exposições.

Seguindo o roteiro determinado por Juan Carlo Rico, ainda abordando as exigências geradas pelo espaço expositivo, seria fundamental uma compreensão das características perceptivas da arquitetura do edifício, distinguindo elementos que podem influenciar na leitura dos trabalhos – como ornamentos, rodapés, pisos em edifícios históricos, estruturas aparentes, cores e texturas das salas de exposição –, e no aproveitamento das áreas expositivas, entendendo que, no caso da exibição de obras bidimensionais, o espaço de suporte não precisa se restringir a superfície das paredes. (2010, p. 29)

Sobre a ordenação do espaço expositivo, o autor delimita dois formatos básicos: a disposição linear ou galeria contínua – quando as obras são dispostas em uma sequência definida –, ou rotunda – quando apresenta os trabalhos de maneira radial, sem um roteiro definido. Também seria possível a utilização dessas duas configurações de maneira conjunta. A formatação da exposição estaria diretamente relacionada ao tema proposto e às informações que se propõe levantar. (Ibidem, p. 33 e 34)

A compreensão da lógica dos espaços do PBV, assim como do PB, já é de amplo conhecimento da equipe da Curadoria do Acervo dos Palácios, tendo em vista a grande quantidade de exposições elaboradas por uma equipe que tem seu núcleo formado desde o início da atual gestão, e mesmo anteriormente a ela. As características da arquitetura do PBV, um edifício histórico que possui vários ambientes contíguos, todos com ornamentos, rodapés, pisos de parquet, têm sido aproveitadas na configuração das exposições. No caso da exposição analisada, essas características foram reforçadas pela dicotomia criada por sua expografia, que salientou as características patrimoniais das peças no percurso das exposições temporárias, apresentando-as sobre bases de madeira, e reforçou as peculiaridades de seu uso habitacional no percurso público da área íntima.

Uma particularidade do PBV é o fato de que seu público não pode entrar desacompanhado em seus espaços, sendo os grupos de visitantes sempre guiados por profissionais do Setor educativo. Dessa forma, o percurso de visita é normalmente ordenado em uma disposição linear, com uma sequência previamente definida. As visitas são relativamente rápidas, devido ao grande fluxo de visitantes que o PBV possui, e não permitem uma apreciação mais detalhada das obras nem dos textos que acompanham as exposições. O discurso expositivo depende, basicamente, da apresentação do educador.

Por último, sobre o observador, Juan Carlo Rico acredita que, mesmo com todas as pesquisas e estudos de público realizados ao longo do século XX – em grande parte direcionadas para questões ligadas ao mercado e ao capital –, este terceiro elemento em interação ainda continua de difícil apreensão. (2010, p. 44)

Sobre os visitantes do PBV, algumas características já pontuadas ao longo deste trabalho foram verificadas no dia a dia do trabalho do Setor educativo. A maior parte de seu público é constituído de turistas em visita a cidade de Campos do Jordão, além de estudantes da região. Os moradores do município, apesar de reconhecerem a importância do Palácio para a cidade, um de seus principais pontos turísticos, raramente o frequentam. Seu visitante comum não está buscando experiências estéticas baseadas na arte ou em sua história, prefere visualizar como é o espaço de uso doméstico destinado

aos governadores do estado, sua forma e opulência. Assim, as exposições temporárias idealizadas pretendem elaborar uma apreciação mais qualificada do Acervo dos Palácios do Governo, suas características e história, mas servem basicamente para dinamizar os espaços palacianos, propondo e experimentando novas configurações, e para dialogar de forma mais apropriada com um público já familiarizado com outros museus. As exposições temporárias também incentivam a troca de experiências entre a Curadoria do Acervo dos Palácios e outras instituições congêneres.

Uma vez ponderados os três elementos que compõe o trabalho de montagem de uma exposição, e as especificidades que cada vértice deste triângulo possui, Juan Carlo Rico passa a contemplar seus procedimentos, tentando numerar formas de estabelecer o diálogo entre obra e espaço. (2010, p. 49)

Propondo uma maior eficácia para esse processo, o autor sugere que as suas etapas sejam bem delineadas, pois:

Ordenar con eficacia cualquier proceso, que como el montaje de exposiciones incluye facetas teóricas, técnicas y creativas entremezcladas, ayuda mucho en varios sentidos:

- La planificación que nos ahorra energías y dinero
- La identificación y localización de los errores con mucha más facilidad que si nos basamos en procedimientos intuitivos
- La valoración final del trabajo y los resultados. (Ibidem, p. 75)

Defende que esse procedimento não deve ser rígido, e que os métodos utilizados precisam ser desenvolvidos pelas equipes de trabalho, procurado por aqueles que sejam mais apropriados para cada caso. (Ibidem, p. 75)

A elaboração deste trabalho acadêmico parte dessa hipótese, pois, tentando mapear a metodologia utilizada pela Curadoria do Acervo dos Palácios para a elaboração, produção e montagem de exposições, dentro de parâmetros mais gerais e abrangentes, teríamos a opção de lapidar os seus procedimentos de forma mais consciente e madura, elencando e encarando de frente suas falhas e ruídos para propor novos formatos, que não devem ser cristalizados ou enrijecidos, mas articulados como experimentações coletivas, abrindo a perspectiva de um trabalho que está sempre a ser construído, alicerçado em bases consistentes.

Ainda tendo como referência os fundamentos delineados por Juan Carlo Rico, para a elaboração do projeto, como já comentado, o primeiro paço seria o levantamento de todas as informações pertinentes, incluindo os dados das obras e do espaço, além das intenções e finalidades da mostra. Para um planejamento eficiente, seria fundamental levar em conta a data estipulada para a entrega do projeto, a disponibilidade da sala para a montagem, e as datas de inauguração e de desmontagem. (2010, p. 76 e 77)

Sobre a formação da equipe que atuará durante a montagem, seria preciso levar em consideração as diferentes demandas de cada trabalho. Sobre os materiais, acabamentos, texturas, cores e sons que podem ser empregados, seria prudente a realização de pesquisas para utilização das diversas novas opções que vêm surgindo no mercado, abrindo caminho para experimentações, sem se limitar a soluções previamente conhecidas. (Ibidem, p. 77 e 78)

Sobre a condução da montagem, Juan Carlo Rico delinea duas opções que poderiam ser utilizadas: a improvisação ou a industrialização, além da combinação de ambas, e enfatiza a importância de se reutilizar todos os materiais produzidos.

Reutilización. Una vez más insisto (...) en la importancia de reutilizar los materiales que parecen en un principio desechables. Decía la importancia de los conceptos de manufacturación y sobre todo de comercialización; si somos capaces de organizar el diseño con elementos que vienen ya de fábrica con unas medidas y características determinadas, no solo nos ahorramos mano de obra si que seguramente podremos disponer de ellos para um próximo trabajo. (Ibidem, p. 81)

Como etapa final, propõe a análise dos resultados obtidos, que, dentro de uma abordagem anglo-saxônica, é considerada uma das fases mais importantes, e considera que quase tudo o que foi dito sobre os procedimentos de montagem poderia ser repetido para a desmontagem, mas em ordem inversa e com um desenvolvimento mais simplificado. (Ibidem, p. 81)

Continuando nosso relato sobre os procedimentos de montagem da exposição *Narrativa do Tempo – O móvel no Acervo dos Palácios*, observamos que o núcleo da equipe envolvida nesse trabalho foi constituído por funcionários da Curadoria do Acervo dos Palácios do Governo, de seus diversos setores, que, em uma abordagem interdisciplinar, atuam em conjunto para a elaboração, produção e montagem das exposições. Dentro dessa interdisciplinaridade, existem profissionais que atuam diretamente na documentação, conservação, restauração, expografia, montagem, comunicação visual e educação, além de profissionais dos setores administrativos e de assessoria de imprensa, que atuam de maneira transversal em todas as etapas delineadas.

A assessoria de imprensa é responsável pela divulgação dos trabalhos realizados, procurando e informando os possíveis públicos. Verificamos que a divulgação das exposições temporárias, bem como de outras ações específicas, tem sido realizada de forma pontual e parcial, sem a abrangência necessária. Parte desse tipo de prerrogativa o fato da população, de maneira generalizada, mesmo após a produção de uma grande quantidade de exposições temporárias, praticamente desconhecer o Acervo em questão.

A Divisão de gestão administrativa, planejamento e finanças é responsável pelo levantamento de todos os orçamentos necessários, pelo encaminhamento do pagamento dos serviços contratados e pela compra dos materiais utilizados, sempre subsidiados pelas informações disponibilizadas pelos diversos setores envolvidos.

As equipes terceirizadas que participaram da montagem dessa exposição foram: as empresas *Arte 3* e *Alves Tegam*, especializadas na embalagem e transporte de obras de arte; a *Fuentes Marcenaria*, que fez todas as bases e o painel com prateleiras, além de reinstalar os painéis onde foram adesivados os textos da exposição; e a *Insign*, que imprimiu e instalou esses textos. Também podemos incluir nessa montagem: a equipe da empresa *2N*, contratada pelos Palácios para a manutenção de seus espaços, que realizou a pintura das paredes das salas e das bases e painéis de madeira; a equipe da empresa *Trevisan*, responsável pela limpeza dos Palácios, que fez a limpeza do espaço expositivo durante todo o período de montagem; o Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSESP), que levou toda a cenografia de São Paulo até Campos do Jordão; e a polícia militar, que fez a escolta das obras de arte. Essas últimas, embora não acarretem custos diretos para a Curadoria do Acervo dos Palácios, envolvem pagamentos e gastos realizados pela administração direta do Estado de São Paulo.

Sobre os materiais, acabamentos e texturas utilizados nas exposições, são normalmente empregadas soluções já conhecidas, como, no caso desta exposição, que se valeu de bases e painéis de madeira, não industrializados, mas pré-fabricados. As experimentações só vem acontecendo no emprego de diferentes cores, que ajudam a demarcar os espaços expositivos ao longo do percurso. O único recurso desenvolvido de forma específica para *Narrativas do Tempo – O móvel no Acervo dos Palácios*, foi o uso de grandes mãos-francesas adaptadas para que cinco cadeiras e uma cama fossem penduradas em paredes. Não foi utilizada ambientação sonora nessa exposição.

As exposições, de forma geral, ainda geram muito resíduo. A reutilização da cenografia empregada é realizada de maneira restrita, pois as peças não são planejadas com esse objetivo. As bases e painéis de madeira, que podem ser reutilizados várias vezes, se deterioram e precisam ser descartados devido à inexistência de espaços adequados para a sua guarda.

Dentro da Curadoria do Acervo dos Palácios, a análise dos resultados obtidos não faz parte da rotina de atividades. As exposições, depois de montadas, não têm a mesma atenção a elas dedicada durante a montagem, e, como a etapa da avaliação não acontece, os procedimentos empregados nas futuras montagens são prejudicados.

Podemos observar que alguns erros são frequentes e reincidentes, e as metodologias empregadas são repetidas sem uma análise mais criteriosa. A forma de se produzir e montar exposições dentro da Curadoria do Acervo dos Palácios acabou por se enrijecer e é repetida sem experimentações, que poderiam gerar novas possibilidades de se fazer exposições, com discursos e formatos mais diferenciados.

A partir de todo o exposto, continuaremos descrevendo a rotina empregada para a finalização da montagem da exposição *Narrativas do Tempo – O móvel no Acervo dos Palácios*, em sua etapa de montagem fina.

Na segunda-feira, sexto dia de montagem, seguiram de São Paulo para Campos do Jordão, no mesmo veículo, Alessandra, Alexandre, Luciano e Rafael, do Setor de curadoria, produção, montagem e manuseio de obras, e Gustavo, coordenador do Setor de comunicação. Devido a imprevistos que atrasaram o início da viagem, organizada pelo departamento de transporte dos Palácios do Governo, a chegada em Campos do Jordão aconteceu mais tarde do que o planejado e as atividades desse dia tiveram início no período da tarde.

Com o espaço expositivo já completamente preparado, Ana Cristina reelaborou as peças pelo percurso, os móveis foram posicionados sobre as suas bases e algumas obras penduradas nas paredes. O Gabinete e sua antessala foram finalizados.

Figura 59 e 60. Curadora e equipe arrumando as peças na exposição. Fotos: Alexandre Klemenc.

Na terça-feira, sétimo dia de montagem, contando com orientação de Gustavo, a empresa *Insign* iniciou a aplicação da comunicação visual sobre os painéis de madeira já instalados e pintados. Iniciou-se, também, a montagem das obras posicionadas no dia anterior na área das exposições temporárias.

Figura 61 e 62. Instalação da comunicação visual e finalização da montagem. Fotos: Alexandre Klemenc.

Ao meio dia chegaram o currier do Museu da Casa Brasileira (MCB), Wilton Guerra, e a responsável pelo Setor educativo da Curadoria do Acervo dos Palácios, Isaura Maria. Após o almoço, as caixas contendo as maquetes, que haviam chegado na terça-feira anterior e estavam guardadas na sala da administração, sala 6, foram abertas com a presença do currier responsável. As maquetes foram posicionadas sobre a mesa colocada no centro do vestíbulo, sala 5. Ana Cristina, Alessandra e Luciano ainda definiram algumas alterações que precisariam ser realizadas ao longo do percurso público da ala íntima.

Alguns problemas surgiram: os textos referentes *as refeições, a devoção, o descanso* foram idealizados para um painel de maior dimensão e tiveram de ser reorganizados no espaço disponível; tiveram de ser feitas adaptações nos suportes de duas cadeiras que seriam penduradas; e o relógio, que havia sido concertado e instalado e na semana anterior, parou de funcionar.

Ao final do dia foram programadas as atividades do dia seguinte e Rafael e Wilton retornaram para São Paulo.

Na quarta-feira, oitavo dia de montagem, houve a limpeza do espaço das exposições temporárias, incluído o enceramento do piso, e a conferência do serviço pela curadora, em conjunto com Alessandra. Ana Cristina ainda apresentou o discurso expositivo para a equipe de educadores. As alterações no percurso público da área íntima, que haviam sido elaboradas no dia anterior, foram realizadas, modificando-se as salas 37a, 37b, 37c, 37d, 37e, 34a.

Após o almoço, iniciou-se a arrumação final do espaço expositivo, com a limpeza de todas as peças e alguns retoques na pintura da cenografia e das paredes. A sala da casa militar, sala 10, e o banheiro 8a foram desocupados, e, algumas obras que iriam para São Paulo futuramente, foram guardadas no ambulatório, sala 13a.

No final do dia a equipe retornou para São Paulo com todas as ferramentas e listas utilizadas.

3.6 Roteiro de procedimentos

Quanto aos procedimentos verificados na análise da exposição *Narrativa do Tempo – O Móvel no Acervo dos Palácios*, podemos considerar que a metodologia utilizada pela Curadoria do Acervo dos Palácios para a elaboração, produção e montagem de suas exposições foi abordada de maneira bem abrangente. Conforme já comentado, essa metodologia sofre pequenas alterações que levam em conta a especificidade de cada mostra e de cada Palácio.

Assim, de maneira geral, depois de definido o conceito inicial, o trabalho de elaboração e produção das exposições é desenvolvido de forma coletiva. Para manter a uniformidade das hipóteses criadas pelos vários setores são constantemente realizadas reuniões entre os profissionais envolvidos e a curadora, que delimita o debate e define os rumos a serem seguidos. Propostas diferenciadas, ou mais ousadas, que não estão em harmonia com os seus pressupostos, dificilmente têm a chance de serem experimentadas. As equipes, que trabalham de forma mais participativa e em uma organização mais horizontal, criam formas de atender as diversas demandas elaboradas. Partem dessa condição a pouca variação de conteúdo e de forma das exposições, onde são normalmente empregadas soluções já conhecidas e utilizadas, além da não preponderância do emprego de recursos cenográficos planejados, desde o início, para serem reutilizados.

Compreendendo a formação da equipe envolvida nesse processo como um ponto favorável, dentro de um contexto profissional que possui várias ressalvas, podemos destacar que existe uma boa compreensão da lógica da organização atual dos Palácios, bem como de suas características específicas, e os diversos setores estabelecem interação constante. Os vários materiais elaborados para a produção das exposições também são de extrema relevância para a boa execução dos trabalhos.

Outro impedimento, que molda padrões de conteúdo e de forma, além de padrões de comportamento profissional, individual e coletivo, é a inexistência da etapa de avaliação dos resultados dentro da Curadoria do Acervo dos Palácios. Esta pesquisa, que se dispõe a refletir sobre isso, pretende contribuir para que os profissionais envolvidos tenham uma percepção mais global do trabalho, ajudando a situar cada parte dentro de um todo compreensível.

Como deficiências museográficas do PBV, podemos citar: a inexistência de espaços específico para a guarda de obras, exigindo que a maior parte do Acervo que lá se encontra fique em exposição; a falta de iluminação e climatização próprias as obras; a inexistência de cortinas ou filmes de proteção em áreas onde há incidência da

luz solar; e o pequeno número de educadores que lá trabalham, que, em épocas de muita demanda, precisam restringir o tempo das visitas.

Finalizando, gostaríamos de sintetizar as etapas delineadas por esta análise com o objetivo de simplificar a sua compreensão. Este roteiro, que se baseia nas cinco fases do procedimento de design de exposições delimitadas por Marília Xavier Cury (2005, p. 100), também apresenta etapas que não foram realizadas na elaboração, produção e montagem da exposição avaliada, mas se justificam conforme o já descrito, e deve ser entendido como um esquema geral que pode, e precisa, ser adaptado dentro das especificidades de cada caso. A sequência indicada também não é rígida, tendo em vista que as etapas podem acontecer simultaneamente ou se inverter.

Marília Xavier Cury (2005, p. 100) contempla cinco fases, ou momentos, do procedimento de design de exposições:

1. Fase de planejamento e de ideia – quando se elabora a proposta conceitual da exposição com seu suporte científico, definindo-se estratégias e métodos de trabalho;
2. Fase de design – quando se detalha a forma da exposição no todo e em parte;
3. Fase de elaboração técnica – quando se elabora o plano técnico e executivo do mobiliário e sua instalação no espaço expositivo;
4. Fase de montagem – quando os diversos recursos expográficos são instalados no espaço físico;
5. Fase de manutenção, atualização e avaliação – quando, após a finalização da montagem, são realizadas essas últimas etapas do trabalho.

O roteiro elaborado apresentou algumas adaptações às fases propostas. A *fase de planejamento e de ideia* coincidiu com a *etapa de elaboração da exposição*; as *fases de design e de elaboração técnica* se aglutinaram dentro da *etapa de produção da exposição*; a *fase de montagem* se subdividiu em três etapas, *da desmontagem do espaço expositivo*, *da preparação do espaço expositivo – montagem grossa –*, e *da montagem das obras – montagem fina ou delicada –*; e a *fase de manutenção, atualização e avaliação* se apresentou em duas etapas, a da *avaliação* e a da *manutenção*.

As etapas delimitadas para a elaboração, produção e montagem de exposições dentro da Curadoria do Acervo dos Palácios surgem do ideal de que:

Esses momentos sequenciais partem do pressuposto de que exposição é uma totalidade (globalidade) que existe a partir da inter-relação entre partes (elementos da exposição) e da totalidade do processo, ou seja, conjunto de reflexões e ações organizados sequencialmente e de forma inter-dependente. Parte também do pressuposto da totalidade da experiência para o público. Uma exposição é uma unidade e é assim percebida pelo visitante durante a visitação. (CURY, 2005, p. 101)

1. Elaboração da exposição

(Fase de planejamento e de ideia)

- 1.1 – Definição do conceito da exposição – diretamente relacionado a uma programação de longo prazo anteriormente definida;
- 1.2 – Pesquisa sobre o tema;
- 1.3 – Elaboração do cronograma;
- 1.4 – Pré-seleção de obras;
- 1.5 – Pesquisa sobre as obras;
- 1.6 – Avaliação das obras – estado de conservação, local, adequação ao tema;
- 1.7 – Seleção final das obras – lista de obras;

2. Produção da exposição

(Fases de design e de elaboração técnica)

- 2.1 – Restauração das peças – laudo das peças restauradas;
- 2.2 – Listas de transporte;
- 2.3 – Orçamentos de transporte;
- 2.4 – Elaboração do projeto expográfico;
- 2.5 – Elaboração da comunicação visual e de outros recursos multimídia;
- 2.6 – Finalização do projeto expográfico;
- 2.7 – Finalização do projeto da comunicação visual e dos recursos multimídia;
- 2.8 – Orçamento da cenografia;
- 2.9 – Orçamento da comunicação visual e dos recursos multimídia;
- 2.10 – Confecção da cenografia;
- 2.11 – Confecção da comunicação visual e dos recursos multimídia;
- 2.12 – Coleta, embalagem e transporte das obras.

3. Desmontagem do espaço expositivo

(Fase de montagem)

- 3.1 – Retirada e guarda temporária das obras;
- 3.2 – Encaminhamento dessas obras para seus novos destinos – guarda definitiva, remontagem ou devolução.

4. Preparação do espaço expositivo – Montagem grossa

(Fase de montagem)

- 4.1 – Nivelamento e pintura das paredes;
- 4.2 – Instalação da cenografia;
- 4.3 – Pintura da cenografia;
- 4.4 – Instalação da comunicação visual e dos recursos multimídia;
- 4.5 – Limpeza do espaço expositivo.

5. Montagem das obras – Montagem fina ou delicada

(Fase de montagem)

- 5.1 – Separação das obras – coleta direta e recepção das obras transportadas;
- 5.2 – Colocação das obras no espaço expositivo;
- 5.3 – Ajustes gerais;
- 5.4 – Instalação das obras;
- 5.5 – Instalação das legendas;
- 5.6 – Ajustes de iluminação;
- 5.7 – Retoques de pintura;
- 5.8 – Limpeza final.

6. Avaliação

(Fase de manutenção, atualização e avaliação)

- 6.1 – Avaliação do resultado final e dos procedimentos efetuados;
- 6.2 – Relatório final;
- 6.3 – Adaptações no resultado final – se necessário.

7. Manutenção

(Fase de manutenção, atualização e avaliação)

- 7.1 – Limpeza e conservação das obras;
- 7.2 – Limpeza do espaço expositivo;
- 7.3 – Manutenção do espaço expositivo – pintura das paredes e da cenografia.

Capítulo 4

Para comunicar e decorar

O Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, ao longo de sua trajetória, conjugou a decoração das edificações escolhidas como sedes políticas do Estado de São Paulo à formação de um patrimônio nacional e, por isso, à uma gestão museológica de seu conjunto. Sendo atualizado e gerido por um encadeamento diversificado de visões e, mais recentemente, acompanhando a evolução da museologia praticada por outras instituições museológicas estaduais⁶⁴, o Acervo foi inserido em um contexto que também prioriza sua comunicação pública.

Em 1969, sob o prisma do Geapac, o Acervo dos Palácios passa a ser adquirido para a apreciação pública. Após a abertura dos Palácios para a visitação – o PBV em 1970 e o PB em 1977 – e, principalmente, depois da criação do Conselho Curador e do Grupo Técnico de Preservação e Controle do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, em 1985, o ciclo de atividades relativas ao acervo – a curadoria – passou a ser implementado, chegando até o momento com vários avanços.

Em 2014, com objetivos que envolvem a preservação, o desenvolvimento e a gestão dos bens patrimoniais sob sua guarda, a Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo se propõe a catalogar, preservar, documentar e conservar seu acervo de obras de arte e sua história (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014b), e cumpre com a função de ambientar os Palácios do Governo, atuando diretamente junto a seus diversos funcionários. Nesse contexto, é importante considerarmos que suas duas sedes, o Palácio Boa Vista e o Palácio dos Bandeirantes, são edificações distintas, com localizações e funções completamente diferentes.

Dessa forma, para consolidar mecanismos de proteção, que distanciem a valoração do Acervo das convicções pessoais dos governantes em exercício, a Curadoria do Acervo dos Palácios, tendo em vista a sua missão, poderia consolidar e tornar pública uma *Política de Gestão*, ampliando a perspectiva dada a sua comunicação e, ao mesmo tempo, delimitando o seu uso decorativo, conforme descrito:

⁶⁴ Conforme identificado no livro *Documentação e Conservação de Acervos Museológicos: Diretrizes* (ACAM PORTINARI, 2010), é relativamente recente no cenário cultural brasileiro o entendimento sobre a importância do tratamento técnico do patrimônio, sendo que a primeira tentativa de levantamento da totalidade dos acervos dos museus vinculados a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo aconteceu apenas a partir dos anos 1980 a 1994. Também verificou-se que esses museus, como a grande maioria dos museus paulistas, não passaram por processos de definição de políticas ou planejamentos estratégicos que incluíssem critérios claros sobre como compor seus acervos. (p. 15)

Como forma de orientar a gestão museológica de maneira a tornar o museu menos vulnerável a ingerências políticas e administrativas, será importante estabelecer políticas de gestão de acervos. Em instituições públicas é fundamental padronizar e orientar por meio de normas todo o processo. Uma Política de Gestão de Acervos deve esclarecer pontos fundamentais sobre o tratamento das coleções desde formas de uso (estudo, exposição, empréstimos institucionais, por exemplo), até o estabelecimento de uma Política de Aquisição que contemple as principais orientações sobre formas de aquisição e tipologia museológica que deve ser incorporada ao museu. Dessa forma, e por oposição, essa política deve orientar sobre eventuais descartes que possam contribuir para dar ao museu uma característica marcante em relação ao tratamento das coleções. (ACAM PORTINARI, 2010, p. 53)

4.1 Sobre a comunicação

Depois da montagem mapeada, que exigiu uma boa articulação de toda a equipe devido à complexidade envolvida, a política de exposições temporárias que havia imperado até aquele momento começou a sofrer ajustes mais sérios. A grande quantidade de exposições produzidas anualmente nos três Palácios do Governo, com orçamentos robustos, que se perpetuou durante os governos de José Serra (2007-2010) e de Alberto Goldman (2010), começou a ter restrições na gestão de Geraldo Alckmin, que iniciou o seu terceiro mandato como governador do estado em 2011.

No começo de 2012, o Palácio do Horto, que funcionava exclusivamente como casa-museu desde 2008, e onde haviam sido montadas treze exposições temporárias, foi transferido para a Secretaria do Meio Ambiente e, no começo de 2013, o Mezanino do Palácio dos Bandeirantes, que havia funcionado exclusivamente como espaço para exposições temporárias, passou a ser utilizado para outros tipos de eventos. A primeira exposição montada no Palácio dos Bandeirantes em 2013 foi *A Arte dos Quimonos e as Gravuras Japonesas do Acervo Artístico dos Palácios*, que ficou em cartaz de 29/03/2013 a 28/07/2013 nos corredores do primeiro andar.

Em junho de 2013, manifestações populares, que visavam a redução do preço das passagens nos transportes públicos da cidade de São Paulo, ganharam apoio popular – em especial após a ação que a polícia do estado exerceu contra os manifestantes – e um grande número de pessoas tomou parte em protestos por várias cidades brasileiras. Em seu ápice, milhões de brasileiros foram para as ruas protestar, não apenas pela redução das tarifas e contra a violência policial, mas também por temas diversos como os grandes gastos públicos em eventos esportivos internacionais, a má qualidade dos serviços dedicados a população e a corrupção política.

Nesse cenário, houve a ocupação da portaria do Palácio dos Bandeirantes – manifestantes hostis ao governador ficaram lá acampados por vários dias – e as visitas foram suspensas. A exposição que estava sendo elaborada, *Casas de Poder*, que se propunha a refletir sobre o lugar que os governantes vêm ocupando no imaginário coletivo, ficou refém do contexto político e, permanecendo em cartaz de 10/08/2013 a 30/03/2014, foi muito pouco procurada. Curioso observar que o Palácio Boa Vista, neste mesmo período, permaneceu com visitas constantes.

Com o término da exposição *Casas de Poder*, no início de 2014, foi idealizada para o PB uma exposição de longa duração, o *Novo Percurso nos Palácio dos Bandeirantes*, com baixo custo e sem empréstimos externos de obras. Interpretando as obras do Acervo e abordando as suas diferentes funções e usos ao longo da história, essa exposição reorganizou a expografia dos espaços públicos desse Palácio e, mesmo bastante descaracterizada, ficou em cartaz até maio de 2016.

A configuração do Palácio Boa Vista, que até o início de 2014 havia sido uma demanda da Curadoria do Acervo dos Palácios em articulação com a família do governador, passou a ser determinada pela primeira-dama do estado e as poucas exposições temporárias que para lá foram idealizadas ficaram restritas ao espaço das exposições temporárias. Foram elas: *Um Palácio, Muitas Histórias*, que ficou em cartaz de 11/06/2014 a 18/01/2015, com a intenção de celebrar os 50 anos deste palácio-museu, e o *Novo percurso do Palácio Boa Vista*, exposição de longa duração, em cartaz de 25/01/2015 a 06/03/2016.

Como exposto, as exposições produzidas dentro dos Palácios diminuíram em número e tamanho, e passaram a ser produzidas quase sem verba, o que tornou inviável o empréstimo e o transporte de obras, a produção de cenografia e a compra de equipamentos. As etapas de elaboração, produção e montagem mapeadas na exposição *Narrativa do Tempo – O Móvel no Acervo dos Palácios* foram alteradas sensivelmente, e, apesar de mais restritas e enxutas, também por conta disso, passaram a requerer uma maior criatividade da equipe envolvida.

Em 2016, o PBV e o PB foram reconfigurados expograficamente em suas áreas públicas, acompanhando a temática das *paisagens culturais*⁶⁵, proposta como tema da 14ª Semana de Museus⁶⁶ promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), e a

⁶⁵ Tema que evoca várias interpretações e leituras por fomentar o diálogo entre áreas que podem ser entendidas de forma dicotômica: patrimônio cultural e patrimônio natural.

⁶⁶ A Semana Nacional dos Museus é uma ação de promoção e divulgação dos museus brasileiros, coordenada pelo Ibram que acontece anualmente em todo o território nacional em comemoração ao Dia Internacional de Museus (18 de maio). Para tanto, o Ibram empreende um conjunto de ações que visa a mobilização dessas instituições a partir de uma programação especial em torno do tema sugerido pelo ICOM, que, em 2016, foi “Museus e Paisagem Cultural”.

maior parcela dos esforços empreendidos pelo departamento continuaram sendo dirigidos para a comunicação pública do Acervo, nesse caso para a maior exposição promovida fora dos Palácios do Governo, produzida em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)⁶⁷.

Dessa forma, a gestão do departamento, que desempenha atividades em todas as áreas da curadoria – aqui compreendida sob o viés processual de seleção, pesquisa, catalogação, conservação e comunicação –, continua priorizando a área da comunicação em detrimento às outras fases de seu ciclo de atividades. Mesmo assim, é importante considerar que o PB ainda permanece sendo muito pouco procurado pela população do estado, que praticamente desconhece seu perfil público, situação contrastante a do PBV, que, dentro do contexto da cidade de Campos do Jordão, segue sendo bastante visitado.

4.2 Sobre a decoração

A vocação decorativa do Acervo dos Palácios permanece, paralelamente a sua vocação pública, gerando algumas questões para a Curadoria do Acervo dos Palácios. Os bens patrimoniais, usualmente, perdem sua função utilitária, diferentemente de algumas das peças desse Acervo, das quais muitas mesas, aparadores, estantes e tapeçarias permanecem em uso dentro de determinados locais dos Palácios.

No Palácio dos Bandeirantes, para a ambientação da residência e do gabinete de trabalho do governador, são disponibilizadas as peças e obras de arte do Acervo, seguindo solicitação do interessado, que conta com suporte intensivo da Curadoria do Acervo dos Palácios. Essas peças ajudam a configurar esteticamente esses ambientes, dando a eles características requintadas.

Os móveis históricos também são solicitados em outras ocasiões – para a ambientação de outras salas de trabalho ou eventos – e podem ou não ser disponibilizados, dependendo do uso que se propõe para a peça e da existência de uma adequada para tal.

Os quadros, gravuras e esculturas do Acervo seguem decorando os ambientes palacianos e, atualmente, estão presentes em quase todas as suas salas de trabalho e ambientes comuns. Porém, sendo as suas obras de arte e peças de decoração diretamente relacionadas a momentos pretéritos, muitos dos funcionários que usufruem

⁶⁷ Essa produção se propõe a apresentar as peças ícones do Acervo dos Palácios em uma grande exposição idealizada para acontecer no prédio da FIESP, na Avenida Paulista, com abertura prevista para dezembro de 2016.

dessa possibilidade questionam a pertinência de se utilizar aqueles padrões estéticos em seus ambientes de trabalho, solicitando obras mais coloridas ou alegres.

Como procedimento de atendimento as solicitações de obras de arte para as salas de trabalho, normalmente é elaborada uma lista de obras disponíveis, com as características previamente solicitadas e em número adequado, para escolha e aprovação, e, após a seleção e a montagem da obra, é firmado um acordo verbal entre as partes, Curadoria e setor solicitante, para que quaisquer alterações observadas nas obras, bem como futuras reformas do ambiente, sejam notificadas. O local para a montagem é definido em conjunto, levando em conta as características estéticas da sala e a conservação da obra, evitando a incidência direta de luz solar e equipamentos hidráulicos nas proximidades, por exemplo.

No Palácio Boa Vista, a partir de 2014, a decoração da sua área íntima passou a ser determinada pela primeira-dama do estado, que contou com a equipe da Curadoria para a execução do serviço.

Seguindo a rotina de trabalho apresentada, observamos que a Curadoria do Acervo dos Palácios se esforça para gerenciar um patrimônio museológico público e para comunicar sua história através de exposições, e a sua expertise é também utilizada para a decoração dos Palácios, que acabam por ser elaborados expograficamente em todos seus ambientes, sejam áreas íntimas, públicas ou de trabalho.

Também é importante considerar que: ao longo do tempo e das diferentes gestões empreendidas, houve a inclusão de peças de relevâncias distintas – ou mesmo sem relevância – no Acervo dos Palácio que, além de não possuírem registro de aquisição, também não dispõe de informações relativas as suas procedências; apesar da modernização da atual Reserva Técnica do PB, as dificuldades que a falta de um espaço de tamanho apropriado ao volume de obras do Acervo geram para a conservação de suas obras ampliaram quando a Curadoria do Acervo dos Palácios aceitou receber, sob comodato, várias peças da Fundação Crespi Prado⁶⁸, no início de 2012, incluindo arcazes, móveis e quadros de grandes dimensões, que ainda permanecem sob sua guarda⁶⁹; e, no Palácio Boa Vista, como metodologia instituída, são utilizados espaços com usos diversos para a guarda temporária das obras.

⁶⁸ Fundação que mantém bens de Renata Crespi e Fábio Prado, moradores originais da casa onde atualmente funciona o Museu da Casa Brasileira (MCB), criada em 1975 por Renata Crespi.

⁶⁹ Foram recebidas 132 peças da Fundação Crespi Prado em 2012. Algumas ocuparam, até junho de 2016, uma área pública do PB destinada a apresentação das obras que se encontravam sob guarda temporária da Curadoria, outras ficaram, desde o recebimento, armazenadas na Reserva Técnica do mesmo Palácio.

Esses últimos fatores são de extrema relevância para o adequado gerenciamento das peças do Acervo dos Palácios que, não contando com espaços adequados para sua guarda, necessitam permanecer em exposição em ambos os Palácios.

4.3 Sobre os museus-casa

Conforme estipulado em sua missão, a Curadoria do Acervo dos Palácios trabalha sobre a perspectiva de um palácio-museu, aproximando-se de preceitos debatidos pelo *Comitê para os Museus-Casas Históricas do Conselho Internacional de Museus - DEMHIST/ICOM* (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014b). Assim, faz-se necessário entendermos as particularidades do pensamento que delimita essa tipologia de museu para adentrarmos no campo teórico que subjaz as ações do departamento.

Na publicação *Museus-Casas Históricas no Brasil* (CARVALHO, 2013), que apresenta uma listagem de instituições museológicas do país que se enquadram na tipologia dos museus-casas históricas, e “deve também ser vista no contexto do sistemático trabalho desenvolvido [...] pelo conjunto de membros brasileiros do DENHIST” (p. 05), encontramos pistas para uma melhor compreensão dessas instituições.

Para Ana Cristina Carvalho, a consciência da preservação histórica e afetiva consolida-se no museu-casa, que pode ajudar a construir significados e valores coletivos, sendo que sua linguagem básica é o espaço, onde se articulam os objetos, que foram escolhidos por um indivíduo ou grupo de pessoas. Para a autora, “é justamente a relação entre objetos, documentos, casa e seus habitantes a característica fundamental de um museu-casa” (2013, p. 11).

Seguindo projeto de classificação proposto pelo DEMHIST, os museus-casa brasileiros foram divididos em onze categorias – *casa de personalidade, de colecionador, de beleza, de eventos históricos, de sociedade local, ancestral, de poder, clerical, vernacular, casas para museus e salas temáticas* –, sendo sugeridas algumas “adequações para a língua portuguesa falada no Brasil” (CARVALHO, 2013, p.14).

Sobre os palácios de governo brasileiros encontramos:

Em todas as regiões do país nota-se que a história local da dinâmica do poder está representada através de seus palácios, casas e sedes dos governos locais e casas de pessoas influentes no contexto político. [...] A população brasileira foi tradicionalmente educada para valorizar os aspectos da história do poder e não da cultura. (CARVALHO, 2013, p. 19)

Dessa forma, os Palácios do Governo do Estado de São Paulo foram categorizados como *Casas de Poder*, sendo que o Palácio Boa Vista também é apontado como possuidor de *arquitetura destacada*.

Para António Ponte, que também trabalha sob o contexto delineado pelo DENHIST:

No senso comum, o conceito de casa-museu compreende sítio de diferentes tipos e dimensões: de palácios reais a residências de pessoas poderosas, famosas, a estúdio de artistas, casas de burgueses até habitações mais modestas, podendo a diversidade tipológica funcionar como motor da confusão instalada. (2007, p. 21)

O autor, em *Casas-Museu em Portugal: Teoria e Prática* (2007), pretendendo compreender as singularidades das casas-museu, faz um estudo detalhado de suas características para classificá-las em tipologias. Segundo o seu entendimento, uma casa-museu proporciona que o visitante adentre diretamente na intimidade de alguém, intimidade que na maioria das vezes não foi pensada para ser fruída por estranhos. Na casa-museu, “a memória pessoal, refletida no espaço privado, transforma-se em memória coletiva, o espaço pessoal torna-se público” (p. 6).

Os objetos em uma casa-museu passam a ter mais do que valor utilitário ou artístico, “valem pelo contato que estabeleceram com determinada pessoa, não devendo ser estudados desenquadrados da vivência da pessoa que os possuiu” (PONTE, 2007, p. 9), e permitem, dessa forma, apresentar como se organizava o espaço e a vida doméstica de determinada sociedade ou cultura. Assim, a casa-museu se torna o “teatro da vida, a visão do mundo, [...], de alguém que se transmite pelo seu espaço e pelos objetos que possuiu, numa simbiose de ações e funções desenvolvidas e que estão presentes no ambiente em causa” (PONTE, 2007, p. 10). Conforme António Ponte:

Em determinadas situações, ao organizar esses museus não se está a transmitir vivência, não se estando, por isso, perante a criação de casas-museus, mas de museus que poderão integrar noutra classificação. Apresentam-se objetos do quotidiano, objetos de valor profissional e artístico, todavia, desenraizados do ambiente de vivência, de utilização pelo próprio patrono. Nestas casas, estaremos, essencialmente, perante um museu dedicado a uma personalidade, onde se apresentam objetos relacionados com a sua vivência. (PONTE, 2007, p. 13)

Dentre os motivos elencados para a criação de casas-museus relacionadas com figuras públicas está “a veiculação de ideias e ideais de alguém ou de determinado regime” (PONTE, 2007, p. 19).

Devido a seu grande valor simbólico, uma vez que podem representar alguém que identifique uma nação, estas casas foram e continuam a ser usadas pelas ideologias dominantes como símbolos de identidade nacional e para legitimar ou negar a validade de alguns regimes. (PONTE, 2007, p. 19)

Dentre todas as tipologias elencadas, resultado de uma síntese de diversas classificações anteriores, os Palácios do Governo do Estado de São Paulo se aproximam das *Casas Históricas*, como um *Museu-Palácio* ou *Castelo de Soberania* – “espaços relacionados com a habitação das classes dominantes” (PONTE, 2007, p. 24) –, como uma *Casa-Museu Estética* – “que servem de abrigo e expõe coleções de arte de grande qualidade, mobiliário e antiguidades de diferentes períodos” (PONTE, 2007, p. 25), ou como um *Palácio Real* – “realidades muito particulares no panorama das casas-museu, com alto valor representativo, sendo necessário diferenciar, de entre os que ainda mantêm a função residencial e aqueles que são unicamente museus” (PONTE, 2007, p.26).

Depois de elencadas as principais características, António Ponte define casa-museu como:

Um espaço doméstico convertido em equipamento público, posto ao serviço deste com vista a celebrar e evocar a história de um homem, de um país, de um grupo ou um acontecimento, que, por estar diretamente relacionada com a casa, se consegue apreender nesse espaço. (PONTE, 2007, p. 30)

Assim, percebemos que os Palácios do Governo do Estado de São Paulo, diferentes entre si, podem ser enquadrados em tipologia com essa abrangência, mas ambos possuem particularidades.

Nestes palácios-museus, a memória das classes políticas dominantes, refletida em espaços públicos de uso restrito, tem condições de transforma-se em memória coletiva. Porém, não sendo espaços privativos que se tornaram públicos – pois eles seguem sendo pensados para a fruição de seus visitantes –, não se é permitido adentrar na intimidade de ninguém.

No PB, o visitante pode conhecer somente os seus espaços públicos, espaços vividos e cheios de atividade, próximos ao cotidiano do serviço prestado pelos patronos da casa. No PBV, o visitante pode conhecer, na área pública da ala íntima, uma ambientação doméstica baseada na história da arte, que pode acolher hóspedes, mas foi pensada, desde o início, para a sua apreciação pública.

No PB, o visitante tem a possibilidade de observar, basicamente, uma exposição de artes visuais, com pinturas, gravuras e esculturas, seus móveis compõem os ambientes, mas não o determinam e também não devem ser utilizados. Os espaços restritos, tanto da casa como do trabalho, não são abertos aos visitantes.

No PBV, o visitante observa um espaço doméstico, com ambientes diversos, composto por obras de arte e móveis ainda utilizados, mas com características estéticas de tempos pretéritos.

Dessa forma, os Palácios de Governo do Estado de São Paulo estão vinculados com a habitação e o trabalho das classes políticas dominantes, servem de abrigo e expõe coleções de arte de grande qualidade, mobiliário e antiguidades de diferentes períodos, não funcionam exclusivamente como museu e são representativos do período de consolidação da República no Brasil.

Tendo uma abordagem complexa, onde os fatores determinantes – os pontos fortes e fracos da instituição – devem ser analisados através de um estudo contextualizado, António Ponte defende que as questões básicas para um bom funcionamento de uma casa-museu “devem ter uma resposta esclarecida, devidamente fundamentada, avaliada por profissionais qualificados e apresentada num documento que será a base do trabalho da instituição no futuro: o plano museológico” (PONTE, 2007, p. 39).

A Missão e o plano de ação devem estar em perfeita consonância para que toda a atividade se articule em torno de um objetivo a atingir. [...] A Missão e os objetivos do museu são dois passos fundamentais na definição da política de gestão das coleções, que orienta a recolha, podendo ser um instrumento fundamental na defesa do próprio museu, permitindo uma justificação cabal das políticas empreendidas pela unidade museológica. (PONTE, 2007, p. 40)

Este estudo contextualizado dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo e seu Acervo Artístico-Cultural pretende ajudar a encaminhar o trabalho da Curadoria do Acervo dos Palácios no futuro, apontando rumos para se atualizar sua Política de Gestão, conforme demonstraremos a seguir.

4.4 Para uma política de gestão de acervo

Dentre os instrumentos básicos para a consolidação das instituições museológicas podemos destacar o *Plano Museológico* e a *Política de Gestão de Acervo*, reconhecendo que “para um bom funcionamento institucional, os documentos legais devem ser criados para que a gestão, o controle e a proteção do acervo sejam legitimados” (PADILHA, 2014, p. 26).

O *Plano Museológico*, de caráter estratégico, tem por objetivo a gestão e a organização da instituição museológica. Nele se configuram a missão, os objetivos e as ações da instituição, sendo essencial para a elaboração de todas as atividades do museu, pois, promovendo a clareza e integração das necessidades institucionais, subsidia a organização de seu trabalho interno (PADILHA, 2014, p. 26).

Como anteriormente mencionado, o *Plano Estratégico da Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo para o ano de 2014*, documento que se aproxima de um plano museológico, visava diagnosticar o período de 2007 a 2013 para estruturar as suas futuras ações, e, apesar de abordar a missão e os objetivos do departamento, foi elaborado como uma espécie de relatório de atividades para os seus órgãos superiores, não apresentando estratégias ou prazos para se atingirem os objetivos descritos.

Para Manuelina Maria Duarte Cândido, em *Gestão de Museus, um Desafio Contemporâneo* (2013):

O plano museológico, “global e integrador” estaria voltado para a “identificação da missão da instituição museal e para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento”. Estaria baseado no “diagnóstico completo da instituição”, que se está denominando diagnóstico museológico, considerando-se pontos fortes e frágeis, ameaças e oportunidades. (p. 111)

Assim, a consolidação de um plano museológico bem orientado para o Acervo dos Palácios do Governo, com objetivos claros, metodologias de ação integradas e prazos definidos, seria fundamental para fortalecer o museu que existe na intimidade dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, formulando metas e estratégias a serem compartilhadas por todos da equipe. Seguindo essa orientação, procuramos observar a Curadoria do Acervo dos Palácios em uma perspectiva mais abrangente, aproximando esta pesquisa das diretrizes de um diagnóstico museológico, mas se aprofundado em questões relativas à expografia, considerando esse procedimento como sendo a primeira etapa para a formulação de um plano museológico mais global e integrador.

A *Política de Gestão de Acervo* é um documento que assegura o que a administração do museu elege como prioridade, estabelecendo parâmetros de aquisição, preservação, uso e descarte do acervo. Busca selecionar o tipo de acervo que vai ser adquirido e descartado pelo museu, tendo em vista a missão e os objetivos da instituição, a necessidade de investigação e os caminhos que devem ser priorizados para a sua preservação. “Serve como um documento de orientação para

os profissionais de museu, e como documento público que esclarece como o museu assume a responsabilidade de salvaguarda de seu acervo” (PADILHA, 2014, p. 27).

Assim, no que tange a política de gestão de acervo, destaca-se a política de aquisição e descarte, que apresenta critérios para determinar qual objeto deve ser incorporado ao acervo museológico, bem como para perceber aquele que se deve dar baixa. “Para tais definições, é necessário o reconhecimento do objeto ou da coleção com a finalidade e a missão do museu que pretende incorporá-lo” (PADILHA, 2014, p. 27). Como ressalva é importante lembrar que “cada objeto incorporado ao acervo é de compromisso do museu; por isso a forma pela qual é adquirido, analisado e difundido estabelecerá sua função social e cultural no ambiente em que faz parte” (PADILHA, 2014, p. 27).

Sobre as aquisições, torna-se fundamental que o museu disponha de uma Comissão de Acervo para determinar a respeito de quais objetos devem ser ou não adquiridos, compartilhando essa responsabilidade com o diretor institucional. Ao incorporar um objeto deve-se analisar sua legitimidade, seu estado de conservação, seu valor de mercado e sua correta documentação, além de efetuar o registro de data, local, tipo e fonte de aquisição. “Todo tipo de aquisição deve ser analisada em termos dos objetivos, das propostas e da missão do museu, assim como devem ser levadas em conta as limitações financeiras e espaciais da instituição” (PADILHA, 2014, p.28).

O descarte diz respeito ao processo de dar baixa em objetos que fazem parte do acervo e que, de alguma forma, não atendem mais aos objetivos da instituição ou se encontram em condições muito precárias, impossibilitando sua preservação. Dentre as possibilidades utilizadas para o descarte de peças, a *transferência*, a *doação*, a *troca*, a *repatriação* e a *destruição*, somente a última envolve a perda irreparável do objeto e geralmente só ocorre quando este se encontra em um “processo de deterioração avançado, e que pode vir a contaminar (ou que já contaminou) outros objetos do acervo” (PADILHA, 2014, p.32).

Conforme descrito, a Curadoria do Acervo dos Palácios não possui uma política de gestão definida e, embora disponha de uma Comissão de Acervo – seus Conselhos Consultivo e, principalmente, de Orientação –, muitas de suas ações partem da perspectiva e do bom senso da equipe envolvida em seu trabalho diário, contando com a supervisão da curadora – que também é a gestora – do departamento.

Assim, para consolidar mecanismos de proteção para o Acervo dos Palácios, além de delimitar o seu uso decorativo e estimular a sua relação com o domínio público, também é necessário dar ênfase às outras fases do ciclo curatorial, principalmente no que diz respeito a seleção e o descarte, a catalogação e a conservação de suas peças.

Tendo como referência *a minuta da política de acervo do Museu Casa de Portinari* e *a proposta preliminar da política de acervo do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre*, observamos que uma *Política de Coleções* deve contemplar, dentre outras coisas:

- Uma declaração sobre o compromisso da instituição com a guarda e preservação dos acervos,
- A definição do campo ou campos que abarcam as coleções, suas linhas e seus limites, sempre em consonância à missão da instituição e seus objetivos, o que evitaria a formação de coleções cumulativas de perfil nostálgico, onde tudo e qualquer coisa deve ser guardada e nada pode ser descartado, desencadeando, se não o colapso da instituição, pelos menos muitos problemas com espaço, recursos, pessoal para cuidar das coleções, ações de conservação preventiva, entre outros, confirmando, assim, que o planejamento e o desenvolvimento das coleções devem estar muito bem definidos pela instituição. (ACAM PORTINARI, 2013, p. 5)

As propostas elaboradas para os dois museus têm como base a Política Nacional de Museus, as diretrizes estabelecidas no Estatuto Brasileiro de Museus e a necessidade do estabelecimento do Plano Museológico e do Programa de Gestão de Acervo, conforme Lei Federal 11.904 de 2009, além dos avanços instituídos pelo Código de Ética do ICOM para Museus, e pretendem estabelecer um protocolo integrado de ações que determine diretrizes e procedimentos a serem incorporados na rotina institucional para a consolidação do tratamento das coleções. Também contemplam orientações sobre o que deve ser mantido sob guarda, considerando espaço de armazenamento, recursos materiais e ambientais, pessoal qualificado, tecnologia apropriada e outros investimentos, vislumbrando a capacidade da instituição de manter de forma responsável suas coleções para as futuras gerações.

As duas políticas institucionais indicadas observam de forma detalhada os acervos envolvidos, incluído seus eixos temáticos – tendo como orientação as missões previamente definidas –, e descrevem e determinam as funções de seus Conselhos de Orientação, para, então, criar diretrizes para a gestão dos acervos, propondo normatizar os procedimentos de aquisição, alienação ou descarte, documentação, conservação, pesquisa, acesso e empréstimo do acervo.

Seguindo esses encaminhamentos, uma Política de Gestão do Acervo dos Palácios teria a possibilidade de propor adequações a um contexto de trabalho bem específico e abrangente, que vai além do estabelecido em um museu mais convencional. Poderia ampliar a sua vocação, elaborando uma missão debatida e compartilhada por todos profissionais envolvidos, planejando e fazendo cumprir os objetivos definidos. Precisaria rever as peças que atualmente fazem parte do Acervo dos Palácios e identificar o que deve fazer parte desse patrimônio público e, em oposição, o que não deve, estipulando formas de alienação ou descarte; observar atentamente onde elas estão localizadas com o intuito de dimensionar um espaço adequado para sua guarda e/ou devolver as obras que se encontram sob a guarda provisória da Curadoria, tendo em vista uma correta conservação de seu conjunto; e levantar aquelas que ainda estão sem identificação ou registro, finalizando, definitivamente, o inventário e a catalogação desse Acervo, com o seu correto registro em banco de dados (GEOA). Essa Política também precisaria definir formas para se cumprir adequadamente as atribuições públicas dadas a esse Acervo, criando condições para a sua pesquisa e comunicação, e delimitar o seu uso decorativo, elaborando padrões de uso e conduta para com esses bens.

Considerações finais

A história aqui traçada buscou apresentar o contexto de formação e consolidação do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo em suas diversas fases, mapeou os espaços para os quais foi adquirido, e observou o ambiente histórico e ideológico de seus patronos – figuras políticas de destaque no cenário estadual e nacional – e de seus gestores. Para isso utilizou diversas fontes: decretos que vêm moldando a estrutura de gerenciamento desse Acervo, publicações que a ele se referem, documentos e relatórios que evidenciam os rumos que as diversas gestões empreenderam, e entrevistas realizadas com profissionais que atuaram ou vêm atuando junto ao Acervo dos Palácios.

Em uma outra parte, sua narrativa passou a descrever uma rotina de trabalho com seus vários atores e, para facilitar a compreensão do processo, que é dinâmico e tem muitas formas, foi apresentada de uma maneira mais linear, sequencial. Nesse olhar em profundidade, a ordem estabelecida pôde ser percebida, mesmo em procedimentos complexos e interdependentes, e alguns detalhes se manifestaram e exigiram mais atenção. Para aperfeiçoar práticas, teve a intensão de compartilhar um ponto de vista com todos os profissionais envolvidos e, a partir daí, extrair conhecimento que possa ter caráter mais abrangente.

Com isso, esperamos ter conseguido demonstrar que as diversas gestões da Curadoria do Acervo dos Palácios foram, ao longo do tempo, desenvolvendo e consolidando ações nas diversas áreas do ciclo curatorial – na seleção, pesquisa, catalogação, conservação e comunicação –, mas que ainda existe muito trabalho a ser realizado. O aprimoramento das ações praticadas pelo setor precisa ser contínuo e ter uma orientação clara e compartilhada.

Se a seleção das peças do Acervo dos Palácios foi priorizada inicialmente, a sua pesquisa, catalogação, conservação e comunicação foram destacadas em momentos posteriores, mas todo o ciclo ainda precisaria ser equalizado, verificando-se cada área individualmente.

A catalogação de todas as suas peças, apesar dos inúmeros inventários já iniciados, ainda não foi concluída de forma definitiva. As dúvidas que surgem quando um novo objeto é colocado à disposição da Curadoria do Acervo dos Palácios – sejam pequenos presentes, doações esporádicas ou todos os objetos antigos que continuam sendo encontrados pelos Palácios – permanecem e muitos deles acabam informalmente vinculados ao Acervo. Dessa forma, além de quantificar e localizar todos os objetos já cadastrados no banco de dados, verificando as lacunas, todos

aqueles que ainda permanecem indefinidos precisariam ser encaminhados, sendo definitivamente incorporados ou descartados. Nesse aspecto, a consolidação de uma Política de Acervo seria um avanço, tornando mais claras as regras de aquisição e os procedimentos necessários para o descarte.

A preservação de seu conjunto, mesmo aprimorada por ações que visam a sua conservação preventiva e pela restauração das peças que se encontram com perdas ou desgastes acentuados, fica prejudicada devido à falta de espaços apropriados para a sua guarda, e o excesso de movimentações as quais as peças ficam suscetíveis acaba por compromete-la. Os grandes eventos públicos, que envolvem a montagem de cenários e a participação de uma grande quantidade de pessoas nos espaços internos do PB, também precisariam ter regras mais claras no que tange a relação estabelecida com o Acervo presente nesses locais.

A comunicação pública do Acervo, que visa sua ampla interação com a sociedade, dentro do Palácio dos Bandeirantes, mesmo após todo o esforço empreendido na elaboração, produção e montagem de muitas exposições, conforme descrito, ainda não foi devidamente consumada e permanece restrita ao contexto político que permeia a edificação. No Palácio Boa Vista, em situação contraditória, é a grande e contínua procura do público que prejudica a qualidade das visitas, pois, possuindo pequeno número de educadores, e dependendo exclusivamente deles para que todas as visitas sejam feitas, o atendimento tende a ser breve e, muitas vezes, repetitivo.

As pesquisas vêm acompanhando a prática da elaboração das exposições e visando preencher as lacunas que daí surgem. Muitas informações foram sendo complementadas dessa maneira, aprimorando a catalogação e o registro de suas peças, atualizando o banco de dados institucional, mas, tendo falhas mais complexas e de difícil resolução, como adequações de nomenclatura ou estilo, e possuindo brechas nas informações de registro e aquisição, as pesquisas poderiam ser destinadas ao pleno funcionamento desse banco de dados, outra importante ferramenta de gestão.

Também é fundamental considerarmos que a maior particularidade desse Acervo, seu uso com função decorativa e as inúmeras implicações que daí surgem, ainda não foi devidamente problematizada pela Curadoria do Acervo do Palácios, e as ações que giram em torno da configuração plástica dos diversos ambientes dos Palácios do Governo, com todas as suas variáveis, acontecem sem uma política bem definida, sendo discutidas e elaboradas caso a caso.

Mais do que verificar o trabalho envolvido no processo de elaboração, produção e montagem de exposições nos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, e as demandas que precisariam ser implementadas para uma gestão mais adequada do conjunto de bens do Acervo dos Palácios, procuramos por alternativas que pudessem garantir seu controle, desvinculando sua valoração das prerrogativas dos governantes em exercício e, também, de interesses particulares que possam comprometer sua articulação com a sociedade.

Dessa forma, para o aprimoramento das ações praticadas pelo setor, dando prosseguimento a inúmeras melhorias empreendidas em todas as áreas da curadoria, apontamos que, para um bom funcionamento institucional, documentos legais de controle e proteção do Acervo dos Palácios precisariam ser criados: o seu Plano Museológico e a sua Política de Gestão de Acervo.

Apresentando aspectos que permeiam a formação de um patrimônio público com as características mapeadas, que representa uma dinâmica política que acostuma a população brasileira a valorizar a história do poder e não da cultura, e apostando em diretrizes de ação que valorizam a consolidação de uma consciência crítica e social, também abordamos a relação estabelecida entre o Acervo dos Palácios e a ideologia que ele representa, discutindo possibilidades para suas próximas ações.

Assim, acreditamos que um Plano Museológico bem orientado – discutido de maneira mais participativa, que estipule objetivos comuns e abrangentes, bem como objetivos específicos e setoriais, com estratégias de ação e prazos definidos – ajudaria à encaminhar as ações do departamento de forma mais coerente e à avaliar seus resultados, e que uma Política de Gestão do Acervo dos Palácios seria instrumento básico para nortear essas ações, um documento de referência para organizar seus futuros encaminhamentos. Esperamos que a experiência abordada, relativa à Curadoria do Acervo dos Palácios, possa ajudar outras instituições similares.

Referências

ACAM PORTINARI. **Documentação e Conservação de Acervos Museológicos:** Diretrizes. Brodowski/SP: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010.

_____. Museu Casa de Portinari. **Política de Acervo:** Museu Casa de Portinari. Minuta. Brodowski/SP, 2013.

_____. Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre. **Política de Acervo:** Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre. Proposta preliminar. Tupã/SP: 2014.

ALVES, Juliana Rodrigues. **Patrimônio:** Gestão e Sistema de Informação. São Paulo: PGEHA-USP, 2012.

AVELAR, Thais Fernanda Alves. **Espaços Museológicos:** A Questão do Acesso pela ótica das Identidades Culturais – Um estudo de caso na Pinacoteca do Estado de São Paulo. São Paulo: PPGMUS-USP, 2014.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museologia e Museus:** os inevitáveis caminhos entrelaçados. Cadernos de Sociomuseologia, número 25, 2006.

BUENAVENTURA, Julia. **Só sei que nada sei:** única forma de encontro entre a arte e a educação. 17º Festival Internacional de Arte Contemporânea SESC-Videobrasil – Seminários Panoramas do Sul, 2011. Disponível em: <http://www.forumpermanente.org/event_pres/simp_sem/seminario-panoramas-do-sul-17o-videobrasil>. Acesso em: 4 abril 2014.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de Museus:** Diagnóstico Museológico e Planejamento, um desafio contemporâneo. Porto Alegre/RS: Medianiz, 2013.

CARMO, Gustavo Reinaldo Alves do. **O Palácio das Laranjeiras e a Belle Époque no Rio de Janeiro (1909-1914).** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

CARVALHO, Ana Cristina Barreto de. **O Palácio Boa Vista como Patrimônio Cultural.** São Paulo: ECA-USP, 2003.

_____. (org.). **Museus-Casas Históricas no Brasil.** São Paulo: Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, 2013.

CURY, Marília Xavier. **Exposição - Concepção, Montagem e Avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Museologia, novas tendências**. In: Mast Colloquia, vol. 11. Rio de Janeiro: MCT, 2009.

DESVALLÉES, André e MAIRESSE, François (editores). SOARES, Bruno Brulon e CURY, Marília Xavier (tradutores). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1992.

_____. Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo. **Gershon Knispel - Vestígios**. Catálogo de exposição. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1995.

_____. **Um Século de Arte: 3ª Mostra de Arquitetos e Decoradores em Campos do Jordão**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1996a.

_____. Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo. **De Gutenberg a Bill Gates**. Folder de exposição. São Paulo, 1996b.

_____. Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo. **A Grande Viagem, passaporte para o ano 2000**. Folder de exposição. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1996c.

_____. Grupo de Preservação e Controle do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo. **Relatório de Gestão 2002/2006**. São Paulo, 2006a.

_____. **Palácio dos Bandeirantes**: Catálogo da Galeria dos Governadores. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006b.

_____. Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo. **Panorama das Coleções**. Catálogo de exposição. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

_____. Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo. **Panorama das Coleções**. Folder de exposição. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

_____. **Galeria de retratos dos governantes do Estado de São Paulo**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2013.

_____. Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo. **Casas de Poder**. Catálogo de exposição. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2014a.

_____. Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo. **Plano Estratégico**. São Paulo, 2014b.

_____. Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo. **Organograma**. São Paulo, 2014c.

_____. Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo. **Relatório de atividades mensal, dezembro de 2015**. Divisão de coleções. Setor de curadoria, produção, montagem de exposições e manuseio de obras nos palácios. São Paulo, 2015.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. **Um museu da Indústria na cidade de São Paulo**. Tese (Doutoramento) - Fesp/SP. São Paulo, 1980.

_____. **Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação**. Cadernos Museológicos. Rio de Janeiro, n.3, 1990.

_____. **Quem são e o que são os museólogos?** In: BRUNO, M. C. O. (coord.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. Volume 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010.

GUERRA, José Wilton Nascimento. **O Projeto de Ernani Silva Bruno**: uma discussão sobre as bases de criação, implantação e gestão do Museu da Casa Brasileira. São Paulo: PPGMUS-USP, 2015.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **A problemática da identidade cultural nos museus**: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). In: Anais do Museu Paulista, Nova Série, número 1, 1993.

_____. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. (coord.). **Museus dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna**. Belo Horizonte: Argumentum, 2005.

MENSCH, Peter van. **O objeto de estudo da Museologia**. Tradução de Débora Bolsanello e Vânia Dolores Estevam de Oliveira. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1994. (Pretextos Museológicos 1)

NORA, Pierre. **Memória**: da liberdade à tirania. In: Revistas Musas, número 4, 2009.

OBRIST, Hans Ulrich. **Uma breve história da curadoria**. São Paulo: BEI, 2010.

OGUIBE, Olu. **O fardo da curadoria**. In: Revista Virtual Concinnitas, Ano 5, número 6, julho 2004. Disponível em: <<http://www.concinnitas.uerj.br/resumos6/oguibe.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2014.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Florianópolis/SC: FCC, 2014. (Coleção Estudos Museológicos)

PONTE, António. **Casas-Museu em Portugal**: Teoria e Prática. 2007. Disponível em: <<https://antoniofonte.files.wordpress.com/2008/05/microsoft-word-texto.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2015.

RICO, Juan Carlo. **Dossier Metodológico**: Montaje de Exposiciones. Observatorio Cultural del Proyecto Atalaya, Quinta Fase. Dirección General de Universidades de la Consejería de Innovación, Ciencia y Empresa de la Junta de Andalucía. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2010. Disponível em: <<https://www.observatorioatalaya.es/uploads/pdf/a812f91518bfefe3632e75a8d9bbd460efb471a4.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Museus, liberalismo e indústria cultural**. Ciências Sociais. Unisinos, São Leopoldo, Vol. 47, número 03, 2011.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **A era dos Museus de Etnografia no Brasil**: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do século XIX. Museus: de gabinetes de curiosidades à museologia moderna. FIGUEIREDO, Betania G.; VIDAL, Diana G. (orgs.). Belo Horizonte: Argumentum, 2005.

Anexo 1 – Levantamento das exposições produzidas de 2007 a 2015 pela Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo

2007

Palácio dos Bandeirantes

1. *Caminhos do Modernismo no Acervo dos Palácios*

De 27/03/2007 a 31/05/2007. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Mostra de 50 obras de arte brasileira moderna e contemporânea que propôs uma releitura das fontes e influências do Modernismo Brasileiro.

2. *Arte Sacra: Gênese da Fé no Novo Mundo*

De 14/06/2007 a 31/07/2007. Curadoria de Percival Tirapeli.

Exposição comemorativa à visita do Papa Bento XVI a São Paulo e ao Palácio dos Bandeirantes. Reuniu peças jesuíticas quinhentistas de alguns museus paulistas ao lado de peças sacras do Acervo dos Palácios.

3. *Modernismo: lutas e sonhos – 1930-1945*

De 15/08/2007 a 04/11/2007. Curadoria de Elza Ajzenberg.

Com peças dos acervos dos Palácios, do Museu do Imigrante, do Arquivo do Estado e de coleções particulares.

4. *De Cusco a São Paulo – Pontes da Arte Colonial no Acervo dos Palácios*

De 07/11/2007 a 03/02/2008. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Apresentou obras de arte sacra produzidas no Brasil e pinturas da escola cusquenha que fazem parte do Acervo dos Palácios.

Palácio Boa Vista

5. *Pontos de Luz na Paisagem.*

De julho a agosto de 2007. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Reuniu obras do gênero paisagem que fazem parte do Acervo dos Palácios, permitindo refletir, também, sobre a região de Campos do Jordão.

2008

Palácio dos Bandeirantes

6. *Templos e Palácios Japoneses: Caminho do Olhar*

De 05/03/2008 a 26/06/2008. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Em comemoração ao centenário da imigração japonesa no Brasil, reuniu 15 maquetes de templos, palácios e castelos japoneses, pertencentes ao Consulado do Japão, em São Paulo, além de xilogravuras japonesas do século XVII e 14 litografias em memória ao bombardeio de Hiroshima pertencentes ao Acervo dos Palácios.

7. *Presença Japonesa na Arte Brasileira – da figura à abstração*

De 30/06/2008 a 31/08/2008. Curadoria de Ana Cristina Carvalho, Lisbeth Rebolo Gonçalves e Yugo Mabe.

Com obras provenientes do Acervo dos Palácios, do MAC-USP, do Instituto Mabe e de coleções dos artistas, a exposição buscou refletir sobre a troca de experiências entre os artistas japoneses e seus descendentes no Brasil. Realizada em comemoração ao centenário da imigração japonesa no Brasil.

8. *A Arte que Banha o Nordeste*

De 31/03/2008 a 01/06/2008. Curadoria de Ana Cristina Carvalho e consultoria de Percival Tirapeli.

Reunindo obras do Acervo dos Palácios e de outras coleções, procurou mostrar como artistas dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, de gerações distintas, registraram tipos e paisagens do território brasileiro.

9. *Pessoas Modernas*

De 30/09/2008 a 11/01/2009. Curadoria de Kátia Canton.

Com obras do Acervo dos Palácios, da Pinacoteca do Estado de São Paulo, do MAC-USP, do IEB-USP e do Museu Lasar Segall, apresentou o período formador dos personagens centrais do Modernismo Brasileiro.

Palácio Boa Vista

10. *Qhupac Ñan - O grande caminho Inca.*

Organizado pelo Consulado Geral do Peru.

Exposição itinerante de fotografias que teve como objetivo preservar os valores culturais e naturais desse caninho. Essa mostra percorreu parte do Grande Caminho Inca e se apresentou no Palácio Boa Vista contextualizada por obras cusquenhas pertencentes ao Acervo dos Palácios.

11. *Herança Japonesa na Cerâmica Brasileira*

De 9/07/2008 a 31/08/2008. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Comemorando os 100 anos da Imigração Japonesa no Brasil, essa mostra acolheu 43 peças de cerâmica artística produzidas por japoneses e nikkeis no período de 1964 a 2008.

12. *Paisagem Moderna e o Diálogo Intercultural*

De 20/09/2008 a 7/12/2008. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Exposição de 40 obras do gênero paisagem, produzidas desde 1915 até os anos de 1960, e de uma série de pinturas do artista José Claudio, que registrou a Amazônia em 1975.

Palácio do Horto

13. *Templos e Palácios Japoneses: Caminho do Olhar*

De 05/07/2008 a 31/08/2008. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Em comemoração ao centenário da imigração japonesa no Brasil, reuniu 15 maquetes de templos, palácios e castelos japoneses, pertencentes ao Consulado do Japão, em São Paulo, além de xilogravuras japonesas do século XVII e 14 litografias em memória ao bombardeio de Hiroshima pertencentes ao Acervo dos Palácios.

14. *Gregório Gruber – Florestais*

De 20/09/2008 a 28/02/2009. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Contando a história da convivência do artista Gregório Gruber com a região do Horto Florestal, desde os anos de 1970, essa exposição reuniu uma série de 39 obras do gênero paisagem.

15. *A Arte da Cerâmica – Aqui e Lá*

De 21/09/2008 a 28/02/2009. Curadoria de José Luiz de Moraes, Maria Isabel D'Agostino Fleming, Marília Xavier Cury e Camilo de Mello Vasconcellos.

O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP) possui importantes coleções cerâmicas arqueológicas nacionais e internacionais. Essa mostra apresentou uma de suas mais recentes incorporações.

2009

Palácio dos Bandeirantes

16. *Retratos e Personagens de um Brasil Paulista*

De 25/01/2009 a 29/03/2009. Curadoria: Ana Cristina Carvalho e Elza Ajzenberg.

Contextualizadas por imagens cedidas pelo Museu Paulista, pela Cúria Metropolitana e pela Associação Pró Casa do Pinhal, foram reunidas obras que pertencem ao Museu Histórico Nacional e ao Acervo dos Palácios, apresentando, a partir do retrato, figuras e fatos da história brasileira ligados à cidade de São Paulo.

17. *1924 – A Revolução Esquecida*

De 25/01/2009 a 05/04/2009. Curadoria de Vladimir Sacchetta.

A exposição celebrou os 85 anos da rebelião promovida por jovens tenentes que buscavam a reforma das instituições e a moralização da República. Apresentou fotografias, documentos e objetos, além de imagens em grandes formatos.

18. *A Vida após a Vida: testemunhos de passagem*

De 18/05/2009 a 02/08/2009. Curadoria de José Luiz de Moraes, Maria Isabel D'Agostino Fleming, Marília Xavier Cury, Camilo de Mello Vasconcellos, Célia Maria Cristina Demartini, Sandra Lacerda Campos, Ana Carolina Delgado Vieira e Fábio Batista dos Santos.

Uma parceria entre o MAE-USP e o Acervo dos Palácios que reuniu um conjunto de peças arqueológicas e etnográficas expostas ao público pela primeira vez.

19. *Valdir Cruz – Fotografias: sinfonia de um viajante*

De 18 de maio a 09 de agosto de 2009. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Reuniu 35 fotografias que mostraram dois temas distintos: a paisagem e a figura humana do povo indígena Yanomami, que vive na região amazônica.

20. *Olhar da Crítica: arte premiada da ABCA e o Acervo Artístico dos Palácios*

De 20/08/2009 a 18/10/2009. Curadoria de Ana Cristina Carvalho, Percival Tirapeli e Elvira Vernaschi.

Revelou relações entre pesquisa e crítica, reunindo obras que apresentam as transformações estéticas da história da arte no Brasil.

21. *O Nome do Brasil*

De 21/08/2009 a 18/10/2009. Curadoria de Percival Tirapeli.

Integrou-se à série de comemorações que celebraram, em 2009, o *Ano da França no Brasil*. Procurou mostrar a interface entre franceses e brasileiros, por meio de imagens e mapas que revelam as idas e vindas de franceses ao Brasil, e sua relação com os índios brasileiros, desde o século XV.

22. *Ampliação do Olhar*

De 05/11/2009 a 10/01/2010. Curadoria de Elza Ajzenberg.

Em comemoração ao Ano Internacional da Astronomia, a exposição apresentou uma reflexão sobre a influência da Ciência na Arte, reunindo um conjunto de 32 pinturas, desenhos e gravuras, pertencentes à coleção dos Palácios do Governo e à colecionadores particulares.

Palácio Boa Vista

23. *Oratórios – Arte e Devoção*

De 08/04/2009 a 31/05/2009. Curadoria de Ana Cristina Carvalho e Heloisa Barbuy.

Com obras pertencentes aos acervos dos Palácios, do Museu Paulista, da USP e de coleções particulares, reuniu raros exemplares de oratórios de alcova, de algibeira e lapinha.

24. Viagem a Campos – O MAM-SP Visita o Palácio Boa Vista

De 11/06/2009 a 27/09/2009. Curadoria de Felipe Chaimovich.

Primeira vez em que o Palácio recebeu o MAM-SP, representado por um grupo de artistas que, reunidos, construíram uma narrativa da história de Campos do Jordão e de suas paisagens.

25. Tarsila em Família

De 28/08/2009 a 21/02/2010. Curadoria de Ana Cristina Carvalho e Tarsila do Amaral.

As treze obras de Tarsila do Amaral, adquiridas da artista na década de 1970, que fazem parte do Acervo dos Palácios, foram expostas em conjunto a outras pertencentes à família da artista.

26. Campos do Lobato

De 03/10/2009 a 21/02/2010. Curadoria de Vladimir Sacchetta.

Reuniu aquarelas, desenhos e registros fotográficos do Vale do Paraíba e da Serra da Mantiqueira produzidos por Monteiro Lobato.

Palácio do Horto

27. Anjos e Santos: arte sacra nas coleções dos palácios

De 28/03/2009 a 02/08/2009. Curadoria de Percival Tirapeli.

Reuniu 75 obras do Acervo dos Palácios, dentre elas, 37 obras provenientes do Palácio Campos Elíseos que estão sob a guarda da Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios desde o ano de 2006.

28. Arte Francesa na História dos Palácios

De 08/08/2009 a 06/12/2009. Curadoria de Ana Cristina Carvalho e Tarsila do Amaral.

Foram reunidas pinturas, móveis e objetos que revelam a relação de familiaridade e influência do gosto francês no cotidiano das casas brasileiras no século XIX e na primeira metade do século XX. Algumas das obras que foram expostas são provenientes do Palácio dos Campos Elíseos, transferidas nos anos de 1960 para o Palácio Boa Vista.

29. Natal no Horto

De 12/12/2009 a 12/01/2010. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

A reunião destes presépios teve o objetivo de valorizar a arte de povos que expressam, com linguagens distintas e próprias, a fé, a alegria e a esperança do período natalino. Todas as peças eram originárias da América Latina.

Capela de São Miguel

30. *Modernistas Revisitam a Capela*

De 08/11/2009 a 20/12/2009. Curadoria de Ana Cristina Carvalho e Gilmar Viana.

Trinta obras de arte destacaram a coleção de Arte Moderna Brasileira dos Palácios do Governo, expostas na Capela de São Miguel Arcanjo.

2010

Palácio dos Bandeirantes

31. *Paisagens de São Paulo*

De 25/01/2010 a 14/03/2010. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Expôs algumas obras que documentaram lugares do Estado de São Paulo que se modificaram ao longo do tempo, tal como a ponte pênsil, em São Vicente, do artista Benedito Calixto, o Rio Tietê, de Oscar Campiglia, a Rua Direita, de Júlio Guerra, e as paisagens do Morumbi, de Francisco Rebolo.

32. *Diálogo de Formas – Clementina Duarte e o Acervo Artístico dos Palácios*

De 31/03/2010 a 25/06/2010. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Reuniu obras que evidenciaram as participações da arquiteta e designer pernambucana Clementina Duarte no circuito das artes, apontando um diálogo entre as formas escultóricas da sua produção de joias e algumas obras do Acervo dos Palácios.

33. *Um Percurso, Uma História – Os Salões Paulistas de Belas Artes*

De 11/08/2010 a 07/11/2010. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Essa exposição percorreu a história dos Salões Paulistas de Belas Artes por meio de obras do Acervo dos Palácios que participaram desses Salões.

34. *Tailândia – A Função Social da Arte*

De 11/08/2010 a 29/08/2010. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Apresentou objetos artísticos e peças manufaturadas tailandesas que se originaram a partir do trabalho de resgate e preservação do patrimônio material e imaterial do povo tailandês realizado pela Rainha Sirikit.

35. *Panorama das Coleções: Acervo Artístico dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo*

De 24/11/2010 a 10/07/2011. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Realizada simultaneamente nos três palácios do Governo, propôs leituras históricas e estéticas das obras do acervo, contextualizando os espaços que abrigaram essas coleções, desde o primeiro palácio sede do governo, o Pátio do Colégio, até o Palácio Campos Elíseos, dos Bandeirantes, do Horto e Boa Vista.

Palácio Boa Vista

36. *Colecionar: um modo de guardar o mundo – As Coleções dos Palácios e um Recorte do Acervo Etnográfico de Thereza Collor*

De 14/05/2010 a 27/06/2010. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Apresentou parte da coleção de Thereza Collor, que reuniu um significativo acervo etnográfico de povos distantes, como da Arábia Saudita, norte da África, Vietnã, Turcomenistão, Afeganistão, Butão, Iêmen e Sultanato de Omã.

37. *A Natureza pela Janela da Alma – Esculturas de Felícia Leirner*

De 04/07/2010 a 15/11/2010. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Apresentou obras da artista, cujo trabalho foi fruto de suas experiências sensoriais e de sua longa convivência com a paisagem de Campos do Jordão.

38. *Panorama das Coleções: Acervo Artístico dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo.*

De 24/11/2010 a 10/07/2011. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Realizada simultaneamente nos três palácios do Governo, propôs leituras históricas e estéticas das obras do acervo, contextualizando os espaços que abrigaram essas coleções, desde o primeiro palácio sede do governo, o Pátio do Colégio, até o Palácio Campos Elíseos, dos Bandeirantes, do Horto e Boa Vista.

Palácio do Horto

39. *Zonas de Contato*

De 30/01/2010 a 13/06/2010. Curadoria de Ana Cristina Carvalho e Enok Sacramento.

Os trabalhos reunidos tiveram a intenção de valorizar o legado artístico da história do Juquery, em seu centenário, revelando, por meio de obras de dois pacientes-artistas, Aurora Cursino dos Santos e Ioiro Akaba, a qualidade artística lá produzida.

40. *A Rota da Porcelana nos Palácios do Governo de São Paulo*

De 26/06/2010 a 15/11/2010. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Apresentou uma seleção de peças da coleção de louças dos três Palácios do Governo paulista: Bandeirantes, Boa Vista e Horto.

41. *Panorama das Coleções: Acervo Artístico dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo*

De 24/11/2010 a 10/07/2011. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Realizada simultaneamente nos três palácios do Governo, propôs leituras históricas e estéticas das obras do acervo, contextualizando os espaços que abrigaram essas coleções, desde o primeiro palácio sede do governo, o Pátio do Colégio, até o Palácio Campos Elíseos, dos Bandeirantes, do Horto e Boa Vista.

Pinacoteca do Estado de São Paulo

42. *Árvores de São Paulo: Retratos da Natureza*

De 27/03/2010 a 02/05/2010. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

As trinta fotografias de Valdir Cruz reunidas nessa exposição mapeiam e registram a variedade de espécies de árvores encontradas no território paulista. A série *Árvores de São Paulo: Retratos da Natureza* foi adquirida pelo Governo do Estado de São Paulo para integrar o Acervo Artístico-Cultural dos Palácios.

Exposição Itinerante

43. *O Nome do Brasil.*

Curadoria de Percival Tirapeli.

Baseada em mapas e gravuras francesas dos tempos dos descobrimentos até a expulsão dos franceses das terras do Maranhão no ano de 1615, destacou os diversos nomes que o Brasil recebeu. Produzida pela Curadoria do Acervo dos Palácios do Governo, essa exposição fez parte do projeto de itinerância do Acervo dos Palácios em parceria com o Sistema Estadual de Museus (SISEM-SP) e com a Associação dos Amigos da Casa das Rosas, da Língua e da Literatura (POIESES).

2011

Palácio dos Bandeirantes

44. *A Arte nos Tempos do Café*

De 03/08/2011 a 20/11/2011. Curadoria de Cândida Arruda Botelho.

Apresentou uma seleção de imagens, móveis e objetos do Acervo dos Palácios, e de outras instituições paulistas, do século XIX e o início do XX, verificando as mudanças estéticas ocorridas nas artes plásticas.

45. *A Tradição do Presépio em seus Diferentes Contextos*

De 05/12/2011 a 08/01/2012 de janeiro de 2012. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Os trinta presépios expostos, provenientes de diversos países, foram apresentados ao lado de obras raras da coleção de arte sacra dos Palácios do Governo, com o objetivo de fazer associações e distinções.

Palácio Boa Vista

46. *Um Torneio Plástico: Modernistas e Vicente do Rego Monteiro*

De 16/04/2011 a 26/06/2011. Curadoria de Elza Ajzenberg.

Homenagem feita a um dos modernistas que pontuaram a História da Arte brasileira: o pernambucano Vicente do Rego Monteiro, de quem o Acervo dos Palácios possui quatro óleos sobre tela.

47. Rosa dos Ventos – Arte Colonial no Acervo dos Palácios

De 03/07/2011 a 18/09/2011. Curadoria de Maria Alice Milliet e Dalton Sala.

Apresentou obras da coleção de arte do século XVI ao XVIII, destacando o ecletismo estético e suas múltiplas influências, que sinalizaram os laços da arte brasileira com a metrópole portuguesa, com a Europa e com o Oriente.

48. Arte e Cultura no Vale do Paraíba

De 8/10/2011 a 06/03/2012. Curadoria de Percival Tirapeli e Laura Carneiro.

Fruto de uma pesquisa sobre a arte no Vale do Paraíba, realizada pelo Professor Percival Tirapeli, teve como foco a produção artística local, do século XIX à atualidade.

Palácio do Horto

49. Pioneiros da Cerâmica em Terras de Cunha: caminhos e fronteiras

De 27/03/2011 a 08/05/2011. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Com o objetivo de trazer ao público a história da vanguarda da cerâmica japonesa no Brasil, a Curadoria do Acervo Artístico-Cultural acolheu algumas das obras que integram o Memorial da Cerâmica de Cunha.

50. Paulo Bomfim – O Universo do Poeta

De 21/05/2011 a 21/08/2011. Curadoria de Ana Cristina Carvalho e Ana Maria Martins.

Apresentou documentos, livros, fotografias e objetos do acervo do poeta, reunidos ao lado de pinturas e esculturas do Acervo dos Palácios produzidas por artistas que com ele conviveram.

51. Sala Especial Memória do Lugar

De 07/09/2011 a 06/11/2011. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Exibiu fotografias datadas desde o final do século XIX até meados da década de 1960 que narram a ocupação da antiga fazenda do Engenho da Pedra Branca, desapropriada para abrigar o Horto Botânico, atual Parque do Horto Florestal.

52. Arte e Meio Ambiente: rompendo fronteiras

De 18/11/2011 a 11/03/2012 de março de 2012. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Mostra oferecida em comemoração ao *Momento Itália-Brasil*, chamando a atenção para as diferentes linguagens artísticas como formas de olhar para a natureza, sinalizando a necessidade de preservação do meio ambiente.

2012

Palácio dos Bandeirantes

53. *Arte Sacra nos Palácios do Governo – Aquisição, Conservação, Exposição*

De 23/01/2012 a 11/03/2012. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

As obras foram selecionadas considerando suas peculiaridades, de modo a destacar os diferentes períodos artísticos a que pertencem e as características de seus locais de origem. Também mostrou o trabalho de conservação preventiva e restauro desenvolvido pela Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios.

54. *Renascimento do Japão: um ano após a tragédia*

De 01/03/2012 a 18/03/2012. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Essa exposição teve como objetivo registrar a reconstrução e as transformações dos locais atingidos pelos terremoto e *tsunami* que aconteceram em março de 2011.

55. *90 Anos depois: A Semana de Arte Moderna*

De 03/04/2012 a 29/07/2012. Curadoria de Ana Cristina Carvalho, Elvira Vernaschi, Daisy Peccinini, Carlos Soulié Franco do Amaral, Elza Ajzenberg e Lisbeth Rebollo Gonçalves.

Expôs obras que pertencem à coleção do Acervo dos Palácios, da Pinacoteca do Estado de São Paulo e a coleções particulares, além da reprodução de fotografias e documentos da Coleção Mário de Andrade e da Coleção Anita Malfatti, ambas do IEB-USP.

56. *Cusquenhos nas Coleções de Arte dos Palácios*

De 20/08/2012 a 04/11/2012. Organização de Ana Cristina Carvalho.

Mostra que divulgou uma pesquisa sobre a coleção de arte cusquenha do Acervo dos Palácios, que, por meio de entrevistas com especialistas em Lima e com colecionadores no Brasil, além de estudos em bibliografia especializada e análise das obras com técnicas de reflectografia de infravermelho, fluorescência de ultravioleta e radiografia, vem passando por uma tentativa de reclassificação.

57. *A arte como narrativa: um concurso, uma história*

De 27/11/2012 a 31/03/2013. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Divulgou a história do concurso realizado no ano de 1989, que selecionou um painel para o saguão do Palácio dos Bandeirantes, e a trajetória dos artistas que dele participaram: Antonio Henrique Amaral, Claudio Tozzi, Emanuel Araujo, José Roberto Aguiar, Sérgio Ferro e Valdir Sarubbi.

58. A Tradição do Presépio em seus Diferentes Contextos

De 04/12/2012 a 05/01/2013. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Participaram cerca de 40 presépios de vários países pertencentes ao acervo do Museu de Arte Sacra, do Memorial da América Latina e da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, e objetos sacros pertencentes à coleção dos Palácios.

Palácio Boa Vista

59. Memória do Lugar: Palácio Boa Vista

De 10/03/2012 a 10/06/2012. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Contou parte da história do Palácio Boa Vista, fazendo uma retrospectiva dos fatos relacionados à sua construção, às funções do Palácio, à formação de suas coleções de arte e à sua ligação com a origem do Festival Internacional de Inverno de Campos do Jordão.

60. O Palácio, a Casa, o Museu,

De 28/06/2012 a 25/11/2012. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Buscou compreender o Palácio Boa Vista a partir de seus três papéis – palácio, casa, museu –, que, apesar de distintos, relacionam-se entre si. Reuniu documentos, fotografias e peças que mostram o contexto histórico e arquitetônico do Palácio, a função residencial dos ambientes da casa e as obras expostas no contexto do museu.

61. A Tradição do Presépio em seus Diferentes Contextos

De 12/12/2012 a 05/01/2013. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Exibiu cerca de 25 presépios pertencentes à Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, além de peças de arte sacra, pinturas e mobiliários do Acervo dos Palácios.

2013

Palácio dos Bandeirantes

62. A Arte dos Quimonos e as Gravuras Japonesas do Acervo Artístico dos Palácios

De 29/03/2013 a 28/007/2013. Curadoria de Denise Mattar.

Reuniu uma seleção de raras vestimentas típicas do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil e a coleção de 30 gravuras produzidas no Japão, no século XIX, pertencente ao Acervo dos Palácios.

63. Casas de Poder

De 10/08/2013 a 30/03/2014. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Procurou refletir sobre a criação dos símbolos da imagem pública do lugar que os governantes ocupam na imaginação coletiva, suas representações e mensagens para a sociedade contemporânea.

64. Presépios – Arte Sacra Brasileira: Entre o Popular e o Erudito

De 09/12/2013 a 12/01/2014. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Participaram cerca de 50 presépios provenientes do Museu de Arte Sacra de São Paulo, Memorial da América Latina, Pavilhão das Culturas Brasileiras do Museu da Cidade de São Paulo e da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, além de obras barrocas do século XVIII, do Brasil colonial, oratórios, imagens de Nossa Senhora, e pinturas de tema religioso pertencentes ao Acervo dos Palácios.

Palácio Boa Vista

65. Cusquenhos nas Coleções de arte dos Palácios – Reflexões sobre o gosto nos anos 1960/1970

De 09/02/2013 a 05/05/2013. Organização de Ana Cristina Carvalho.

Mostra que divulgou uma pesquisa sobre a coleção de arte cusquenha do Acervo dos Palácios, que, por meio de entrevistas com especialistas em Lima e com colecionadores no Brasil, além de estudos em bibliografia especializada e análise das obras com técnicas de reflectografia de infravermelho, fluorescência de ultravioleta e radiografia, vem passando por uma tentativa de reclassificação.

66. Personagens – Gustavo Rosa e o Acervo Artístico-Cultural dos Palácios

De 18/05/2013 a 11/08/2013. Organização de Ana Cristina Carvalho.

Foram expostas obras do artista Gustavo Rosa ao lado de parte da coleção de arte moderna e contemporânea do Acervo dos Palácios.

67. Narrativa do Tempo – O Móvel no Acervo dos Palácios

De 15/11/2013 a 06/04/2014. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Destacou a coleção de mobiliário artístico do Acervo dos Palácios, especialmente o brasileiro, desde os tempos coloniais até o início do século XX.

2014

Palácio dos Bandeirantes

68. Novo Percurso nos Palácio dos Bandeirantes

De 12/05/2014 a 18/01/2015. Curadoria da Ana Cristina Carvalho.

Reuniu e interpretou as obras do Acervo nos espaços do Palácio dos Bandeirantes, abordando suas funções e usos ao longo do tempo, com uma seleção de pinturas, fotografias, gravuras, esculturas, imagens sacras e mobiliário.

69. A arte dos presépios

De 01/12/2014 a 10/01/2015. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Participaram presépios provenientes do Museu de Arte Sacra de São Paulo, Memorial da América Latina, Pavilhão das Culturas Brasileiras do Museu da Cidade de São Paulo e da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil.

Palácio Boa Vista

70. Um Palácio, Muitas Histórias

De 11/06/2014 a 18/01/2015. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Mostra construída para destacar a passagem do tempo no Palácio Boa Vista, os fatos e os personagens por ele acolhidos, celebrando os 50 anos de história deste palácio-museu.

2015

Palácio dos Bandeirantes

71. A arte dos presépios

De 01/12/2015 a 10/01/2016. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Participaram presépios provenientes do Museu de Arte Sacra de São Paulo, Memorial da América Latina, Pavilhão das Culturas Brasileiras do Museu da Cidade de São Paulo e da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil.

Palácio Boa Vista

72. Novo percurso do Palácio Boa Vista

De 25/01/2015 a 06/03/2016. Curadoria de Ana Cristina Carvalho.

Exposição que reuniu, de forma cronológica, importantes obras de arte moderna do Acervo dos Palácios.

Museu de Arte Sacra

73. Rememoração: arte religiosa como documento histórico – Coleções do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios e do Museu de Arte Sacra de São Paulo

De 02/09/2015 a 04/01/2016. Curadoria de Ana Cristina Carvalho e Maria Inês Lopes Coutinho.

Mostra que apresentou as semelhanças entre o acervo do MAS e as coleções de arte sacra que fazem parte do Acervo dos Palácios do Governo, feita, também, para comemorar o *IX Encontro Brasileiro de Palácios, Museus-Casas e Casas Históricas* e para a abertura do *Curso de Formação Profissional para Museus-Casas no Brasil*.

Anexo 2 – Cronograma de produção e montagem

11/09/2013 – quarta-feira

Apresentação da ideia inicial da exposição. Reunião da curadora com o comitê de pesquisa e responsáveis pelo Setor de curadoria, produção e montagem e pelo Setor de conservação e restauro.

12/09/2013 – quinta-feira

Reunião da curadora com as responsáveis pelo Setor de curadoria, produção e montagem e pelo Setor de conservação e restauro.

16/09/2013 – segunda-feira

Reunião da curadora com a responsável pelo Setor de curadoria, produção e montagem.

17/09/2013 – terça-feira

Entrega da lista de obras (anexo 3).

18/09/2013 – quarta-feira

Início do projeto expográfico (realizado pela equipe interna).

Início do projeto de comunicação visual (realizado pela equipe interna).

Início dos orçamentos de transporte (será realizado por empresa especializada).

19/09/2013 – quinta-feira

Visita técnica ao PBV. Alessandra (responsável pelo Setor de curadoria, produção e montagem), Maria Augusta (responsável pelo Setor de conservação e restauro), Gustavo (assistente da curadora) e Luciano.

23/09/2013 – segunda-feira

Entrega da pesquisa.

24/09/2013 – terça-feira

Entrega da pesquisa realizada pela Renata (estudante de arquitetura que fez trabalho acadêmico de catalogação e avaliação de todo o mobiliário do Acervo).

26/09/2013 – quinta-feira

Visita técnica ao PBV – com Ana Cristina (curadora), Alessandra e Maria Augusta. (Não aconteceu).

30/09/2013 – segunda-feira

Entrega dos textos para revisão.

01/10/2013 – terça-feira

Apresentação do projeto expográfico (anexo 5).

Apresentação do projeto de comunicação visual (anexo 6).

Apresentação do projeto da publicação.

02/10/2013 – quarta-feira

Reunião do Conselho.

08/10/2013 – terça-feira

Reunião Geral do Acervo.

11/10/2013 – sexta-feira

Entrega das legendas.

14/10/2013 – segunda-feira

Entrega da revisão dos textos de parede.

Entrega da publicação para impressão.

15/10/2013 – terça-feira

Visita técnica ao PBV.

16/10/2013 – quarta-feira

Visita técnica ao PBV.

17/10/2013 – quinta-feira

Revisão do boneco da publicação.

18/10/2013 – sexta-feira

Revisão do boneco da publicação.

Entrega do projeto expográfico (anexo 5) para marcenaria.

Entrega dos textos de parede.

29/10/2013 – terça-feira

Entrega dos textos de parede e legendas para a gráfica.

31/10/2013 – quinta-feira

Revisão comunicação visual.

Embalagem das obras no Palácio dos Bandeirantes.

01/11/2013 – sexta-feira

Entrega da comunicação visual (anexo 6).

04/11/2013 – segunda-feira

Embalagem das obras no PB. Maria Augusta e Luciano.

Desmontagem do espaço expositivo no PBV. Alexandre, Glaucia e Rafael.

05/11/2013 – terça-feira

Entrega e desembalagem das obras vindas de São Paulo. Gláucia e Rafael.

Montagem do percurso de visita. Alexandre, Alessandra e Ana Cristina.

06/11/2013 – quarta-feira

Embalagem das obras no PBV. Gláucia e Rafael.

Montagem do percurso de visita. Alexandre, Alessandra e Ana Cristina.

07/11/2013 – quinta-feira

Entrega das obras vindas de Campos do Jordão. Maria Augusta.

Pintura da cenografia e do espaço expositivo.

08/11/2013 – sexta-feira

Pintura da cenografia e do espaço expositivo.

11/11/2013 – segunda-feira

Montagem da exposição. Alessandra, Alexandre, Rafael e Luciano.

12/11/2013 – terça-feira

Montagem da exposição. Alessandra, Alexandre, Rafael e Luciano.

13/11/2013 – quarta-feira

Montagem da exposição. Ana Cristina, Alessandra, Alexandre e Luciano.

14/11/2013

Montagem da exposição. Ana Cristina, Alessandra, Alexandre e Luciano.

15/11/2013

Abertura da exposição.

Anexo 3 – Listas de obras

Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte
Relação de Obras do Acervo - Exposição

Narrativa do tempo - O móvel no acervo dos Palácios (ACOLHIMENTO)
adri@ijl
wertheuss@ijl
de 15/11/2013 até 06/04/2014

Título da Obra:	Banco-banca assento de Tampa
	Data da Obra:	[s.d.]
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira esmerilhada, Nozulus simples
	Dimensão:	114 x 276,5 x 47 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 14646

Título da Obra:	Banco-banca com 2 gavetas
	Data da Obra:	[s.d.]
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira esmerilhada
	Dimensão:	87 x 215 x 52 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 14416

Título da Obra:	Meia colonial Brasileira
	Data da Obra:	[s.d.]
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira esmerilhada
	Dimensão:	
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 14087

Título da Obra:	Meia Manualina
	Data da Obra:	Séc. XVI
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira
	Dimensão:	79 x 103 x 64 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 14390

TOTAL: 4 OBRAS DO ACERVO

Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte
Relação de Obras do Acervo - Exposição

Narrativa do tempo - O móvel... MÓDULO 1
Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo
Palácio Boa Vista - Av. Ademar de Barros, 3001 - Alto da Boa Vista - Campos do Jordão
de 13/11/2013 até 06/04/2014

Título da Obra:	Arca brasileira
	Data da Obra:	Séc. XVIII
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira entalhada e torneada
	Dimensões:	47 x 98 x 45 cm
	Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação: Encomenda visual, usada para transportar bens, Segundo processo "Arca brasileira antiga"

Identificação da Obra: 7611

Título da Obra:	Arca estilo D. José I
	Data da Obra:	Séc. XVIII
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira colada; Madeira jacarandá da Bahia; Madeira amêndo-paraná; Talha
	Dimensões:	107 x 113 x 82 cm
	Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
	Localização:	Palácio dos Bandeirantes
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 21593

Título da Obra:	Bau côrte
	Data da Obra:	Séc. XVIII
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira; Madeira entalhada
	Dimensões:	83 x 35 x 47 cm
	Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
	Localização:	Palácio dos Bandeirantes
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação: Tampa que lembra uma urna minora, abre de baixo para cima, relevo característico da peça é provável que a mesma tenha origem mineira, local onde se fabricavam peças dessa linha no século XVIII, com influência italiana, Segundo processo: "côrte de madeira tipo urna minora, século XVIII".

Identificação da Obra: 7095

Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte
Relação de Obras do Acervo - Exposição

Título da Obra:	Beca a-noc
	Data da Obra:	Sécl.
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira decorada
	Dimensões:	51 x 17 x 43 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação: Título antigo, segundo posterior fim, não houve nenhuma evidência confiável de que esta peça seja mesmo de origem veneziana, segundo a descrição no dicionário de artes decorativas as peças de vêneta são mais elaboradas. (Unio212 G88)

Identificação da Obra: 14531

Título da Obra:	Cadeira de bilardo
	Data da Obra:	Sécl.
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira; Talha
	Dimensões:	119 x 54 x 89 cm
	Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
	Localização:	Palácio dos Bandeirantes
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 7398

Título da Obra:	Casualus Puteus
	Data da Obra:	1559
	Categoria:	Pinura
	Técnica utilizada:	Óleo; Tela
	Dimensões:	137 x 112 x 10 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio dos Bandeirantes
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação: Escola bolognêsa

Identificação da Obra: 14509

Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte
Relação de Obras do Acervo - Exposição

Título da Obra:	Portada de cristal
Idioma da Obra:	3, (4,)
Categoria:	Projeto de Iluminação
Material (s):	Alumínio, vidro, madeira
Dimensões:	35 x 26 cm
Coleção:	Pulcão Boa Vista
Localização:	Pulcão Boa Vista
Complementos:	
Valor do Seguro:	

Observação:	
Identificação da Obra:	14575
Título da Obra:	Donzela de cristal

Título da Obra:	Portas de cristal
Id. da Obra:	5-6-1
Categoria:	Projeto de iluminação
Medidas utilizadas:	1,20 x 0,80
Altura:	2,70 m
Coleção:	Projeto Boa Vista
Localização:	Projeto Boa Vista
Complemento:	
Observação:	
Valor do Seguro:

Identificação da Obra: 14516

71

Título da Obra:	Sigilo com Dourado
Data da Obra:	[s.d.]
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Modena envernizada
Dimensões:	17,1 x 12,4 x 6,5 cm
Localização:	Acervo de Arquivos e Documentos
Complementos:	Pavão São Vito
Valor de Seguro:

Observação:

Identificação da Obra: 21727

Título da Obra:	Esqueto de mesa pertencente
Data da Obra:	[s.d.]
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Cresal, madeira
Dimensão:	50 x 45,5 x 20,5 cm
Coleção:	Palácio do Horto
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 5508

Título da Obra:	Senfitecório
Data da Obra:	Séc. XVII
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	madeira entalhada
Dimensão:	88 x 71 x 50 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Origem e data relatados do processo de aquisição

Identificação da Obra: 7128

Título da Obra:	Mesa de costura
Data da Obra:	[s.d.]
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	madeira
Dimensão:	79 x 43 x 49,5 cm
Coleção:	Palácio do Horto
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: A junção da perna esquerda possui com a caixa da mesa está frágil (Gm Ago/2012)

Identificação da Obra: 25972

Título da Obra:	Mesa tampo em forma de bandeja
Data da Obra:	[s.d.]
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	madeira
Dimensão:	82 x 79 x 56 cm
Coleção:	Palácio do Horto
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 7199

Título da Obra:	Nossa Senhora da Glória
Data da Obra:	Séc. XVIII
Categoria:	Escultura
Técnica utilizada:	madeira entalhada; Márfil
Dimensão:	45 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 14344

Título da Obra:	Oratório italiano
Data da Obra:	Séc. XIX
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	madeira; madeira entalhada e torneada
Dimensão:	53,5 x 71 x 40,5 cm
Coleção:	Palácio do Horto
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 2121

Título da Obra:	Presepio
	Data da Obra:	Séc. XVII
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira
	Dimensão:	96 x 203 x 62 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:		
Valor do Seguro:		
Observação:		
Identificação da Obra: 21738

Título da Obra:	Relógio [Caba de madeira]
	Data da Obra:	S. d. J.
	Categoria:	Instrumento de precisão / Óptico
	Técnica utilizada:	Madeira, Metal, Tinta, Vidro
	Dimensão:	150 x 45 x 21 cm [Caba]
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:		
Valor do Seguro:		
Observação: 1) Esta peça encontra-se exposta sem o relógio conforme foto adicional [Juliana, maio/2012]		
Identificação da Obra: 6108

Artista:	Isa de Aires e Officiis de São Paulo
	Biografia Resumida:	152
	Título da Obra:	Mesa
	Data da Obra:	S. d. J.
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira enfiada e tornada
	Dimensão:	85 x 122 x 126 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:		
Valor do Seguro:		
Observação:		
Identificação da Obra: 21397

Artista:	Max Holender
	Biografia Resumida:	1938
	Título da Obra:	Curo Preto - Capela do Senhor do Bonfim
	Data da Obra:	S. d. J.
	Categoria:	Desenho
	Técnica utilizada:	Aguada
	Dimensão:	38 x 36 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:		
Valor do Seguro:		
Observação:		
Identificação da Obra: 15133

Artista:	Max Holender
	Biografia Resumida:	1938
	Título da Obra:	Curo Preto - Casa dos Contos
	Data da Obra:	S. d. J.
	Categoria:	Desenho
	Técnica utilizada:	Aguada
	Dimensão:	38 x 36 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:		
Valor do Seguro:		
Observação:		
Identificação da Obra: 15128

Artista:	Max Holender
	Biografia Resumida:	1938
	Título da Obra:	Curo Preto - Colégio Maria de Direau
	Data da Obra:	S. d. J.
	Categoria:	Desenho
	Técnica utilizada:	Aguada
	Dimensão:	38 x 36 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:		
Valor do Seguro:		
Observação:		
Identificação da Obra: 15136		

Artista:	Max Holender
Biografia Resumida:	. 1938
Título da Obra:	Quero Preto - Ponte Seca
Data da Obra:	S.d.J.
Categoria:	Desenho
Técnica utilizada:	Aguada
Dimensão:	38 x 35 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:

Observação:

Identificação da Obra: 15338

Artista:	Max Holender
Biografia Resumida:	. 1938
Título da Obra:	Quero Preto - Rua do Pilar
Data da Obra:	S.d.J.
Categoria:	Desenho
Técnica utilizada:	Aguada
Dimensão:	38 x 35 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:

Observação:

Identificação da Obra: 15330

Artista:	Max Holender
Biografia Resumida:	. 1938
Título da Obra:	Quero Preto Casa onde nasceu Anhangava
Data da Obra:	S.d.J.
Categoria:	Pinela
Técnica utilizada:	Mixa
Dimensão:	30,5 x 25 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:

Observação:

Identificação da Obra: 15334

Artista:	Max Holender
Biografia Resumida:	. 1938
Título da Obra:	Santana do Parnaíba Hospedaria Imperial
Data da Obra:	S.d.J.
Categoria:	Desenho
Técnica utilizada:	Aguada
Dimensão:	47,5 x 41,5 cm
Coleção:	Palácio do Iório
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:

Observação:

Identificação da Obra: 15325

Artista:	Max Holender
Biografia Resumida:	. 1938
Título da Obra:	São Paulo - Casa do Bandeirante
Data da Obra:	S.d.J.
Categoria:	Desenho
Técnica utilizada:	Aguada
Dimensão:	42 x 47 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:

Observação:

Identificação da Obra: 15337

Artista:	Bernades
Biografia Resumida:	Bernades
Título da Obra:	Machado - Baviera, 1802; Wilhelm / Alemanha, 1858
Data da Obra:	SéC. XIX
Categoria:	Gravura
Técnica utilizada:	litografia
Dimensão:	43 x 48 x 3,0 cm
Coleção:	Palácio do Iório
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:

Observação: Processo de aquisição desconhecido. Pelo nº de inventário a provável data de aquisição é no final da década de 1960.

Identificação da Obra: 2304

Artista:	Bugendas
Biografia Resumida:	Augustus - Baviera , 1802- Weihenim / Alemanha , 1858
Título da Obra:	Negro e negra da Bahia
Data da Obra:	Séc. XIX
Categoria:	Gravura
Técnica utilizada:	Litografia
Dimensão:	48 x 43 x 3,0 cm
Coleção:	Público do Horto
Localização:	Público dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Processo de aquisição desconhecido. Pelo nº de patrimônio a provável data de aquisição é no final da década de 1960.

Identificação da Obra: 2183

Artista:	Bugendas
Biografia Resumida:	Augustus - Baviera , 1802- Weihenim / Alemanha , 1858
Título da Obra:	Negro e negra numa fazenda
Data da Obra:	Séc. XIX
Categoria:	Gravura
Técnica utilizada:	Litografia
Dimensão:	42 x 49 x 3,0 cm
Coleção:	Público do Horto
Localização:	Público dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Processo de aquisição desconhecido. Pelo nº de patrimônio a provável data de aquisição é no final da década de 1960.

Identificação da Obra: 2184

Artista:	Bugendas
Biografia Resumida:	Augustus - Baviera , 1802- Weihenim / Alemanha , 1858
Título da Obra:	Rio de Janeiro visto da Igreja de São Bento
Data da Obra:	Séc. XIX
Categoria:	Gravura
Técnica utilizada:	Litografia
Dimensão:	43 x 49 x 3,0 cm
Coleção:	Público do Horto
Localização:	Público dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Processo de aquisição desconhecido. Pelo nº de patrimônio a provável data de aquisição é no final da década de 1960.

Identificação da Obra: 2223

Artista:	Bugendas
Biografia Resumida:	Augustus - Baviera , 1802- Weihenim / Alemanha , 1858
Título da Obra:	Vesúlvios do Rio de Janeiro
Data da Obra:	Séc. XIX
Categoria:	Gravura
Técnica utilizada:	Litografia
Dimensão:	49 x 43 x 3,0 cm
Coleção:	Público do Horto
Localização:	Público dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Processo de aquisição desconhecido. Pelo nº de patrimônio a provável data de aquisição é no final da década de 1960.

Identificação da Obra: 2186

Artista:	Bugendas
Biografia Resumida:	Augustus - Baviera , 1802- Weihenim / Alemanha , 1858
Título da Obra:	Vesúlvios do Rio de Janeiro
Data da Obra:	Séc. XIX
Categoria:	Gravura
Técnica utilizada:	Litografia
Dimensão:	48 x 43 x 3,0 cm
Coleção:	Público do Horto
Localização:	Público dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Processo de aquisição desconhecido. Pelo nº de patrimônio a provável data de aquisição é no final da década de 1960.

Identificação da Obra: 2185

TOTAL: 35 OBRAS DO ACERVO

Narrativa do tempo - O móvel... MÓDULO 1
Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo
Palácio Boa Vista - Av. Ademar de Barros, 3001 - Alto da Boa Vista - Campos do Jordão
de 15/11/2013 até 06/04/2014

<p>Artista: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac</p> <p>Biografia Resumida: Brasil / Brasil</p> <p>Título da Obra: Caputina Hereditas</p> <p>Data da Obra: 2003</p> <p>Técnica utilizada:</p> <p>Dimensões Obra: 44 x 57 x 38 cm</p> <p>Coleção:</p> <p>Valor do Seguro:</p>
---	--

Artista:	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac
Biografia Resumida:	Réaui / Réaui
Título da Obra:	Estilos Pendurames
Data da Obra:	2003
Técnica utilizada:	
Dimensão Obra:	54 x 57 x 37 cm
Coleção:	
Valor do Seguro:	

Observação:	
Identificação da Obra: E0185JINT	

Artista:	Serviço Nacional de Aprendizagem (Comercial) - Senac
Biografia Resumida:	Brasil - Retail
Título da Obra:	Segunda metade do século XIX
Data da Obra:	2003
Técnica utilizada:	
Dimensões Obra:	44 x 57 x 38 cm
Condição:	
Valor da Seguro:	
Observação:	

TOTAL: 4 OBRAS EMPRESTADAS

Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte
Relatório de Obras do Acervo - Exposição

Narrativa do tempo - O móvel... MÓVEL 2 (Jardim sala)
 Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo
 Palácio Boa Vista - Av. Ademar de Barros, 3001 - Alto da Boa Vista - Campos do Jordão
 de 13/11/2013 até 06/04/2014

Título da Obra:	Barroca
Data da Obra:	Séc. XX
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Corte, Madeira
Dimensão:	66 x 77 x 58 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 14358

Título da Obra:	Canapé
Data da Obra:	Séc. XX
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira enlaidada e torneada/ Madeira mista
Dimensão:	95 x 230 x 94 cm
Coleção:	Palácio do Ipiranga
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 5991

Título da Obra:	Mesa com gavetas
Data da Obra:	Séc. I
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira enlaidada
Dimensão:	85 x 135 x 76 cm
Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Obra: Minas Gerais

Identificação da Obra: 7060

Título da Obra:	Mesa de encaixe - Michael Thonet
Data da Obra:	Séc. XIX/XX
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira, Mármore, Novelaria simples
Dimensão:	71,5 x 93 x 47 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 1681

Título da Obra:	Mesa estilo D. João V
Data da Obra:	Séc. XVIII
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira
Dimensão:	85 x 135 x 64 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Troca para arca de São de Santo Antônio da Barra, com o Museu da Casa Brasileira. Fonte: Relatório da Ficha de Valores Patrimoniais, na década de 1970 (Arquivo 18/09/1913)

Identificação da Obra: 13853

Título da Obra:	Mesa semicircular
Data da Obra:	Séc. XIX / XX
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira, Martelada
Dimensão:	75 x 75,5 x 42 cm
Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Puxador à esquerda faltante (Alexandre Klemm out13)

Identificação da Obra: 5405

Título da Obra: [Transporte [Banco]]
	Data da Obra: [s.d.]
	Categoria: [Mobiliário]
	Técnica utilizada: [Madeira polícromada]
	Dimensão: [48 x 69 x 45 cm]
	Coleção: [Políaco Boa Vista]
	Localização: [Políaco Boa Vista]
	Complemento:
	Valor do Seguro:

Observação:

Identificação da Obra: 14539

Título da Obra: [Timbrete [Banco]]
	Data da Obra: [s.d.]
	Categoria: [Mobiliário]
	Técnica utilizada: [Madeira, Tecido]
	Dimensão: [48 x 61 x 52 cm]
	Coleção: [Políaco Boa Vista]
	Localização: [Políaco Boa Vista]
	Complemento:
	Valor do Seguro:

Observação:

Identificação da Obra: 2743

Artista: [Leu de Aires e Officinas de São Paulo]
	Biografia Resumida: [79]
	Título da Obra: [Timbrete em estilo D. José I com influência inglesa Chippendale [Banco]]
	Data da Obra: [Sec. XX]
	Categoria: [Mobiliário]
	Técnica utilizada: [Couro lustrado; Madeira [acará]]
	Dimensão: [46 x 48 x 48 cm]
	Coleção: [Políaco Boa Vista]
	Localização: [Políaco Boa Vista]
	Complemento:
	Valor do Seguro:

Observação: 1) Fabricado pelo Leu de Aires e Officinas de São Paulo. [JBA, 2012]; 2) Placa de identificação na parte de baixo do assento [JBA e GAO, 22.abr.2013]

Identificação da Obra: 2446

TOTAL: 9 OBRAS DO ACERVO

Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte
Relação de Obras do Acervo - Exposição

Narrativa do tempo - O móvel...: MÓVEL 2 (corredo)
Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo
Palácio Boa Vista - Av. Ademar de Barros, 3001 - Alto da Boa Vista - Campos do Jordão
de 13/11/2013 até 09/04/2014

Título da Obra: Mesa de centro com gavetas
	Data da Obra: Séc. XVIII / XIX
	Categoria: Mobiliário
	Técnica utilizada: Madeira polícroma
	Dimensões: 84 x 84 x 95 cm
	Coleção: Palácio Boa Vista
	Localização: Palácio Boa Vista
	Complemento:
	Valor do Seguro:

Observação:

Identificação da Obra: 14152

Título da Obra: Mesa de centro	Data da Obra: Séc. XVIII
Categoria: Mobiliário	Técnica utilizada: Madeira polícroma
Dimensões: 84 x 84 x 95 cm	Coleção: Palácio Boa Vista
Localização: Palácio Boa Vista	Complemento:
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 7346

Título da Obra: Cadeira
	Data da Obra: Séc. XIX
	Categoria: Mobiliário
	Técnica utilizada: Madeira envernizada, Palha
	Dimensões: 85 x 49 x 47 cm
	Coleção: Palácio Boa Vista
	Localização: Palácio Boa Vista
	Complemento:
	Valor do Seguro:

Observação: 1) A placa de identificação encontra-se localizada embaixo do assento da cadeira (PA, jun. 2013).

Identificação da Obra: 15397

Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte
Relação de Obras do Acervo - Exposição

Título da Obra: Cadeira
	Data da Obra: Séc. XIX
	Categoria: Mobiliário
	Técnica utilizada: Madeira
	Dimensões: 87 x 47,5 x 52 cm
	Coleção: Palácio Boa Vista
	Localização: Palácio Boa Vista
	Complemento:
	Valor do Seguro:

Observação: 1) A placa de identificação encontra-se localizada embaixo do assento da cadeira (PA, jun. 2013).

Identificação da Obra: 15413

Título da Obra: Cadeira jacaré	Data da Obra: Séc. XVIII
Categoria: Mobiliário	Técnica utilizada: Madeira
Dimensões: 73 x 47 x 46 cm	Coleção: Palácio Boa Vista
Localização: Palácio Boa Vista	Complemento:
Valor do Seguro:	

Observação: 1) A placa de identificação encontra-se localizada embaixo do assento (PA, jun. 2013).

Identificação da Obra: 15377

Título da Obra: Cadeira de canto	Data da Obra: Séc. XX
Categoria: Mobiliário	Técnica utilizada: Madeira envernizada e torneada, Madeira jacarandá, Palha
Dimensões: 87 x 68 x 65 cm	Coleção: Palácio do Horto
Localização: Palácio Boa Vista	Complemento:
Valor do Seguro:	

Observação: Início do Séc. XX

Identificação da Obra: 5471

Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte
 Relatório de Obras do Acervo - Exposição

Título da Obra: Sábios de sala com espelho alto estilo D. José I
Data da Obra:	
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Castor, madeira envernizada
Dimensão:	150 x 31 x 46 cm
Coleção:	Palácio dos Brancos
Localização:	Palácio dos Brancos
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 21422

Título da Obra: Caneta
Data da Obra:	Séc. XX
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira polida
Dimensão:	22,5 x 49,5 x 33 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 14360

Título da Obra: Caneta vermelha
Data da Obra:	S.d.J.
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira polida
Dimensão:	22,5 x 49,5 x 33 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: D.C. Houaiss = caixa ou maleta revestida de couro na qual se guardam roupas e pequenos objetos. Ribeiro, 05/04/2013

Identificação da Obra: 14013

Título da Obra:	Castel
Data da Obra:	S.d.J.
Categoria:	Objeto de iluminação
Técnica utilizada:	Madeira
Dimensão:	45 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 13870

Título da Obra: Credencia em palha
Data da Obra:	Séc. XVIII
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira envernizada Palha
Dimensão:	85 x 88 x 55 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 13857

Título da Obra:	Espelho com aplicação de conchas e flores
Data da Obra:	S.d.J.
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Cristal
Dimensão:	105 x 44 x 25 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Aquisição GEMAC, 1971, proc. 835 / 71.

Identificação da Obra: 14807

Título da Obra:	Espelho com aplicação de conchas e flores
Data da Obra:	[s.d.]
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Cristal
Dimensão:	106 x 44 x 25 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: e-mail da Nalu Hederios, em 02/09/10

Título da Obra:	Trochero
Data da Obra:	[s.d.]
Categoria:	Objeto de iluminação
Técnica utilizada:	Madeira entalhada
Dimensão:	90 cm com cúpula
Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Título da Obra:	Trochero alto e babilônico vermelho
Data da Obra:	[s.d.]
Categoria:	Objeto de iluminação
Técnica utilizada:	Madeira; Madeira polícromada
Dimensão:	38 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Título da Obra:	Trochero com pé para uma vela
Data da Obra:	[s.d.]
Categoria:	Objeto de iluminação
Técnica utilizada:	Madeira polícromada com douroamento (látex)
Dimensão:	188 x 50 x 48 cm
Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Título da Obra:	Trochero em madeira polícromada
Data da Obra:	[s.d.]
Categoria:	Objeto de iluminação
Técnica utilizada:	Madeira entalhada e torçada; Madeira polícromada; Metal
Dimensão:	45 cm
Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Título da Obra:	Trochero em madeira polícromada
Data da Obra:	[s.d.]
Categoria:	Objeto de iluminação
Técnica utilizada:	Madeira polícromada
Dimensão:	50 x 20 x 20 cm
Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Tem tampa na parte inferior da base.

Identificação da Obra: 14508

Identificação da Obra: 14536

Identificação da Obra: 6896

Identificação da Obra: 6924

Identificação da Obra: 6594

Identificação da Obra: 6901

Título da Obra:	Telhado estilo D. João V
	Data da Obra:	S.d.t.
	Categoria:	Objeto de iluminação
	Técnica utilizada:	Resina polícondada
	Dimensão:	38 x 16 x 16 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	
	Observação:	

TOTAL: 19 OBRAS DO ACERVO

Identificação da Obra: 13898

**Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte
Relação de Obras do Acervo - Exposição**

Título

Category	Data
Category 1	Data 1
Category 2	Data 2
Category 3	Data 3
Category 4	Data 4
Category 5	Data 5
Category 6	Data 6
Category 7	Data 7
Category 8	Data 8
Category 9	Data 9
Category 10	Data 10
Category 11	Data 11
Category 12	Data 12
Category 13	Data 13
Category 14	Data 14
Category 15	Data 15
Category 16	Data 16
Category 17	Data 17
Category 18	Data 18
Category 19	Data 19
Category 20	Data 20
Category 21	Data 21
Category 22	Data 22
Category 23	Data 23
Category 24	Data 24
Category 25	Data 25
Category 26	Data 26
Category 27	Data 27
Category 28	Data 28
Category 29	Data 29
Category 30	Data 30
Category 31	Data 31
Category 32	Data 32
Category 33	Data 33
Category 34	Data 34
Category 35	Data 35
Category 36	Data 36
Category 37	Data 37
Category 38	Data 38
Category 39	Data 39
Category 40	Data 40
Category 41	Data 41
Category 42	Data 42
Category 43	Data 43
Category 44	Data 44
Category 45	Data 45
Category 46	Data 46
Category 47	Data 47
Category 48	Data 48
Category 49	Data 49
Category 50	Data 50
Category 51	Data 51
Category 52	Data 52
Category 53	Data 53
Category 54	Data 54
Category 55	Data 55
Category 56	Data 56
Category 57	Data 57
Category 58	Data 58
Category 59	Data 59
Category 60	Data 60
Category 61	Data 61
Category 62	Data 62
Category 63	Data 63
Category 64	Data 64
Category 65	Data 65
Category 66	Data 66
Category 67	Data 67
Category 68	Data 68
Category 69	Data 69
Category 70	Data 70
Category 71	Data 71
Category 72	Data 72
Category 73	Data 73
Category 74	Data 74
Category 75	Data 75
Category 76	Data 76
Category 77	Data 77
Category 78	Data 78
Category 79	Data 79
Category 80	Data 80
Category 81	Data 81
Category 82	Data 82
Category 83	Data 83
Category 84	Data 84
Category 85	Data 85
Category 86	Data 86
Category 87	Data 87
Category 88	Data 88
Category 89	Data 89
Category 90	Data 90
Category 91	Data 91
Category 92	Data 92
Category 93	Data 93
Category 94	Data 94
Category 95	Data 95
Category 96	Data 96
Category 97	Data 97
Category 98	Data 98
Category 99	Data 99
Category 100	Data 100

Título da Obra:	Coluna amirita
Data da Obra:	Séc. XX
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Moldagem
Dimensões:	82,2 cm
Coleção:	Público Boa Vista
Localização:	Público Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	
Observação:	

Identificação da Obra: 14227

1

1

Título da Obra:		Crucifixo
	Identificação da Obra: 15173		

Data c	
Categ	
Récol	

Título da Obra:	Crucifixo
Data da Obra:	15-61
Categoria:	Objeto de culto
Técnica utilizada:	Madeira entalhada
Dimensões:	
Coleção:	Púlcio Das Viras
Localização:	Púlcio Das Viras
Complemento:	
Valor do Seguro:	
Observação:	

Identificação da Obra: 6659

Título da Obra:	Máquina de costura
Data da Obra:	S.d.]
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira, Metal
Dimensão:	95 x 63 x 42 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 13950

Título da Obra:	Memo Jesus
Data da Obra:	Séc. XIX
Categoria:	Escultura
Técnica utilizada:	Madeira envernizada
Dimensão:	27 x 11 x 7,5 cm (com base)
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 14511

Título da Obra:	Crânio com Memo Jesus de Fátima
Data da Obra:	Séc. XVIII
Categoria:	Escultura
Técnica utilizada:	Madeira envernizada, Madeira policromada
Dimensão:	154 x 74 x 28 cm
Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Para parte desta obra o Memo Jesus de Fátima Autópsia nº 709(A) e 709(B). Segundo Prof. Fernando Trapatá no catálogo online da "4ª" Memo Jesus e crânio, século XVIII, Minas Gerais, madeira.

Identificação da Obra: 7097

Título da Obra:	Crânio estilo D. João V
Data da Obra:	Séc. XVIII
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Taipa artesanal
Dimensão:	118 x 80 x 30 cm (fechado)
Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: 1-Crânio mineiro, Segundo processo. Crânio de madeira, D. João V, procedência mineira, 2-ª foto da obra que está no campo "Imagem da obra" data de fev. 2013 (CBO, fev.2013)

Identificação da Obra: 7078

Título da Obra:	Rodízio
Data da Obra:	Séc. XVIII
Categoria:	Fragmento de construção
Técnica utilizada:	Madeira envernizada, Madeira policromada, Metal
Dimensão:	119 (diâm) x 6 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Data retirada do processo 65835/71 (CBO, mai. 2013)

Identificação da Obra: 13864

Título da Obra:	Santana
Data da Obra:	Séc. XVIII
Categoria:	Escultura
Técnica utilizada:	Madeira, Madeira envernizada
Dimensão:	16,8 cm
Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 5451

Título da Obra:	Símbolo Negro - séc. XVIII
Data da Obra:	Séc. XVIII
Categoria:	Escultura
Técnica utilizada:	Escultura
Dimensão:	34 x 14 x 9 cm
Coleção:	Palácio dos Campos Elíseos
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Segundo o Relatório de Bens Patrimoniais por Sigla a data é do Século XVII. Verificar a data correta. Números antigos: PC2 0012 / PG 014792

Identificação da Obra: MDV0262

Título da Obra:	The Nelson breakfast
Data da Obra:	1839
Categoria:	Escultura
Técnica utilizada:	Escultura
Dimensão:	75 x 89 x 3 cm (modura com vidro)
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 5973

Título da Obra:	Troféu
Data da Obra:	Sécl
Categoria:	Escultura / Reliquário
Técnica utilizada:	Madeira, Metal
Dimensão:	41 x 40 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Condição na foto antiga 1388, porém foi encontrado na placa de identificação 13880

Identificação da Obra: 13880

Título da Obra:	Tocador
Data da Obra:	Séc. XIX
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira enlaidada
Dimensão:	180 x 101 x 49 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 1467

Título da Obra:	Urnas
Data da Obra:	[s.d.]
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira enlaidada; Madeira enlaidada
Dimensão:	106 x 111 x 46 cm
Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Urna - caixa, para onde se guardam alimentos

Identificação da Obra: 5230

Artista:	Escola Andara
Título da Obra:	Virgem do Carmo
Data da Obra:	Séc. XIX
Categoria:	Pinela
Técnica utilizada:	Óleo sobre metal
Dimensão:	35 x 31 x 3,5 cm
Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 7350

TOTAL: 18 OBRAS DO ACERVO

Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte
 Relação de Obras do Acervo - Exposição

Narrativa do tempo - O móvel no acervo dos Palácios (PERCURSO)
 Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo
 Palácio Boa Vista - Av. Ademar de Barros, 3001 - Alto da Boa Vista - Campos do Jordão
 de 15/11/2013 até 06/04/2014

Título da Obra:	Arca
	Data da Obra:	Séc. XIX
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira
	Dimensão:	61 x 119 x 53,5 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:		
Valor do Seguro:		

Observação:

Identificação da Obra: 15342

Título da Obra:	Arca brasileira
	Data da Obra:	Séc. XVIII
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira ipê
	Dimensão:	82,2 x 154 x 77 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:		
Valor do Seguro:		

Observação:

Identificação da Obra: 14541

Título da Obra:	Arca colonial brasileira antefada
	Data da Obra:	[s.d.]
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira encarnada
	Dimensão:	46 x 84 x 42,5 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:		
Valor do Seguro:		

Observação:

Identificação da Obra: 15384

Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte
 Relação de Obras do Acervo - Exposição

Título da Obra:	Arca com frontal em relevo
	Data da Obra:	[s.d.]
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira entalhada
	Dimensão:	113 x 93 x 45 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:		
Valor do Seguro:		

Observação:

Identificação da Obra: 6048

Título da Obra:	Arca contador
	Data da Obra:	Sem data
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira entalhada
	Dimensão:	44 x 33 x 36 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:		
Valor do Seguro:		

Observação:

Identificação da Obra: 14599

Título da Obra:	Arca de sacristia
	Data da Obra:	Séc. XVIII
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira, Pátina
	Dimensão:	108,5 x 299 x 76 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:		
Valor do Seguro:		

Observação:

Identificação da Obra: 13996

Gerenciamiento Eletrônico de Obras de Arte
Relação de Obras do Acervo - Exposição

Título da Obra: Armário de canto
	Data da Obra: S.d.J.
	Categoria: Mobiliário
	Técnica utilizada: Madeira
	Dimensão: 528 x 188,5 x 62 cm
	Coleção: Público Boa Vista
	Localização: Público Boa Vista
	Complemento:
	Valor do Seguro:

Observação:

Identificação da Obra: 1497

Título da Obra: Armário para livros
	Data da Obra: Séc. XX
	Categoria: Mobiliário
	Técnica utilizada: Madeira; Vidro
	Dimensão: 428 x 878 x 57 cm
	Coleção: Público Boa Vista
	Localização: Público Boa Vista
	Complemento:
	Valor do Seguro:

Observação: Pertence ao Embaixador José Carlos Nogueira Soares.

Identificação da Obra: 1492

Título da Obra: Armário polícromado
	Data da Obra: S.d.J.
	Categoria: Mobiliário
	Técnica utilizada: Madeira policromada
	Dimensão: 178 x 135 x 65 cm
	Coleção: Público Boa Vista
	Localização: Público Boa Vista
	Complemento:
	Valor do Seguro:

Observação:

Identificação da Obra: 1359

Gerenciamiento Eletrônico de Obras de Arte
Relação de Obras do Acervo - Exposição

Título da Obra: Banisteria
	Data da Obra: S.d.J.
	Categoria: Fragmento de construção
	Técnica utilizada: Madeira
	Dimensão: 79 x 50,1 x 20 cm
	Coleção: Público Boa Vista
	Localização: Público Boa Vista
	Complemento:
	Valor do Seguro:

Observação:

Identificação da Obra: 15345

Título da Obra: Banco estilo D. João V
	Data da Obra: S.d.J.
	Categoria: Mobiliário
	Técnica utilizada: Madeira enlaidada
	Dimensão: 128 x 283 x 48 cm
	Coleção: Público Boa Vista
	Localização: Público Boa Vista
	Complemento:
	Valor do Seguro:

Observação: Processo Banco antigo, grande, madeira maciça, enlaidado, recortado, com 2 variedades de veludo azul, estilo D. João V.

Identificação da Obra: 1448

Título da Obra: Sargento, Paredes
	Data da Obra: Séc. XVI
	Categoria: Mobiliário
	Técnica utilizada: Madeira mibu; Madeira nogueira; Marcenaria; Marfim; Metal
	Dimensão: 199 x 107 x 44 cm
	Coleção: Público Dos Bandeirantes
	Localização: Público Boa Vista
	Complemento:
	Valor do Seguro:

Observação: Segundo Prof. Heitor Cunha este móvel não é estilo indo-português e sim flamengo e não é século XVII e sim XVI. Outras fotos: Consultar Anexo e Arquivo Imagem.

Identificação da Obra: 5234

Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte
Relação de Obras do Acervo - Exposição

Título da Obra:	Búf com moldes foras na parte interna
	Data da Obra:	Séc. XVII
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	madeira esculpida
	Dimensão:	122 x 98 x 62 cm
	Coleção:	Público Boa Vista
	Localização:	Público dos Bandeirantes
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 14472

Título da Obra:	Buffet balcão
	Data da Obra:	Séc. XIX
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	madeira esculpida
	Dimensão:	250 x 118 x 52 cm
	Coleção:	Público Boa Vista
	Localização:	Público Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 6042

Título da Obra:	Cadeira de balanço
	Data da Obra:	Sécl.
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	madeira
	Dimensão:	80,5 x 57,5 x 69,2 cm
	Coleção:	Público Boa Vista
	Localização:	Público Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 2397

Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte
Relação de Obras do Acervo - Exposição

Título da Obra:	Cadeira de canto esculpida em T, formada por balaustras
	Data da Obra:	Sécl.
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	madeira
	Dimensão:	65,3 x 46,5 cm
	Coleção:	Público dos Bandeirantes
	Localização:	Público dos Bandeirantes
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 7256

Título da Obra:	Cadeira de sol em estilo peruano
	Data da Obra:	Séc. XVIII
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Couro; madeira
	Dimensão:	122 x 54 x 39 cm
	Coleção:	Público Boa Vista
	Localização:	Público Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 13659

Título da Obra:	Cadeira escada
	Data da Obra:	Sécl.
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	madeira; metal
	Dimensão:	104 x 46 x 53 cm [formato escada]
	Coleção:	Público Boa Vista
	Localização:	Público Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 6093

Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte
Relação de Obras do Acervo - Exposição

Título da Obra: Cadeira espartil retilado estilo seiscentista
Data da Obra:	Séc. XX
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira
Dimensão:	107,5 x 45,5 x 38,5 cm
Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 7159

Título da Obra: Cadeira estilo colonial peruano
Data da Obra:	Séc. XX
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira encimada
Dimensão:	111 x 56 x 51 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 1465

Título da Obra: Cadeira estilo Sheraton
Data da Obra:	Sécl.
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira
Dimensão:	85,5 x 41 x 41 cm
Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Ajustando resturo (pau) DBB, jan. 2013.

Identificação da Obra: 5546

Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte
Relação de Obras do Acervo - Exposição

Título da Obra: Cadeira madeira dourada estilo Luís XVI
Data da Obra:	Séc. XVIII
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira
Dimensão:	100 x 50 x 46 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 5083

Título da Obra: Cadeira marceneira
Data da Obra:	Séc. XIX / XX
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira / Palha
Dimensão:	85,5 x 46,5 x 40,5 cm
Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Ajustando resturo DBB, jan. 2013.

Identificação da Obra: 5218

Título da Obra: Cadeira mineira estilo D. João V
Data da Obra:	Séc. XVIII
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira
Dimensão:	102,5 x 36 x 46,5 cm
Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Ajustando resturo DBB, jan. 2013.

Identificação da Obra: 21976

Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte
Relação de Obras do Acervo - Exposição

Título da Obra:	Cama para criança
Data da Obra:	[s.d.]
Categoria:	Objeto de decoração
Técnica utilizada:	Madeira envernizada
Dimensão:	112 x 140 x 203 cm
Coleção:	Público Boa Vista
Localização:	Público Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 14036

Título da Obra:	Cama de sobrado estilo colonial peruano
Data da Obra:	[s.d.]
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira envernizada
Dimensão:	112 x 140 x 203 cm
Coleção:	Público Boa Vista
Localização:	Público Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 6557

Título da Obra:	Cama de vivas estilo D. João V
Data da Obra:	Séc. XVIII
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira
Dimensão:	112 x 140 x 203 cm
Coleção:	Público do Norte
Localização:	Público Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 25970

Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte
Relação de Obras do Acervo - Exposição

Título da Obra:	Cama em estilo maneirista
Data da Obra:	Séc. XVII
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira envernizada
Dimensão:	149 x 212 x 187 cm
Coleção:	Público dos Beneditinos
Localização:	Público Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 8049

Título da Obra:	Cama estilo D. João V
Data da Obra:	[s.d.]
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira envernizada
Dimensão:	112 x 140 x 203 cm
Coleção:	Público Boa Vista
Localização:	Público Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 15376

Título da Obra:	Cama mineira
Data da Obra:	Séc. XVIII
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Desconhecida
Dimensão:	228 x 215 x 138 cm
Coleção:	Público Boa Vista
Localização:	Público Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 5175

Título da Obra:	Camã pertencente a Condessa Crespi
Data da Obra:	Séc. XX
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira
Dimensão:	205 x 154 x 132 cm
Coleção:	Público Boa Vista
Localização:	Público Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 5153

Título da Obra:	Camã pertencente a Condessa Crespi
Data da Obra:	Séc. XX
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira
Dimensão:	205 x 154 x 132 cm
Coleção:	Público Boa Vista
Localização:	Público Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 5154

Título da Obra:	Camã que pertenceu a residência do Arcebispo de Mariana
Data da Obra:	Séc. XVIII
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira envernizada
Dimensão:	210 x 110 cm
Coleção:	Público Boa Vista
Localização:	Público Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Camã pertenceu a Dom Saldão Gomes Pinheiro, arcebispo de Mariana, MG [informação proveniente do Processo 835/71].

Identificação da Obra: 15359

Título da Obra:	Canapé
Data da Obra:	S.d.J.
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira; tecido
Dimensão:	116,5 x 151 x 51 cm
Coleção:	Público Boa Vista
Localização:	Público Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: 1) Foto duplicada do número provisório PNCB (fechada em 15jun2012, PNA).

Identificação da Obra: 1599

Título da Obra:	Chapeleira
Data da Obra:	S.d.J.
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Cerâmica; Madeira; Metal
Dimensão:	215 x 100 x 20 cm
Coleção:	Público Boa Vista
Localização:	Público Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 15115

Título da Obra:	Caluna decorativa
Data da Obra:	S.d.J.
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira envernizada
Dimensão:	
Coleção:	Público Boa Vista
Localização:	Público Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: PNC0134

Título da Obra:	Comoda
Data da Obra:	Séc. XVIII
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira enlaidada
Dimensão:	90 x 67 x 121 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: No processo conta madeira jacarandá - ver campo Histórico da Obra (GBO, ma.2013)

Identificação da Obra: 13895

Título da Obra:	Séc. XIX
Data da Obra:	Comoda época transição do estilo Luís XVI para o estilo Império
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Bronze. Madeira jacarandá. Mármore
Dimensão:	116 x 107 x 51 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 5167

Título da Obra:	Comoda francesa
Data da Obra:	S.d.J.
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira: Madeir. Pedra
Dimensão:	51 x 112 x 60 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 1468

Título da Obra:	Comoda pertencente a Condessa Crespi
Data da Obra:	Séc. XIX
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira
Dimensão:	150 x 58 x 92 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 5159

Título da Obra:	Comode com gaveta
Data da Obra:	S.d.J.
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira
Dimensão:	78 x 91 x 55 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 1463

Título da Obra:	Comode com tampo em madeira lisa
Data da Obra:	S.d.J.
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira enlaidada
Dimensão:	210 x 66 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 15598

Título da Obra: Console de parede
	Data da Obra: Séc. XIV / Xk
	Categoria: Mobiliário
	Técnica utilizada: Madeira envernizada
	Dimensão: 91 x 93 x 37 cm
	Coleção: Público Boa Vista
	Localização: Público Boa Vista
	Complemento:
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 2041

Título da Obra: Console estilo D. Maria I
	Data da Obra: Séc. XVIII
	Categoria: Mobiliário
	Técnica utilizada: Madeira envernizada
	Dimensão: 82 x 87 x 40 cm
	Coleção: Público Boa Vista
	Localização: Público Boa Vista
	Complemento:
Valor do Seguro:	

Observação: Na ficha de Valores Patrimoniais, na década de 1970, consta como Credência pintada de vermelho. Riboual, 18/03/2013

Identificação da Obra: 13952

Título da Obra: Contador em estilo Manuelino (16 gavetas)
	Data da Obra: sem data
	Categoria: Mobiliário
	Técnica utilizada: Madeira
	Dimensão: 148 x 71 x 33 cm
	Coleção: Público do Iago
	Localização: Público Boa Vista
	Complemento:
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 1319

Título da Obra: Contador em estilo português (9 gavetas)
	Data da Obra: Séc. XVIII
	Categoria: Mobiliário
	Técnica utilizada: Madeira
	Dimensão: 125 x 71 x 33 cm
	Coleção: Público dos Campos Elísios
	Localização: Público Boa Vista
	Complemento:
Valor do Seguro:	

Observação: Até dez de 2010 o título desta peça era Contador estilo Indo-Europeu, após vista do Sr. Heitor Cunha diretor da fundação ficando Espírito Santo (Lisboa/Portugal) dando a peça a disse ela não é indo-portuguesa.

Identificação da Obra: 1331

Título da Obra: Criado-mudo
	Data da Obra: s.d.l.
	Categoria: Mobiliário
	Técnica utilizada: Madeira
	Dimensão:
	Coleção: Público Boa Vista
	Localização: Público Boa Vista
	Complemento:
Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 1547

Título da Obra: Criado-mudo época transição do estilo Luis XVI para o estilo Império
	Data da Obra: 1920
	Categoria: Mobiliário
	Técnica utilizada: Bronze; Madeira jacarandá; Marmore
	Dimensão: 87 x 45 x 41 cm
	Coleção: Público Boa Vista
	Localização: Público Boa Vista
	Complemento:
Valor do Seguro:	

Observação: O A.C. caiu da peça.

Identificação da Obra: 5174

Título da Obra:	Cadomulo com tampo de mármore pertencente a Condessa Crespi
	Data da Obra:	Séc. XX
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira
	Dimensão:	78 x 44 x 38 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação: O processo de aquisição não foi encontrado, temos apenas uma informação retirada da ficha da data da década de 1990:

	Título da Obra:	Cadomulo com tampo em mármore pertencente a Condessa Crespi
	Data da Obra:	Séc. XX
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira
	Dimensão:	78 x 44 x 38 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Título da Obra:	Cadomulo época transição do século XIX para o século Império
	Data da Obra:	Séc. XIX / XX
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Bronze, Madeira Jacarandá, Mármore
	Dimensão:	87 x 45 x 41 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Título da Obra:	Cristaleira
	Data da Obra:	Séc. XIX
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Cristal, Madeira mogno
	Dimensão:	282 x 160 x 61 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Título da Obra:	Burquerque com tampo de mármore
	Data da Obra:	Séc. XIX
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira
	Dimensão:	86,5 x 108 x 43 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Título da Obra:	Escada
	Data da Obra:	[S.d.]
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira
	Dimensão:	
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Título da Obra:	Escritório de madeira com 3 degraus
	Data da Obra:	Séc. XX
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira envernizada
	Dimensão:	69,5 x 49,5 x 73,5 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 14032

Título da Obra:	Escritório
	Data da Obra:	Séc. XIX
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira, Martelada
	Dimensão:	79 x 135 x 59 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação: Colocação de um tampo através do processo SF 9007/70, no valor de 164,8 270,00. Fonte: Retirada da Ficha de Valores Patrimoniais, na década de 1970. (Belo, 24/04/2013)

Identificação da Obra: 1511

Título da Obra:	Escritório com biblioteca
	Data da Obra:	Séc. XVIII
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira
	Dimensão:	222 x 118 x 78 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 14506

Título da Obra:	Espelho com pé estilete de madeira
	Data da Obra:	Séc. XIX / XX
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Desenhada
	Dimensão:	166,5 x 84,5 x 72,5 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 1568

Título da Obra:	Espelho de cristal
	Data da Obra:	[s.d.]
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Cristal; Decapê; Madeira
	Dimensão:	99 x 37 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação: 1) A placa de identificação encontra-se localizada no verso da peça, no canto superior direito. (Belo, jun. 2013).

Identificação da Obra: 1526

Título da Obra:	Espelho de cristal
	Data da Obra:	[s.d.]
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Cristal; Madeira; Martelada
	Dimensão:	136 x 124 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação: 1) A placa de identificação localiza-se na lateral direita. (Belo, mai. 2013)

Identificação da Obra: 15372

Título da Obra: Data da Obra: Categoria: Técnica utilizada: Dimensão: Coleção: Localização: Complemento: Valor do Seguro:
	Espelho de cristal S.d.J. Acessório de interiores Cristal 150 x 117 cm Público Boa Vista Público Boa Vista

Observação: Identificação da Obra: 1546

Título da Obra: Data da Obra: Categoria: Técnica utilizada: Dimensão: Coleção: Localização: Complemento: Valor do Seguro:
	Espelho de cristal com moldura colonial S.d.J. Acessório de interiores Cristal; Madeira; Madeira envernizada 120 x 100 x 4 cm Público Boa Vista Público Boa Vista

Observação: 1 placa de identificação na lateral interna da moldura (placa de bordado), para facilitar a visualização do número da placa (foi colocada sempre no verso da lateral interna da moldura, p. 1 (verso) p. 103).

Identificação da Obra: 1591

Título da Obra: Data da Obra: Categoria: Técnica utilizada: Dimensão: Coleção: Localização: Complemento: Valor do Seguro:
	Espelho oval D. João V S.d.J. Acessório de interiores Madeira envernizada 220 x 130 x 10 cm Público Boa Vista Público Boa Vista

Observação: Identificação da Obra: 14537

Título da Obra: Data da Obra: Categoria: Técnica utilizada: Dimensão: Coleção: Localização: Complemento: Valor do Seguro:
	Frontal de altar Séc. XVIII Fragmento de construção Madeira envernizada; Madeira policromada 225 x 305 cm Público Boa Vista Público Boa Vista

Observação: Identificação da Obra: 14302

Título da Obra: Data da Obra: Categoria: Técnica utilizada: Dimensão: Coleção: Localização: Complemento: Valor do Seguro:
	Genérico S.d.J. Módulo Madeira Público Boa Vista Público Boa Vista

Observação: Identificação da Obra: PROV0133

Título da Obra: Data da Obra: Categoria: Técnica utilizada: Dimensão: Coleção: Localização: Complemento: Valor do Seguro:
	Genérico (feito colonial inteiro) Séc. XVII-XVIII Módulo Madeira envernizada 55,166 x 62 cm Público Boa Vista Público Boa Vista

Observação: Identificação da Obra: 8091

Título da Obra: Guarda-roupa época transição do século Luis XVI para o século Império Data da Obra: Séc. XIX / XX Categoria: Mobiliário Técnica utilizada: Bronze, madeira jacarandá, mármore Dimensão: 1100 x 117 x 51 cm Coleção: Palácio Boa Vista Localização: Palácio Boa Vista Complemento: Valor do Seguro:
---	---

Observação:

Identificação da Obra: 1466

Título da Obra: Guarda-roupa estilo colonial português Data da Obra: Séc. XX Categoria: Mobiliário Técnica utilizada: Madeira enlaidada Dimensão: 212 x 198 cm Coleção: Palácio Boa Vista Localização: Palácio Boa Vista Complemento: Valor do Seguro:
--	---

Observação:

Identificação da Obra: 1464

Título da Obra: Guarda-roupa pertencente à Condessa Crespi Data da Obra: Séc. XX Categoria: Mobiliário Técnica utilizada: Madeira Dimensão: 143 x 221 x 60 cm Coleção: Palácio Boa Vista Localização: Palácio Boa Vista Complemento: Valor do Seguro:
---	--

Observação:

Identificação da Obra: 1463

Título da Obra: Jarro em mármore pertencente à Condessa Crespi Data da Obra: Séc. XX Categoria: Mobiliário Técnica utilizada: Desconhecida Dimensão: 200 x 120 x 70 cm Coleção: Palácio Boa Vista Localização: Palácio Boa Vista Complemento: Valor do Seguro:
---	---

Observação: Adição de uma pinta de metal no valor de c/s 154,00 conforme proc. nº 2732/69 - CG B3/71

Identificação da Obra: 1455

Título da Obra: Mesa cômoda estilo D. Maria I Data da Obra: [c.d.] Categoria: Mobiliário Técnica utilizada: Madeira enlaidada Dimensão: 120 x 120 x 70 cm Coleção: Palácio Boa Vista Localização: Palácio Boa Vista Complemento: Valor do Seguro:
--	--

Observação:

Identificação da Obra: 14701

Título da Obra: Mesa Data da Obra: Séc. XVIII Categoria: Mobiliário Técnica utilizada: Madeira Dimensão: 84 x 134,5 x 87 cm Coleção: Palácio Boa Vista Localização: Palácio Boa Vista Complemento: Valor do Seguro:
---	--

Observação: 1) Não conseguimos localizar esta mesa no relatório de peças no processo do GDAFC; 2) Há duas placas de identificação nesse patrimônio 14488 e 9980 (Juliana, maio/2012)

Identificação da Obra: 14488

Título da Obra:	Mesa
	Data da Obra:	[s.d.]
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira
	Dimensão:	51 x 185 x 78 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 6045

Título da Obra:	Mesa colonial Brasileira
	Data da Obra:	[s.d.]
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira enfiada
	Dimensão:	
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 14087

Título da Obra:	Mesa de calceira
	Data da Obra:	Séc. XX
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira
	Dimensão:	51 x 48 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação: 1) A placa de identificação encontra-se localizada no verso da mesa, no canto superior direito verso (PRA, jun. 2013).

Identificação da Obra: 5988

Título da Obra:	Mesa de encostar
	Data da Obra:	Séc. XVIII
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira
	Dimensão:	85 x 63 x 119 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação: 1) A placa de identificação encontra-se localizada na parte posterior (trás), do lado direito, do ponto de vista do observador à frente da mesa (PRA, jun. 2013).

Identificação da Obra: 14470

Título da Obra:	Mesa de encostar
	Data da Obra:	[s.d.]
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira enfiada e tornada
	Dimensão:	128 x 72 x 78 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Identificação da Obra: 15594

Título da Obra:	Mesa de encostar
	Data da Obra:	[s.d.]
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira enfiada
	Dimensão:	42 x 92 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complemento:	
	Valor do Seguro:	

Observação: 1) A placa de identificação encontra-se localizada na lateral direita da mesa, pintada de branco (PRA, jun. 2013).

Identificação da Obra: 15473

Título da Obra: Mesa de encostar estilo D. João V
Data da Obra: Séc. XVIII
Categoria: Mobiliário
Técnica utilizada: Madeira encostada
Dimensões: 86 x 151,5 x 86,5 cm
Coleção: Público Boa Vista
Localização: Público Boa Vista
Complemento:

Observação: 1) no processo consta procedência da Bahia - ver campo Histórico da obra(GBD, mai,2013)

Identificação da Obra: 13896

Título da Obra: Mesa estilo colonial Mineiro
Data da Obra: Séc. XVII
Categoria: Mobiliário
Técnica utilizada: Madeira
Dimensões: 27,5 x 98 cm
Coleção: Público Boa Vista
Localização: Público Boa Vista
Complemento:

Observação:

Identificação da Obra: 14257

Título da Obra: Cofreiro de viagem
Data da Obra: [s.d.]
Categoria: Mobiliário
Técnica utilizada: Madeira enfiada
Dimensões: 133 x 88 cm
Coleção: Público Boa Vista
Localização: Público Boa Vista
Complemento:

Observação:

Identificação da Obra: 5985

Título da Obra: Poltrona
Data da Obra: Séc. XX
Categoria: Mobiliário
Técnica utilizada: Madeira
Dimensões: 107,5 x 67 x 63,5 cm
Coleção: Público Boa Vista
Localização: Público Boa Vista
Complemento:

Observação:

Identificação da Obra: 13893

Título da Obra: Poltrona, parte do conjunto de sala de visitas austíaco
Data da Obra: Séc. XIX
Categoria: Mobiliário
Técnica utilizada: Madeira, Têxto
Dimensões: 127 x 65,5 x 71,5 cm
Coleção: Público Boa Vista
Localização: Público Boa Vista
Complemento:

Observação:

Identificação da Obra: 5135

Título da Obra: Poltrona, parte do conjunto de sala de visitas austíaco
Data da Obra: Séc. XIX
Categoria: Mobiliário
Técnica utilizada: Madeira, Têxto
Dimensões: 127 x 65,5 x 71,5 cm
Coleção: Público Boa Vista
Localização: Público Boa Vista
Complemento:

Observação:

Identificação da Obra: 5136

Título da Obra:	Redeio caribího
	Data da Obra:	[s.d.]
	Categoria:	Instrumento de precisão / óptico
	Técnica utilizada:	Madeira
	Dimensão:	280 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complementos:	
	Valor do Seguro:	

Observação: 1) A placa de identificação encontra-se na lateral esquerda do ponto de vista da obra (28A, jun. 2013).

Título da Obra:	Scif, parte do conjunto de sala de visitas austíaco
	Data da Obra:	Séc. XIX
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira, Têxto
	Dimensão:	117 x 152 x 71,5 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complementos:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Título da Obra:	Tapeit balneo
	Data da Obra:	Séc. XIX
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira
	Dimensão:	250 x 212 x 57 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complementos:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Título da Obra:	Tócceno de madeira
	Data da Obra:	[s.d.]
	Categoria:	Objeto de iluminação
	Técnica utilizada:	Madeira entalhada; Madeira entalhada e torneada
	Dimensão:	42 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complementos:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

Artista:	Leu de Aires e Ofícios de São Paulo
	Biografia Resumida:	19º
	Título da Obra:	Cadeira de sala salão seiscentista
	Data da Obra:	Séc. XX
	Categoria:	Mobiliário
	Técnica utilizada:	Madeira, Seda
	Dimensão:	130 x 50 x 43 cm
	Coleção:	Palácio Boa Vista
	Localização:	Palácio Boa Vista
	Complementos:	
	Valor do Seguro:	

Observação:

TOTAL: 89 OBRAS DO ACERVO

Identificação da Obra: 21404

Identificação da Obra: 6041

Mobiliário PRV - Peças em destaque
Acervo Artístico Cultural dos palácios do Governo do Estado de São Paulo
de 15/11/2013 até 06/04/2014

Título da Obra: Armário de canto com pintura de Gaspard
	Data da Obra: Séc. XVIII
	Categoria: Mobiliário
	Técnica utilizada: Madeira envernizada
	Dimensão: 210 x 125 x 85,5 cm
	Coleção: Palácio Boa Vista
	Localização: Palácio Boa Vista
	Complemento:
	Valor do Seguro:

Observação: Armário: Gaspard com pintura de flores.

Título da Obra: Rack-a-moor
	Data da Obra: S.d.J.
	Categoria: Mobiliário
	Técnica utilizada: Madeira polícromada
	Dimensão: 94 cm
	Coleção: Palácio Boa Vista
	Localização: Palácio Boa Vista
	Complemento:
	Valor do Seguro:

Observação: Título antigo: suporte pedesta Baccarne Veneçiano. Não temos nenhuma evidência confiável de que esta peça seja mesmo de origem veneziana, segundo a descrição no inventário de artes decorativas as peças de verticais são mais elaboradas. (Jun0712 GRB)

AC/PROV: 14531

Título da Obra: Cadeira
	Data da Obra: Séc. XIX
	Categoria: Mobiliário
	Técnica utilizada: Madeira
	Dimensão: 87 x 48 x 51 cm
	Coleção: Palácio Boa Vista
	Localização: Palácio Boa Vista
	Complemento:
	Valor do Seguro:

Observação: 1) A placa de identificação encontra-se localizada embaixo do assento da cadeira (Plk, jun. 2013).

AC/PROV: 15413

Título da Obra: Cama de Bico
	Data da Obra: Séc. XVIII
	Categoria: Mobiliário
	Técnica utilizada: Madeira envernizada
	Dimensão: 210 x 110 cm
	Coleção: Palácio Boa Vista
	Localização: Palácio Boa Vista
	Complemento:
	Valor do Seguro:

Observação: Cama pertencente a Dona Siletio Gomes Ferreira, arcaçoado de Mariana, MG.

AC/PROV: 15359

Título da Obra: Cama de vista estilo D. João V
	Data da Obra: Séc. XVIII
	Categoria: Mobiliário
	Técnica utilizada: Madeira
	Dimensão: 112 x 140 x 203 cm
	Coleção: Palácio do Ipiranga
	Localização: Palácio Boa Vista
	Complemento:
	Valor do Seguro:

Observação:

Título da Obra: Cama estilo D. João V
	Data da Obra: S.d.J.
	Categoria: Mobiliário
	Técnica utilizada: Madeira envernizada
	Dimensão:
	Coleção: Palácio Boa Vista
	Localização: Palácio Boa Vista
	Complemento:
	Valor do Seguro:

Observação:

AC/PROV: 15376

Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte
Relação de Obras do Acervo - Exposição

Título da Obra: Cama pertencente a Condessa Caspi
Data da Obra:	Séc. XX
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira
Dimensão:	205 x 154 x 132 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

AC/PROV: 3153

Título da Obra: Canele
Data da Obra:	Séc. XX
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira envernizada e tornada; Madeira mista
Dimensão:	55 x 230 x 52 cm
Coleção:	Palácio do Hero
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

AC/PROV: 591

Título da Obra: Canele vermelha
Data da Obra:	Séc. I
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira polsacurada
Dimensão:	23 x 53,5 x 30 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Dc. Houaiss = caixa ou maleta revestida de couro na qual se guardam roupas e pequenos objetos. Ribeiro, (05/04/2013

AC/PROV: 14013

Gerenciamento Eletrônico de Obras de Arte
Relação de Obras do Acervo - Exposição

Título da Obra: Sessões Piteas
Data da Obra:	1599
Categoria:	Miniatura
Técnica utilizada:	Deu
Dimensão:	153 x 110 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Escala Unitária

AC/PROV: 14209

Título da Obra: Sessões Piteas
Data da Obra:	Séc. XVI
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira carvel; Madeira cedro; Madeira envernizada
Dimensão:	63 x 189 x 59 cm (fechado) 114,5 x 189 x 61,5 cm (aberto)
Coleção:	Palácio dos Campos Eliseos
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: 1) Processo de aquisição da obra pelo Estado é desconhecido. Obra pertence à coleção do palácio Campos Eliseos. Essa obra estava sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento quando foi beneficiada para o Palácio dos Bandeirantes em agosto de 2006. Posteriormente, essa obra foi transferida para o Palácio dos Bandeirantes em 14 de setembro de 2010, no Diário Oficial de 280 Palácio. Número antigo: PCE 0079 / PCE 014758. 2) Segundo prof. Heiler

AC/PROV: PROV0129

Título da Obra: Candel de madeira
Data da Obra:	
Categoria:	Objeto de iluminação
Técnica utilizada:	Madeira envernizada e tornada
Dimensão:	56 cm
Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

AC/PROV: 21272

Título da Obra:	Cadeira
Data da Obra:	Sécl.
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Cedraça; Madeira; Metal
Dimensão:	215 x 100 x 20 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

AC/PNOV: 15315

Título da Obra:	Cadeira Simbólica
Data da Obra:	Séc. XVIII
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira enlaidada e tornada
Dimensão:	220 x 34 x 25 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

AC/PNOV: 14481

Título da Obra:	Cadeira estilo D. João V
Data da Obra:	Séc. XVIII
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira enlaidada
Dimensão:	135 x 128 x 64 cm
Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Processo de aquisição (G5 238/79) não se encontra. Documentos seguintes as informações em ficha da década de 1990. Compra, 1975.
AC/PNOV: 21673

Título da Obra:	Cadeira estilo D. José I
Data da Obra:	Séc. XVIII
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira polichromeada
Dimensão:	88 x 120 x 71 cm
Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

AC/PNOV: 21394

Título da Obra:	Cadeira com tampo de mármore
Data da Obra:	Séc. XIX
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira
Dimensão:	96,5 x 108 x 43 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

AC/PNOV: 2119

Título da Obra:	Cadeira
Data da Obra:	Séc. XVIII
Categoria:	Fragmento de construção
Técnica utilizada:	Madeira; Polichromado; Tinta aquarela polichromeada em dourado
Dimensão:	14 x 85 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

AC/PNOV: 44154

Título da Obra:	Genfitevoto
Data da Obra:	Séc. XVIII
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	madeira envernizada
Dimensão:	69 x 70 x 50 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Origem e data retratados do processo de aquisição

AC/PROCV: 7128

Título da Obra:	Peça de encostar
Data da Obra:	Séc. XVIII
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	madeira
Dimensão:	85 x 63 x 119 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: 1) A peça de identificação encontra-se localizada na pranta posterior (trás), do lado direito, do ponto de vista do observador à frente da mesa (ver, pág. 83/85)

AC/PROCV: 1470

Título da Obra:	Peça de encostar - Michel Thonet
Data da Obra:	[S/G.]
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	Madeira simples
Dimensão:	
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

AC/PROCV: 1681

Título da Obra:	Peça estilo D. João V
Data da Obra:	Séc. XVIII
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	madeira
Dimensão:	85 x 60 x 132 cm
Coleção:	Palácio Boa Vista
Localização:	Palácio Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Troçada pelo azulejo da Igreja de Santo António da Barra, com o Museu da Casa Brasileira. Fonte: Relatório da Ficha de valores patrimoniais, na década de 1970. RB046, 18/03/2013

AC/PROCV: 13953

Título da Obra:	Peça semi-circular
Data da Obra:	Séc. XIX / XX
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	madeira, marcenaria
Dimensão:	75 x 75,5 x 42 cm
Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: marcenaria aplicada com decoração de azulejo, folhagens e bordadeiras. Peça com rodinhas.

AC/PROCV: 5405

Título da Obra:	Oratório com Menino Jesus de Praga
Data da Obra:	Séc. XVIII
Categoria:	Escultura
Técnica utilizada:	madeira entalhada; madeira poltronada
Dimensão:	167 x 77 x 30 cm
Coleção:	Palácio dos Bandeirantes
Localização:	Palácio dos Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: Foi parte desta obra o Menino Jesus de Praga. Artigos PG 7097(A) e 7097(B). Segundo Prof. Percival Trippeil no catálogo online da IEP: "Menino Jesus e oratório, século XVIII, (sem data), madeira."

AC/PROCV: 7097

Título da Obra:	Armário de mesa
Data da Obra:	Séc. XIX
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	madeira envernizada
Dimensão:	80,5 x 58 x 24 cm
Coleção:	Público Boa Vista
Localização:	Público Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação: 1 - Esta imagem é parte da pesquisa do projeto "Recup. Têxtil Tapet" para exposição Gênesis da 1ª no Ibero Mundo, 2 de fotos que estão no campo "Imagem da obra" datam de fev. 2013 (GBO, fev. 2013)

AC/PROV: 15346

Título da Obra:	Ornamento de altar
Data da Obra:	Século
Categoria:	Fragmento de construção
Técnica utilizada:	madeira envernizada
Dimensão:	95 cm
Coleção:	Público das Bandeirantes
Localização:	Público das Bandeirantes
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

AC/PROV: 6509

Título da Obra:	Pequena
Data da Obra:	Séc. XX
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	madeira
Dimensão:	107,5 x 67 x 63,5 cm
Coleção:	Público Boa Vista
Localização:	Público Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

AC/PROV: 13893

Título da Obra:	Reposadeira do séc. XVII
Data da Obra:	Séc. XVII
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	madeira
Dimensão:	
Coleção:	sem Público
Localização:	Público Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

AC/PROV: 21738

Título da Obra:	Século, parte do conjunto de sala de visitas auditório
Data da Obra:	Séc. XIX
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	madeira, tecido
Dimensão:	127 x 192 x 71,5 cm
Coleção:	Público Boa Vista
Localização:	Público Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

AC/PROV: 5134

Título da Obra:	Tapet italiano
Data da Obra:	Séc. XIX
Categoria:	Mobiliário
Técnica utilizada:	madeira
Dimensão:	290 x 212 x 57 cm
Coleção:	Público Boa Vista
Localização:	Público Boa Vista
Complemento:	
Valor do Seguro:	

Observação:

AC/PROV: 6641

<table><tr><td>Título da Obra:</td><td>leira</td></tr><tr><td>Data da Obra:</td><td>s.d.]</td></tr><tr><td>Categoria:</td><td>Mobiliário</td></tr><tr><td>Técnica utilizada:</td><td>madeira entalhada; madeira cavada</td></tr><tr><td>Dimensão:</td><td>106 x 111 x 43 cm</td></tr><tr><td>Coleção:</td><td>Palácio dos Bandeirantes</td></tr><tr><td>Localização:</td><td>Palácio dos Bandeirantes</td></tr><tr><td>Complemento:</td><td></td></tr><tr><td>Valor do Seguro:</td><td></td></tr></table>	Título da Obra:	leira	Data da Obra:	s.d.]	Categoria:	Mobiliário	Técnica utilizada:	madeira entalhada; madeira cavada	Dimensão:	106 x 111 x 43 cm	Coleção:	Palácio dos Bandeirantes	Localização:	Palácio dos Bandeirantes	Complemento:		Valor do Seguro:	
Título da Obra:	leira																		
Data da Obra:	s.d.]																		
Categoria:	Mobiliário																		
Técnica utilizada:	madeira entalhada; madeira cavada																		
Dimensão:	106 x 111 x 43 cm																		
Coleção:	Palácio dos Bandeirantes																		
Localização:	Palácio dos Bandeirantes																		
Complemento:																			
Valor do Seguro:																			
Observação: leira - caixa, anda onde se guardam alimentos																			
AC/PROV: 3230

<table><tr><td>Artista:</td><td>Leão de Almeida e Outros, de São Paulo</td></tr><tr><td>Biografia Resumida:</td><td>SP</td></tr><tr><td>Título da Obra:</td><td>leira</td></tr><tr><td>Data da Obra:</td><td>s.d.]</td></tr><tr><td>Categoria:</td><td>Mobiliário</td></tr><tr><td>Técnica utilizada:</td><td>madeira entalhada e torneada</td></tr><tr><td>Dimensão:</td><td>89 x 172 x 276 cm</td></tr><tr><td>Coleção:</td><td>Palácio Boa Vista</td></tr><tr><td>Localização:</td><td>Palácio Boa Vista</td></tr><tr><td>Complemento:</td><td></td></tr><tr><td>Valor do Seguro:</td><td></td></tr></table>	Artista:	Leão de Almeida e Outros, de São Paulo	Biografia Resumida:	SP	Título da Obra:	leira	Data da Obra:	s.d.]	Categoria:	Mobiliário	Técnica utilizada:	madeira entalhada e torneada	Dimensão:	89 x 172 x 276 cm	Coleção:	Palácio Boa Vista	Localização:	Palácio Boa Vista	Complemento:		Valor do Seguro:	
Artista:	Leão de Almeida e Outros, de São Paulo																						
Biografia Resumida:	SP																						
Título da Obra:	leira																						
Data da Obra:	s.d.]																						
Categoria:	Mobiliário																						
Técnica utilizada:	madeira entalhada e torneada																						
Dimensão:	89 x 172 x 276 cm																						
Coleção:	Palácio Boa Vista																						
Localização:	Palácio Boa Vista																						
Complemento:																							
Valor do Seguro:																							
Observação:																							
AC/PROV: 21397																							

TOTAL: 32 OBRAS DO ACERVO

Anexo 4 – Laudo técnico das peças restauradas

- Restauro de 1 cadeira e 1 mesa que participarão da próxima exposição no Palácio do Boa Vista de **PG 2339, PG 7199**
- Restauro do menino Jesus de **PG 14511** que participará da próxima exposição no Palácio do Boa Vista
- Restauro de baú de madeira de **PG 7096** que participará da próxima exposição no Palácio do Boa Vista
- Restauro de 1 cadeira de **PG 21671** e 1 cadeira de canto de **PG 7236** que participarão da próxima exposição no Palácio do Boa Vista
- Restauro de cadeira de sola **PG 1327** que participará da próxima exposição no Palácio do Boa Vista
- Restauro de peça “rosácea” de **PG 13864** em madeira que foi intensamente atacada por cupim, em péssimo estado de conservação, que participará da próxima exposição no Palácio do Boa Vista
- Restauro de dois castiçais de **PG 6924 e 6896** que participaram da próxima exposição no Palácio do Boa Vista
- Restauro de cadeira de sola **PG 21422** que participará da próxima exposição no Palácio do Boa Vista
- Restauro de mesa de **PG 25972** que participará da próxima exposição no Palácio do Boa Vista
- Restauro do banco de madeira de **PG 21738** que participará da próxima exposição no Palácio do Boa Vista
- Restauro da máquina de costura de **PG 18050** que participará da próxima exposição no Palácio do Boa Vista
- Restauro da penteadeira de madeira de **PG 5508** que participará da próxima exposição no Palácio do Boa Vista
- Restauro de uma castiçal de **PG 6901** que participará da próxima exposição no Palácio do Boa Vista
- Restauro da imagem sacra de **PG 5451** que participará da próxima exposição no Palácio do Boa Vista
- Restauro da imagem sacra de **PROV 0262** que participará da próxima exposição no Palácio do Boa Vista

Anexo 5 – Projeto expográfico

ESTUDO N2 ☐

ESTUDO N2 - CORREDOR ☐

MODELO DAS BASES TABLADOS

SUPORTE PARA PORTA-RETRATO DIGITAL

SUPORTES PARA FICHAS

BASES TABLADOS

BASES TABLADOS

NÚCLEO 1

BASES TABLADOS

BASES TABLADOS

NÚCLEO 2 - SALA

NÚCLEO 2 - CORREDOR

NÚCLEO 3

BASES TABLADOS

BASES CUBOS

NÚCLEO 2

NÚCLEO 3

BASES TABLADOS

DETALHAMENTO - PAINEL

Anexo 6 – Guia para a instalação da comunicação visual

Anexo 7 – Legendas peças em destaque

PEÇAS EM DESTAQUE NESTE AMBIENTE

ORIGENS, USOS E COSTUMES

1

Retrato de Cassiano Pozzo, Itália, 1589
Óleo sobre tela
Acervo Artístico-Cultural dos Palácios

2

Cassone (caixa), Itália/Vênica, séc. XVI
Cobre, esmalte, folha de ouro, vidro e metal
Acervo Artístico-Cultural dos Palácios

3

Arca brasileira, séc. XVIII
Madeira
Acervo Artístico-Cultural dos Palácios

4

Blackamoor
Madeira polícroma
Acervo Artístico-Cultural dos Palácios

Cassiano dal Pozzo (1588-1657) foi um erudito italiano e patrono das artes, além de colecionador e antiquário. Secretário do cardeal Francesco Barberini, mecenas de Nicolas Poussin e correspondente de personalidades ilustres como Galileu Galilei, era um grande articulador na rede de figuras científicas europeias. Em seu retrato, notam-se objetos sobre um aparador: um tinteiro, um par de luvas, um livro e um provável instrumento de medição do tempo ou orientador de espaço – elementos associados às conexões entre arte e ciência, valorizadas no Renascimento.

Derivado da palavra italiana *cassa*, do latim *capsa*, que significa "caixa", o termo *cassone* designa um tipo específico de mobiliário de guarda frequentemente utilizado na Idade Média e no Renascimento. Seu conteúdo variou de objetos a peças de vestuário, como o enxoval de noiva, no caso da peça aqui exposta, ornamentada com elementos mitológicos e alusivos ao amor. Devido aos frequentes deslocamentos daquela época, o *cassone* acompanhava seu proprietário, que nele depositava os bens e até alimentos. Por segurança, alguns tinham fechaduras resistentes e reforços de ferro forjado, que também se tornavam elementos decorativos. Quando apresentava grandes dimensões, era possível adaptá-lo a leito, sobre o qual se estendiam colchões, tecidos e almofadas. É considerado um ancestral comum a diversos móveis de guarda, a exemplo das cômodas e dos armários.

A arca figurava entre as principais, e raras, peças de mobiliário na Idade Média, servindo tanto aos ricos quanto aos pobres nos constantes deslocamentos e no ambiente doméstico, enquanto móvel de guarda que se adaptava a mesa, assento e leito. A princípio lisa e em madeira branca, repousava sobre suportes que lhe davam maior altura e a protegiam contra a umidade, como este exemplar rústico, em madeira e ferro, sustentado por dois pés em forma de esteios. Fechaduras mouriscas ou simples de metal, geralmente ferro, funcionavam como dispositivos de segurança.

O *blackamoor* é um móvel de aparato de tema exótico que, durante séculos, integrou o imaginário das elites, por apresentar uma figura humana negra acorrentada, carregando, acima da cabeça, uma bandeja ou um candelabro, em alusão aos escravos que prestavam serviços domésticos nas residências da nobreza europeia. Muito difundido na corte de Luís XIV da França e, posteriormente, na Itália, sobretudo em Veneza – quando ganhou o rico douramento, que contrastava com o ébano empregado no personagem –, esse costume chegou a algumas residências aristocráticas no Brasil, que também traz a marca da escravidão em sua história.

Supriolo, Rêta, 2006 |

1001/2012 134012

PEÇAS EM DESTAQUE NESTE AMBIENTE

ORIGENS, USOS E COSTUMES

9

Espelho
Madeira, douramento e cristal
Acervo Artístico-Cultural dos Palácios

10

Canapé, séc. XX
Imbuia e palha
Acervo Artístico-Cultural dos Palácios

11

RUGENDAS
Augusto/Alexandre, 1825 - Welliton/Alexandre, 1828
Junta de Pernambuco - Revolução de 1825, séc. XIX
Litografia
Acervo Artístico-Cultural dos Palácios

12

RUGENDAS
Augusto/Alexandre, 1825 - Welliton/Alexandre, 1828
Rio de Janeiro visto da Igreja de São Bento, séc. XIX
Litografia
Acervo Artístico-Cultural dos Palácios

A lareira surgiu nos países frios pela necessidade de aquecimento das casas, auxiliando ainda na iluminação dos ambientes e no cozimento dos alimentos. Assumiu grandes proporções nos castelos medievais e palácios renascentistas, constituindo um polo de aproximação das famílias, que se reuniam em seu entorno. Ao ganhar posição de destaque na casa, novos materiais passaram a ser empregados em sua construção e ornamentação, harmonizando-se com as tendências estilísticas da época. Muito comum era a parte superior servir de base para peças de adorno, encimada por espelho de grande aparato, que propagava a luminosidade. Ainda que seu uso tenha sido reduzido com o desenvolvimento das técnicas de calefação, sua presença continua sendo símbolo de elegância, requinte e acolhimento.

O canapé, assento coletivo derivado do banco com espaldar, surgiu no mobiliário português no século XVII. No Brasil, teve seu auge no século XIX, com o marceneiro e ebanista francês Julien Béranger, domiciliado em Recife. Uma de suas criações mais famosas, o canapé de linhas curvas com assento de palhinha e espaldar recortado, diferenciou-se dos exemplares da época, que se assemelhavam a um agrupamento de cadeiras. Utilizando madeiras brasileiras e inspirado no estilo francês Luís Filipe, criou um *design* próprio que, no século XX, passou a ser denominado pernambuco ou Béranger. A peça em destaque, apesar de ter sido fabricada em série no último século, segue as linhas desse conceituado moveleiro.

O cotidiano, os tipos humanos e as paisagens brasileiras passaram pelo olhar atento do pintor alemão Johann Moritz Rugendas em sua viagem pelo Brasil, entre 1822 e 1825. Nesta obra, intitulada *Junta de Pernambuco - Revolução de 1825*, registrou a articulação política em um espaço residencial. A imagem revela a escassez de móveis no período e a simplicidade da casa, em contraste com o luxo das vestimentas. Além de Rugendas, outros artistas viajantes, como Jean-Baptiste Debret, Frans Post e Nicolas-Antoine Taunay, produziram um vasto acervo documental da história do Brasil.

13

RUGENDAS
Augusto/Alexandre, 1825 - Welliton/Alexandre, 1828
Negro e negro etnoa jacunda, séc. XIX
Litografia
Acervo Artístico-Cultural dos Palácios

14

RUGENDAS
Augusto/Alexandre, 1825 - Welliton/Alexandre, 1828
Vedação do Rio de Janeiro, séc. XIX
Litografia
Acervo Artístico-Cultural dos Palácios

15

RUGENDAS
Augusto/Alexandre, 1825 - Welliton/Alexandre, 1828
Negro e negro da Bahia, séc. XIX
Litografia
Acervo Artístico-Cultural dos Palácios

16

RUGENDAS
Augusto/Alexandre, 1825 - Welliton/Alexandre, 1828
Vedação de São Paulo, séc. XIX
Litografia
Acervo Artístico-Cultural dos Palácios

Supriolo, Rêta, 2006 |

1001/2012 134012

ESTILOS, MATERIAIS E TÉCNICAS

Mesa estilo dom João V, Bahia, séc. XV
Madeira e metal
Acervo Artístico-Cultural dos Palácios

A talha e os ornamentos seguiam as tendências estilísticas do período, como nesta mesa em estilo rococó.

Acervo Artístico-Cultural dos Palácios

A marchetaria, frequente no mobiliário europeu, chegou ao Brasil no século XVIII e influenciou o gosto das elites até o século passado. A incrustação de recortes de madeira, madreperla, marfim, tartaruga, rocha ou metal evidenciava a coloração contrastante dos materiais, dando às peças um aspecto requintado como nesta mesa em estilo neoclássico.

Mesa de encostar semicircular,
séc. XIX/XX
Madeira e marchetaria
Acervo Artístico-Cultural dos Palácios

Apesar de estilos historicistas dominarem a produção de mobiliário até o século XIX, movimentos como o *Art Nouveau* promoveram uma reviravolta estética ao propor peças com linhas simples, porém elegantes, que rompessem com o conservadorismo de outrora. Representativa desse estilo, esta mesa foi produzida pelo austríaco Michael Thonet, que introduziu a técnica da madeira vergada na concepção de móveis, partindo de uma fabricação artesanal para industrial, que viabilizou a produção em escala e, consequentemente, o acesso a itens arrojados a custos não tão elevados.

Mesa de encostar em estilo Art Nouveau
(Michael Thonet), séc. XIX/XX
Madeira e mármore

Acervo Artístico-Cultural dos Palácios

Tamborete em estilo dom José I com influência Chippendale, Licores de Artes e Ofícios de São Paulo, séc. XIX. Jacaranda, couro lavrado e metal.

A presença do couro em objetos de uso cotidiano remonta à Idade Média, período em que os curtiúmes integravam as principais atividades econômicas da Europa. Com o desenvolvimento das indústrias ligadas à sua manufatura, o emprego do material foi difundido, em paralelo a madeiras nobres provenientes das colônias portuguesas, como jacarandá e vinhático. No Brasil, a chegada dos assentos de sola data do século XVII, entre cadeiras e tamboretes. A simplicidade de alguns exemplares, com armação reta e couro sem ornamentos, contrasta com o requinte de peças mais elaboradas e ornadas com tornantes, entalhes e couro lustrado com motivos florais, folhas de acanto e escudos heráldicos, rematados com pregarias.

ESTILOS, MATERIAIS E TÉCNICAS

Credência, Baía, séc.XVIII
Madeira e patina
Acervo Artístico-Cultural do

A credência é um modo de encontrar com características peculiares. Derivado do italiano *credenza*, que significa "crença", na Idade Média, o termo foi empregado para designar mesas posicionadas junto às janelas e que serviam de apoio ao alimento a ser provido pelos servos dos nobres, a fim de "dar fé" à comida, garantindo não estar envenenada. No âmbito religioso, era utilizada junto ao altar, servindo de apoio à celebração da eucaristia. Até o Renascimento, essas peças eram lisas e cobertas por tecidos adomados, mas ganharam projeção no período barroco, recebendo ricos ornatos e pinturas. No século XVIII, os credens tornaram-se verdadeiras obras de arte em pares, com espelhos ricamente ornamentados, pendurados na parede adjacentes. Esse modismo levou a alta sociedade a adquirir peças que outrora ficavam em igrejas e, atualmente, os exemplares remanescentes desempenham a função das mesas de encostar.

Canasta
Madera e policromia
Buenos Aires, Argentina, 1964

As canasstras, de menores dimensões, eram, a princípio, revestidas com couro e apresentavam angulas laterais para facilitar o deslocamento, além de fechadura com engredo. Como eram de uso irrestrito, seguiam o gosto popular e, para imitar as caixas orientais, eram pintadas com cores vivas, como no interior dos armários e oratórios. No século XVIII, caixas laqueadas viraram moda na colônia, sobretudo em chão vermelho. Os mais luxuosos recebiam douramentos, enquanto os demais eram pintados de branco, azul, verde e amarelo. Aqueles sem condições de adquirir peças em madeiras nobres estavam ou encarnavam seus exemplares. Essa decoração persistiu até meados do século XIX, quando outro material, de origem francesa, virou moda no acabamento dos móveis: o verniz.

Cadeira estilo império, séc. XIX
Madeira e palha

No século XVIII, o mobiliário português viveu sua idade de ouro, com significativa influência do gosto e da opulência real inglesa e francesa, em especial dos estilos Luís XIV e Luís XV. Os fabricantes empenharam-se no requinte para atender aos desejos da elite, que passou a valorizar os ambientes de uso social, onde recebiam seus convidados, influenciando a concepção de uma variedade de móveis de assento, particularmente cadeiras. No século XIX, com a abertura dos portos, o número dessas peças aumentou nas cidades brasileiras, sobretudo provenientes da Inglaterra ou de sua colônia norte-americana. A palhinha passou a ser o material preferido para os assentos, em substituição ao couro e aos tecidos adomados.

As cadeiras de canto e de escritório encontradas no Brasil são de origem portuguesa, e sua entrada na colônia ocorreu com a vinda da corte, no século XVIII. Apresentam estrutura singular, embora os elementos estilísticos tenham acompanhado a evolução do mobiliário geral. A peça aqui destacada apresenta linhas híbridas alusivas ao estilo dom João V, com assento de palhinha e pernas com joelheiras salientes, e ao estilo dona Maria I, presente nas colunas do espaldar de corte quadrangular com caneluras, denunciando a manufatura tardia do móvel, provavelmente do século XIX.

1

Armário de canto, Minas Gerais, séc. XVIII, pintado posteriormente por Alberto da Veiga Guignard (1896-1962).
Madeira e pintura.

Acervo Artístico-Cultural dos Palácios

3

Genuflexório, Itália, séc. XVII.
Madeira.

Acervo Artístico-Cultural dos Palácios

3

Ucha.
Carvalho branco.

Acervo Artístico-Cultural dos Palácios

4

CHARLES GEORGE LEWIS
Inglaterra, 1860-1865.
The Melton Breakfast, séc. XIX.
Gravura.
Reprodução da pintura homônima de Sir Francis Grant
feita para o nobre Roseland Estington, em 1838.

Acervo Artístico-Cultural dos Palácios

Os primeiros armários surgiram no período medieval, integrados à construção, em vãos abertos nas paredes, com prateleiras e portas. Como estrutura independente, a peça evoluiu a partir da arca, que já desempenhava a função de guarda, e sua decoração seguiu os estilos através do tempo. Exemplares rústicos do Brasil colonial são comumente encontrados em casarões de fazendas históricas e em acervos museológicos, alguns com particularidades que os distinguem enquanto obras de arte, a exemplo do armário de canto aqui exposto. Em madeira policromada, pertenceu ao bispo de Mariana, em Minas Gerais, no século XVIII e, dois séculos depois, recebeu motivos florais pintados por Alberto da Veiga Guignard.

Trazidos pelos portugueses, o oratório e o genuflexório integram o mobiliário das casas brasileiras desde o período colonial e refletem a religiosidade que sempre acompanhou seus moradores. Eram itens obrigatórios para as rezas coletivas, junto aos terços e ladainhas, com a presença do pároco ou mesmo sob a liderança do senhor da casa. De feitura simples ou requintada, estiveram presentes nas áreas comuns ou nos espaços mais íntimos residenciais, como o dormitório. Os fiéis se ajoelhavam sobre o genuflexório, com o livro de orações e as mãos apoiadas sobre a parte mais elevada da peça, enquanto rezavam para o santo de devoção abrigado no oratório à sua frente.

A ucha é uma caixa de grandes proporções destinada a guardar mantimentos, muito usada na Idade Média. Confeccionada geralmente em madeira branca, com ou sem fechadura e ornamentos, era guardada na ucharia – termo que designa a despensa – ou na cozinha, facilitando o acesso aos alimentos. No Brasil colonial, peças similares denominadas caixões, mais altos e longos que as caixas, serviram de depósito para gêneros alimentícios, em especial a farinha de mandioca – então produto de primeira necessidade e grande importância econômica, que ficava trancado com outras iguarias.

As reproduções de gravuras inglesas que abordam o tema da caça à raposa foram muito difundidas no Brasil, especialmente na segunda metade do século XX, seguindo a moda da época, de imitar a decoração dos interiores ingleses. *The Melton Breakfast* representa o esporte típico da aristocracia e da elite inglesa. A cena mostra um grupo de lordes da instituição de caça Quorn Hounds, sediado na cidade de Melton Mowbray, no café da manhã. É perceptível o modo formal e elegante com que a refeição está sendo servida, que remete a hábitos aristocratas do início do século XIX.